

DIOGO FERREIRA DE ALMEIDA RÊGO
RIZONEIDE SOUZA AMORIM
IVETTE TATIANA CASTILLA CARRASCAL
(ORGANIZAÇÃO)

MÚLTIPLOS OLHARES

SOBRE A ECONOMIA
SOLIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA



editoraifrn



DIOGO FERREIRA DE ALMEIDA RÊGO
RIZONEIDE SOUZA AMORIM
IVETTE TATIANA CASTILLA CARRASCAL
(ORGANIZAÇÃO)

MÚLTIPLOS OLHARES

**SOBRE A ECONOMIA
SOLIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA**



editora **ifrn**
Natal, 2021

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Tomás Dias Sant'ana



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Reitor

José Arnóbio de Araújo Filho

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Avelino Aldo de Lima Neto

Coordenadora da Editora IFRN

Gabriela Dalila Bezerra Raulino

Conselho Editorial

Avelino Aldo de Lima Neto
Ana Lúcia Sarmento Henrique
Anderson Luiz Pinheiro de Oliveira
Annaterra Teixeira de Lima
Cláudia Battestin
Claudia Pereira de Lima Parente
Danila Kelly Pereira Neri
Denise Cristina Momo
Diogo Pereira Bezerra
Elizomar de Assis Nobre
Emanuel Neto Alves de Oliveira
Emiliana Souza Soares
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Gabriela Dalila Bezerra Raulino
Jean Leite Tavares
José Carlos Morgado

José Everaldo Pereira
Julie Thomas
Lenina Lopes Soares Silva
Luciana Maria Araújo Rabelo
Maria da Conceição de Almeida
Maria Jalila Vieira de Figueirêdo Leite
Marcelo Nunes Coelho
Marcio Monteiro Maia
Miler Franco D Anjour
Neyvan Renato Rodrigues da Silva
Paulo Pereira da Silva
Rebeka Caroca Seixas
Renato Samuel Barbosa de Araujo
Rodrigo Luiz Silva Pessoa
Samuel de Carvalho Lira
Sílvia Regina Pereira de Mendonça

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

André Duarte da Silva

Revisão Linguística

Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Prefixo editorial: Editora IFRN

Linha Editorial: Acadêmica

Disponível para *download* em:

<http://memoria.ifrn.edu.br>



editoraifrn

Contato

Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol.

CEP: 59015-300, Natal-RN.

Fone: (84) 4005-0763 | E-mail: editora@ifrn.edu.br

Dedicamos este livro a **Ademar Bertucci** (*in memoriam*), que se eterniza em cada um/a de nós que acredita que outra economia acontece e um outro mundo é possível. A nossa gratidão por despertar-nos o compromisso com a militância em prol da economia solidária, pois ele nos mostrou na prática como exercitar e vivenciar a paciência histórica com os processos, sempre acreditando de forma incondicional nas pessoas. Ademar dedicou a sua vida às lutas sociais, e grande parte dela, para a construção do Movimento de economia solidária no Brasil.

Ademar Bertucci, Presente!!!





Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores. É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

M961 Múltiplos olhares sobre a economia solidária na América Latina [livro eletrônico] / Diogo Ferreira de Almeida Rêgo, Rizoneide Souza Amorim, Ivette Tatiana Castilla Carrascal (organizadores). – Natal : IFRN, 2021.
453 p. ; PDF

Bibliografia.
ISBN: 978-65-86293-85-2

1. Economia – Produto social. 2. Economia solidária. 3. Economia – Consumo responsável. I. Rêgo, Diogo Ferreira de Almeida. II. Amorim, Rizoneide Souza. III. Carrascal, Ivette Tatiana Castilla. IV. Título.

IFRN/SIBi

CDU 330.54

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da publicação na fonte elaborada pela Bibliotecária
Marise Lemos Ribeiro – CRB-15/418

Esta obra foi submetida e selecionada por meio de edital específico para publicação pela Editora IFRN, tendo sido analisada por pares no processo de editoração científica.

SUMÁRIO



06 | Apresentação

16 | Capítulo 1 - A economia solidária e o mercado: uma relação possível?

81 | Capítulo 2 - Mercados agroalimentares e movimentos sociais: trajetória da Confederação agrossolidária Colômbia

134 | Capítulo 3 - Na era do hiperconsumo, é urgente o consumo responsável e solidário

165 | Capítulo 4 - Desafios e perspectivas da sustentabilidade em empreendimentos econômicos solidários

238 | Capítulo 5 - Quando a (micro)territorialidade e a (macro)utopia se entrelaçam: um olhar sobre a Feicoop – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil

274 | Capítulo 6 - Economia solidária e educação popular nos planos de geração de trabalho e renda das Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza-Ceará (Brasil)

342 | Capítulo 7 - Construção dos movimentos de economia solidária, herança da reciprocidade comunitária e estratégias de atuação: uma comparação entre o meSSe e o FBES

411 | Capítulo 8 - A regulação da economia solidária no Brasil: da alternativa ao capitalismo à política de combate à pobreza e à exclusão social



APRESENTAÇÃO

A humanidade enfrenta um momento de mudança brutal de paradigmas, em que é urgente e necessário readequar o cotidiano. O fazer de todo dia já não é mais o mesmo e já há quem diga que existe um “novo normal”. Isso nos remete para além do concebível a pouco anos atrás, quando dizíamos que resistir é preciso, mas sonhar é necessário.

É neste emaranhado de readequações e mesmo de ressignificação de projetos de vida e de sociedade, que a economia solidária se situa, ora vendo no desafio uma oportunidade de criação de sentidos e de novas relações, ora, neste mesmo contexto, se desestruturando para poder, como uma fênix, renascer das próprias cinzas.

Faz algumas décadas que ativistas e/ou estudiosos/as têm se debruçado sobre a realidade e tentado de alguma maneira fazer um recorte do pluriverso da economia solidária, seja no Brasil ou em outros países da América Latina. Falamos de pluriverso, uma vez que existe uma pluralidade de realidades locais, territoriais, regionais, nacionais, e internacionais que estão sendo vivenciadas, sistematizadas, problematizadas, debatidas e visibilizadas. Nessa abundância de estudos, são diversos

os olhares sobre as experiências e práticas que estão perpassadas por ação – reflexão – ação.

Sendo assim, neste livro, **Múltiplos Olhares sobre a economia solidária na América Latina**, apresentaremos algumas reflexões sobre esse pluriverso da economia solidária, a maioria com experiências e reflexões da realidade brasileira, mas também com olhares voltados para outros países da América Latina, frutos de pesquisas (mestrado, doutorado e pós-doutorado) acadêmicas. Teremos a oportunidade de conhecer dois estudos que retratam o universo dos mercados da/na economia solidária: um que aborda a realidade brasileira e outro que traz a experiência da confederação agrossolidária da Colômbia. Em seguida, é debatida a era do hiperconsumo com um enfoque para a importância de repensar o consumo tradicional e perceber o consumo responsável e solidário como uma necessidade urgente. Outro estudo traz a problematização sobre os desafios e perspectivas da sustentabilidade para os empreendimentos econômicos solidários brasileiros. Teremos também debates territoriais - (micro)territorialidade/ (macro)utopia e a metodologia de educação popular na construção de plano de geração de trabalho e renda nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) -, que visibilizam experiências territoriais brasileiras (Santa Maria – Rio Grande do Sul/Brasil e Fortaleza – Ceará/Brasil). Por fim, os dois últimos

estudos abordam a organização do movimento e a regulação como política pública da economia solidária, respectivamente. Um deles traz o estudo comparativo sobre a organização dos movimentos de economia solidária no Brasil e no Equador e o último trata de uma crítica da forma como a política pública de economia solidária se estruturou no Brasil nos anos de 2003 até os dias atuais.

Sendo assim, **Múltiplos Olhares sobre a economia solidária na América Latina** tem oito capítulos, conforme descrição a seguir:

No capítulo 1 - **A economia solidária e o Mercado: uma relação possível?**, Diogo Rêgo amplia a compreensão sobre a ação mercadológica dos empreendimentos econômicos solidários através de uma análise sócio-histórica do mercado, a partir das obras de Karl Polanyi e Adam Smith. Em diálogos com estes e outros pensadores, o autor apresenta dados da economia solidária e problematiza se os empreendimentos de economia solidária interagem com o mercado sem perder de vista o seu caráter alternativo frente ao capitalismo. Ele afirma que é inerente a qualquer atividade econômica a interação com o mercado. “O mercado está aí, e ele está em constante disputa, cabe a economia solidária fazê-la”.

No capítulo 2 - **Mercados agroalimentares e movimentos sociais: trajetória da Confederação Agrosolidaria Colômbia** -, Ivette Tatiana Cas-

tilla Carrascal apresenta a trajetória do contexto político, econômico e social que permitiu que a experiência da Confederação Agrosolidaria Colômbia se consolidasse e que permite entender a trajetória da construção social dos seus mercados e a construção dos circuitos econômicos agroalimentares com os que agrosolidaria trabalha. Para isso, a parte do contexto histórico é dividida em três. Primeiro se colocam os eventos mais importantes da vida do país, depois se trazem os eventos mais importantes relacionados aos atores e aos movimentos da economia solidária e da agroecologia e, finalmente, aborda-se os eventos relacionados à construção social de mercados agroalimentares por parte da agrosolidaria e seus circuitos econômicos agroalimentares.

No capítulo 3 - **Na era do hiperconsumo, é urgente o consumo responsável e solidário** -, Rizioneide Souza Amorim apresenta como a sociedade capitalista se organizou na perspectiva do hiperconsumo apresentada por Gilles Lipovetzky (2012) e, a partir dessa concepção, faz um diálogo com outros autores que apresentam a proposta de Decrescimento (LATOUCHE, 2012), consumo colaborativo (BOTSMAN e ROGERS, 2011), consumerismo (NUNES, 2016) consumo solidário (MANCE, 2009) e consumo responsável (MASCARENHAS, 2015) como ato político que contribui como alternativa reversa ao hiperconsumo. A autora ainda

aborda como a opção política de consumir pode transformar o seu entorno, uma vez que o consumo é uma ferramenta poderosa que cada ser humano tem na sua mão ao definir o que consumir, quando, de quem e para quem consumir e para onde vai o “lucro” gerado ao adquirir produtos e serviços na sociedade em que se vive.

No capítulo 4 - **Desafios e Perspectivas da Sustentabilidade em Empreendimentos Econômicos Solidários** -, Tatiana Reis discute como se define e quais os principais desafios à sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil. A discussão sobre sustentabilidade passa por três aspectos essenciais: a percepção da economia solidária no contexto de uma economia plural; a compreensão da dinâmica dos EES dentro desta economia; e as perspectivas de análise da sustentabilidade. Nesse capítulo, inicialmente são esclarecidas as bases conceituais sobre economia plural a partir de uma percepção polanyiana. Em seguida, são apresentados elementos conceituais para compreensão da temática da economia solidária numa perspectiva plural. Na sequência são apresentados os EES no contexto brasileiro, englobando as principais características problematizando seus principais desafios. Por último, é apresentada a proposta de uma grade específica de leitura para a temática da sustentabilidade de tais práticas, composta pelas dimensões econômica, social,

política, cultural, autogestionária e ambiental. Finalmente, a título de considerações finais, salienta-se que a sustentabilidade nos EES é composta por múltiplas dimensões interconectadas, influenciada por fatores internos a externos aos grupos, e demanda uma ação convergente de múltiplos atores da sociedade civil e do poder público.

No capítulo 5 - **Quando a (micro)territorialidade e a (macro)utopia se entrelaçam: um olhar sobre a Feicoop – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil** -, Rizioneide Souza Amorim pretende, à luz das reflexões do professor doutor Carlos Fortuna no seu artigo *(Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social*, dialogar sobre um evento urbano que acontece anualmente no Brasil e que mobiliza centenas de pessoas de diferentes localidades brasileiras e de outros países, e porque não dizer, do mundo. Este evento é denominado de Feira Internacional do Cooperativismo ou Feira Latino-Americana de economia solidária, conhecida como FEICOOP, e acontece anualmente na cidade de Santa Maria – Rio Grande do Sul. Nesse sentido, para melhor compreender essa feira como (micro)territorialidade, analisa-se o projeto cultural FEICOOP 2016, que tem alguns dados oficiais ao longo da sua trajetória de 1994 à 2015. Assim, o capítulo aborda o conceito de (micro)territorialidade apresentado por Fortuna (2012) e, em seguida, busca problematizar essa feira como

espaço de (micro)territorialidade e (micro)utopias militantes. Ao final, é apresentada a trajetória do evento e, se analisam dados oficiais da FEICOOP para melhor contextualizar esse evento caracterizado como (micro)territorialidade que entrelaça com a (macro)utopia na construção de um outro mundo possível onde outra economia acontece.

No capítulo 6 - **economia solidária educação popular nos planos de geração de trabalho e renda das Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza - Ceará (Brasil)** -, Victória Régia Arraes Paiva e autores refletem sobre a inserção da economia solidária e da Educação Popular como pilares do percurso formativo que delineou as propostas contidas nos planos de geração de trabalho e renda nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) Bom Jardim, Pici e Poço da Draga, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Nordeste do Brasil. Os territórios mencionados são reconhecidos pelo governo municipal da capital do Ceará por seu potencial econômico, ao mesmo tempo em que apresentam expressam fragilidades sociais decorrentes das condições precárias de regularização fundiária. As/os autoras/es questionam por que se referir à economia solidária e à educação popular como componentes da estratégia para gerar trabalho e renda nas ZEIS? Quais as possibilidades e limites da integração desse formato singular de organização socioeconômica e política de traba-

lhadores/as no âmbito das ações do PIRF? Essas questões são exploradas ao longo do capítulo e abordadas metodologicamente pelos autores.

No capítulo 7 - **Construção dos movimentos de economia solidária, herança da reciprocidade comunitária e estratégias de atuação: uma comparação entre o MeSSe e o Fbes** -, Ivette Tatiana Castilla Carrascal e Felipe Vella Pateo desenvolvem uma análise comparada do histórico e constituição dos movimentos em torno da economia solidária no Equador (Movimento de Economia Social e Solidária meSSe) e no Brasil (Fórum Brasileiro de economia solidária - FBES). Para tanto, na primeira seção do texto, os autores abordam um dos grandes elementos que permitem diferenciar a realidade da organização da economia solidária no Equador da realidade da organização da economia solidária no Brasil: a herança mais direta das práticas de reciprocidade desenvolvidas pelos povos originários no primeiro caso. Os autores identificam que a reciprocidade dos povos originários equatorianos tem grande influência sobre todos os demais conjuntos de práticas realizadas nesse país, enquanto no Brasil, apesar de haver também um histórico de práticas de reciprocidade entre povos indígenas e outras comunidades tradicionais, a articulação com o movimento de economia solidária é menos direta. Na segunda seção, os autores abordam o histórico mais ime-

diato de constituição dos movimentos de economia solidária nos dois países, os principais atores participantes e sua interação com o governo. Por fim, na última seção, descrevem uma prática específica desenvolvida pelo meSSe para promover a articulação direta entre os atores da economia solidária no território, que remete à herança das práticas de reciprocidade indígena sobre o movimento, a construção dos Circuitos Econômicos Solidários Interculturais (CESI). Consideramos que este pode ser considerado um exemplo de ação para a promoção da articulação entre os atores da economia solidária frente à uma realidade de impossibilidade de diálogo ou conquistas de políticas públicas perante um governo hostil à articulação do movimento social.

No capítulo 8 - **A regulação da economia solidária no Brasil: da alternativa ao capitalismo à política de combate à pobreza e à exclusão social** -, Joanes Paulus apresenta uma reflexão sobre o processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil (2002-2018), a partir das interações dos atores sociais de três grandes agentes institucionais articulados em rede, quais sejam: a Igreja Católica, o Estado e os movimentos sociais. O autor analisa sociologicamente o processo de regulação da economia solidária como um fenômeno resultante da luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária, levando-a a

uma juridicização para que ela seja reconhecida como um direito da cidadania e consolidada como uma política estatal no Brasil. Nesse capítulo, o autor questiona a institucionalização, via processo de regulação social e jurídica, considerando que houve um distanciamento da economia solidária de uma proposta de “alternativa ao capitalismo”, conformando-a, dentro de seus limites no capitalismo, como uma política de “combate à pobreza” e de “inclusão social”.

Boa Leitura!

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo
Ivette Tatiana Castilla Carrascal
Rizoneide Souza Amorim



A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MERCADO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo¹

1. Introdução

O desenvolvimento da sociedade ocidental capitalista tornou-se global e passou a subordinar não apenas todos os seres humanos, em toda parte do globo, mas também a natureza, instituindo o mercado como ente organizador da vida socioeconômica. Algumas das características deste sistema econômico são: a ênfase dada ao aumento da produção, o lançamento de novos produtos, o aumento do lucro das organizações, a invenção de

1 Mestre em Gestão Social e Desenvolvimento pela UFBA e Professor EBTT do IFAL em gestão organizacional, empreendedorismo, cooperativismo e terceiro setor. E-mail: diogo.rego@ifrn.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3119751152824263>

máquinas mais ágeis para substituição da mão de obra braçal e as tecnologias modernas, dentre outros avanços que visam a acumulação de riqueza em detrimento do bem estar da população. Um claro exemplo disto é o aumento cada vez mais rápido do descarte de bens, através de uma estratégia conhecida como obsolescência programada (PÁTEO, 2012).

Percebe-se, no contexto atual – em que o mercado é colocado no centro da acumulação de riqueza –, uma latente despreocupação com o futuro e uma inversão de valores, na medida em que se subvalorizam as necessidades de ser e de estar e privilegiam-se as necessidades de ter e de fazer. A partir desta lógica, o consumismo ergue-se como o valor supremo da sociedade atual – denominada sociedade de consumo –, figurando como sinônimo de bem-estar e principal propósito da atividade humana. Na lógica consumista, as pessoas passam a **valer** pelos bens que podem comprar, ignorando as consequências deste consumo desenfreado, quais sejam: a exclusão social e os prejuízos ambientais (PÁTEO, 2012; VARGAS, RECH, 2008).

É interessante notar que a lógica da sociedade de consumo nega a construção feita pelo pensador húngaro Karl Polanyi (2000), o qual acre-

ditava estarem a economia e suas mercadorias a serviço das pessoas e em harmonia com a natureza. Através da economia substantiva, vê-se que, ao contrário, são as pessoas e a natureza que estão a serviço das pretensões mercantis e consumistas.

A partir do todo relatado, assiste-se a um momento de novos e urgentes desafios, sobretudo no que diz respeito aos processos de intervenção social, fazendo surgir ações coletivas com questões e demandas diferenciadas.

A transição para um novo modelo de desenvolvimento parte da modificação dos paradigmas vigentes de produção e de consumo, fenômeno que tem sido percebido em importantes iniciativas nas últimas duas décadas. Dentre elas, destaca-se a construção de redes alternativas, foco privilegiado da atenção de grupos sociais, nas quais se propõe que pessoas, famílias, comunidades, territórios e o próprio Estado reassumam a responsabilidade pelas práticas de produção, distribuição e consumo. É nesse contexto que surge o chamado “movimento de economia solidária” (MORAIS; BORGES, 2010).

Com isso, o objetivo desse capítulo é ampliar a compreensão sobre a ação mercadológica dos empreendimentos de economia solidária através de uma análise sócio-histórica do mercado, a

partir das obras de Karl Polanyi e Adam Smith.

A pergunta a ser respondida é: os empreendimentos de economia solidária podem interagir com o mercado sem perder de vista o seu caráter alternativo frente ao capitalismo?

2. O resgate histórico do mercado e sua genealogia

O mercado existe desde o primeiro escambo entre dois seres humanos, mas temos que nos perguntar como ele foi se desenvolvendo até chegar na importância que tem hoje. A economia e o mercado têm significados deturpados e restritos atualmente com relação a sua própria etimologia e a sua natureza primordial. Isso é fruto de um processo histórico de transformação do seu objetivo e do seu significado.

Polanyi (2012) afirmou que o termo “econômico” possui dois significados, que nada têm em comum, pois são independentes e possuem raízes distintas. Um dos significados consiste na chamada economia formal, enquanto o outro, na economia substantiva, conforme estar explicitado a seguir:

A economia formal provém do caráter lógico da relação meios fins,

como em economizar ou conseguir algo a baixo preço; desse significado provém a definição de econômico pela escassez. O segundo, o significado substantivo, aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente; eis a origem da definição substantiva do econômico (POLANYI, 2012, p. 63).

A economia substantiva tem relação com a origem da economia desenvolvida por Aristóteles – do grego *oikonomia*, junção dos termos *oikos* (casa) e *nomos* (lei), ou seja, o fazer/administrar a casa. Tratava-se, pois, de um ramo do conhecimento destinado a abranger apenas o campo comunal da atividade econômica, em suas mais simples funções de produção e distribuição. Nesse sentido, a economia é inerente e natural ao ser humano, já que está atrelada à sua própria atividade doméstica, tendo como objetivo a reprodução material da própria vida. Na economia substantiva, a natureza tem um papel central, pois o ser humano depende dela para prover suas necessidades materiais, sendo a riqueza considerada como pública a todos os seres. Ressalte-se que este conceito de economia abrange a produção e distribuição dos bens estritamente necessários (LEFTWICH, 2006; LISBOA, 2000; POLANYI, 2000; POLANYI, 2012).

Já a economia formal assim denomina-se por sua relação com conceitos lógicos e matemáticos e por possuir influência da “crematística”, que consiste na forma artificial ou mercantil de adquirir bens. Este conceito de economia parte do pressuposto de que todo bem material é escasso e de que a economia deve tratar justamente das diversas escolhas para potencializar o valor desses bens. Note-se, deste modo, que a economia formal visa a geração de riqueza através do acúmulo de bens e dinheiro; segundo sua lógica, as pessoas tendem a aumentar seus bens e dinheiro ao infinito, com o intuito de acumular mais poder (LISBOA, 2000; POLANYI, 2012).

Aristóteles assinala que a economia acima descrita – economia formal – consiste em uma falsa riqueza, uma vez que trata do supérfluo e não visa a assegurar a subsistência das pessoas. Ou seja, trata-se de uma forma falsa de riqueza – porquanto ela não se autorreproduz, sendo criada artificialmente pelo ser humano, sem ligação com a natureza –, além de pautar-se em uma lógica individualista, portanto não comunitária (LISBOA, 2000; POLANYI, 2012).

Com a expansão do comércio, a economia formal ganhou força e a economia substantiva foi sendo abandonada e substituída pela lógica do va-

lor e preço. Nesta lógica, o valor é determinado pela utilidade e escassez de modo que, quanto mais escasso e necessário for um bem, maior será seu valor. Um exemplo deste funcionamento é o valor da terra: se há uma justa distribuição da terra, todos poderão ter terras suficientes para exercer atividades econômicas, inclusive para o autossustento; mas na medida em que há uma concentração de terras nas “mãos” de poucas pessoas, haverá a escassez e, conseqüentemente, a terra passará a ter determinado valor e preço – por sinal, valores e preços elevados (LISBOA, 2000).

Essa imbricação entre a noção de riqueza e às noções de valor e preço foi construída com base em interesses e crenças dominantes na época. Nela, a escassez passa a ser uma construção artificial que se dá através do controle da oferta e da demanda, obedecendo a interesses que visam à manutenção do *status quo*². Há, portanto, uma construção permanente de escassez, destinada a manter o mercado atrelado à concentração, fenômeno que se manifesta nas mais diversas formas, sobretudo no consumismo e no desperdício. Note-se que esta destruição sistemática da relação entre riqueza e natureza foi fundamental para que

2 Ou seja, a manter o poder concentrado nos atores econômicos do período.

a racionalidade econômica moderna reduzisse a riqueza àquilo que possui valor; deste modo, a riqueza de um indivíduo é tanto maior quanto maior for o valor de troca dos seus bens (LISBOA, 2000).

Este trabalho acredita que a subordinação da natureza à falsa ideia de riqueza, acima descrita, consiste em grave equívoco, responsável por consequências importantes ao longo do tempo, motivo pelo qual importa avaliar como se deu, historicamente, este processo. Para tanto, cabe de início analisar um dos precursores deste fenômeno: Adam Smith.

2.1. A CONTRIBUIÇÃO DE ADAM SMITH: O MERCADO COMO MEDIADOR DAS RELAÇÕES SOCIAIS

A obra do economista escocês Adam Smith teve como máxima a busca pela totalização de todas as atividades sociais manifestadas através de um mercado autorregulado, ainda que para tanto fosse necessária a inserção de necessidades artificiais ou fictícias nas pessoas. Para criar e atender a essas necessidades, tudo deveria tornar-se mercadoria, a ser comercializada em um mercado, com base numa regulação automática dos preços, da oferta e da demanda (CUNHA, 2012).

Na elaboração de sua teoria, Smith contou com a influência de diversos autores, os quais tratavam o processo por ele estudado a partir de pressupostos – questionáveis – acerca de uma natureza humana, tendo como objetivo a naturalização das desigualdades e a acumulação de capital (GAMEN, 2000).

De Thomas Hobbes, Smith incorporou a ideia de pacto social materializado pelo Estado. Em tal teoria, o “homem” é visto como um ser bruto e animalizado, ou seja, ignorante e movido por paixões destrutivas como a concorrência e a desconfiança. A partir desse pressuposto, Hobbes supõe que houve a criação de um pacto social como solução para que os seres humanos não se auto-destruíssem, um pacto garantidor dos direitos à vida e da possibilidade de convívio numa sociedade (GAMEN, 2000).

Também em John Locke nota-se a ideia do contrato social, justificada agora com base em supostas leis da natureza, a partir das quais Locke igualou a propriedade e a herança aos direitos à vida, à liberdade e à saúde – todos supostos direitos inatos do ser humano. O que diferenciaria os homens, na teoria de Locke, seriam suas qualidades laborais; deste modo, Locke justificava e naturalizava a existência da hierarquia entre os

homens a partir do conhecimento, ou seja, justificava que alguns homens tivessem direito a maiores porções de terra (GAMEN, 2000)³.

Tais construções teóricas mostram-se indispensáveis para a formação da obra de Smith, sobretudo a noção de direito de propriedade – agora associada à liberdade e ao direito à vida –, a partir da qual Locke lança as bases do direito na sociedade capitalista e liberal, estendendo e completando a ideia hobbesiana do Estado protetor (GAMEN, 2000).

A partir da análise das influências de Smith, percebe-se que sua tese se insere perfeitamente no contexto da época – em que o ser humano coloca-se como centro do universo –, integrando uma construção teórica realizada a muitas mãos. Assim, ainda que sua tese haja se diferenciado dos pensadores que o influenciaram, em geral (nos pontos mais fundamentais) houve um diálogo intenso e concordante entre os pensadores da filosofia política e moral dos séculos XVII e XVIII. Ganem (2000) sintetiza bem as influências sofridas por Smith:

3 Vale ressaltar que com base neste princípio Locke justificou, por exemplo, a escravidão e o extermínio das populações indígenas, com o argumento de que estes seres primitivos não estariam associados ao restante da humanidade desvalorizando o seu trabalho.

Tendo como pré-condição o direito liberal, que garante o direito à vida, à liberdade e à propriedade (tomados de Hobbes e Locke), a ordem social estaria assentada no seu fundamento último: o indivíduo e suas paixões mobilizadoras. Estas paixões não estariam mais associadas ao desejo de poder e glória (Hobbes, Montesquieu), mas transmutadas na paixão de ganhar dinheiro, de acumular infinitamente, de comprar toda sorte de mercadorias, e sedimentariam o interesse privado da busca constante de melhorar sua própria condição (Hume). Esta paixão calma, estável e universal, no sentido de ser comum a todos os homens, estaria livre das idéias de vício e de pecado (Mandeville) e teria como grande aliada a razão expressa na previsibilidade e na prudência. No segundo plano, teríamos um operador, a mão invisível, que, substituindo o legislador, permitiria que a busca desses interesses não resultasse na guerra (Hobbes), mas na paz, expressão do interesse coletivo realizado. O mercado, como fator de integração social, atinge todos os planos e, superando o comércio entre nações (Montesquieu), se traduziria no próprio mecanismo de organização da sociedade liberal. A mão invisível, em substituição ao legislador, se tornaria, portanto, o operador último dessa nova ordem social. Esta adquiriria autonomia explicativa nos fundamentos do indivíduo e descartaria para a explicação de sua emergência o contrato social (Hobbes) (GANEM, 2000, p. 19).

O que fez com que o pensamento de Smith

se destacasse dentre os demais neste período foi a superação da fórmula do contrato fornecida pela filosofia política nos séculos XVII e XVIII. Ao conceber que a liberdade individual (a busca pelo interesse próprio) não se contrapunha ao bem comum e ao desenvolvimento da civilização (ao contrário, promoveria o seu bem-estar), a teoria de Smith dissipou os possíveis conflitos inerentes a uma sociedade hierarquizada, cristalizando relações de poder. Com a popularidade de suas ideias, o mercado pôde transformar-se em mais do que um ambiente de troca, passou a ser o principal modo de ditar a forma de organização e viabilização social (CERQUEIRA, 2004; GANEM, 2000, SMITH, 1983).

Outro legado importante da obra de Smith foi a consolidação do princípio da divisão do trabalho, que se constituiu em uma das bases de organização para a Revolução Industrial. Smith assinala que o ser humano não logra produzir tudo aquilo que precisa para viver, de modo que, a fim de suprir esta falta, seria necessária a troca do seu trabalho (ou o resultado dele) com outras pessoas. Partindo desse pressuposto, mas também através de uma visão restrita dos significados de troca, Smith conclui pela naturalização dos seres humanos como comerciantes necessários e, com isso, define que o crescimento da riqueza é resultado

da divisão do trabalho (CERQUEIRA, 2004).

A relação entre a riqueza e a divisão do trabalho, nos moldes do pensamento de Smith – dá-se da seguinte forma: a divisão social do trabalho aumenta a produtividade na medida em que o indivíduo tende a especializar sua produção e buscar vantagens comparativas para trocar/comercializar. Dessa maneira, diz Smith, todos se beneficiam, uma vez que se torna possível comprar qualquer parcela da produção do “talento” alheio, de acordo com suas necessidades, ao invés de terem que contar apenas com suas habilidades pessoais. A partir desta divisão social do trabalho, os processos produtivos adquirem tempos e custos distintos, dando início à constituição de preços diferenciados de cada produto. (RUBIN, 1929; SMITH, 1983).

Observe-se que, com base nesta teoria, se cada pessoa perseguir seu próprio interesse, haverá, como resultado, a realização do interesse dos demais, porque, para Smith, com o atendimento das necessidades e pretensões coletivas, as contradições entre os interesses individuais e os malefícios da concorrência – como falências, desemprego, dentre outros – ficariam em segundo plano (GANEM, 2000; SMITH, 1983).

Em suma, Smith sugere que qualquer re-

gulação externa não é capaz de promover o bem da humanidade, pois somente o funcionamento espontâneo do mercado tem tamanha capacidade. Esta afirmação tem como premissa a ideia de que, se todo ser humano seguir seu caminho natural – qual seja, o de perseguir seus interesses próprios – e tiver assegurada uma condição mínima de justiça, as ações econômicas terminariam por proporcionar o bem-estar para toda a nação, sem que o Estado tenha que intervir diretamente sobre elas e sem que os homens tenham que contar com a generosidade e benevolência de seus semelhantes. Com isso, Smith conclui ser possível promover o desenvolvimento do comércio com as virtudes cívicas e valores morais, uma vez que há a mão invisível conciliando a busca do interesse individual com a manutenção da ordem e coesão social (CERQUEIRA, 2004; SMITH, 1983).

É inegável a importância histórica da obra de Adam Smith, em especial na “Riqueza das Nações”, que se tornou a matriz teórica para a construção do mercado autorregulado e do neoliberalismo, a partir de uma visão sobre a essência da sociedade e a sua harmonização a partir das relações de troca. Porém aqui se acredita que este ganho veio acompanhado de um empobrecimento da teoria econômica, uma vez que o pensamento de Smith

ignora a ampla variedade de considerações morais que determinam os comportamentos humanos, centrando-se apenas nas motivações ditadas pelo interesse pessoal. A partir de Smith, o discurso e a teoria econômica ganham destaque e iniciam um processo de autonomia com relação à ética e à filosofia política (CERQUEIRA, 2004).

2.2. A CONTRIBUIÇÃO DE KARL POLANYI: RECIPROCIDADE, A REDISTRIBUIÇÃO, A DOMESTICIDADE E A PERMUTA E A TROCA COMO ELEMENTOS HISTÓRICOS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Outro grande pensador dos fenômenos econômicos, Karl Polanyi (2012) considera que a construção economicista foi um erro teórico, embora reconheça a importância para a época das contribuições de Adam Smith para a construção da economia enquanto disciplina:

Adam Smith tornou-se fundador da economia política por ter reconhecido, ainda que de forma tênue, a tendência para a interdependência desses diferentes tipos de preços, quando eles eram transformados em mercados competitivos. Na origem, essa explicação da economia em termos do mercado foi apenas uma forma sensata de relacionar novos conceitos e novos fatos (POLANYI, 2012, p. 50)

Polanyi, em “A Grande Transformação”, contra-argumenta a proposta do mercado autorregulado, analisando aspectos históricos relacionados ao papel da economia na sociedade. Para o autor, o argumento do “homem em seu estado natural” desconsiderou quaisquer comportamentos guiados por outras motivações que não fosse a motivação econômica, ignorando assim a cultura do ser humano e sua história para entender a realidade. Portanto, a natureza humana foi descolada da sua maior construção histórica, a cultura, e num período quando a permuta e a troca aconteceram pela primeira vez em uma escala considerável, a sociedade esqueceu-se do passado para resumir, naquele momento, toda a sua história. Naturalizou-se então a propensão do homem pela troca ou barganha, embora esta nunca houvesse se manifestado na humanidade (POLANYI, 2000).

Um dos primeiros argumentos de Polanyi (2000) foi de que as leis de mercado (oferta, procura, preço) não haviam desempenhado até então um papel de protagonismo. Antes, a economia era permeada pelas relações humanas e estas relações não se limitavam apenas ao âmbito econômico no sentido restrito do termo. Embora a instituição “mercado” estivesse sempre presente na história humana, ela não tinha este destaque; o

“seu papel era apenas incidental na vida econômica” (POLANYI, 2000, p. 59).

Para Polanyi, mais grave do que negar esse processo histórico é “ampliar o conceito de mercado para fazê-lo abarcar todos os fenômenos econômicos e atribuir a todas as questões econômicas as características peculiares que acompanham um fenômeno específico” (POLANYI, 2012, p. 48).

Originalmente, o mercado consistia em local onde se compravam ou se trocavam, em pequenas quantidades, os artigos de primeira necessidade. Em sociedades pré-modernas, o mercado apresentava-se como sistema comercialmente fechado e altamente regulado, circunscrito a território bastante limitado geograficamente. Nestas sociedades, a garantia dos meios materiais e a ordem da produção e consumo dava-se através de quatro formas econômicas básicas: reciprocidade, redistribuição, domesticidade e troca (LISBOA, 2000; VINHA, 2003; POLANYI, 2000, LAVILLE, 2001, CERQUEIRA, 2001).

Na forma econômica conhecida por reciprocidade, a relação estabelecida entre grupos ou pessoas dava-se no intuito de manifestar algum elo social entre as partes – tal como na família – e desenvolvia-se mais favoravelmente em organizações comunitárias pautadas na simetria social –

sociedades igualitárias (LAVILLE, 2001).

Já a forma de redistribuição encontrava contexto mais propício em comunidades baseadas na centralidade – sociedades com Estado de tipo despótico ou burocrático –, de modo que a responsabilidade pela partilha da produção entre a população competia à autoridade central. Estabelecia-se, assim, uma relação na qual a autoridade central impunha obrigações, cabendo aos demais subordinarem-se. Dentre outras características desta forma econômica, é válido ressaltar a proporcionalidade entre dimensão do território e variedade dos produtos com relação à divisão do trabalho, favorecendo assim a aproximação de grupos geograficamente distantes (LISBOA, 2000; CERQUEIRA, 2001, LAVILLE, 2001, POLANYI, 2000).

Tanto na redistribuição quanto na reciprocidade, havia situações de disputa por poder e de desigualdades. Em ambas, no entanto, as relações econômicas estavam, ainda, umbilicalmente ligadas a outro tipo de relação social, de modo que seus sistemas econômicos eram, em alguma medida, guiados por motivações não econômicas, independentemente da forma de organização societária assumida (CERQUEIRA, 2001; VINHA, 2003; POLANYI, 2000).

Polanyi (2000) ressalta, ainda, outra forma

econômica encontrada nas sociedades pré-mo-
dernas: a domesticidade. Seu princípio fundamen-
tava-se na produção para o consumo ou uso pró-
prio, bastante similar ao que vemos atualmente na
agricultura, em especial a agricultura familiar. Em-
bora seus agentes comercializassem os exceden-
tes da produção, este fato não descaracterizava
a domesticidade, pois a finalidade precípua
continuava sendo a satisfação das necessidades
próprias do grupo.

Todos os sistemas conhecidos até o feuda-
lismo eram pautados em pelo menos um dos três
princípios acima descritos (domesticidade, reci-
procidade ou redistribuição) ou em uma combina-
ção destes. A partir do século XVI, com o aumento
da relevância das relações econômicas, a atividade
atraiu a atenção dos governos (POLANYI, 2000).

Inicialmente, a permuta/troca ocupava um
lugar subordinado na reciprocidade ou na redis-
tribuição, sendo pouco determinante na vida so-
cial da época, já que não conseguia abranger toda
a produção e consumo. Na troca/permuta, há o
encontro entre a oferta e a demanda de bens e
serviços para fins de troca através da fixação de
preço (quando em grande quantidade), onde cada
parte é livre para buscar sua vantagem e construir
os seus contratos sociais a partir de um cálculo

de interesse. Há, portanto, uma motivação exclusivamente econômica pelo ganho individual e, ao contrário dos sistemas vistos (formados por laços sociais), a relação encerra-se na própria troca (POLANYI, 2000; LAVILLE, 2001; CASTILLA-CARRASCAL 2011; CERQUEIRA, 2001; CUNHA, 2012).

Durante os séculos XV e XVI, assistiu-se ao fortalecimento do mercado, sobretudo devido à ampliação do comércio externo, extrapolando os limites do mercado local. A partir deste fenômeno, a troca fortaleceu-se enquanto forma de relação, conforme destaca-se a seguir:

Assim, tanto quanto os dois princípios mencionados anteriormente, a troca precisa estar associada a um padrão institucional para se efetivar. Ao contrário daqueles dois princípios, porém, o padrão de mercado, associado à troca, é mais específico que os padrões de simetria e centralidade. Nestes, os atos de produção e distribuição se processam através de instituições cuja função não é exclusiva nem primordialmente econômica. Por outro lado, o princípio da barganha cria uma instituição cuja única função é processar atos econômicos. Deste modo, o quadro se inverte: se antes os atos econômicos estavam submersos em relações sociais, a partir da criação do mercado a sociedade é que se tornará um apêndice de um sistema econômico organizado

em instituições separadas e baseado em motivos específicos. Toda a reprodução social passa a depender dos preços que cada bem — entre os quais, o trabalho e a terra — alcancem no mercado (POLANYI, 2000, p. 59)

O comércio externo desenvolveu-se, portanto, sem se relacionar com a organização interna da economia, mas a partir da construção do chamado mercado externo, resultado da intervenção deliberada dos Estados-Nação europeus, dando início ao mercantilismo.

Vale destacar que, no período do mercantilismo, o campo político – representado pela figura do Estado – e o campo econômico – representado pelo mercado – estavam próximos. Posteriormente, no entanto, houve a emancipação do discurso econômico com relação ao político, sendo esse um dos pontos principais para o surgimento da economia de mercado. Cabe lembrar que tal emancipação foi bastante propiciada pela popularidade das ideias de Adam Smith, já que sua teoria caracterizava as ações econômicas como possuidoras de caráter moral intrínseco, naturalmente orientadas para o bem (CERQUEIRA, 2004; POLANYI, 2000).

A ampliação do comércio externo fomentou o surgimento de comércio interno e/ou nacional em muitos lugares, desenvolvendo a estrutura das

idades – portos, estradas, dentre outros. Além disso, enquanto no mercado local o princípio da reciprocidade era mais percebido, no comércio externo era fomentada a competição, pois produtos de diferentes origens e similares passaram a concorrer uns com os outros (POLANYI, 2000)⁴.

Com o fortalecimento do comércio, as cidades medievais tornaram-se grandes centros, marcados pela distinção entre burgueses e não burgueses. Um aspecto fundamental na formação destes centros foi a chegada de comerciantes de outros locais, fato que desorganizou o aparato produtivo local. Esta desorganização deu-se porque, ao contrário do que antes ocorria no mercado local (em que era possível uma regulamentação natural pela relação próxima entre comprador e produtor), com a vinda dos produtores “estrangeiros”, houve completo desequilíbrio entre produ-

4 Neste ponto, cabe esclarecer uma questão desconhecida por muitos acerca do papel do dinheiro neste momento histórico. Ao contrário do que se pensa, o dinheiro não contribuiu, enquanto um mecanismo de facilitador da permuta/troca, para uma maior agilidade na construção do homem econômico, pois em nenhum momento o sistema econômico reduziu-se a seus padrões. Tampouco houve, como habitualmente se diz, uma evolução natural, na qual o “crescimento” do comércio local e de vizinhança resultou no comércio interno e externo. Como dito antes, foi a intervenção estatal, permeada de interesses, que contribuiu para esta “evolução” (POLANYI, 2000).

ção e consumo, afetando o equilíbrio entre oferta e demanda local. Com isso, as cidades passaram a buscar no Estado os sistemas de regulamentação do mercado, com o intuito de proteger seu comércio ameaçado. O resultado foi a nacionalização da comercialização por parte do Estado em seu território (POLANYI, 2000). Veja-se:

O mercantilismo destruiu o particularismo desgastado do comércio local e intermunicipal, eliminando as barreiras que separavam esses dois tipos de comércio não-competitivo e, assim, abrindo caminho para um mercado nacional que passou a ignorar, cada vez mais, a distinção entre cidade e campo, assim como as que existiam entre as várias cidades e províncias (POLANYI, 2000, p. 69).

Percebe-se nitidamente que a troca mercantil opõe-se à reciprocidade porque nesta as relações econômicas e as relações humanas são indissociáveis, dificultando as disputas por reconhecimento e poder ligadas diretamente ao ganho individual. A troca redistributiva distingue-se ainda da reciprocidade na medida em que, na redistribuição, havia submissão a um poder central. Neste novo período, no entanto, o que prevaleceu foi um extenso sistema de regulação contra os riscos oferecidos por mercados monopolizados dentro das esferas nacionais. Este princípio do mercado

não supõe, portanto, uma imersão nas relações sociais, ou seja, ele não é necessariamente produzido pelo sistema social, ao contrário do que antes se observava nos demais princípios econômicos (LAVILLE, 2001; POLANYI, 2000).

2.3. A IMPORTÂNCIA DO MERCANTILISMO PARA A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O mercantilismo foi uma resposta a vários desafios surgidos na época, tais como o estado centralizado (figura recente na história), a política externa e o estabelecimento de um poder soberano, a nacionalização do mercado. Seu início deu-se, porém, sempre com uma intensa regulamentação; assim, é importante destacar que a regulamentação e os mercados cresceram juntos (POLANYI, 2000).

Apesar destas novas características do mercantilismo, a base do seu sistema econômico permaneceu ligada às unidades domésticas camponesas, ainda organizadas segundo os princípios de redistribuição ou domesticidade, porém agora integradas nacionalmente através de um mercado interno regulado pelo Estado. Quanto à terra, por sua vez, nota-se que não houve mudança de situa-

ção regulamentar com relação ao feudalismo, época em que a posse e o uso da terra – base de toda a organização social – eram regidos por regras legais e costumeiras completamente estranhas às regras do mercado; e assim manteve-se no mercantilismo. O mesmo deu-se com a organização do trabalho, cuja única diferença importante foi a modificação da regulação para o plano nacional. Nesses pontos, portanto, o mercantilismo mantinha as mesmas características dos regimes anteriores, mantendo-se avesso à ideia de comercialização da terra e do trabalho (CERQUEIRA, 2001).

O mercantilismo preparou terreno para mudanças mais profundas, as quais se deram com a Revolução Industrial, ocorrida no final do século XIX, marca de uma nova era do capitalismo mundial. Assim:

(...) constituiu-se, de fato, um novo padrão de produção e de consumo, com base em modernos sistemas de produção e de comercialização (...) como a utilização de uma série de produtos propiciada pela eletricidade e pelos avanços na indústria de bens de consumo duráveis, com elevadas escalas de produção e de consumo (MORAIS; BORGES, 2010, p. 14).

Na primeira etapa da Revolução Industrial, houve aumento da produção dos trabalhadores,

sem que necessariamente tivessem que vender a sua força de trabalho, de modo que mercador e trabalhador coexistiam. Esta coexistência, no entanto, foi abalada com a chegada das grandes máquinas no processo produtivo, fato que alterou sobremaneira a economia mundial. A consequência mais importante da Revolução Industrial foi, no entanto, a instauração de um clima de esperança, uma forte crença social de que o ser humano, livre das amarras do Estado, potencializaria naturalmente as trocas, de modo que “todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais” (POLANYI, 2012, p. 42).

A Revolução Industrial iniciou, ainda, a formação do mercado autorregulável. Uma vez que as máquinas mais complexas eram rentáveis somente quando produziam em grande quantidade, a produção não podia parar por falta de matérias primas ou mão de obra, assim como era necessário que fosse assegurada uma escala também no consumo, de modo a garantir a saída de mercadorias. Para que estas variáveis estivessem todas sob controle, foi necessário que elas (variáveis como matéria prima, mão de obra, consumo) estivessem à venda, ou seja, se tornassem também mercadorias. Deste modo, o mercador (dono dos meios de

produção) podia dominar todos os fatores que determinavam a produção e comercialização em escala, utilizando-se de seu poder financeiro adquirido no próprio início da Revolução Industrial; caso contrário, a produção com a ajuda de máquinas especializadas tornar-se-ia demasiado arriscada. A partir desta nova configuração, iniciou-se um processo em que todo bem necessário para garantir o lucro do mercador podia ser transformado em mercadoria (POLANYI, 2000).

Essa mudança de mercados regulados para mercados autorregulados, ao final do século XVIII, representou uma transformação completa na estrutura da sociedade, marcando a separação entre o político – representado pelo Estado – e o econômico – representado pelo mercado. A partir deste momento, o conhecimento econômico, considerado como técnico científico, ganhou uma área de imparcialidade, de modo que se convencionou subordinar todos os demais campos da vida social ao campo econômico (POLANYI, 2000).

Para que essas variáveis estivessem sob controle, e assim se desenvolvesse a indústria, surgiu a necessidade de que houvesse uma desregulamentação do mercado, fazendo com que a terra, o dinheiro e o trabalho não estivessem sob a tutela do Estado. Essa “migração” não somente

atendia a interesses econômicos de poucos, como também encontrava respaldo na ideia de que as pessoas livres no mercado conseguiriam atender de maneira plena a resolução dos seus problemas. Assim, sendo a terra, o dinheiro e o trabalho importantes para a finalidade mercantil, era preciso que eles ficassem livres dessa tutela e se transformassem em mercadorias.

Polanyi (2012) chama atenção para a gravidade desta situação acima relatada:

O que antes era apenas uma ligeira expansão de mercados isolados transmutou-se para um sistema autorregulado de mercado e o passo principal foi a transformação do trabalho e terra em mercadorias. Eles não eram mercadorias pois não foram produzidos (como a terra) ou, se haviam (como o trabalho), não visavam a venda. Quando eles passaram a ser vendidos o mercado os absorveu. (...) O verdadeiro alcance desse passo pode ser estimado se lembrarmos que trabalho é apenas um outro nome para o ser humano, e terra, outro nome para a natureza (POLANYI, 2012, p 53).

A este debate, agrega-se mais um elemento central: o dinheiro, um símbolo do poder de compra. Como regra, o dinheiro não foi produzido com para ser vendido; no entanto, ele adquire características de mercadoria através de mecanismos

dos bancos e das finanças estatais. Juntos, eles formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico, sendo o ponto central deste debate (POLANYI, 2000). Assim, toda a sociedade passa a ser afetada, já que a inclusão da natureza e do ser humano no mercado significou “subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado” (POLANYI, 2000, p.84).

Foi nesse contexto que a falsa ideia de riqueza, relatada no começo desse capítulo, tomou força, transformando a sociedade humana em acessório do sistema econômico, porque uma economia de mercado só pode funcionar em uma sociedade de mercado, condição que resulta no desmoronamento da sociedade, desprovendo o ser humano de sua instituição cultural e de sua liberdade. O homem passa a ter como motivação de trabalho o rendimento e a natureza, por sua vez, sucumbe a elementos mínimos, sendo mera fornecedora de matéria-prima. O poder de compra manifestado através do dinheiro liquidaria a economia, já que há uma tendência de variação entre momentos de excesso e/ou falta do dinheiro, fazendo com que as empresas, principalmente as de pequeno porte, não suportassem tal comportamento do mercado (POLANYI, 2000; LISBOA, 2000).

Sobre a economia de mercado, temos que

“um sistema autorregulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado” (POLANYI, 2000, p. 45). Assim, na autorregulação, tem-se que toda a produção é para a venda no mercado – inclusive a mão de obra – resultando nos rendimentos. Polanyi analisa as consequências desse sistema:

Por conseguinte, há mercados para todos os componentes da indústria, não apenas para os bens (sempre incluindo os serviços), mas também para o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados, respectivamente, preços de mercadorias, salários, aluguel e juros (POLANYI, 2000, p. 74)

A partir desse cenário, viu-se consolidar a mudança de motivação da ação por parte da sociedade: o lucro passa a substituir a motivação da subsistência e a riqueza passa a ser determinada pelo valor e pelo dinheiro. Com o tempo, toda a sociedade torna-se dependente do ciclo da produção para obter renda, emprego e provisões, conforme Polanyi (2012) nos relata abaixo:

No início, a identificação falaciosa dos “fenômenos econômicos” com os “fenômenos de mercado” foi compreensível. Mais tarde ela se tornou quase numa necessidade prática da nova sociedade e do estilo de vida

que nasceram das dores da Revolução Industrial. O mecanismo de oferta-procura-preço, cujo aparecimento produziu o conceito profético de “Lei econômica” converteu-se rapidamente numa das forças mais poderosas que já entraram no cenário humano. (...) O mercado formador de preços, que antes existira apenas em amostras, em alguns portos comerciais e poucas bolsas de valores, mostrou sua espantosa capacidade de organizar os seres humanos como se fossem simples quantidades de matéria-prima e de combiná-los – junto com a terra – em unidades industriais comandadas por pessoas privadas, que se dedicavam sobretudo a compra e venda com fins lucrativos. Num período extremamente curto, a ficção mercantil aplicada ao trabalho e à terra transformou a sociedade humana. A identificação da economia com o mercado foi colocada em prática. A dependência essencial do ser humano em relação a natureza e a seus semelhantes, para obter meios de subsistência foi posta sob o controle dessa moderna criação institucional de poder superlativo, o mercado que se desenvolveu da noite para o dia a partir de um começo modesto. Essa engenhoca institucional, que se tornou a força dominante da economia – economia de mercado – originou um fenômeno ainda mais extremo: uma sociedade inteira inserida no mecanismo de sua própria economia – a sociedade de mercado. (POLANYI, 2012, p. 51/52)

Dentro desta nova lógica, onde tudo se torna mercadoria, é importante aos detentores dos meios de produção que a escassez seja construída para a potencialização do lucro, devendo haver, por exemplo, poucas vagas de trabalho, para que se paguem baixos salários; e abundância de insumos, para que o seu valor seja baixo. Os que têm mais acesso ao dinheiro passam a deter o poder de controle para concentrar a terra, meios de produção e contratação das pessoas. Insta observar que tal concepção de escassez vai de encontro ao entendimento da economia substantiva, para a qual há uma não infinidade de recurso – que nada tem a ver com a pouca quantidade – negando, portanto, que o sustento da humanidade seja por escassez de recursos, senão por sua má distribuição.

Se antes havia uma lógica de estabilidade do preço, em que a variação do preço ficava restrita ao comércio e às finanças – já que o trabalho, a terra, e a moeda não eram considerados mercadoria e assim não podiam ser comercializadas –, a partir do fortalecimento do comércio exterior tornou-se comum a promoção da variação do preço com objetivo de potencializar o lucro (POLANYI, 2012).

Ora, uma vez que o dinheiro se transmutou de um meio de compra para uma mercadoria, assim como a própria mão de obra do trabalhador

– ficando submetida às flutuações de valores já descritas – e considerando que as pessoas foram distanciadas da terra e desprovidas da atenção do Estado enquanto cidadãos, o que lhes resta? Resta-lhes apenas venderem sua mão de obra, para a obtenção de recursos que atendam ao menos suas necessidades básicas – como alimentação. A fome foi, nesta época, uma condição social nova para os trabalhadores. Nas sociedades pré-modernas, a fome acontecia apenas nos casos em que toda a sociedade sofresse com algum problema; além de haver outros incentivos que levavam as pessoas a participarem na produção, como o orgulho, o prestígio, a dignidade, o status, dentre outros (LISBOA, 2000).

O mercado autorregulado valeu-se, portanto, do medo que o trabalhador tinha de ser privado de sua necessidade básica: o alimento. Por outro lado, o ânimo por lucro do empregador contribuiu para a perpetuação do sistema, com a compra de alimentos, insumo e produtos por valores mais baratos, a fim de vender a valores mais altos. Essa imposição de que o trabalhador vendesse sua mão de obra a baixos valores fez com que se acreditasse que o homem era fatalmente regido apenas por incentivos materiais, visão errônea e a-histórica, porém conveniente à naturalização e explicação da ação econômica dos homens (POLANYI, 2012).

Neste ponto, cabe fazer uma importante observação acerca da ideia de mercado autorregulado, cujos reflexos são absolutamente marcantes na sociedade contemporânea: embora de fato possua o mercado como sua instituição central, o mercado autorregulado nunca foi experimentado tal como conceitualmente formulado, porque a não intervenção do Estado nunca se deu de maneira efetiva, vez que sempre houve instituições públicas regulando, de alguma maneira, o mercado (POLANYI, 2012; LISBOA, 2000). Observe-se:

O capitalismo liberal foi a resposta inicial do homem ao desafio da revolução industrial. Para dar margem à utilização de uma maquinaria complexa e poderosa, transformamos a economia humana em um sistema autorregulado de mercado e moldamos nossos pensamentos e valores com base nessa inovação singular. Hoje começamos a duvidar da verdade dessas ideias e da validade de alguns desses valores. Fora dos Estados Unidos, já mal se pode dizer que o capitalismo liberal continue (POLANYI, 2012, p. 209).

Mesmo que hoje se questione o capitalismo liberal, trata-se apenas de uma “vitória parcial”, pois por mais que seja inegável seu impacto na sociedade contemporânea, persistem algumas dessas “certezas” que ainda hoje refletem uma estre-

ta compreensão da economia pela sociedade. Por fim, de acordo com o conteúdo analisado neste tópico, pode-se resumir tal compreensão equivocada em cinco reducionismos: a redução de toda economia à economia de mercado; a redução de todo mercado ao mercado autorregulado; a redução de toda empresa econômica à empresa capitalista; a redução da política ao Estado; e a redução da ação humana à ação interessada (GAIGER, 2007; FRANÇA FILHO, 2007).

3. A construção de mercados plurais e a economia solidária

A permissão para que o mercado fosse o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, com base em ideias ultras simplificadas, poderia ter provocado danos muito mais sérios à sociedade, não fossem os movimentos de resistência a este mecanismo altamente destrutivo (POLANYI, 2000). Sempre houve, ao longo da história, vozes propondo a construção de um novo modelo econômico que se contrapusesse à dominação do capital. Neste sentido, Felipe Vella Pateo (2012) destaca:

Desde começos do século XX já é travado um debate a respeito da

existência, dentro da sociedade capitalista, de formas não-capitalistas de organizar a produção. Esse debate, a princípio, se referia principalmente aos camponeses, passando depois a ser aplicado aos “marginalizados” urbanos, chegando por fim à questão da economia solidária. Chayanov (1981) foi um dos pioneiros, no começo do século XX, a identificar que vastas áreas da vida econômica se baseiam em formas não-capitalistas de produção, para as quais não podem ser aplicadas diretamente as categorias capitalistas. É o caso da lógica de reprodução camponesa, cuja utilização das características da vida social rural pode, ocasionalmente, proporcionar vantagens competitivas sobre formas capitalistas de produção mesmo em um sistema econômico predominantemente capitalista (SHANIN, 1986 *apud* PÁTEO, 2012, p. 71)

Muitos destes movimentos foram respostas dos trabalhadores contra a exclusão, opressão e exploração provocada pela Revolução Industrial. Algumas destas respostas deram início ao cooperativismo, que contribuiu significativamente para a existência da economia solidária, conforme aborda Paul Singer:

A economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas deno-

minados utópicos⁵ da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento; a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução (SINGER 2002, p. 13)

Desta forma, temos que o capitalismo industrial foi acompanhado desde sempre pela insurgência de muitas experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação (FRANÇA FILHO, 2002).

Foi neste contexto que surgiram as cooperativas⁶, como tentativas por parte de trabalhado-

5 Ao simbolizarem por meio de sua prática um ideal de transformação social que não passava pela tomada do poder político via aparelho do Estado – mas sim pela possibilidade de multiplicação das experiências, através da construção de uma hegemonia no próprio modo como se operava a economia, isto é, no modo como se reproduziam as condições de produção – tais contribuições tornaram-se conhecidas sob a expressão de socialismo utópico. Vale lembrar que essa expressão vulgariza-se no discurso marxista para fazer oposição a outra expressão: socialismo científico. Ambas refletem assim dois modos distintos de conceber a transformação do sistema capitalista (FRANÇA FILHO, 2002)

6 As cooperativas são a forma de organização mais adequada à caracterização de um empreendimento de econo-

res de recuperar trabalho e autonomia econômica. Sua estruturação, desde o início, obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo, onde se buscava, sobretudo, uma legislação que protegesse a classe trabalhadora contra os desmandos do comércio lucrativo (SINGER, 2002b).

Vê-se, portanto, que a dimensão política própria das experiências que ficaram conhecidas, na sua origem, como economia social, diz respeito à questão do direito ao trabalho, pois as iniciativas de organização do trabalho na economia social aparecem como alternativas à forma dominante de trabalho, pautada em princípios capitalistas (FRANÇA FILHO, 2002).

Este caráter contestador, típico das cooperativas deste período, não se manteve por muito tempo, porque as condições de vida e de trabalho dos proletários passaram por grandes mudanças com o surgimento do Estado de Bem-Estar Social e da consolidação dos direitos trabalhistas, os quais propiciaram à classe trabalhadora salários maiores e direito à organização sindical e à greve – em especial na Inglaterra. A reconciliação do trabalhador com o trabalho assalariado fez com que o

mia solidária.

cooperativismo perdesse seus ideais transformadores e se tornasse uma espécie de empresa participativa, na qual a participação efetiva dos sócios tornou-se gradativamente formal e esvaziada de sentido (FELIPE, 2008). Outro fator que contribuiu para a derrocada do cooperativismo foi a sua relação com o mercado: no afã de serem sustentáveis economicamente, muitas cooperativas deixaram de lado o seu sentido originário, o que também colaborou para seu esvaziamento e para o abandono do seu caráter emancipatório.

Atualmente, a economia social, através da sua relação com o Estado, atua por meio das Organizações Não Governamentais (ONG), as quais prestam serviços para o Estado sem obedecer ao princípio de geração de trabalho para além do emprego, pondo em xeque, inclusive, a prática da autogestão. Assim sendo, mesmo com toda a sua importância inicial na tentativa de frear os avanços da Revolução Industrial, a economia social sucumbiu, transformando-se em mecanismo de multiplicação da hegemonia da própria economia de mercado. Neste cenário, a economia solidária pode ser vista como um movimento de renovação e de reatualização histórica da economia social (FRANÇA FILHO, 2002).

De início, deve-se admitir a contribuição da

economia social para o surgimento do que hoje se chama economia solidária. No entanto é visível que, embora a economia solidária haja aprendido muito com os movimentos históricos (inclusive com a economia social), trata-se de iniciativa própria da América Latina, tendo agregado inúmeras formas de manifestações no campo das finanças, da produção, do consumo, da organização comunitária, dentre outros⁷.

Na América Latina, vem-se desenvolvendo práticas de economia solidária que a colocam como uma força de transformação social, portadora de um projeto de sociedade alternativa no qual outra economia acontece. A perspectiva latino-americana defende, portanto, a ideia de um projeto global alternativo ao capitalismo, diversamente dos ideários europeus que mantêm os vícios da economia social, quais sejam, a compatibilidade com o mercado e com o Estado (BOULIANNE, 2003, apud MORAIS & BACIC, 2009).

Em alguns textos que tratam da economia solidária, não há uma definição consensual ainda acerca do próprio nome dela, sendo também cha-

7 Não se pretende afirmar aqui que não haja economia solidária em outros continentes, mas nota-se que, em muitos países, a distinção entre a economia social e a economia solidária não se faz tão clara.

mada de economia popular solidária, cooperativismo popular, socioeconomia solidária, entre outros. O certo é que a economia solidária, embora tenha o seu termo empregado recentemente, tem raízes mais antigas:

Embora a maioria dos empreendimentos tenha surgido ou ganhado impulso na conjuntura dos anos 90, há experiências mais antigas, cuja formação remete a outras circunstâncias, necessidades e interesses. O solidarismo econômico entre os trabalhadores vem de longa data e materializa-se num conjunto heterogêneo de experiências de diferentes proveniências, em época e lugar, a formar uma história por fios que se entrelaçam em determinados momentos, história da qual a economia solidária é por assim dizer mais um episódio, com um notável poder de revitalização dos ideais emancipatórios, de politização e de convergência das suas diversas expressões concretas (GAIGER, 2004, pag. 6).

Segundo Vicente Macedo de Aguiar (2004), a economia solidária aparece em trabalhos no campo das ciências sociais apenas no final do século passado. No Brasil, a economia solidária está alinhada com o projeto realizado em todo o continente latino americano, e sua história também é recente:

A ES é um fato social novo. A expressão foi usada pela primeira vez em 1996 por Paul Singer e foi em torno dela que, no fim da década de 1990, várias iniciativas passam a ser reconhecidas como pertencentes a uma “outra economia” e os indivíduos e entidades envolvidas com elas passam a se reconhecer como parte de um universo comum. No I Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, diversos agentes entre vários tipos de organizações e indivíduos começam a dar forma a um grupo que a partir daí se expande, ao mesmo tempo que cresce frente ao cenário nacional e se mostra internacionalmente (MOTTA, 2004, pag. 10).

Com isso, pode-se entender a economia solidária como uma alternativa ao desemprego através do trabalho autogestionário, seja na perspectiva de construção de um modelo de desenvolvimento local e horizontalizado, ou simplesmente enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade a partir do cuidado e tendo o ser humano no centro das relações econômicas (FRANÇA 1999; SINGER 2000; VAINER 2000; ARRUDA e BOFF 2000; ARRUDA 1996; CORAGGIO 2000; RAZETTO 1997 *apud* MOURA e MEIRA, 2002).

Retomando Singer (1998), a economia solidária seria o resgate do potencial de revolução do modo de produção, redefinindo, pela práxis autogestionária e cooperativa, o peso de uma visão

das relações entre sociedade, economia e política. Esta ação, considerada anticapitalista, é realizada pelos trabalhadores que se reúnem em grupos autogestionários, os quais são chamados no Brasil de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) (GAIGER, 2002). A economia solidária aparece, portanto, como uma reação aos problemas contemporâneos, na qual o agir coletivo coloca-se aos atores sociais, em sua maioria excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo, como possível alternativa.

Há ainda mais uma característica da economia solidária, “divisora de águas” entre ela e as demais relações hegemonicamente estabelecidas. Atente-se:

É preciso considerar que as práticas e a sociabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, ao demonstrarem a viabilidade de outras formas de vida social e econômica, ao negarem o exclusivismo e a superioridade da lógica utilitária e do primado da mercadoria, adquirem uma conotação anticapitalista mesmo quando não se contrapõem diametralmente às relações sociais dominantes. A melhor forma de combater o capitalismo talvez seja prover a vida de forma não capitalista. Pelo testemunho direto que isto representa, mas também porque, no momento atual,

de enorme descrédito das formulações sistêmicas alternativas, pouca adesão conquistará a proposta que não tenha a apresentar fatos visíveis, exemplos concretos. Menos importa que não sejam grandiosos, que não se respaldem nalguma teoria de sua inevitabilidade histórica, mas sim, que sejam efetivos. Como ressalta Boaventura de Souza Santos, tais experiências “têm em comum o fato de que, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar mais incômoda a sua reprodução e a sua hegemonia” (2002: 29). Hegemonia que se vê contestada na experiência do trabalho, na vivência pessoal da democracia econômica, terreno onde ela jamais chega, salvo superficialmente, sob a égide da divisão entre o capital e o trabalho (GAIGER, 2004, pag. 21).

Pelo exposto, vê-se que a economia solidária faz um contraponto ao capitalismo ao, dentre outras consequências, contesta a restrita visão econômica incapaz de dar conta da diversidade das iniciativas econômicas, bem como de suprir os anseios da população. Portanto, a economia solidária representa iniciativas que têm por base a economia plural, em que coexistem distintas formas de produção, distribuição, relações de trabalho, finanças e consumo.

Alguns autores convergem ao assumir a perspectiva da economia plural a partir da argumentação construída em torno da economia e do mercado. Tal economia plural retoma os princípios da economia, que são: o mercado ou troca mercantil, a reciprocidade, a domesticidade e a redistribuição. É essa hibridação que permite à economia solidária a sustentabilidade das iniciativas existentes e representa mais do que a articulação entre as diversas formas de economia, pois insere nestas uma dimensão social e política de ação (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; REIS, 2005).

Esta compreensão orienta a visão de uma economia plural, composta de três formas econômicas, quais sejam: a economia mercantil, a economia não mercantil (estatal-redistributiva) e a economia não monetária (que reagrupa os princípios da reciprocidade e domesticidade)⁸, detalhadas a seguir:

a) economia mercantil: nela, a distribuição de bens e serviços é confiada prioritariamente ao mercado e baseada no princípio do mercado autorregulado, mas não é unicamente organizada ao redor do mercado, admitindo numerosas contri-

8 Para Laville (2001), cada polo da economia é organizado ao redor da predominância de um princípio, podendo estruturar-se por combinações historicamente variadas.

buições não-mercantis. É um tipo de troca marcada pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário (FRANÇA FILHO, 2007; LAVILLE, 2001);

b) economia não mercantil: funda-se no princípio da redistribuição, sendo marcada pela verticalização da relação de troca e por seu caráter obrigatório, como impostos, por exemplo. Pode ser privada, mas é geralmente pública, de modo que sua distribuição possa garantir direitos sociais (FRANÇA FILHO, 2007; LAVILLE, 2001).

c) economia não monetária: funda-se nos princípios da reciprocidade e da domesticidade, com uma relação de troca orientada pela lógica da dádiva, aqui compreendida em três momentos: o dar, o receber e o retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo principal, para além da satisfação utilitária das necessidades, é de afirmar os laços sociais. Ainda que um número considerável de relações recíprocas se utilize de formas monetárias, é no seio da economia não monetária que se encontram na prática as principais contribuições recíprocas (FRANÇA FILHO, 2007; LAVILLE, 2001).

A economia plural alinhada com as práticas e princípios da economia solidária formam algumas singularidades pautadas numa economia

substantiva, para além de visões restritas:

A primeira dessas singularidades diz respeito à possibilidade de pensar as práticas de economia solidária como uma projeção, no nível micro ou meso-social, do conceito macro-social de economia plural. A segunda, concerne à possibilidade de compreender a economia solidária como uma articulação inédita entre as três formas de economia citadas acima, inventando assim um outro modo de definir o ato econômico – ao invés de concebê-lo como uma “nova economia”, que viria somar-se às formas dominantes de economia numa espécie de complemento que serviria de ajuste às disfunções do sistema econômico vigente, como se a economia solidária tivesse a função de ocupar-se dos pobres e excluídos do sistema econômico, constituindo uma espécie de setor à parte, com um papel funcionalmente bem definido em relação ao conjunto. A terceira singularidade remete à possibilidade de pensar as práticas de economia solidária como modos de gestão de diferentes lógicas em tensão nas dinâmicas organizativas. Neste sentido, enfatiza-se o desafio da busca do equilíbrio necessário à sustentabilidade de tais práticas, em meio à tensão dessas lógicas (FRANÇA FILHO, 2007, p. 160).

O ineditismo da economia solidária reforça

a sua independência em relação à economia social, mas traz consigo desafios com relação a sua sustentabilidade. Esses desafios têm uma relação estreita com a construção de um mercado no qual a vida não esteja subordinada a seu “desejo”, mas sim pautado na pluralidade das manifestações econômicas.

4. Conclusão: a interação dos empreendimentos econômicos solidários com o mercado é possível?

Por fim, respondendo à pergunta que orientou esse texto: os empreendimentos de economia solidária podem interagir com o mercado sem perder de vista o seu caráter alternativo frente ao capitalismo? A resposta é sim, e não somente é possível como é preciso, já a interação com o mercado historicamente é inerente a qualquer atividade econômica. O mercado está aí, está em constante disputa, cabe a economia solidária fazê-la.

Dentro das particularidades próprias da economia solidária, alguns desafios apresentam-se, especialmente nos EES, desafios estes muitas vezes estruturais, de modo que sua resolução está para além do mero esforço individual de uma pessoa ou de um empreendimento. Devido a isso, o

que se busca ao discutir-se sobre a economia solidária e o mercado não é meramente a inserção ou não dos empreendimentos no mercado; a proposta deve passar pela construção de outra forma de mercado, ressignificando o seu papel na sociedade. Os empreendimentos devem disputar o poder econômico decorrentes dos fluxos de valor que tem por trás da construção social da oferta e da demanda. O debate do mercado, portanto, não pode estar dissociado da soberania alimentar, da garantia do trabalho associado, do acesso à terra, da reinvenção do controle social de organismos de regulamentação do mercado, dentre outras questões inerentes à construção de novas relações de produção e consumo e consequentemente de novo desenvolvimento social.

Muito se especula acerca de como deveria ser a interação da economia solidária com o mercado, sobretudo o mercado capitalista. Esse debate, no entanto, é superado quando se entende que a relação do empreendimento com o mercado seja fruto de sua própria ação – principalmente considerando que a economia solidária se caracteriza pela pluralidade. A relação com o mercado capitalista passa a ser um problema, considerando o que a economia solidária propõe, apenas quando o empreendimento passa a existir para agir

somente em tal mercado, não buscando construir formas de superação da desigualdade provocada pelas relações comerciais existentes.

Note-se que, tal qual dito em outros momentos, esse movimento, mesmo que de modo ainda modesto, parece buscar formas de gerar trabalho e renda de forma coletiva e solidária, a fim de superar o monopólio capitalista nas relações econômicas e de mercado, entretanto sem colocar-se fora do sistema econômico capitalista (ao menos em um primeiro momento, mesmo porque o atendimento à materialidade necessária para milhares de trabalhadores da economia solidária pressupõe o atendimento a necessidades elementares do ser humano). Com isso, não se quer dizer que estas condições somente são conseguidas por meio do mercado capitalista; tampouco se quer cair aqui no equívoco, tal qual Adam Smith, de naturalizar as trocas como sendo algo possível somente dentro da lógica mercantil. Para realizar tal afirmação, deve-se analisar o contexto de cada empreendimento e as relações que o cercam.

Não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver novas formas de distribuição e, posteriormente, de produção. Alguns estudiosos estão inclusive convencidos de que o mercado seja essencial, mesmo na perspec-

tiva da economia solidária, enquanto estágio para se chegar ao socialismo (SINGER, 1998 *apud* CASTILLA-CARRASCAL, 2011).

Singer (2002b), por sua vez, afirma que a economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção⁹, compõe a formação social capitalista, porque, para o autor, o capitalismo não somente consiste no modo de produção hegemônico, mas também molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses. Já Mirian Nobre (2003) afirma que, embora o modo “solidário” de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadoria, na realidade constitui uma síntese que supera ambos.

O que se pode concluir é que, de acordo com os argumentos aqui colocados, uma vez que se está inserido no capitalismo, deve-se, em alguma medida, dialogar com ele; os empreendimentos estão “dentro” deste sistema, o que faz com que sua interação com ele seja necessária.

Assim, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males capitalistas a

9 Como o modo de produção capitalista, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro.

competidor deste, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias tal como ocorre no capitalismo. A lógica capitalista de produção introduz requisitos cada vez mais exigentes de competências, inovação e desempenho competitivo, aos quais os consumidores adaptaram-se. Logo, a economia solidária deve continuamente possuir uma capacidade de responder aos requerimentos de eficiência - não somente econômica, mas sistêmica - e de inovação (SINGER, 2002b; GAIGER, 2007).

Por tal motivo, é inevitável que os EES busquem a implantação de relações sociais de produção que atendam a critérios mínimos já presentes no mercado, como o preço, a qualidade de produção e atendimento, dentre outros. Neste sentido, quanto mais competitivo o mercado em que a cooperativa está inserida, mais exigências e critérios de eficácia são impostos para que o empreendimento seja viável. Sendo assim, os EES devem também buscar atender a uma “competitividade” no mercado (; PATEO, 2012; WELLEN, 2008).

Nesta mesma linha de pensamento, Gaiger (2002) afirma que os EES precisam lidar de forma madura com a interação com o mercado capitalista para assegurarem sua reprodução; mesmo porque, na economia solidária, há uma carência

de intercâmbios econômicos dentro do próprio movimento.

Os valores ou a forma com que um EES conduz a sua comercialização são muito importantes para a construção de novas relações econômicas e novas relações no mercado, já que os EES precisam chegar a um nível de produção semelhante ao de muitas organizações capitalistas – principalmente no que diz respeito a sua qualidade e variedade – ao menos no aspecto custo-benefício. Somente assim o consumidor terá possibilidade de escolher entre produtos representantes de duas lógicas distintas de economia, optando pelo que considera melhor (para si e para a sociedade).

No entanto, essa igualdade de condições (que favorecerá liberdade de escolha ao consumidor) ainda não se verifica na grande maioria dos EES, porém deve ser gradativamente construída. Cabe lembrar que os EES normalmente emergem de iniciativas populares sub-capitalizadas ou de empresas falidas e, portanto, já iniciam suas atividades com um padrão de produção bastante abaixo, sobretudo se comparado ao que seria socialmente necessário para “sustentar a concorrência nos mercados-alvo de seus produtos” (TAUILLE *et al.*, 2005, p. 157 *apud* PÁTEO, 2012, p. 93) Essa falta de recursos iniciais dificulta a aquisição de equipa-

mentos e insumos, além do baixo grau de escolaridade, fazendo com que o EES tenha dificuldades com a própria gestão.

No “jogo” do mercado, os EES ainda têm que lidar com ambientes nos quais a variável preço tem importante peso na escolha por determinados produtos, já que a prática do consumo responsável é tímida enquanto prática, além do fato de que boa parte da população brasileira opta por produtos com menor preço por uma questão de necessidade. Com isso, a maioria dos empreendimentos, exatamente por falta do respaldo institucional para otimizar sua interação com o mercado, não consegue ter preços baixos para competir com as grandes empresas (PÁTEO, 2012).

Mesmo dentro de todo este cenário desfavorável narrado, os EES apresentam aspectos vantajosos com relação às empresas. É o caso, por exemplo, das condições de trabalho as quais, segundo alguns autores, seriam melhores nos grupos autogestionários. Esta superioridade dar-se-ia por dois motivos:

Na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de esco-

lher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção (PÁTEO, 2012, p. 92)

Quanto a este aspecto, de fato a forma de organização autogestionária confere maior flexibilidade ao grupo. No entanto, o fato de os trabalhadores definirem seu ritmo de produção não necessariamente torna seu trabalho menos estressante ou com menor pressão; pois o trabalhador de uma empresa tem a garantia do salário ao final do mês, enquanto no EES é necessário que haja uma determinada produção e escoamento. Ainda assim, há EES que não possuem problemas de demanda por seu produto e/ou serviço, optando por uma carga horária que preserve o bem-viver do trabalhador; nestes casos, a vantagem existe.

Devido a todas estas dificuldades relatadas na interação com o mercado, muitos empreendimentos buscam alternativas. Uma delas é a prática de outra comercialização – a solidária –, ou de comércio – o comércio justo e solidário¹⁰. Tanto a

10 Estes dois princípios se confundem muitas vezes, porém o entendimento aqui é que a comercialização solidária é a própria ação de comercializar do EES. Este termo é próprio da ação da economia solidária no Brasil. Enquanto o comércio justo e solidário é um conceito ainda em disputa,

comercialização solidária como o comércio justo e solidário são definidos como uma nova relação comercial que fomenta a produção sustentável e não tolera nenhum tipo de exploração e discriminação (contra a natureza, mulheres, criança, grupos minoritários, etc.), estabelecendo relações éticas, solidárias e transparentes entre todos os elos da cadeia produtiva. Essas relações pressupõem livre acesso à informação, a prática do preço justo para quem produz e para quem consome e a eliminação de atravessadores desnecessários. Assim, o próprio ato de comercializar constitui-se através de processo formativo e de empoderamento dos trabalhadores (produtores, comerciantes e consumidores) e a oferta e demanda são construídas em conjunto, visando o bem-estar da população¹¹.

que extrapola os limites geográficos do Brasil, e vem sendo construída aqui com base no Decreto que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário, no Brasil. De todo modo ele dialoga sobretudo com os princípios da relação comercial e da construção do produto, envolvendo toda a cadeia produtiva, indo além do “simples” processo de troca e venda da comercialização solidária.

11 A prática dos princípios do comércio justo e solidário não é aplicada unilateralmente quando se trata de critérios relacionais, ou seja, que regem a forma de se relacionar com os membros (que podem ser chamados de parceiros) da cadeia produtiva. Porém, há princípios que os EES podem exercer por si só, como os relacionados a aspectos produtivos. Essa divisão entre princípios relacionais e produtivos é importante, pois destaca exatamente a presença de uma

Muitos chamam este novo mercado de um “mercado solidário” atuante principalmente no território, podendo manifestar-se de diversas formas. É possível inclusive encontrar mercados com princípios de solidariedade, aliados com as lutas sociais através de critérios não capitalistas.

Um bom exemplo destes espaços são as feiras de economia solidária, em que há um espaço natural de interação entre consumidores e produtores, sendo que os consumidores participam do processo de construção coletiva e conjunta destes espaços. Por essa peculiaridade, as feiras podem tornar-se espaços de potencialização da comercialização para fora do território, já que são realizadas em diversos âmbitos (municipais, estaduais, nacional). Nas feiras, há uma enorme expressão da solidariedade entre os trabalhadores, onde todos se ajudam e muitas vezes comercializam produtos uns dos outros; além disso, possuem ar militante de retomada e utilização do espaço público e de visualização para a economia solidária, vez que nelas são realizadas campanhas de sensibilização e divulgação das propostas dos EES (CABALLERO, 2011; PÁTEO, 2012). Essa nova forma de comercialização tem caráter multidisciplinar e relaciona-se

economia plural e com um forte indício de reciprocidade, não pautada apenas no materialismo.

com outros grandes campos de luta, a exemplo da agroecologia e do feminismo.

A partir do contexto relatado e dos desafios estruturais presentes, que dificultam o crescimento dos EES, nota-se que há necessidade de uma profunda transformação no Estado, a fim de que possa responder a esse novo momento e aos anseios de ao menos parte da população (MORAIS; BORGES, 2010).

Importa ainda refletir sobre o que é preciso para que a economia solidária se fortaleça a partir da sua interação com o mercado e quais os desafios inerentes ao desenvolvimento de sua atividade econômica. Levando em consideração que as relações hegemônicas do mercado na atualidade são permeadas de princípios incompatíveis com o que defende a economia solidária, já que fomenta desigualdades, tende ao oligopólio e tem como finalidade o lucro em detrimento do ser humano, é importante que se construam novas relações partir da integração entre empreendimentos, entre consumidores e dentro da cadeia produtiva, para que, assim, a economia solidária possa se fortalecer e disputar a forma como esse mercado se organiza e funciona.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Vicente Macedo de. **Sustentabilidade Econômica em Organizações de economia solidária**: uma análise sobre a Vila Ecológica da Terra Mirim. 2004. 28 f. Monografia (Aprovada) - Curso de Administração, UFBA, Salvador, 2004.

CABALLERO, Luis *et al.* Los procesos organizativos de la agricultura familiar y la creación de ferias y mercados de economía social. **Revista Latinoamericana de economía social y solidaria**, v.4, p. 26, 2011

CASTILLA-CARRASCAL, Ivette Tatiana. **A construção do mercado solidário brasileiro**: contribuições das redes de economia solidária. 2012.120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CERQUEIRA, Hugo E. A. A. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, p. 422-441, 2004.

CERQUEIRA, Hugo E. A. G. O discurso econômico e suas condições de possibilidade. **Síntese** – revista de filosofia, v. 28(3): 391-405, 2001.

CUNHA, Eduardo Vivian. Pensando a sustentabili-

dade a partir da ecofilosofia e da economia solidária. **NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 201-223, 2012.

FELIPE, Kelma De Freitas. **As mudanças no mundo do trabalho e o movimento da economia solidária - "utopia concreta"?** 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Cap. 1. Disponível em: <http://www.politicasuece.com/mapps/conteudo/alunos/i82nfrdalun_anexo.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2011

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, v. 12, n.1, jun 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre n.01 pp.155-174, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária uma abordagem internacional**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso

em 10 de mar. De 2002.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. **Cayapa Revista Venezolana de Economía Social**. Ano 4, nº 8, dezembro 2004.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Editora da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

GANEM, Angela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. **Revista Economia Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 9-36, jul/dez. 2000.

LAVILLE, J-L. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**, volume XVI, número 1-2, Brasília; (2001)

LEFTWICH, Richard H. **As definições da economia**: uma breve perspectiva histórica. Disponível em: <<http://members.tripod.com/~netopedia/di>

versos/definicoes_economia.htm>. Acesso em: 28 nov. 2006.

LISBOA, Armando de Melo. **A Crítica de Karl Polany à Utopia do Mercado**. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações. Working Papers, 2000.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Economia social e programas de emancipação por meio de empreendimentos econômicos sociais no Brasil: avanços e dificuldades. **Revista Alcance** – Eletrônica, vol.16, n.3, p.339-357, set. – dez., 2010. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/ra/issue/view/155/showToc>>.

MORAIS, Leandro; BORGES, Adriano. **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Pólis, 2010.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **A 'Outra Economia'**: um olhar etnográfico sobre a economia solidária. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro em fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.culturaecono>

mia.com/Textos/Disserta%C3%A7ao%20Eugenia.pdf >. Acessado em 10 de fevereiro de 2011.

MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. **Bahia Análises e Dados**. Salvador: SEI v.12, n.1, p.77-84, jun. 2002.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, Antonio David (org). **A Outra Economia**. Alegre, veraz, 2003, p.205-211.

PATEO, Felipe Vella. **Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho**. 2012. 321 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Integração da América Latina, Departamento de Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina Prolam, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

POLANYI, Karl (Org.). **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 384 p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000
REIS, Tatiana. **A sustentabilidade de empreendimentos de economia solidária-Pluralidade**

e Interconexão de dimensões. 2005. 191f. Diss. Dissertação (Mestrado em Administração) -Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

RUBIN, Isaac I. **A history of economic thought.** Trad. de Donald Filtzer, London: Ink Links, 1979.

SINGER, Paul. (2002b). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil (p. 81-103). In SANTOS, B. (Org). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante:** repensando o socialismo. Petropolis. RJ: Vozes, 1998

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** São Paulo: Abril, 1983.

VARGAS, Juan Carlos; RECH, Neiton.. Consumo solidário e consumismo na América Latina: implicações, tendências e perspectivas. In: PAULI, Jandir; BRUTSCHER, Volmir (Org.). **Economía Solidaria e Consumo.** Passo Fundo: Ifibe, 2008. p. 14. Disponível em: <<http://web.tau.org.ar/upload/89f->

0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Consumo_solitario_e_consumismo_na_Am_rica_latina_1_.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2014.

VINHA, Valeria da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (social embeddedness). **Revista Econômica**. v. 3, nº 2. Setembro de 2003

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 105-115, 2008.



MERCADOS AGROALIMENTARES E MOVIMENTOS SOCIAIS: TRAJETÓRIA DA CONFEDERAÇÃO AGROSOLIDARIA COLÔMBIA

Ivette Tatiana Castilla-Carrascal¹²

1. Introdução

Os mercados são arenas construídas socialmente, nas quais as trocas ocorrem repetidamente entre compradores e vendedores com um conjunto de regras formais e entendimentos informais que regem as relações. Essas regras e entendimentos orientam interações, facilitam o comércio, definem quais produtos são produzidos e proporcionam estabilidade para o funcio-

12 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB) e professora do curso de Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, *campus* dos Malês (Bahia). Email: ivette.carrascal@unilab.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1414658227184681>

namento dos mercados. Os mercados também dependem de governos, leis e de maiores entendimentos culturais (FLIGSTEIN; CALDER, 2015).

Na construção social, os mercados são definidos no plural (“mercados”) e, por isso, entende-se que existem vários mercados, e não como única entidade abstrata. Isso quer dizer que os mercados diferem em variáveis como o tamanho, a estrutura, a extensão, a integração, as dinâmicas, entre outras. Os mercados não são autorregulados, são socialmente construídos, assim como são definidos e moldados de acordo com racionalidades, vontades, poderes, disputas, conhecimentos e recursos que atores sociais e grupos têm nos seus processos de interação social (GAZOLLA; PELEGRINI, 2010).

Estudiosos têm tratado de entender a relação entre a construção social de mercados e os movimentos sociais desde as perspectivas dos novos movimentos sociais (PORTILHO 2009; SCHILLER-MERKENS, 2013), desde a teoria da mobilização de recursos (GENDRON; BISAILLON; RANCE, 2009) até a perspectiva do papel da controvérsia nos movimentos sociais (KING; PEARCE, 2010). Contribuições como a de circuitos de comércio (ZELIZER, 2011) também ajudam a ver como se estabelece essa relação.

Em pesquisa recente encontrou que o papel dos movimentos sociais na construção social de mercados alimentares locais é particularmente relevante na Colômbia, assim como também em outros países latino-americanos com uma forte cultura indígena e camponesa e onde os circuitos curtos de produção e mercados locais são uma forma de organização alternativa aos longos circuitos e incentivos para o desenvolvimento rural (CASTILLA-CARRASCAL, 2017).

Os circuitos desenvolvem suas próprias atividades, relações e têm dinâmicas específicas, dependendo do seu objetivo. Além disso, podem ser curtos ou longos (VAN DER PLOEG, 2008), podem ser circuitos de comércio (ZELIZER, 2011) ou podem também ser chamados de circuitos de proximidade, mercados de proximidade, circuitos curtos de comercialização, entre outros¹³.

Os circuitos de comércio podem ajudar a compreender a forma de como algumas comunidades se organizam. Como Zelizer (2011) explica, circuitos parecem operar de forma mais eficaz quando os participantes já compartilharam alguns laços de parentesco, proximidade, etnia, religião ou alguma atividade econômica comum.

13 Assim como outros conceitos, sua utilização depende do contexto e da origem (academia, organizações internacionais, políticas públicas, movimentos sociais).

É por esse último que vários movimentos sociais incentivam os circuitos como forma de organização das atividades econômicas em comunidades que têm algum tipo de laço e proximidade. Movimentos como os de agroecologia e de economia social e solidária atuam nesse incentivo junto a outras organizações nacionais e internacionais. Com isso, esse circuito tenta reduzir os intermediários e trabalhar numa relação mais próxima entre produtor e consumidor. Tal é o caso da Confederação Agrosolidaria Colômbia.

Este capítulo tem como objetivo traçar uma trajetória do contexto político, econômico e social que permitiu que a experiência da Confederação Agrosolidaria Colômbia se consolidasse e que permite entender a trajetória da construção social dos seus mercados e a construção dos circuitos econômicos agroalimentares com os que agrosolidaria trabalha. O período de análise é de 1990 até 2014. Para isso, a parte do contexto histórico será dividida em três. Primeiro se colocam os eventos mais importantes da vida do país, depois se trazem os eventos mais importantes relacionados aos atores e aos movimentos da economia solidária e da agroecologia e, finalmente, colocam-se os eventos relacionados à construção social

de mercados agroalimentares por parte da agrosolidaria e seus circuitos econômicos agroalimentares¹⁴.

2. Contexto Colombiano entre 1990 e 2014

Em 1990, já haviam sido implantadas profundas reformas jurídicas, econômicas e estruturais para a consolidação das políticas neoliberais na Colômbia¹⁵. Segundo Estrada-Álvarez (2009), a ordem neoliberal construída na Colômbia entre 1990 e 2005 é expressão de um projeto constitucional que poderia ser caracterizado como a constituição política do mercado total. Esse projeto pressupõe uma incorporação dos conteúdos das reformas do

14 Este capítulo de livro é baseado na minha tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Estudos Latino-Americanos (ELA) na Universidade de Brasília (UnB). Para informações completas sobre a metodologia e as entrevistas realizadas, consultar a tese: CASTILLA-CARRASCAL, I.T. (2017). Movimentos sociais na construção social de mercados: uma análise comparada entre a Colômbia e o Equador, disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22678>

15 O neoliberal hoje representa uma síntese de postulados, neoliberais, neoinstitucionais e do chamado liberalismo social, que se tornaram a nova tecnologia da regulação (ESTRADA ÁLVAREZ, 2004).

Consenso de Washington. Isso não quer dizer somente uma imposição normativa advinda de fora, mas também de uma emergência de dentro, dada a conjunção com fatores internos em que o poder local se alinhou com os interesses e a representação do capitalismo transnacionalizado (ESTRADA-ÁLVAREZ, 2009).

Desde a administração do presidente César Gaviria Trujillo (1990-1994), avançou-se na desregulamentação da economia e foram assentadas as bases para o processo de reforma neoliberal do Estado. Essa desregulamentação significou a organização da atividade econômica do país de acordo com a lógica do livre mercado, que incluiu o mercado trabalhista, o de bens e serviços e o mercado de capitais (ESTRADA-ÁLVAREZ, 2009). Ao mesmo tempo, em 1990, produziu-se uma nova constituição, que, embora tivesse dois projetos políticos em disputa (neoliberal e um social democrata), impôs o projeto neoliberal (MEJÍA-QUINTANA, 2002).

Além desses dois fatos importantes (abertura econômica e Constituição de 1991), durante o período presidencial de Gaviria viveu-se, de maneira transversal, um aprofundamento do conflito armado colombiano. Nesse conflito, de origens e relações complexas, os principais

atores, segundo o informe do PNUD (2003), têm sido as guerrilhas, os narcotraficantes, os paramilitares, a delinquência comum e as Forças Armadas nacionais. Uma análise do contexto social, político e econômico do país nas décadas de 1990 e 2000 não pode ser feita sem se considerar que o conflito permeia todas as instâncias. Uma das principais consequências desse conflito são as extensas migrações internas da população rural¹⁶, principalmente famílias camponesas. Entre os anos de 1997 a 2013, segundo a ACNUR Colômbia, registraram-se oficialmente 5.185.406 pessoas deslocadas no interior do país, com um impacto desproporcional em relação à população afro-colombiana e às comunidades indígenas. Pessoas que deixaram suas terras, casas e meios de subsistência fugindo da violência e do confronto armado por grupos e atores do conflito em disputa de territórios e interesses políticos e econômicos.

Após o mandato de Gaviria, assumiu a presidência Ernesto Samper Pizano (1994-1998), que, apesar de ter sido crítico dos desenhos

16 A Colômbia é mais rural do que se crê, pois três quartos dos seus municípios são predominantemente rurais (75,5%). Nesses municípios, vivem 31,6% da população e suas jurisdições ocupam 94,4% do território nacional (PNUD, 2011).

neoliberais e dos efeitos das políticas de abertura econômica no começo, continuou com a implantação do modelo neoliberal. Durante seu mandato, viveu-se uma crise política devido ao financiamento da sua campanha eleitoral por parte do narcotráfico para que chegasse à presidência. Esse processo levou o nome de Processo 8000. Essa crise política, combinada com a crise econômica de 1998 e 1999, levou a um enfraquecimento do governo e a um aprofundamento da desregulamentação econômica na Colômbia.

Já desde 1996, o país transitava por uma das mais prolongadas crises econômicas da sua história recente, e os movimentos sociais se mobilizaram contra a aplicação das políticas comerciais de abertura. Tal aplicação recaiu sobre uma agricultura afetada por condições monopolistas de propriedade das terras aptas para a produção. Esses fatores resultaram na redução de uma quinta parte dos cultivos próprios de agricultura camponesa. Os movimentos agrários pediram o cumprimento do assumido no *Plan Nacional de Desarrollo* e na *Ley de Reforma Agraria* (Lei nº 160, de 1994) e no programa de assentamento denominado

de *reservas campesinas*¹⁷ (FAJARDO-MONTAÑA, 2013).

Desde 1997 já vinha se observando uma desaceleração do crescimento econômico que acabaria, mais tarde, numa aguda recessão econômica durante o governo de Andrés Pastrana (1998-2002). Não somente a crise foi econômica, financeira e política, mas também social, com o aumento do desemprego e da pobreza. No meio dessa crise, foi imposto um severo ajuste territorial que afetou o emprego público de estados e municípios e se estimulou a organização mercantil e a privatização de atividades sociais como educação, saúde, entre outras (ESTRADA-ÁLVAREZ, 2009). Foi também durante o governo de Pastrana que se deu uma das primeiras tentativas de negociações para um processo de paz com as FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia – Exército do Povo)¹⁸, ao se instalarem mesas de negociação

17 As reservas campesinas eram um programa de assentamento nas áreas com maior potencial agrícola e maior proximidade dos mercados (Fajardo-Montaña, 2013).

18 As FARC são a principal guerrilha da Colômbia (operaram desde 1965 até 2017). Outros grupos guerrilheiros importantes: ELN (Exército de Libertação Nacional, opera desde 1968 até a atualidade), EPL (Exército Popular de Libertação (dissidentes das FARC). Opera desde 1965 até o presente. Em 1991, se desmobilizou mais de 80% do grupo.

num território que foi desmilitarizado (*zona de distención*). Tais negociações começaram em outubro de 1998 e terminaram em fevereiro 2002, sem nenhum acordo¹⁹.

Entre 2002 e 2006 e 2006 a 2010, Álvaro Uribe Vélez foi eleito presidente. Segundo Estrada-Álvarez (2009), dentro das reformas introduzidas pela administração de Uribe, se destacam a reforma trabalhista e o regime de pensões que faziam parte do acordo *stand by* de dezembro de 2002 com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, durante esse período destacam-se alguns outros eventos importantes e decisivos para a vida política, econômica e social do país, como o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, o Plano Colômbia²⁰ (iniciado durante a administração Pastrana) e a política de segurança democrática, que significou uma crescente militarização da política do Estado a tal ponto que a política de segurança democrática era condição para pensar a política e o

19 O acordo de paz entre as FARC e o governo nacional dar-se-ia em 2016, durante o segundo governo do presidente Santos. Assinou-se o acordo, mas o plebiscito (que aprovaria o acordo) foi rejeitado pela população colombiana: 49,79% SI e 50,21% NO.

20 O Plano Colômbia foi desenhado como um conjunto de ações militares e algumas ações sociais contra os cultivos ilícitos (ARCHILA NEIRA, 2009).

desenvolvimento da economia. Nos mandatos presidenciais de Uribe, a resistência social e os movimentos sociais e políticos contra as reformas neoliberais foram criminalizados e até estigmatizados como se fosse uma continuação da subversão armada (ESTRADA-ÁLVAREZ, 2009).

Em contraste com as mudanças políticas na maioria dos países da América Latina desde 2002, na Colômbia se consolidou, com o governo de Uribe, uma opção pela direita. Nesse período, segundo Archila-Neira (2009), entre os anos 2000 e 2005, vivenciou-se uma variação no perfil dos atores de protestos sociais²¹, sendo que as populações urbanas passaram de uma ação de 28% de participação nas manifestações para quase 38%. Os assalariados, que representavam o primeiro lugar nos protestos, com 34%, passaram a representar 26% em 2005. Mas o importante, segundo Archila-Neira (2009), é ressaltar o caso dos camponeses, que representavam 17% das lutas entre 1975 e 2000, mas que, no ano de 2005, somente chegaram a 5% dos protestos sociais realizados.

21 Protestos sociais, no sentido de Archila Neira (2009), são aquelas ações sociais coletivas de mais de dez pessoas que irrompem espaços públicos para expressar intencionalmente demandas ou pressionar soluções ante distintos níveis de Estado ou entidades privadas.

Esta mudança da representação das mobilizações sociais no país se explica, em parte, pelas políticas neoliberais. Os processos de flexibilização e de precarização do trabalho têm debilitado o sindicalismo. Além da crise agrária, a abertura econômica e a violência contribuíram para a diminuição da participação dos assalariados nas mobilizações sociais, sobretudo para as populações do campo. Foram quase 3 milhões de migrantes forçados pelo conflito armado das áreas rurais. Mas assim como a ação social coletiva dos camponeses tem diminuído, o papel das minorias étnicas nas lutas sociais, em especial indígenas, tem aumentado (ARCHILA-NEIRA, 2009).

Nesse cenário, Juan Manuel Santos foi eleito presidente em 2010 e depois, novamente, em 2014. Santos foi ministro de Defesa durante o governo de Uribe e liderou algumas das principais operações do Estado sobre os grupos guerrilheiros nesse período. Mas, uma vez eleito presidente, a política de seguridade democrática perdeu o protagonismo que teve no governo Uribe. Isso ocasionou rupturas, algumas crises políticas e, sobretudo, explica em parte as divergências entre o ex-presidente e o atual presidente em matéria de negociações para pôr

fim ao conflito armado colombiano.

Os anos de 2013 e 2014 são emblemáticos para a Colômbia em relação às mobilizações populares. Trata-se de um novo ciclo de mobilizações produzido sob condições extremas de criminalização dos protestos sociais (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014). Na análise dos autores, há um fio condutor que as conecta e ele deve ser buscado alguns anos antes da eclosão dessa nova onda de mobilizações populares. Sua premissa é a de que os fatos transcorridos a partir do final de 2008 evidenciam continuidades e rupturas que alimentaram uma série de mobilizações sociais as quais, alguns anos depois, se refletiriam nas lutas do setor agrário. Em outras palavras, os protestos de camponeses e camponesas ocorridos entre 2013 e 2014 foram o ponto alto de um processo de acumulação de forças que os tornou possíveis (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014).

Os fatos de destaque ocorridos em 2008 que ajudam a entender as mobilizações de 2013 e 2014 são a greve dos cortadores de cana (*huelga de los machetes caídos*) e a grande jornada de protestos indígenas. São os dois eventos que marcaram uma década de mobilização popular na Colômbia, pois se tornaram referência para as posteriores mobilizações sociais agrárias no

país (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014).

A greve dos cortadores de cana teve início em setembro de 2008, na região do Valle del Cauca. Foi um evento sem precedentes na história da Colômbia, pois esses atores muito poucas vezes haviam sido protagonistas de mobilizações e jamais o foram em mobilizações tão grandes como a que se viveu naquele ano. A greve teve duração de dois meses e os cortadores reivindicavam estabilidade e igualdade laboral, aumento de salários, seguridade social e contratação coletiva direta em substituição à terceirização da mão de obra (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014).

Menos de um mês depois da paralisação dos cortadores de cana, aconteceu, no Estado de Cauca, a *minga indígena*²². Mais de dez mil indígenas interditaram a via panamericana que conecta a Colômbia ao Equador. Entre as exigências estavam o cumprimento dos acordos assinados em 1988 entre o governo e diferentes grupos, sobretudo indígenas e camponeses, e também o acordo amistoso de reparação ao massacre de El Nilo, Cauca, em 1991, cuja responsabilidade foi reconhecida pelo Estado.

22 O termo *minga* se refere à jornada de marchas e protestos indígenas ocorrida em 2008 no *Departamento del Cauca*.

Entre todos os efeitos da *minga indigena*, talvez o de maior destaque seja o convite que fizeram à unificação do movimento social expresso na máxima *solos no podemos*. A proposta era elaborar uma plataforma articulada de diferentes organizações e setores sociais, inaugurando uma nova forma de construção social e política (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014).

Nos anos seguintes, entre 2009 e 2011, várias foram as mobilizações sociais ocorridas na Colômbia. Seu repertório de reivindicações e o perfil dos atores eram diversificados, mas o ponto alto naquele ano foi atingido pelos protestos universitários que ocuparam as ruas das grandes cidades da Colômbia exigindo educação pública, gratuita e de qualidade (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014).

Contudo, foi em 2013 que o país vivenciou as maiores mobilizações sociais dos últimos quarenta anos da história da Colômbia (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014). Na análise desses autores, 2013 foi o epicentro de uma multiplicidade de lutas populares que exigiam, principalmente, a deposição do presidente Juan Manuel Santos. Nesse mesmo ano, ocorreram três das mais importantes mobilizações da história recente da Colômbia: o *paro cafetero*, o *paro de Catatumbo*

e o *paro nacional agrario*. Em conjunto, essas três mobilizações levaram à construção de um movimento agrário: a *Cumbre Nacional Agraria, étnica y popular* (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014).

Entre fevereiro e março de 2013, a diminuição da produção de café, somada à queda do dólar em relação ao peso, à queda das exportações e à ausência de subsídios, levou à greve dos produtores de café. O intuito inicial era chamar a atenção do governo para a necessidade de regular os preços do café, diminuir a importação e subsidiar a produção. Contudo, essa mobilização tem algumas particularidades, em especial o fato de que os grandes empresários do café participaram e financiaram a greve, vislumbrando subsídio estatal. A greve dos cafeicultores serviu de base para a onda de protestos agrários que se seguiram naquele ano de 2013 (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014).

A segunda mobilização agrária se deu na região de Catatumbo entre os meses de junho e julho do mesmo ano. Essa região, no estado de norte de Santander, faz limite com a Venezuela e também por isso é uma região onde se confluem diferentes grupos armados e atividades petroleiras, além de ser um trecho

de escoamento de drogas para ambos os países (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014). O *paro de Catatumbo* reuniu pequenos produtores não organizados e a *Asociación de Campesinos del Catatumbo* e, num primeiro momento, exigia o fim da proibição do cultivo de coca sem a devida reparação aos produtores com a oferta de outra fonte de subsistência. Nessa direção, os camponeses também reivindicavam a criação de uma zona de reserva campesina acrescida da elaboração de projetos de substituição da produção de artigos ilícitos, ao que o governo respondeu negativamente, levando ao prolongamento da greve (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014).

De maneira semelhante ao que aconteceu na zona cafeeira, a greve na região de Catatumbo serviu de catalisador para outras mobilizações. Foi nesse cenário que se desenrolou o *paro nacional agrario*. A conjuntura do *paro nacional agrário* de 2013 teve algumas causas, como a insatisfação do movimento agrário e camponês com a assinatura do TLC, com a falta de uma política agrária que se estendesse aos camponeses e lhes brindasse com garantias políticas e econômicas, e a necessidade de reconhecimento dos camponeses como sujeitos políticos e de direitos (SALCEDO; PINZÓN; DUARTE, 2013).

Articulando uma pluralidade de associações e atores, o *paro nacional agrario* conquistou apoio importantíssimo da opinião pública depois do comentário desastroso de Juan Manuel Santos, que negava a existência da greve. Contudo, ao incluir na pauta de reivindicações a renegociação dos Tratados de Libre Comércio como uma de suas principais exigências, os grandes proprietários e empresários que antes apoiavam e financiavam as mobilizações deixaram de fazê-lo. Isso afetou diretamente os pequenos produtores que dependiam do apoio financeiro dos grandes cafeicultores, já que não eram organizados em associações.

Uma vez iniciadas as negociações, os interesses divergentes dos diversos segmentos e atores envolvidos levou à fragmentação da mobilização, levando o governo Colombiano à conquista de pequenas vitórias, além da cooptação de algumas lideranças, o que inviabilizou a configuração do setor agrário como um movimento de caráter político (NIETO-LÓPEZ *et al.*, 2014).

3. Instituições e organizações ligadas a agroecologia e economia social e solidária

Neste contexto político e econômico que afeta diretamente o campo, organizações sociais na Colômbia têm trabalhado em torno de temas como o cooperativismo, a economia solidária, a agroecologia e a soberania alimentar. Esses dois últimos são temas que vieram mais para o debate das organizações após a criação de alguns movimentos, como o MAELA (Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe). Também temas como o comércio justo ocuparam um papel importante depois que algumas organizações produtoras de café colombiano começaram a trabalhar com a Organização Mundial de Comércio Justo (WFTO).

Esses movimentos sociais têm estado envolvidos na construção de mercados de proximidade, especialmente o movimento de economia social e solidária, o de agroecologia e, mais recentemente, o movimento de agricultura familiar. O enfoque agroecológico começou a ganhar força na Colômbia a partir dos anos 1990, mas este tem sido um processo lento. A agrosolidaria foi a secretaria técnica do MAELA por dois anos e trabalhava para a mobilização de recursos, encontros e outras articulações. Aproximadamente 25 organizações fazem parte e há cerca de cinco anos têm se mobilizado e incidido no tema da agroecologia. Nos dois últimos anos, têm encontrado mais dificulda-

des para o diálogo sobre vários temas, como o das sementes e da certificação participativa. Entre as organizações mais ativas em nível nacional estão a RECAB (Rede Colombiana de Agricultura Biológica), a Rede de Mercados Ecológicos Camponeses do Valle del Cauca, o INCA (Instituto Maior Camponês), a ADC Nariño (Associação para o Desenvolvimento Camponês), a Chanquiñan, que é uma associação indígena dos Pastos de Nariño, a Swiss Aid, a Escola de Agroecologia de Uniminuto, entre outras.

Como precedentes, em 1997, o governo apresentou uma política nacional de biodiversidade para contribuir para o melhoramento de ecossistemas e realizar o primeiro inventário de agricultura ecológica. Essas políticas de produção agroecológica e orgânica se desenvolveram mais entre 1997 e 2002. Em 2004, ingressam pela primeira vez no país organismos de certificação estrangeiros os quais têm sua própria regulamentação. No mesmo ano, o governo criou uma resolução (resolução 148) para ter um selo ecológico do Ministério de Ambiente. Em 2011, criou-se a FEDEORGANICOS, que é o grêmio oficial dos produtores ecológicos.

A comercialização comunitária na Colômbia e nos mercados agroecológicos começou a ter

mais força nos últimos dez anos, sobretudo em Bogotá, com algumas lojas, feiras e outros pontos de venda de produtos ecológicos. Num nível menor, a comercialização também se fez presente em Medellín, Cali e Bucaramanga. Na Colômbia, há cerca de seis certificadoras por auditoria ou também chamada de terceira parte para produtos agroecológicos, a maioria estrangeiras. Biotrópico é o nome da certificadora de terceira parte nacional. Outra certificação é dada pelo governo nacional e é um selo de produto ecológico do Ministério da Agricultura. Essa resolução saiu a partir de 2006. No entanto, desde 2009, para poder ter esse selo, o produtor deve se certificar primeiro por auditoria. Também existe um certificado ecológico do Ministério de Meio Ambiente, mas está inativo.

A certificação participativa, chamada também certificação de confiança ou Sistemas Participativos de Garantia (SPG), têm avançado lentamente. Não existe ainda um marco regulatório nacional para ela, mas existe um trabalho impulsionado por organizações não governamentais, movimentos agroecológicos e organizações de produtores para ajudar a forjar uma espécie de SPGs. Pode-se ressaltar o trabalho que tem sido feito no Valle del Cauca (Estado), apoiado pela Corporação Autônoma do Valle del Cauca para

a criação de uma rede de consumidores que estão formando esse sistema. Os consumidores estão essencialmente interessados no processo agroecológico a partir da perspectiva da saúde.

Outro movimento que tem mais força atualmente na Colômbia e que vem sendo liderado pela agrossolidária é o Movimento de Agricultura Familiar. Esse movimento tenta articular a agricultura familiar com a economia solidária, com a agroecologia e com o comércio justo. O movimento tem produzido documentos da sociedade civil, do próprio movimento e do governo e trata de um tema que tem conseguido apoio e recursos pelo contexto internacional de apoio à agricultura familiar. Segundo Martínez (2014), o conceito de agricultura familiar é relativamente novo no contexto nacional colombiano. Por muito tempo, os conceitos usados para se referir às atividades econômicas, sociais, ambientais e culturais dos grupos familiares ligados à ruralidade foram de pequeno produtor e de economia camponesa. O tema da agricultura familiar também se incluiu como prioritário nos diálogos de paz de La Habana e nas agendas do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR) e da *Misión para la Transformación del Campo* – criada pela Presidência da República e liderada pelo *Departamento Nacional*

de Planeación (DNP) em articulação com o MADR.

A economia solidária como movimento social está representada pela *Red de Integración de la Economía Social y Solidaria*, Colombia (REDESS), que surgiu em 2013 por meio de um grupo de dirigentes e organizações os quais já trabalhavam dentro do setor da economia solidária e, devido ao excesso de divisões no interior do setor, decidiram criar uma rede como espaço de integração das formas organizativas de economia solidária²³. Na Colômbia, existem diversas estruturas e grêmios, como o grêmio cooperativo, de mutuais, das empresas de saúde, fundos de empregados, entre outros. O propósito de integração foi a motivação principal da REDESS, que pretende fomentar o movimento social e, sobretudo, fomentar os intercâmbios econômicos entre as organizações solidárias.

A REDESS não tem uma estrutura jurídica. Definiu um acordo conceitual programático com seus objetivos e princípios. Os integrantes da REDESS se encontram a partir de ações específicas e na conjuntura nacional. Em 2014, começou a se dar uma maior importância ao tema da negociação dos acordos de paz, o que tem grande incidência em outros temas da política pública, como a

23 Entrevista concedida por Jarrison Martínez, [maio. 2016] (57 min.). Apêndice A da tese: CASTILLA-CARRASCAL (2017).

agricultura familiar e a economia solidária, e tem se pronunciado frente aos planos de desenvolvimento nacional.

A REDESS propõe um modelo que integra o mutualismo, o cooperativismo, o associativismo, as empresas comunitárias, os fundos de empregados e as demais formas de organização da economia social e solidária. São aproximadamente 35 organizações que fazem parte e que aderiram aos eixos programáticos. O INDESCO (Instituto de Economia Social e Cooperativismo) é, atualmente, a secretaria técnica, e se encarrega de mobilizar e fazer articulações, trabalhando temas de economia solidária e agricultura familiar de maneira articulada e com incidência nacional. Algumas das organizações mais ativas na rede se encontram na lista do quadro 1.

Quadro 1: Organizações que fazem parte da REDESS Colômbia.

Tipo de organização	Nome da organização
Associação	<i>Asociación Nacional de Usuarios Campesinos - ANUC</i>

Federação	<i>Federación de Empresas solidarias del Casanare – Fedes Casanare</i>
Instituto de pesquisa	<i>INDESCO – Instituto de Economía Social y Cooperativismo, Universidad Cooperativa de Colombia</i>
Corporação	<i>Corporación Nacional para la Innovación y Desarrollo de la Democracia y la Empresa Social y Solidaria – CO-NIDEAS</i>
Confederação	<i>Confederación Latinoamericana de Cooperativas y Mutuales de Trabajadores – COLACOT</i>
Confederação	<i>Confederación agrosolidaria Colombia</i>
Corporação	<i>Corporación CATSO</i>
Federação	<i>Federación de Asociaciones Mutuales y organizaciones solidarias de la región central - FECEMU</i>
Corporação	<i>Corporación CIASE</i>
Federação	<i>Federación Nacional de Cooperativas del Sector Educativo Colombiano</i>
Confederação	<i>Confederación Nacional de Juntas de Acción Comunal –CONFECOMUNAL</i>
Cooperativa de crédito e poupança	<i>Cooperativa CONFIAR</i>
Associação	<i>Asociación de Cooperativas y Empresas Solidarias del Huila</i>

Instituto de pesquisa	<i>Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa – CIRIEC</i>
Instituto de Pesquisa	<i>Circulo de Estudios Pedagógicos</i>
Corporação de finanças solidárias	<i>Corporación FOMENTAMOS</i>
Rede interuniversitária	<i>Red Colombiana Interuniversitaria de Economía Social y Solidaria – UNICOSOL</i>

Fonte: (CASTILLA-CARRASCAL, 2017).

Por outro lado, na Colômbia, a economia solidária tem se institucionalizado desde a construção da *Ley 474*, de 1998. Essa lei tem sido reconhecida como uma das primeiras legislações sobre o tema na América Latina e determina o marco conceitual que regulamenta a economia solidária como setor. Nela se apresentam os fins, os princípios, as características das organizações, como também nela se cria o Departamento Administrativo Nacional da economia solidária (DANSOCIAL).

Segundo Dávila (2006), o sistema de economia solidária na Colômbia tem um problema muito sério relacionado com estatísticas do setor: as organizações não enviam as informações em tempo para a Superintendência de economia solidária ou, muitas vezes, os dados não estão de acordo com a

realidade. Segundo o Informe Anual de Confecoop (2012), o setor solidário na Colômbia fechou 2012 com um total de 8.473 entidades. Dessas, 75,8% são cooperativas; 21,5%, fundos de empregados, e 2,7%, associações mútuas. Bogotá, D.C., *Valle del Cauca*, Antioquia e Santander foram os estados que concentraram 53,5% das entidades e 75,9% dos associados. Segundo esse informe, os associados ao cooperativismo representaram 11,9% da população do país.

Também se identificam alguns atores do governo nacional que têm um papel mais direto para a construção de mercados e que têm relação com a agroecologia e/ou a economia social e solidária, como a Unidade Administrativa Especial de Organizações Solidárias, antiga DANSOCIAL, ligada ao Ministério do Trabalho, e o Programa de Agricultura Familiar (Ministério de Agricultura). Existem outras instituições, por exemplo, no Distrito de Bogotá, como o *IPES - Instituto para la Economía Social*. No nível distrital, existem também várias experiências de incentivo à comercialização de pequenos agricultores. A experiência recente mais importante é a dos mercados camponeses de Bogotá. Segundo Bichon Marfaux (2014), esses mercados articulam a produção dos camponeses das regiões periféricas da cidade num sistema

alternativo de comercialização direta nas diferentes praças públicas de Bogotá. Esses mercados estão integrados por organizações camponesas regionais e nacional, nas quais participam mais de 3 mil famílias camponesas da região central do país.

A Colômbia tem um dos setores rurais mais pobres e desiguais do mundo (MARTÍNEZ, 2014). Historicamente, a realidade dos produtores rurais na Colômbia é extremamente problemática, pois apresenta alto grau de informalidade na propriedade da terra, altos níveis de pobreza, conflito armado, deslocamento forçado, entre outras coisas (MARTÍNEZ, 2014). Em relação à concentração da terra, observa-se uma agudização do problema nas últimas décadas, como mostra Martínez (2014, p. 3): “0,4% dos proprietários são donos de 46,5% das terras mais produtivas, com propriedades superiores a 500 hectares”.

Soma-se a isso o problema da informalidade da propriedade da terra, já que mais de 40% das áreas rurais no país não têm títulos que garantam a propriedade (MARTÍNEZ, 2014). Além disso, e ainda nas palavras de Jarisson Martínez (2014, p. 3),

Antigos e novos conflitos relacionados ao uso da terra foram incre-

mentados, cerca de 22 milhões de hectares são aptos para a agricultura, dos quais apenas 4,9 milhões são utilizados, isto é, 20,7%. O contrário se dá com a criação de gado que dedica 34,9 milhões de hectares, enquanto apenas 15,2 milhões das terras utilizadas são aptas para essa atividade. De outro lado, 5,8 milhões de hectares são dedicados à mineração, uma cifra superior às destinadas a usos agrícolas. A criação extensiva de gado, associada à acumulação especulativa e improdutiva do solo, caracteriza o campo colombiano.

Por fim, há que se considerar ainda o problema do conflito armado, responsável por incalculáveis perdas humanas, materiais e ambientais nas últimas cinco décadas. Em 2014, o governo nacional assinou alguns acordos com as FARC em negociações que visavam ao fim do conflito armado. Entre esses acordos, encontra-se a Reforma Rural Integral (RRI). Esse acordo supõe a transformação da realidade do meio rural colombiano, preconizando o combate à pobreza e a erradicação da violência (MARTÍNEZ, 2014). É importante ressaltar que esse acordo reconhece o papel da economia camponesa, familiar e comunitária como fundamento do desenvolvimento do campo. Em linhas gerais, o documento da RRI

define alguns princípios que se orientam em três eixos fundamentais: democratização do acesso à terra; desenvolvimento equitativo da relação campo-cidade; e implementação dos *Planes Nacionales*, que visam a erradicação da pobreza extrema e a redução da pobreza rural em 50%, em uma década (JARRISON MARTÍNEZ, 2014).

O argumento central de Jarrison Martínez (2014), a respeito do conteúdo e das projeções da RRI é que a agricultura familiar e a economia solidária têm um papel decisivo na promoção da paz na Colômbia. Conforme afirma:

O desenvolvimento rural integral implica uma perspectiva diferente. Não se trata apenas de promover a produtividade, mas também de garantir a segurança e soberania alimentar, de estimular as atividades que contribuem com a proteção dos recursos ambientais com a água, a biodiversidade, a agro-diversidade, de reconhecer os saberes ancestrais e tecnologias próprias que as comunidades têm desenvolvido em décadas de experimentação e trabalho, de superar os obstáculos que mantêm milhares de pessoas na pobreza e abandono, definir e implementar políticas públicas diferenciadas que levem em consideração as particularidades e características de cada região e seus diversos grupos de populações (MARTÍNEZ, 2014, p. 8).

Em síntese, uma reforma rural integral não pode prescindir da atuação de determinados atores sociais que há décadas têm sido vítimas da violência, da pobreza e da exploração. Ao contrário, uma reforma rural integral depende dos saberes e das práticas tradicionais da agricultura familiar e do princípio da solidariedade que a envolve como ferramentas fundamentais para o combate à violência e para a garantia de igualdade e de desenvolvimento da vida no campo.

4. Confederação agrosolidaria Colômbia

A agrosolidaria é uma das principais organizações que fazem parte do movimento agroecológico e da economia solidária na Colômbia. Na base desses dois movimentos e de seus princípios é que a agrosolidaria se constitui e se organiza. A agrosolidaria nasce em 1994, com o incentivo da *Asociación para el Desarrollo Sostenible* (SEMILLAS), com sede no município de Tibasosa, Boyacá, e inicia o desenvolvimento de programas de desenvolvimento local e regional como *Venga esa Mano Paisano*. Esse programa foi orientado inicialmente para microcréditos, fomentou formas associativas cogestionadas, desenvolveu um plano de educação em

socioeconomia solidária, capacitação técnica e acesso à informação e ajudou na construção de infraestrutura para produção, transformação e distribuição agroalimentar. Com esse programa, a SEMILLAS buscava o empoderamento de famílias camponesas. A agrosolidaria é resultado desse processo de trabalho com as comunidades no Estado de Boyacá.

Entre as primeiras atividades da agrosolidaria, está a conformação de grupos associativos de microcrédito que deram origem aos fundos comunitários e aos fundos rotatórios autogestionados pelos associados com recursos vindos de doações ou da renda produtiva. Depois se organizaram os grupos associativos por produto dentro da cadeia agroalimentar, por processo e por serviço de distribuição. Finalmente, organizaram-se os grupos associativos de consumo solidário. Depois de conformados esses grupos, constituiu-se a Federação de Prosumidores Agroecológico agrosolidaria, como um organismo articulador dos grupos associativos através de seccionais municipais.

A Federação se constituiu em Confederação, e, para isso, precisou de 12 federações funcionando. Até fevereiro de 2014, a agrosolidaria estava em 18 departamentos (estados), 104 municípios,

123 seccionais, em 12 federações de operação autônoma e uma confederação nacional. São mais de 32 mil famílias associadas que se organizam em 384 grupos associativos.

A agrosolidaria se organiza nas seguintes atividades básicas: microcrédito, produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e de artesanato. Além disso, há um turismo comunitário e ecológico que vem se fortalecendo. Como programas transversais, estão o de “Herdeiros Solidários”, para os filhos dos produtores continuarem no campo e se tornarem mais conscientes do patrimônio econômico, natural e cultural das suas comunidades, e o programa da escola agroecológica, para a qual está sendo pensando um marco metodológico, epistemológico, que passará por ajustes e validações.

Uma das principais inovações na construção de mercados na agrosolidaria é a introdução de um modelo organizacional com base em outras experiências da América Latina, como as de Equador (*Maqita Cusunchic, Salinerito*), Honduras (Red de Comercialización Comunitária - COMAL), Venezuela (*Central de Servicios Cooperativos do Estado Lara - CECOSOLA*) e Argentina (*Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores -*

UATRE), entre outras. A agrosolidaria construiu um modelo descentralizado de trabalho que tem fortalecido a interdependência e a descentralização e desenvolvido um autogoverno liderado pelas comunidades.

Para entender o processo de integração da agrosolidaria, ela deve ser pensada como formada por níveis de um sistema maior (fig. 1). O primeiro é a Unidade Socioeconômica Familiar, que se integra aos grupos associativos organizados por produtos ou serviços (segundo nível). Depois estão as seccionais de agrosolidaria (terceiro nível), que se integram, por sua vez, nas federações (quarto nível), as quais normalmente são departamentais. O último nível, ao qual se integram todos os anteriores, é a confederação agrosolidaria Colômbia.

Figura 1 – Processo de Integração de agrossolidária.



Fonte: Elaborado pela autora com base na página de **agrosolidária**²⁴

²⁴ Disponível em: <http://www.agrosolidaria.org/index.php/ideario>. Acesso em 23 de outubro 2020.

As associações conformam as federações; cinco associações, no mínimo, conformam uma federação. Elas podem ser associações de cooperativas ou associações de grupos informais (não é preciso que sejam formais, porque se precisarem de uma figura jurídica para alguma venda, já estariam integradas às federações, e isso as respaldaria). Por isso, em cada federação existe um contador e um auxiliar administrativo que ajuda aos grupos também a organizar sua contabilidade. Para conformar uma confederação, são necessárias no mínimo 12 federações.

A agrosolidaria tem um modelo descentralizado, no qual cada seccional e federação é autônoma, e a confederação tem certos níveis de autonomia. De qualquer forma, a confederação, que é a maior instância, não é usada para fazer intermediação financeira ou comercial, porque isso faria com que a comercialização dos produtos ficasse mais cara. Se um produtor precisar vender e nem ele nem seu grupo tiverem uma figura jurídica, então poderá recorrer à seccional ou à federação; o mesmo pode ocorrer se para consolidar alguma venda de grande volume ou fazer parte do sistema de poupança e crédito. Todas as seccionais têm seu regulamento, seu estatuto, seu comitê, seu conselho administrador e em cada seccional

existem todas as atividades do circuito que foram mencionadas.

Para se associar à agrosolidaria, identificaram-se seis passos. O primeiro é se comunicar com a seccional mais próxima. Depois, preencher um formulário de solicitação de associatividade e entregá-lo na seccional. O terceiro passo, após receber orientação, é preencher o formulário de registro de associatividade e de herdeiros. Depois disso, paga-se a quota de inscrição e aporte social. O quinto passo é participar das reuniões e exercer seus direitos e deveres. É colocado, como último passo, a contribuição com as propostas de bem comum e organização, unidade e reciprocidade.

Em nível nacional, a agrosolidaria se articula com vários movimentos, mas principalmente com o movimento de agroecologia liderado pelo Maela Colômbia e com o movimento de economia social e solidária liderado pela REDESS. Na América Latina, a agrosolidaria está articulada ao Foro Latino-Americano e Caribenho de Finanças Rurais (FOROLACFR). Também integra a Aliança pela Soberania, Autonomia e Segurança Alimentar Nutricional (ASASAN).

De maneira geral, a agrosolidaria se integra a movimentos que têm marcos programáticos mais específicos, atividades concretas e com

uma participação democrática, de participação e governança do modelo. O coletivo agroecológico, que é muito ativo no Equador, também faz parte da Aliança pela Soberania, Autonomia e Segurança Alimentar Nutricional (ASASAN), além do Conveagro do Peru e de outras organizações de Bolívia, Paraguai e Colômbia. A agrosolidaria também faz parte da IFSN, que é a Rede Internacional de Segurança Alimentar, bem posicionada no Comitê Mundial de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Também faz parte da Coalizão dos Povos pela Soberania Alimentar desde 2010.

A agrosolidaria tem algumas parcerias nacionais e internacionais para projetos específicos e se fortaleceu mais a partir do ano 2005. Em 2006, firmou alguns convênios com o antigo Dansocial, que apoiou a organização de encontros, seminários, oficinas, estágios, para reproduzir e fortalecer o modelo agrosolidaria. Mas essa parceria foi diminuída com a mudança de governo alguns anos atrás. Com a UNAD (*Universidad Nacional Abierta y a Distancia*), há um convênio para que os jovens continuem estudando.

A agrosolidaria não é uma organização exclusivamente de produtores agroecológicos, porque há muitos que ainda estão na transição

agroecológica. Sabendo que a agroecologia não é só a produção orgânica, mas que compreende desde a produção até o consumo, como as distâncias que percorrem os produtos para serem entregues, o tipo de embalagem, a questão ecológica, a agrosolidaria prioriza a comercialização em circuitos curtos como parte da aposta agroecológica.

Por outro lado, a produção orgânica ou agroecológica tem três níveis. O primeiro nível é o dos produtores que já têm certificação de terceira parte, ou certificação de confiança, como a participativa. No segundo nível estão os produtores em transição e, no terceiro, os que ainda estão se iniciando para entender os processos agroecológicos. A produção nacional é muito variada: no sudeste do país há produtores de mandioca, banana-da-terra, abacate, *chontaduro*. No sudoeste, produtores de araçá, de cupuaçu e frutos amazônicos. No centro, todo os tipos de folhas verdes, batata, tomate, entre outros. Basicamente, a agrosolidaria trabalha na linha agroalimentar que é a mais forte, na linha do artesanato e no turismo comunitário, que ainda está se estruturando.

4.1 CIRCUITOS E MERCADOS AGROALIMENTARES

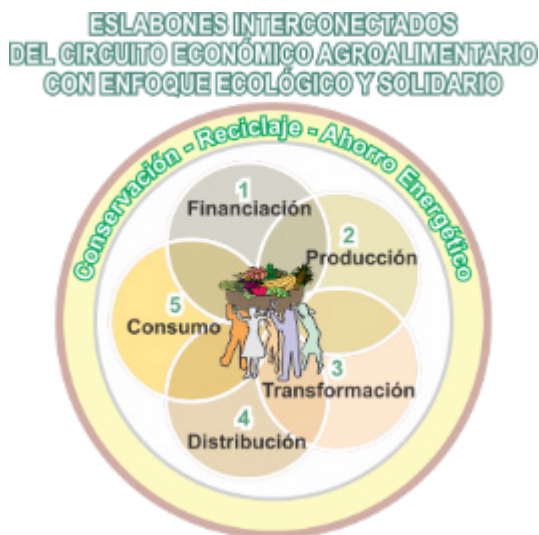
Os grupos associativos na agrossolidaria se organizam dependendo das atividades dentro do circuito econômico agroalimentar. A primeira atividade é a do microcrédito: nela estão os fundos solidários, os bancos comunitários, entre outros. Cada seccional da agrossolidária tem um fundo a partir do qual se dão créditos para capital de trabalho e para o melhoramento das unidades produtivas familiares.

A segunda atividade é a de produção: nela se desenvolvem os cultivos e os sistemas pecuários das unidades produtivas familiares associadas. Trabalham coordenadamente com os grupos associativos de processamento, de distribuição e consumo solidário. Uma terceira atividade do circuito é a transformação dos produtos, que envolve as máquinas de trabalho para processar produtos frescos.

A quarta atividade do circuito econômico é o da distribuição, em que equipes de trabalho mantêm contato com produtores, processadores, consumidores solidários e empresas compradoras externas ao circuito econômico solidário e se encarregam da parte logística, de classificação,

empacotamento e entregas. A quinta e última é o consumo solidário. Nesse elo, estão os grupos de pessoas que representam as unidades familiares e compartilham um território comum (pode ser o bairro, a localidade, a comuna, a urbanização ou até uma instituição).

Figura 2 – Elos interconectados dos circuitos econômicos agroalimentares com enfoque ecológico e solidário - agrossolidária.



Fonte: Página de agrosolidaria²⁵

É dentro desse circuito da distribuição

25 Disponível em: <http://www.agrosolidaria.org/index.php/ideario>. Acesso em 23 de outubro 2020.

que acontece a comercialização, a qual depende da dinâmica de cada seccional ou federação. Algumas institucionalizaram as feiras semanais, com uma rede estruturada de consumidores, de famílias, restaurantes ou outros que compram semanalmente direto do produtor. Outra modalidade são as lojas permanentes, algo menos frequente devido ao alto custo de manter uma loja, ainda mais quando ainda não está fortalecida uma rede de consumidores conscientes. A agrosolidaria tem como objetivo mais de curto prazo fortalecer o consumo consciente, com uma rede de consumo que possa crescer. A agrosolidaria Engativá (seccional) tem um grupo de distribuição e afirma que a criação da rede de consumo pode ser muito lenta, mas se organiza para que se consolide já no longo prazo para incentivar um movimento distrital de comércio justo.

A loja permanente que tem funcionado está dentro de um resguardo indígena, no Tambo – Cauca. Funciona porque o *cabildo* promove o consumo de produtos orgânicos e também são distribuídos produtos externos de que a comunidade precisa. Até 2014, havia quatro grupos étnicos vinculados à agrosolidaria, mas a maioria são camponeses, como em Cundinamarca e Santander; no Cauca são maioria indígenas

e afro-colombianos. Mario Bonilla, diretor da confederação²⁶ agrosolidaria Colômbia, afirma que é preciso uma maior caracterização dos circuitos de comercialização da agrosolidaria em nível nacional, já que existem trabalhos aprofundados na área de finanças solidárias e em outros temas, mas nada em nível de comercialização comunitária.

A agrosolidaria está fortalecendo uma rede de mercado agrosolidaria que já está em oito seccionais nas cidades de Pacho (Cundinamarca), La Celia (Risaralda), Mistrató (Risaralda), Florencia (Caquetá), La Montañita (Caquetá), El Doncello (Caquetá), La Unión Peneya (Caquetá), Chachaguí (Nariño) e em Bogotá DC. Os produtos variam de uma seccional a outra, pois estão em diferentes regiões do país.

A experiência dos mercados agrosolidarios de agrosolidaria Engativá foi criada em 2013. Engativá é uma localidade na cidade de Bogotá e, no começo, a experiência iniciou-se com 16 produtos de produtores próximos da cidade realizando somente três entregas no primeiro dia. Em 2016, já chegou a 90 mercados mensais entregues e trabalhava diretamente com 26 grupos produtores não só das proximidades da cidade,

26 Entrevista concedida por Mario Bonilla, [maio. 2015] (137 min.). Apêndice A da tese: CASTILLA-CARRASCAL (2017).

como de outras regiões. O grupo de consumidores tinha em torno de 50 pessoas, mas a criação da rede de consumo pode ser lenta. Agora, há uma organização para que se consolide no longo prazo e incentive um movimento distrital de comércio justo²⁷.

A organização a partir dos mercados agrosolidaria de Engativá começou com recursos próprios dos associados e depois houve o apoio de outras organizações, entre elas a Swiss Aid. Como figura jurídica, eles são uma associação, uma seccional de agrosolidaria que tem nove associados. Realizam assembleia e têm um conselho para as questões mais operativas. Segundo Nilson Rodríguez²⁸, a ideia é que em mercados agrosolidaria não somente os associados tenham espaço na assembleia, mas também representantes dos grupos de consumidores e dos grupos de produtores; por enquanto, é algo que está em construção.

A cada sábado, a partir das 5 horas da manhã, começam a ser organizadas as entregas,

27 É importante notar que quando se fala de comércio justo em agrosolidaria, não quer dizer que faz parte de organizações do movimento internacional de comércio justo, senão que é uma comercialização realizada baixo certos princípios de justiça.

28 Entrevista concedida por Nilson Rodríguez, [maio. 2016] (53 min.). Apêndice A da tese: CASTILLA-CARRASCAL (2017).

as quais seguem para distribuição às 10 horas da manhã. Eles entregam nas casas dos consumidores produtos como quinoa, flor-de-jamaica, cenoura, mamão, mel, frango caipira, ovos, pão artesanal, granola, frutas desidratadas, geleias, entre outros. São 130 produtos diferentes oferecidos. A distribuição é feita com entre eles e há uma taxa de entrega dependendo do valor do pedido.

No princípio, eram cestas que já vinham prontas e depois se converteram em pedidos, dependendo da disponibilidade semanal. Também há algumas entregas a alguns restaurantes e preparação de lanches para algumas organizações sociais e universidades e participação em algumas feiras esporádicas para promover o espaço dos mercados semanais da agrosolidária Engativá.

Os produtores são de Usme, Viani, Pacho e Biotá, no Estado de Cundinamarca, que é o mais próximo ao distrito capital. Também se incluem alguns municípios de Boyacá, como Soracá, Pisba e outros mais afastados como Natagaima-Tolima, Chachagui-Nariño e San Andres de Sotavento-Córdoba. Para os produtores, o transporte é uma dificuldade, pois muitas vezes o custo pode ser até 50% do valor dos produtos. Por esse e outros fatores, os produtos dos mercados agrosolidarios de Engativá ainda não são vendidos com preços po-

pulares, mas a preços que consigam compensar o alto custo de transporte. Mas o objetivo em médio prazo é que os mercados possam ser ofertados a toda a população, pagar bem ao camponês e que se integrem cada vez mais consumidores.

Alguns dos desafios experimentados se relacionam com os consumidores e a construção de uma relação no longo prazo. Muitos deles pedem duas vezes e não continuam pedindo porque faltam produtos solicitados, mas muitas vezes isso se explica ou por problemas logísticos ou por sazonalidade dos produtos. Alguns dos consumidores pertencem a organizações vinculadas com a economia solidária, como cooperativas financeiras. Com essas pessoas, a relação de confiança e a construção de laços é muito mais fácil do que com o consumidor que não conhece o objetivo dos mercados agroalimentares.

No futuro, eles querem constituir grupos de consumo mais consolidados e ter uma ecologia onde se venda também café e onde possam ser comprados produtos no meio da semana. Por enquanto, o abastecimento de mercado agroalimentar em Bogotá está na mão de monopólios, os quais controlam os preços de forma injusta para o consumidor e muitas vezes para o produtor. Segundo a entrevista concedida

por Nilson em maio de 2016, é difícil começar a mudar essa realidade mas, ao mesmo tempo, mercados agrosolidaria têm como objetivo que as pessoas possam acessar alimentos limpos²⁹ a preços justos, que seja mais que uma loja bonita com produtos diferentes.

Vê-se então como a experiência da seccional de Engativá cria um circuito econômico agroalimentar que envolve os elos da produção, distribuição e consumo. Na agrosolidaria, acontecem outros tantos circuitos. Cada experiência de circuito tem sua própria forma de construção dos seus mercados; por isso, explicar esses elementos ajudará a compreender a construção social de mercados para a agrosolidaria.

5. Conclusões

O aprofundamento das políticas neoliberais durante a década de 1990 modificou substancialmente a estrutura do estado colombiano. Nesse cenário, a Colômbia teve uma aparência de estabilidade democrática, com presidentes eleitos democraticamente entre 1990 e 2014, os quais terminaram seus mandatos. Apesar disso, o país

29 Quando Nilson se refere a limpo, quer dizer produção limpa, sem agrotóxicos.

tem vivido por um longo período uma grande instabilidade, ocasionada pelo conflito armado e com um impacto maior sobre o campo (região rural) colombiano. No período estudado, contrariando as expectativas, se observam novos espaços e uma inserção de pautas dos movimentos sociais e uma crescente mobilização dos movimentos camponeses e indígenas colombianos em questões de políticas agrárias.

A confederação agrosolidaria surge em pleno período de recrudescimento da violência e aprofundamento das políticas neoliberais, em 1994, a partir de programas e projetos de organizações não governamentais que trabalhavam na emancipação econômica de camponeses e trabalhadores rurais excluídos das políticas dos governos colombianos. Ela é uma confederação formalmente constituída (composta por federações, seccionais e grupos associativos) mas também atua como movimento social na intersecção de distintos movimentos sociais e bandeiras como a agroecologia, a agricultura familiar, economia solidária e o comércio justo.

Na sua organização, agrosolidaria construiu um modelo descentralizado de trabalho que tem fortalecido a interdependência e a descentralização e desenvolvido um autogoverno liderado

pelas comunidades. Dentro desse processo de integração, os grupos associativos se organizam dependendo das atividades dentro do circuito econômico agroalimentar. Os circuitos têm ajudado na construção social dos seus mercados. Eles articulam (internamente) os elos de finanças, produção, transformação, distribuição, consumo e seus mercados. Ao mesmo tempo, a confederação se articula (externamente) com redes de movimentos sociais na América Latina, com organizações não governamentais nacionais e internacionais, entre outros atores.

Referências Bibliográficas

ARCHILA NEIRA, Mauricio. Luchas sociales y democracia en Colombia, 2001-2005. In: TANAKA, Martin (Ed.). **La nueva coyuntura crítica en los países andinos**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos IEP, 2009.

CASTILLA-CARRASCAL, Ivette Tatiana, **Movimentos sociais na construção social de mercados: uma análise comparada entre a Colômbia e o Equador**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – CEPPAC). Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/>

[handle/10482/22678](https://hdl.handle.net/10482/22678)

CONFECOOP. **Informe Anual Desempeño sector cooperativo colombiano.** Confecoop, un año para la historia y el comienzo de la década cooperativa. 2012. ISSN 1909-26-28.

DÁVILA, Ricardo. El sistema de economía solidaria en Colombia. In: PÉREZ DE URALDE, José M. (Coord.). **La Economía Social em Iberoamerica.** Madrid: Fundación Iberoamericana de la Economía Social, 2006. Disponível em: <<http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/ESIberoamerica1.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

ESTRADA-ÁLVAREZ, Jairo. **Construcción del modelo neoliberal en Colombia.** Bogotá DC: Aurora, 2004.

_____. As reformas estruturais e a construção da ordem neoliberal na Colômbia. In: CECEÑA, Ana Esther (Org.). **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. (Coleção Grupos de Trabalho).

FAJARDO MONTAÑA, Dario. **Colombia:** dos décadas en los movimientos agrarios. 2013. (Cahiers des

Amériques latines 71). Disponível em: <<https://cal.revues.org/2690>>. Acesso em: 16 set. 2016.

FLIGSTEIN, Neil. CALDER, Ryan. Architecture of Markets. In: SCOTT, Robert; KOSSLYN, Stephan (Eds). **Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015.

GAZOLLA, M; PELEGRINI, G. A construção social dos mercados pelos agricultores familiares: o caso das agroindústrias familiares. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48. **Anais...** Campo Grande (MS), 2010.

GENDRON, C.; BISAILLON, V.; RANCE, A. I. O. The institutionalization of fair trade: more than just a degraded form of social action. **Journal of Business Ethics**, vol. 86, p. 63-79, 2009. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40294860>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

KING, B. G.; PEARCE, N. A. The contentiousness of markets: politics, social movements, and institutional change in markets. **Annual Review of Sociology**, vol. 36, p. 249-267, 2010.

MARTÍNEZ, Jarrison. Paz, **Agricultura familiar y economía solidaria: un vinculo inseparable en Colombia**. [Bogotá]: Instituto de Economía Social y Cooperativismo – INDESCO, 2014.

_____. Una mirada al mundo de la agricultura y el desarrollo rural. In: ACEVEDO OSORIO, Alvaro; MARTÍNEZ COLLAZOS, Jarrison (Comps.). **La agricultura familiar em Colombia**: estudios de caso desde la multifuncionalidad y su aporte a la paz. Bogotá: Ed. Universidad Cooperativa de Colombia, 2016. p11-29.

MEJÍA-QUINTANA, Oscar. Dominación y exclusión en la constitución del 91. La constitucionalización de la mentira. Bogotá DC: **Espacio Crítico**, 2002. Disponível em: <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/artcls/a0049_om-a02.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

NIETO LÓPEZ, Jaime Rafael *et al.* **El ciclo de protestas sociales en colombia y la movilización agraria**. OSAL, Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, n. 36, p.228-239, dic. 2014. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/contador/sumar____pdf.php?id_libro=926>. Acesso em: julho 20 de 2016.

PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. INDH – **Informe de Desarrollo Humano: El conflicto: callejón con salida**. 2003. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/colombia_2003_sp.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. INDH – **Informe de Desarrollo Humano: Colombia rural: razones para la esperanza**. 2011. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/colombia/docs/DesarrolloHumano/undp-co-ic_indh2011-parte1-2011.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Revista Política e Sociedade**, v. 8, n. 15, p. 199-224, out. 2009.

SALCEDO, Leonardo; PINZÓN, Ricardo; DUARTE, Carlos. **El Paro Nacional Agrario: un analisis de los actores agrarios y los procesos organizativos del campesinado colombiano**. Centro de Estudios Interculturales. Universidad Javeriana de Cali, sep. 2013. Disponível em: <http://www.javerianacali.edu.co/sites/ujc/files/node/field-documents/field_document_____file/el_paro_nacional_agrario_un>

[analis de los actores agrarios y los procesos organizativos del campesinado colombiano. centro de estudios interculturales.pdf](#)>. Acesso em: 27 ago. 2016.

SCHILLER-MERKENS, S. **Framing moral markets:** the cultural legacy of social movements in an emerging market category. Köln: MPIfG, 2013. Disponível em: <http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp13-8.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

ZELIZER, Viviana. **Economic lives:** how culture shapes the economy. Princeton: Princeton Univ. Press, 2011.



NA ERA DO HIPERCONSUMO, É URGENTE O CONSUMO RESPONSÁVEL E SOLIDÁRIO

Rizoneide Souza Amorim³⁰

1. Introdução

“Decifra-me ou te devoro”. Esse era o desafio da Esfinge de Tebas. Ela eliminava as pessoas que não conseguiam responder ao seguinte enigma: “Que criatura tem quatro pés de manhã, dois ao meio-dia e três à tarde?”. Todas/os as/os que se desafiavam a responder haviam sido estranguladas/os. Daí surge o Édipo, que decifrou o desafio e acertou, respondendo: “É o ser humano! Engatinha quando bebê, anda sobre dois pés quando adulto e caminha com uma bengala na velhice” (CONNELL,

30 Doutoranda em Sociologia – Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra – FEUC/UC. Email: rizoneide.amorim77@gmail.com . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3678346808470338>

2013). A sociedade atual também enfrenta um novo enigma. Vivemos na sociedade capitalista, a era do império do hiperconsumo, e uma nova “Esfinge de Tebas” simbólica reforça o consumismo como a chave para a felicidade. Quem não decifrar que é totalmente equivocado depositar a felicidade no hiperconsumo, será devorada/o, como no mito.

Gilles Lipovestky, filósofo francês e teórico da hipermodernidade e da pós-modernidade, escreveu o livro “A Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo” (2012) e traz uma profunda reflexão sobre a constituição da sociedade do hiperconsumo e sobre a possibilidade ou não de realização da promessa moderna de felicidade, caracterizada como o ideal supremo de nossa época.

Essa promessa da felicidade via consumo, muito bem plantada pelo marketing do sistema capitalista, precisa de muita reflexão e ação para que não nos iluda e faça cair na busca incansável de bens em nome da sonhada felicidade ao sufocamento na onda do consumismo desenfreado. Vivemos numa sociedade que nos leva a confundir bem-estar material com vida feliz e que nos torna hiperconsumidoras/es, no dizer de Lipovestky, vivendo em busca de experiências emocionais e de melhor-estar, de qualidade de vida e de saúde,

marcas e autenticidade, imediatismo e comunicação, no labirinto sem saída da sociedade do consumo³¹.

Se o consumo não é sinônimo de felicidade, também não é, muitas vezes, fonte de verdadeira satisfação. Demarcando-nos da postura hipócrita de uma grande parte da crítica ao consumo, temos de reconhecer os elementos positivos que contempla a superficialidade consumista. (LIPOVETSKY, 2012, p.13)

A sociedade do hiperconsumo funciona como uma sociedade de desorganização psicológica que se reveste de numerosos processos de relançamento ou de redinamização subjetiva. Por outro lado, temos o paradoxo de sermos consumidoras/es com a perspectiva do “consumidor-ator”, que é informado, livre e, portanto, tem a possibilidade de repensar o consumo e as consequências do consumismo para construção de uma sociedade em que nos sintamos responsáveis e construtoras/es.

Nesse estudo, apresentaremos como a sociedade capitalista se organizou na perspectiva do

31 A “sociedade de consumo” é uma expressão que surge pela primeira vez nos anos 20 do século passado., tornando-se popular nas décadas de 50 e 60 e chega aos dias atuais ainda sendo utilizada (LIPOVETSKY, 2012, p. 19).

hiperconsumo apresentada por Lipovetzky (2012) e, a partir dessa concepção, faremos um diálogo com outros autores que apresentam a proposta de decrescimento (LATOUCHE, 2009), consumo colaborativo (BOTSMAN e ROGERS, 2011), consumerismo (NUNES, 2016) consumo solidário (MAN-CE, 2003) e consumo responsável (MASCARENHAS, 2015) como ato político que contribui como alternativa reversa ao hiperconsumo.

Abordaremos como a opção política de consumir pode transformar o seu entorno, uma vez que o consumo é uma ferramenta poderosa que cada ser humano tem na sua mão ao definir o que consumir, quando, de quem e para quem consumir e para onde vai o “lucro” gerado ao adquirir produtos e serviços na sociedade em que se vive, bem como também destino do lixo gerado quando do descarte dos produtos (embalagens e/ou resíduos).

Para melhor compreender o significado do capitalismo de consumo, é importante entender o contexto do capitalismo e as estratégias estabelecidas para sua manutenção e apogeu da sociedade do hiperconsumo. Ao mesmo tempo, vale a pena ressaltar e reconhecer que outras estratégias coabitam paralelamente ao sistema capitalista, apresentando outras formas de consumo – colabora-

tivo, consumerismo, responsável, crítico, solidário - que tem o poder de construir uma outra economia e um outro mundo possível.

2. A sociedade capitalista

O capitalismo³² é um sistema econômico baseado na acumulação de riqueza e que tem como base o trabalho assalariado, a propriedade privada dos meios de produção (terra, equipamentos e recursos produtivos), bem como a produção, comercialização e especulação de bens e serviços visando sempre o lucro e concentração de riquezas.

O objetivo do sistema capitalista é a produção e comercialização de mercadorias para a obtenção de lucro. A acumulação de riquezas faz parte da lógica capitalista, com a maximização dos lucros e a redução dos custos. Nesse sentido, para a expansão do sistema capitalista, os bens produzidos devem ser comercializados e consumidos o mais rapidamente possível, abrindo espaço para o consumo de outros produtos e ou serviços.

32 Teve seu crescimento desde os fins da Idade Média e se estabeleceu nos séculos XVIII e XIX na Europa Ocidental, constituindo-se como um sistema econômico, político e social, baseado nas relações entre classes sociais antagônicas (burguesia/capitalistas x proletariado/trabalhadoras/es) (SENNETT, 2007)

Os seres humanos precisam satisfazer suas necessidades, sejam elas biológicas (água, alimento, abrigo) ou sociais (vestimentas, automóveis, telefones, viagens, diversão, produtos culturais). As necessidades biológicas são fundamentais para a manutenção da vida humana, já a sociais são relativas e variam de acordo com os contextos comunitários e culturais, pode ser totalmente diferente de uma localidade para outra.

Os seres humanos intervêm no território e no meio ambiente, produzindo bens que suprirão as suas necessidades biológicas e/ou sociais. No sistema capitalista, a produção de bens já não acontece necessariamente para atender às necessidades humanas, mas para a acumulação de riqueza para os possuidores do capital. Nesse sentido, o capitalismo também cria artificialmente novas necessidades sociais e por diferentes mecanismos, se utilizam da publicidade ou mesmo da psicologia para convencer os seres humanos a adotarem para si as necessidades artificiais criadas intencionalmente pelo sistema.

Boltanski e Chiapello (2009) identificam o capitalismo como um sistema “absurdo”, em que as/os trabalhadoras/es assalariadas/os perderam a propriedade do resultado de seu trabalho e a possibilidade de levar uma vida ativa fora da subordi-

nação. Por outro lado, os capitalistas estão presos a um processo infindável e insaciável, totalmente abstrato e dissociado da satisfação de necessidades de consumo, mesmo que supérfluas.

O conceito “engenharia do consentimento” foi um termo criado por Edward Bernays, após a leitura do livro “Introdução à psicanálise”, no qual Freud demonstra que, para conseguir fazer com que as pessoas queiram coisas, deve-se acessar o desejo que está vinculado a padrões humanos rudimentares, ou seja, aquilo que ela admira ou que despreza, o que ama ou o que odeia e teme. Bernays compreendeu o poder de uso da psicologia para projetar campanhas publicitárias que tivessem o poder de controlar e organizar as massas de acordo com a sua vontade, de maneira que as pessoas se tornam consumidoras e nem refletem sobre isso. Ao ler os escritos de Freud, ele percebeu que poderia acessar os desejos e temores mais íntimos das pessoas e, assim, ele poderia vender qualquer coisa que fosse associada subliminarmente ao desejo de sucesso, de beleza, de sedução.

De acordo com Botsman e Rogers (2011), alguns produtos, ao serem criados, visam atender uma necessidade real, como exemplo os copos descartáveis, que foram pensados para substi-

tuir os copos de metal utilizados junto às fontes de água e que transmitiam doenças graves como a tuberculose e a varíola. Porém, com o passar do tempo, as estratégias capitalistas transformaram os descartáveis, incluído os copos, em uma verdadeira ameaça a vida no planeta, pois segundo dados apontados nesse estudo, na última década são descartados, por ano, mais de 220 bilhões de copos descartáveis. Temos uma sociedade viciada em hábitos de descarte. O rejeite desses materiais segue a “lei das consequências não intencionais”, em que as pessoas não se dão conta que pequenos hábitos podem fazer grandes estragos. Então, começamos a perceber uma “sociedade viciada em ‘hábitos de descarte’”, sem se importar com suas consequências.

Enquanto para o meio ambiente e a vida no planeta os descartáveis são uma tragédia, para os produtores capitalistas a meta é acelerar que a cada produto comprado seja imediatamente descartado, que as/os consumidoras/es adquiram cada vez mais e, para isso, os descartáveis foram associados à ideia de liberdade e conveniência. Na atualidade, o acúmulo de bens e descarte acontece num ritmo alucinante. Com o incentivo exacerbado para o consumo, as famílias adquirem cada vez mais bens que não utilizam e que não são essenciais.

Essa lógica capitalista da acumulação e consumo é orientada pelo crescimento sem limites que bebe na fonte da publicidade, do crédito e da obsolescência acelerada e programada dos produtos em prol do consumismo vivido nos dias de hoje, na sociedade do hiperconsumo.

3. A sociedade do hiperconsumo

Gilles Lipovestky (2012) traz uma profunda reflexão sobre a constituição da sociedade do hiperconsumo e sobre a possibilidade ou não de **realização da promessa moderna de felicidade, caracterizada como o ideal supremo de nossa época. Ele constrói, de forma aprofundada, uma reflexão sobre o universo do consumo e mostra como essa sociedade foi constituída por ciclos.**

Na abordagem de Lipovestky (2012), o primeiro ciclo e/ou fase da sociedade do consumo se inicia por volta dos anos 1880 e se alarga até a Segunda Guerra Mundial, por volta dos anos quarenta do século XX. Nessa fase, com a invenção do telégrafo, telefone e ferrovias e com as próprias “máquinas de fabrico”, é possível pensar na produção de mercadorias para circulação em grandes escalas e o surgimento dos primeiros grandes

mercados nacionais de distribuição de massa com preços fixos baixos e margem de lucro reduzida por unidade e ampliada na quantidade devido ao grande volume e diversificação da produção.

O capitalismo de consumo não nasceu automaticamente de técnicas industriais capazes de produzir em grande série produtos estandardizados, mas foi também uma construção cultural e social que exigiu a “educação” dos consumidores e necessitou do espírito visionário de empresários criativos, a “mão visível dos gestores (LIPOVESTKY, 2012, p. 24-25)

Nessa fase, acontece os primórdios da produção e do consumo de massa, com produtos de longa duração tornando-se acessíveis para um número significativo de pessoas. É nesse ciclo que surge também o marketing (marcas, embalagens e publicidade) e a construção do consumidor moderno que não tem mais uma relação personalizada entre quem produz e quem vende, pois nessa fase a confiança passa a ser na marca e no fabricante, criando-se o “consumo-sedução” e “consumo-distração”.

O segundo ciclo da sociedade do consumo começa por volta de 1950 e se consolida nos anos 1970. Nesse período, segundo Lipovetsky (2012),

cresce a sociedade de consumo de massa que ele chama de “sociedade da abundância”. A revolução comercial e o início das novas estratégias do marketing de segmentação de mercado, baseadas em fatores demográficos e socioculturais, criando-se a relação entre felicidade e consumo, ou seja, a felicidade está ligada a um cotidiano confortável, em função dos objetos de consumo e da lógica da quantidade. Não basta ter acesso a um bem ou serviço, tem que haver quantidade e qualidade. Cria-se o desejo pelos bens comercializados, a compulsão pela compra, por acesso a novidades, pelo esbanjamento e, parafraseando Lipovetsky, a privatização do modo de vida.

A terceira e atual fase é caracterizada pela amplificação da mentalidade de consumo das etapas anteriores, chegando aos espaços até então considerados não mercantilizáveis, tais como a família, a escola, a espiritualidade, ao lazer, a cultura, a ética etc. Um novo tipo de consumo_subjetivo, ostentatório, emocional ou experiencial, muito mais voltado para a satisfação do eu do que para a exibição social e a busca de status.

A sociedade do hiperconsumo não se caracteriza apenas por novas maneiras de consumir, mas também por novos modos de organização das atividades econômicas, novas

formas de produzir e de vender, de comunicar e de distribuir (LIPOVETSKEY, 2012, p. 65).

A sociedade do hiperconsumo que apresentamos até o momento também cria a figura do prossumidor que é, segundo Motta (2014) uma denominação criada por Alvin Toffler em sua obra "A Terceira Onda", em 1980, designando-se a consumidores que não apenas usufruem, mas influenciam de alguma forma nos produtos/serviços presentes no mercado e nas tendências mercadológicas, isto é, o ato de não apenas consumir produtos, mas interagir com eles, buscando produzir conteúdo para demais consumidoras/es. Essa tendência tem sido muito utilizada no ambiente virtual, com o advento da internet, para fazer pesquisas sobre produtos antes da compra, ou seja, na pré-compra, verifica-se quais as avaliações sobre determinado produto, o que possibilita avaliar tanto a questão da qualidade. Entretanto, outros fatores que podem ser decisivos para compras e isso influencia tanto o fabricante (na escolha do que produzir) como outras/os consumidoras/es (no desejo de consumir ou não determinado produto ou serviço).

Essa sociedade do hiperconsumo está sempre inovando com variedades e produção per-

sonalizadas e com a “economia da rapidez”, que acelera a obsolescências dos produtos em todos os setores, bem como a “cronoconcorrência”, ao anunciar produtos com muita antecedência antes da produção e lançamento real (por exemplo, as empresas de telefonia, ao lançarem aparelhos celulares e despertarem o desejo no consumidor de adquiri-los, meses antes de serem comercializados).

Nesse cenário da sociedade do hiperconsumo, as campanhas publicitárias e as estratégias de marketing associam a capacidade de sucesso e felicidade das pessoas aos bens que elas deveriam possuir e fazem com que se deseje consumir bens/serviços que o seu padrão financeiro não suporta. Na chamada sociedade de hiperconsumo, o sucesso é medido pelo que as pessoas possuem e pelo seu estilo de vida. Este modelo leva à criação de um estilo de vida desregrado, acumulador e até muitas vezes, superficial.

Essa lógica de sociedade nos fazer perceber como o mundo acelera em um ritmo desenfreado, com um modelo econômico que leva cada vez mais as pessoas a adquirir produtos os quais precisam ser descartados e sem a preocupação para onde vão esses bens e muito menos qual o impacto na sociedade deste descarte e deste ciclo perverso e

vicioso do consumismo.

Além disso, pode-se dizer que hoje vivenciamos a era do “compre agora e pague depois”, ou seja, o advento dos cartões de créditos criam um amortecedor em relação à crítica sobre o poder de pagamento do consumismo. Como ao comprar com o cartão de crédito, as pessoas não veem o dinheiro saindo da sua posse para o pagamento do bem adquirido, criando-se a impressão que não estão se endividando. Isso tem causado transtornos para o ambiente familiar e para a sociedade de um modo geral.

4. O decrescimento

Latouche (2009), filósofo e economista francês, no seu livro o “Pequeno tratado sobre o decrescimento sereno”, tem afirmado que “o crescimento infinito é incompatível com um mundo finito”. Ele apresenta dados que a humanidade consome quase 30% acima da capacidade de regeneração da biosfera. Para aliviar esta situação, coloca-se inclusive a possibilidade do “controle massivo da população ou a redução, principalmente do terceiro mundo” (LATOUCHE, 2009, p. 31). Contudo, o problema não é o superpovoamento, mas saber dividir os recursos de maneira equitativa e ética.

Esse autor aponta que o que sistema capitalista pensa a economia com intuito de crescimento por ele mesmo, mas essa lógica não atende e nem respeita os alertas ambientais de que se está chegando ou ultrapassando os limites do nosso planeta pois os recursos naturais são finitos e, portanto, não existe crescimento infinito. Para ele, o decrescimento econômico propõe a diminuição das atividades econômicas e financeiras nas diferentes escalas, do local ao global. O autor propõe reduzir a produção de bens comercializáveis, diminuir os deslocamentos, a poluição e o desmatamento.

Edson Franco (2011) apresenta a propostas de ação concreta defendida por Latouche (2009) com algumas iniciativas como um projeto político que ele chama de 8 Rs para criar o “ciclo virtuoso do decrescimento”³³, representado por oito mudanças interdependentes que se reforçam mutuamente, tais quais:

Reavaliar: a sociedade precisa reavaliar conceito e valores. Os valores

33 Para alcançar esse propósito, Latouche sugere várias etapas de forma detalhada e como poderiam ser implementadas fazendo um paralelo entre as realidades Norte – Sul e mostrando como a “utópica” proposta do decrescimento pode de fato ser implementada. In: Latouche, Serge, 2009, Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno, São Paulo, Editora WMF.

do passado já não são os mesmo do presente e serão diferentes no futuro. A sociedade precisa de cooperação e não de competição; vida social e não individualismo; precisa substituir os valores que tinha no passado tais como consumo ilimitado e eficiência produtiva.

Reconceitualizar: essa mudança de valores, pressupõe outra maneira de apreender a realidade. Reagir de forma diferente nas diversas situações enfrentadas e dar conceitos diferentes de forma a criar respostas e questionamentos mais criativos e próximos da realidade atual da sociedade, com seus desafios e problemas.

Reestruturar: é mudar o enfoque industrial, adaptando o aparelho de produção a essa mudança de mentalidade desejada. Essa transformação passa pela desconstrução do capitalismo na forma que o conhecemos.

Redistribuir: obtendo essas mudanças conseguiremos uma mudança nas relações sociais o que acarretará uma distribuição dos bens, dos valores, dos saberes, das riquezas e de tudo que for necessário para as próximas gerações.

Relocalizar: significa redirecionar o foco da produção de bens, mudando a localização da produção das mega-indústrias para as unidades familiares de forma a dar mais autonomia para o indivíduo ter uma vida com mais significado, profundidade, felicidade, respeito e valor intrínseco. O conceito leva em conta

a necessidade de descentralização das *administrações e dos poderes públicos e privados*.

Reduzir: esse conceito é bastante abrangente e compõe o cerne da proposta do decrescimento. Reduzir o nosso impacto na biosfera e nossa pegada ecológica no planeta, reduzir o tamanho e o peso da população mundial com metas programadas factíveis e graduais, reduzir nosso consumo de produtos não essenciais ao novo modelo, reduzir nosso tempo gasto com atividades que nos distancia da vida e do bem-estar comum e individual.

Reutilizar e Reciclar: já são atividades adotadas em nossa sociedade atual de forma que não é tão necessário discorrer sobre elas. Todos já conhecem seus benefícios e sabem como empreende-las. (FRANCO, 2011, p.1)

Essas iniciativas para prática cotidiana do decrescimento apontam uma nova lógica, que contradiz a do hiperconsumo desenfreado e alienante.

O decrescimento oferece uma proposta de mudança radical de paradigma, que parece condizer com a situação de crise estrutural que a sociedade moderna alcançou. Ele propõe inverter a lógica do foco no consumo de produtos para res-

gatar os bens. É um processo de mudança, tanto no nível individual como coletivo, em nossa relação com o meio ambiente, com o planeta e com a vida.

5. Outras formas de consumo

a) CONSUMERISMO

Paulo Nunes (2016) definiu o termo “consumerismo” como um “tipo de atitude oposta ao consumismo e que se caracteriza por um consumo racional, controlado e responsável e que tem em contas as consequências econômicas, sociais, culturais e ambientais do próprio *acto* de consumir” (p. 1). Para esse economista, as intervenções sociais protagonizadas por indivíduos, movimentos sociais, associações e outros tipos de organizações que defendam os interesses das/os consumidoras/es³⁴ e promovam o desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, ambiental e social, têm ganhado espaço e forma nos últimos tempos.

Na perspectiva do consumerismo, o consumo é racional, controlado, seletivo, baseados em

34 Em Portugal, a DECO (Defesa do Consumidor - <https://www.deco.proteste.pt/>) constitui um bom exemplo deste tipo de organizações, segundo esse autor.

valores sociais e ambientais e responsável com as gerações futuras. O/a consumidor/a sabe o que procura e necessita; compara preços e não se deixa enganar pela publicidade. Age com responsabilidade tendo preocupações sobre o impacto do seu comportamento de consumo na sociedade.

b) CONSUMO COLABORATIVO

O consumo colaborativo é inspirado na filosofia do compartilhamento e das trocas e tem promovido o surgimento de redes de empréstimos e de compartilhamentos em diferentes localidades no mundo.

Na concepção de Botsman e Rogers (2011), o consumo colaborativo é “a reinvenção” dos comportamentos tradicionais de mercado – locação, empréstimo, troca, compartilhamento, tecnologia de doação – que hoje somente alcançam a escala atual graças ao advento da internet. Sua concepção inclui três sistemas: sistema de produtos; estilos de vida colaborativos; e mercados de distribuição, que possibilitem às pessoas pagar para acessar e compartilhar bens e serviços sem a necessidade da posse, de possuí-los de forma definitiva. Ou seja, o consumo colaborativo proporciona o acesso a bens e serviços sem que haja necessa-

riamente aquisição de um produto ou troca monetária entre as partes envolvidas neste processo.

Ao longo do livro “O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo”, Botsman e Rogers (2011) demonstram que a sociedade e o consumo estão mudando, mencionando que nos dias atuais as pessoas estão economizando dinheiro, tempo e espaço em novas relações de consumo, com relações humanas mais amigáveis e que estão deixando de ser consumidoras passivas e vorazes para tornarem-se em colaboradoras e ativas. Os autores ressaltam que com essas atitudes podemos mudar o paradigma societário e sair de uma sociedade do consumo para uma sociedade colaborativa e da partilha, criando a consciência e o imaginário não de possuir, mas de ter acesso ao bem, que pode ser partilhado por diferentes pessoas, sem a ideia de propriedade.

A tese defendida por Botsman e Rogers (2011) é a de que o consumo também é um ato cultural e, como tal, sofre processo de modificação, movendo o mundo, influenciando hábitos e costumes e ao mesmo tempo sendo influenciado também por interesses econômicos, sociais e políticos. Estamos num momento importante, que pode significar a mudança de paradigma civilizatório, quando vemos que em diferentes lo-

calidades, de diferentes formas,

estamos começando a sair do transe de consumo em que vivemos nos últimos 50 anos. No cerne desta transformação estão dois fenômenos que se entrelaçam. O primeiro é uma mudança de valores. O consumidor está cada vez mais consciente de que o crescimento finito e o consumo baseado em recursos infinitos não são uma combinação viável. Consequentemente, estamos encontrando maneiras de tirar mais daquilo que compramos e, principalmente, daquilo que não compramos. Ao mesmo tempo, estamos começando a reconhecer que a busca constante por coisas materiais ocorreu em detrimento do empobrecimento de relacionamento com os amigos, a família, os vizinhos e o planeta (BOTSMAN; ROGERS, 2010, p. 37).

c) CONSUMO CRÍTICO OU RESPONSÁVEL

A noção de consumo crítico tem origem nos movimentos ecológicos e de defesa das/os consumidoras/es e analisa cada ato de consumo como gesto de dimensão planetária, passível de tornar o consumidor um cúmplice de ações desumanas ou humanizadas, ecologicamente prejudiciais ou

corretas, poluidor, insustentável e opressivo ou limpo, sustentável e libertador.

De acordo com Mance (2003), o consumo responsável ou crítico avalia o impacto ambiental do processo produtivo e propõe os 4Rs: Redução do consumo de itens inúteis, descartáveis que dependem de recursos não renováveis; Reutilização dos bens e adquirindo produtos usados; Reparação dos bens que se estragam, aumentando a sua vida útil; e Reciclagem de tudo que for possível reciclar, reduzindo o máximo possível os resíduos.

O consumo crítico observa também a escolha dos produtos tendo como base não apenas o preço, mas qualidade destes, a origem e as atividades das empresas que a produzem.

É importante observar que a perspectiva do consumo responsável também tem sido apropriada pelo sistema capitalista, que tenta transferir para o indivíduo a responsabilidade pelas consequências ambientais do resultado do seu consumo, isentando as multinacionais que produzem uma série de itens inúteis apresentados como solução para as pessoas, e assim se transfere a responsabilidade das crises ambientais, como o aquecimento global, para o cidadão comum.

d) O CONSUMO RESPONSÁVEL E SOLIDÁRIO

Para o movimento de economia solidária³⁵, não é possível falar do consumo de maneira isolada. Ele deve fazer parte de uma estratégia emancipatória, na construção de um desenvolvimento endógeno, criado de dentro para fora, a partir das necessidades humanas, e não exógenas, a partir do capital. Ou seja, ser faz necessário retomar os fluxos da vida, de forma que o território e toda a

35 De acordo com Singer (2002), a economia solidária é definida como o «conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão.” Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Trata-se de uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizada pela igualdade. A economia solidária preconiza o entendimento do trabalho como um meio de emancipação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações de trabalho capitalistas. Além disso, a economia solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isso porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária se projetam no espaço público, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

sua lógica precisa ser pensada, junto com noções como a de pertencimento, cultura, as necessidades das mulheres, crianças, idosos, a relação respeitosa com o meio ambiente e as necessidades também dos demais seres que ali habitam.

Na concepção do filósofo, militante e ativista do movimento de economia solidária no Brasil, Euclides Mance, que tem elaborado há alguns anos alguns conceitos fundamentais na perspectiva da economia solidária, o consumo solidário:

é aquele praticado em função não apenas do bem-viver pessoal, mas também do bem-viver coletivo, que favorece as/os trabalhadoras/es que produzem, distribuem e comercializam os bens e serviços consumidos e, igualmente, em prol da manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. (MANCE, 2003, p. 75)

A partir dessa concepção, devemos pensar a geração de produtos e serviços que sejam promotores da vida, valorizando o belo, o bom, o útil, com produtos saudáveis e limpos, sem o uso de venenos na sua produção e que, ao serem produzidos, contribuam para a manutenção da vida e a regeneração do planeta. Os processos produtivos devem ser pensados pelos trabalhadores e trabalha-

doras, reforçando o pertencimento dos diferentes coletivos que habitam o território, criando sentido e identidade para todos que ali habitam. Há de se pensar a distribuição de maneira que sejam valorados os circuitos com o menor impacto possível no meio ambiente e a redução significativa de uso de combustíveis fósseis, além da busca por uma comercialização a qual aproxime quem produz de quem consome.

O consumo responsável e solidário dá preferência aos produtos/serviços da economia solidária e se preocupa em contribuir com a geração e/ou manutenção de postos de trabalho sob estratégias de (des)envolvimento territorial sustentável. Busca integrar e fortalecer as redes colaborativas solidárias que produzem de forma autogestionária e coletiva.

Na concepção de Mance (2003) o consumo solidário busca transmitir conhecimento a respeito de cada produto – quem produziu, a forma como feito, o material utilizado e os impactos sociais e ambientais da produção e consumo desses produtos no meio ambiente e na sociedade.

O consumo responsável e solidário é associado também ao comércio justo e solidário, em que tabelas abertas de preços são incentivadas e valorizadas. Assim, tanto quem produz quanto

quem consome adotam preços justos, negociados com autonomia entre diferentes atores: produtores – comerciantes – consumidores – no intuito de fortalecer a rede solidária. Os princípios de ética, transparência e respeito ao consumidor devem ser garantidos.

O consumo responsável e solidário apresenta também uma perspectiva de ato político e traz a reflexão para as consumidoras/es solidárias/os que o seu ato de consumo pode transformar o mundo, pois temos o poder na mão ao saber quem financiamos quando estamos consumindo e que modelo de sociedade estamos fortalecendo quando adquirimos produtos e/ou serviços no nosso cotidiano.

6. Considerações finais

A lógica do sistema capitalista chegou a um ponto crítico, criando grandes desafios para os humanos, que integram a sociedade do hiperconsumo. Nela, é visível como o capitalismo, semelhante a um camaleão, se adapta, se apropria e se transveste do desejo humano para a manutenção da opressão, da mais valia e do lucro a qualquer custo, alienando os sujeitos do seu próprio processo histórico, sendo desumanizados e transformados

em marionetes compulsivas e consumidoras.

Diante da sociedade do hiperconsumo apresentado por Lipovetsky (2012), podemos perceber que a perspectiva do consumo associada à felicidade nos leva a um dos grandes desafios da sociedade contemporânea: primeiro, dar-se conta que esta perspectiva é falsa, assim como são falsas as imagens que a mesma projeta de felicidade e de liberdade, quando observamos que na verdade temos uma sociedade cada vez mais adoecida, triste, depressiva e dependente.

A questão do consumo é ao mesmo tempo individual e coletiva, mas sobremaneira é estratégica e precisa ser pensada tanto na perspectiva das propostas de desenvolvimento quanto mesmo da macroeconomia, pois a continuidade do consumismo, sem sombra de dúvida, coloca em jogo o destino da vida no planeta terra.

As contribuições de várias correntes de pensamento, entre elas a do decrescimento, que vem alertando sobre os riscos de extinção da vida nas últimas décadas e, ao mesmo tempo, propondo novas formas de se repensar o consumo e o crescimento, abrem novas possibilidades para os seres humanos se encontrarem consigo mesmo e desvendar qual é e onde se encontra a sua felicidade.

Neste sentido, alguns autores, inclusive mi-

litantes do movimento de economia solidária, vem teorizando uma nova perspectiva que parte da construção e tomada de consciência coletiva, na construção de uma economia da libertação. Essa percepção contribuiria para a construção de rede de colaboração solidária, onde seriam montados fluxos econômicos solidários, a partir das necessidades das comunidades humanas, reestruturando toda a amálgama da produção, distribuição e comercialização e do consumo responsável e solidário.

Neste modelo de estruturação socioeconômico, o sentido da produção oriunda da real necessidade dos coletivos humanos, construindo novas relações socioeconômicas a partir do seu local de proximidade, mostra que é possível reencantar-se pela vida, recuperar o sentido da palavra “economia” na sua origem, (*oikos* – cuidado com a casa), gestão da casa e, então, “casa comum” ser gerida por aqueles e aquelas que nela habitam.

Além de um mito que coloca a humanidade em uma encruzilhada (decifra-me ou te devoro), talvez tenhamos que resgatar também a utopia de uma economia humanizada e humanizante nas mãos das pessoas, das comunidades simples, sendo um elemento de libertação, de fortalecimento cultural e identitário, em que o ser humano seja o

centro da atividade econômica (não a acumulação e o lucro) e possa, assim, construir a sua própria felicidade.

Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa, Edições 70, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **A Vida Fragmentada**. Lisboa, Relógio d'Água, 2007.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

BOTSMAN, R. e ROGERS, R. **O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

CONNELL, J. O silêncio da Esinge: O erro de Édipo e a redescoberta resposta ao enigma. In: **Fragmentum 38**, Volume 2, 2013, p. 13-57.

FRANCO, Edson. **O que é decrescimento**, 2011. Disponível em: <http://decrescimento.blogspot.com.br/2011/06/o-que-e-decrescimento.html> Acesso, 12 de setembro 2020.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo, Studio Nobel, 1995.

FREUD, S. Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 16. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 287-539.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1989.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo, Editora WMF, 2009

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Lisboa, Ed. 70, 2012.

MANCINI, Euclides. Consumo Solidário. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre:

Veraz Editores, 2003.

MOTTA, Bruna Seibert. **Prossumidores**: o novo papel dos consumidores na era da informação e sua influência na decisão de compra. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.27.2014.tde-26022015-163707. Acesso em: 2020-11-10.

NUNES, Paulo. **Consumerismo**. Enciclopédia temática Know.net. <https://know.net/ciencereco-nempr/economia/consumerismo/>. Acesso em: 12 de setembro 2020.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Lisboa, Relógio d'Água, 2007.

_____. **Respeito**: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro, Record, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.



DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Tatiana Araújo Reis³⁶

1. Introdução

As origens da economia solidária estão relacionadas aos efeitos e às reações ao modo capitalista de produção, que tem gerado, de maneira crescente, problemas ambientais (tais como as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade), econômicos (a exemplo da crescente concentração de riqueza e desigualdades econômicas entre e dentro dos países) e sociais (como pobreza, falta

36 Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBaiano. Graduada, mestre e doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: tatiana.reis@uol.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0483361924372413>

de acesso a condições de vida digna, exacerbação do individualismo e enfraquecimentos dos vínculos).

A defesa de uma solidariedade entre os homens e a natureza (compreendida como o conjunto de seres vivos animais e vegetais) é o caminho para enfrentar os desafios da mudança climática, da perda da biodiversidade e das desigualdades que dividem a humanidade (EYNAUD e FRANÇA FILHO, 2019). Assim, em diversas partes do mundo, e com diversas denominações, têm surgido iniciativas coletivas de trabalho para fazer frente aos desafios do contexto.

A percepção de economia plural trazida por Polanyi incorpora outros elementos geradores e distribuidores de riqueza e apresenta, nesta direção, quatro princípios do comportamento econômico: economia mercantil, reciprocidade, domesticidade e redistribuição. A noção de economia solidária se aproxima da ideia da economia plural, trazida por Polanyi, uma vez que incorpora uma diversidade de polos do comportamento econômico nas suas dinâmicas de ação. O sistema econômico social e solidário reconhece o ser humano como sujeito e finalidade, propondo uma relação entre a sociedade, estado e mercado, em harmonia com a natureza e com objetivo de garantir a produção

e reprodução das condições materiais e imateriais que possibilitem o bem viver (CORAGGIO, 2014).

Na América Latina, iniciativas de trabalho solidário entre os trabalhadores não é um fenômeno inédito, podendo ser observadas, por exemplo, nos sistemas coletivos adotados pelos escravos libertos. A economia solidária aparece, nesse contexto, como uma resistência histórica. Na atualidade, encontra suas origens nas estratégias de uma economia popular, na qual uma grande parcela da população, excluída do mercado formal, busca sua sobrevivência, trabalhando por conta própria em ocupações temporárias e informais. A partir deste processo, surgem comunidades de base, associações de moradores e uniões de produtores familiares, das quais desdobram, na década de 1980, as primeiras iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda, os embriões da economia solidária em muitos países na América Latina (GAIGER, 2003).

A construção de uma economia solidária no Brasil emerge, sobretudo, a partir dos anos 1990, década marcada por uma acentuada crise econômica e social que resultou na diminuição da oferta de trabalho assalariado. A perspectiva trazida pela economia solidária, contudo, não era apenas a de uma alternativa de geração de trabalho e renda,

mas a de uma outra forma de produção, mais justa e solidária, que valoriza o bem viver. Ao longo dos anos, diversos atores do campo da economia solidária iniciaram uma trajetória de articulação a partir de encontros e da atuação em fóruns de discussão. Foram criados, por exemplo, o fórum brasileiro de economia solidária e diversos fóruns estaduais (como o fórum baiano de economia solidária), além da Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de economia solidária. Desde então, a articulação social em torno da temática da economia solidária, aliada a períodos com conjunturas políticas favoráveis, proporcionou avanços no sentido da sua institucionalização.

A economia solidária é um fenômeno complexo que traz formas inéditas de ação pública e organizacional na sua dinâmica, em decorrência da articulação de diferentes lógicas de ação e dos seus objetivos econômicos, sociais, culturais ou políticos, sendo o econômico subordinado aos demais e um meio para a realização destes (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). A articulação com outras instâncias, como o poder público, por exemplo, é de fundamental importância para o alcance dos seus objetivos. Nesse processo, novos arranjos organizacionais particulares são originados, trazendo uma grande complexidade para a (auto)gestão.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) são iniciativas que articulam atividades socioprodutivas, geram trabalho e renda e proporcionam a circulação de riqueza em um território específico, com formas de intervenção no espaço público. Na dinâmica de ação das práticas solidárias, está presente uma hibridização de economias fundamental para a perenidade e sustentabilidade destas iniciativas (FRANÇA FILHO, 2006a). A percepção plural de economia traz a necessidade de que a análise de êxito ou de fracasso leve em conta, no campo da economia solidária, seu caráter holístico, e diversos aspectos tangíveis e intangíveis que se sustentam mutuamente (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002).

Este trabalho é baseado numa parte da tese de doutorado da autora, que teve como tema políticas pública e sustentabilidade no campo da economia solidária, e que adotou um caminho metodológico envolvendo, além da revisão de literatura no campo da economia solidária, políticas públicas e sustentabilidade, uma pesquisa empírica utilizando com estudos de casos.

O objetivo do texto é contribuir para compreensão de como se define e quais os principais desafios à sustentabilidade dos EES no Brasil. A discussão sobre o tema passará por três

aspectos essenciais:

1) a percepção da economia solidária no contexto de uma economia plural;

2) a compreensão da dinâmica dos EES dentro desta economia; e

3) o olhar sobre perspectivas de análise da sustentabilidade (REIS, 2005, 2019; EYNAUD e FRANÇA FILHO, 2019, KRAYCHETE, 2015, MELO, 2012, BRASIL, 2015).

Para tanto, o texto está dividido em quatro partes. Inicialmente são esclarecidas as bases conceituais sobre economia plural a partir de uma percepção polanyiana. Em seguida, são apresentados elementos conceituais para compreensão da temática da economia solidária numa perspectiva plural. Na terceira parte, são apresentados os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no contexto brasileiro, englobando as principais características problematizando seus principais desafios. Na última parte, é apresentada a proposta de uma grade específica de leitura para a temática da sustentabilidade de tais práticas, composta pelas dimensões econômica, social, política, cultural, autogestionária e ambiental. Finalmente, a título de considerações finais, salienta-se que a sustentabilidade nos EES é composta por múltiplas dimensões interconectadas, influenciada por

fatores internos a externos aos grupos, e demanda uma ação convergente de múltiplos atores da sociedade civil e do poder público.

2. Economia plural

A compreensão da temática da economia solidária e da sustentabilidade das suas iniciativas passa pela discussão de um conceito de economia que reconhece uma pluralidade de formas econômicas capazes de atender às demandas da sociedade. A ordem econômica atual tem sido apresentada como algo natural, contra a qual nada se possa fazer por ser, supostamente, inerente à própria natureza do homem, ou dominada por leis objetivas e invencíveis, ou ainda por se tratar de uma etapa de um processo que conduziria a uma “ordem invejável” e necessariamente boa, a qual, portanto, requer todos os esforços, no sentido de eliminar qualquer empecilho para sua plena instalação.

Embora seja o modo de produção dominante, o capitalismo não é capaz de abranger a totalidade das economias contemporâneas, em que se observa, por exemplo: as práticas de produção simples de mercadorias, concebida como unidades

autônomas de produção individuais ou familiares; a economia pública, envolvendo a oferta de bens ou prestação de serviços por empreendimentos estatais, sem a cobrança de preço de mercado por eles; a economia doméstica, visando o autoconsumo dos membros realizadas nos domicílios; a economia solidária, formada por empreendimentos autogestionários de produção, de crédito, de consumo, etc (SINGER, 2002).

No que chama de sofismo economicista, Polanyi (2012) afirma que o grande problema da era contemporânea é confundir economia com mercado e deixar de reconhecer a pluralidade de princípios econômicos que estão presentes na sociedade. O chamado “sistema autorregulado de mercado” teve como elemento fundamental a transformação do trabalho (ser humano) e da terra (natureza) em mercadoria, tendo como valor, respectivamente, o salário e a renda. Os mercados da terra, da moeda e do capital passaram a delimitar a classe social dos capitalistas, latifundiários, arrendatários, comerciantes e profissionais liberais. Ao mesmo tempo em que a renda era fixada pelos mercados, a posição e o prestígio destas classes sociais eram fixados pela sua renda. A participação de um indivíduo na vida econômica desta sociedade seria motivada, de forma eficaz, apenas

pelo medo de carecer das necessidades da vida e pela expectativa de lucro (POLANYI, 2012)

Essa economia, orientada pela utopia do mercado perfeito produz uma ética individualista e socialmente irresponsável, que faz do crescimento e da acumulação o critério de eficiência econômica. Pode-se inferir desta lógica as decisões tomadas no que Ladislau Dowbor (2017) chama de era do capital improdutivo, quando gestores no topo da pirâmide, que têm sob sua responsabilidade milhares de empresas em diversos setores de atividade e em diferentes países, reduzem a medida de seu sucesso ao único critério do resultado financeiro, não apenas porque é esta a lógica dominante, mas porque podem medir e utilizar como instrumento de poder.

Um outro elemento apresentado por Polanyi é a filosofia social decorrente desta concepção, que, ao buscar atomizar a sociedade e fazer com que cada indivíduo fosse percebido como um átomo que se comporta de acordo com os princípios do racionalismo econômico, situa toda a vida, com toda a sua profundidade e riqueza, no quadro de referência do mercado. Mas isso não pode ser alcançado, pois o indivíduo tem personalidade e a sociedade tem história. A antropologia cultural demonstrou que o ser humano produzia a partir

de uma variedade de motivações, sem necessariamente ter objetivo de lucro. Além disso, a sociologia refutou o “mito de uma tendência utilitarista que tudo permeasse” (POLANYI, 2012, p. 67) e apontou que culturas superiores dotadas de grande riqueza as quais não tinham sistema de mercado se fazem presentes na história da Antiguidade.

Polanyi trata como erro lógico a falácia economicista segundo a qual um fenômeno genérico foi considerado como idêntico a outro já familiar e que igualou a economia humana em geral com sua forma de mercado. O erro teórico, na prática, fez com que a economia passasse a ser considerada como economia de mercado e a sociedade, conseqüentemente, sociedade de mercado. A falácia é evidente diante do fato de que a necessidade humana (que não é apenas material) é um aspecto crucial à existência humana e, ao longo da sua existência, não pode existir sociedade humana onde não exista economia substantiva.

Uma distinção entre o significado substantivo e o formal do conceito de economia é necessária para a compreensão do que será tratado como economia solidária. Para Polanyi, o significado substantivo do econômico é decorrente da dependência que o ser humano mantém com relação aos seus semelhantes e a natureza para

sobreviver. Refere-se ao intercâmbio com o meio natural e social, mediante o qual o homem obtém os meios materiais necessários à sua sobrevivência. O sentido substantivo, diferentemente do formal, não implica escolha nem insuficiência de recursos. O significado formal do econômico, por sua vez, decorre de uma relação lógica entre meios e fins, “como se evidencia em palavras como “econômico” (no sentido frugal, parcimonioso) ou “economizador” (POLANYI, 2012, p. 293), ou seja, está relacionado com uma escolha lógica e racional do uso dos recursos, diante de uma situação de insuficiência ou escassez.

O que é chamado de mercado (mecanismo de oferta-procura-preço) é uma instituição relativamente moderna que requer algum esforço para se manter em funcionamento. Uma economia de mercado, na perspectiva de Polanyi (2000, p. 62), significa um “sistema autorregulável de mercados”, ou seja, uma economia dirigida unicamente pelos preços do mercado. O sistema autorregulável seria aquele com a capacidade de organizar toda a vida econômica, sem qualquer ajuda ou interferência externa. A redução da economia ao mercado implicaria em eliminar grande parte da história humana. Conforme pensa Polanyi, nenhuma sociedade anterior ou atual foi regulada pelo

sistema de mercados, ou seja, o mercado não tinha o papel de definidor das atividades humanas. O enraizamento de diversas formas econômicas não econômicas que se entrelaçam é o que caracteriza a economia humana.

Polanyi amplia a noção de economia, recuperando princípios econômicos e formas de regulação praticados em outros períodos históricos. A proposta deste autor considera quatro princípios do comportamento econômico – economia mercantil, reciprocidade, domesticidade e redistribuição – aos quais estão associados quatro móveis da ação humana, ou princípios que regem a ação humana.

A economia mercantil está associada ao cálculo utilitário, com o mercado governando as atividades de agentes independentes competitivos e a troca de bens e serviços, em um estado comum, levando, finalmente, a um equilíbrio entre oferta e demanda. A redistribuição rege a produção que é apropriada, armazenada e distribuída por uma autoridade, e em que a ação humana é motivada pela imposição de regras e custos àqueles que produzem. A reciprocidade baseia-se numa lógica de dádiva e governa a troca de presentes entre os membros da sociedade, a fim de criar ou fortalecer laços sociais. Segundo Polanyi, o homem é

historicamente um ser social e suas ações são o resultado de interesses sociais.

O rearranjo dos princípios (mercantil, reciprocidade, domesticidade, redistribuição) abriu o caminho para pensar em três economias: mercantil, não-mercantil (estatal-redistributiva) e não-monetária (que reagrupa a economia recíproca e a economia doméstica). Como resultado do trabalho de Polanyi, França Filho e Laville (2004) sugerem associar um princípio de comportamento econômico a cada uma das três economias: à economia mercantil, o interesse individual, à economia não mercantil, a obrigação, e à economia não monetária, o “impulso recíproco” baseado na lógica da dívida. A visão ampliada da economia introduzida com esse conceito implica ver os três polos (mercantil, não mercantil e não monetário) em sua complementaridade, como criadores e consumidores de riqueza.

Um exemplo ilustrativo de incorporação da perspectiva da economia plural trazido por Coraggio (2015, p. 545) trata-se da constituição do Equador de 2008, a qual confiou ao Estado uma política ativa de desenvolvimento da economia popular e solidária como uma forma de emancipação dos trabalhadores. O capítulo que trata da soberania econômica apresenta, na sua primeira seção, as-

pectos do sistema econômico e da política econômica. O primeiro artigo neste item (Art. 283), afirma que o sistema econômico é social e solidário, colocando, assim, a temática como elemento central do sistema e propondo uma relação dinamicamente equilibrada entre sociedade, estado e mercado, em harmonia com a natureza, com o objetivo de garantir a produção e reprodução das condições materiais e imateriais que possibilitam o bem viver (CORAGGIO, 2015).

A constituição previa, segundo Coraggio (2015), o reconhecimento da pluralidade das formas econômicas: das empresas privadas, com finalidade lucrativa estruturada em torno da relação capital-trabalho; dos empreendimentos públicos, produtores de bens e serviços, e, particularmente, serviços que tenham por finalidade assegurar a coesão social e a redistribuição para avançar na direção do bem viver; das cooperativas, associações e comunidades com finalidade econômica e não lucrativa, como formas de organização fundadas sob os laços comunitários, herdados ou construídos, e sob a livre associação de trabalhadores, denominadas de economia popular e solidária; das unidades domésticas produtoras de bens e serviços para o autoconsumo, em particular os cuidados fornecidos no seio da casa, ou no âmbito

dos laços comunitários; das unidades familiares que incluem as iniciativas empreendedoras, fundamentadas no trabalho familiar e nas entidades autônomas que englobam uma grande diversidade de trabalhos, ocupados por indivíduos não associados.

O sistema econômico constitucional foi orientado por quatro equilíbrios: entre os seres humanos como pessoas; entre seres humanos; de seres humanos com a natureza; e entre as comunidades de seres humanos. Essa economia contemporânea é mista, no sentido de incorporar a economia empresarial capitalista, a economia pública e a economia popular.

A economia substantiva permite colocar no centro das atenções não apenas a crítica à mercantilização do trabalho e da natureza, mas também as formas de organização da produção, o metabolismo sociedade-natureza e a definição das necessidades (CORAGGIO, 2015). A reflexão sobre outra economia implica em uma mudança civilizatória que incorpore um sistema de mediações desde a base do metabolismo sociedade/natureza, passando pela redefinição emancipadora da divisão do trabalho e do trabalho em si mesmo.

3. Economia solidária

Os esforços empreendidos pelo mercado autorregulado que o liberalismo e o neoliberalismo implementaram para desencaixar a economia/sociedade não foram exitosos em eliminar uma parte muito importante da economia que sempre esteve presente e ainda não se separou da sociedade. Desde as origens do capitalismo e durante toda a história moderna e contemporânea, múltiplas buscas e experimentações de formas econômicas alternativas têm sido desenvolvidas. Muitos termos são utilizados na América Latina para representar experiências de organização econômica que tentam virar a página escrita pela ortodoxia econômica – economia solidária, economia comunitária, economia social, e solidária, economia social, cooperativismo, autogestão, economia social economia popular, economia do trabalho, entre outros (CORAGGIO, 2015, RAZETO, 2010)

Há uma grande diversidade de práticas e, em cada região, são encontradas formas de economia solidária, com múltiplas raízes e configurações, a depender do contexto nacional e regional. Este cenário torna difícil a adoção de uma única conceitualização, muito embora, por outro lado, grande parte destas vertentes tenha confluído

para expressões de solidariedade, que gradativamente passam a se reconhecer como fazendo parte de um mesmo movimento social e político. Há algo em comum entre o significado das diversas manifestações, para os protagonistas nelas envolvidos, no que se refere à negação ao abandono de sistemas de vida que não desvinculam as relações econômicas das relações sociais.

No âmbito europeu, a temática está mais relacionada à economia social, com ênfase nas formas organizacionais cooperativas, mutuais e associativas. Já no âmbito latino-americano, enfatiza-se o aspecto substantivo e compreende-se a economia solidária como uma forma alternativa de fazer economia, por diferentes sujeitos, com o discurso e a prática fortemente associados à mudança social (GUERRA, 2010).

A economia popular é uma forma própria do contexto latino-americano, que não possui a mesma configuração de Estado social, típica da tradição europeia. Para Coraggio (2000), a economia popular é parte de uma *"economia do trabalho"*, que se distingue da economia do capital e só pode ser compreendida tomando por base a economia doméstica (nas "unidades domésticas populares") e as necessidades dos membros desta. As Unidades Domésticas Populares, segundo Coraggio, são

iniciativas formadas por indivíduos, por pessoas com vínculo de consanguinidade, por amigos, por pessoas de várias famílias, por vizinhos e por grupos que se unem livremente para cooperar, tendo em comum o fato de juntarem os seus recursos e articularem estratégias para reproduzir suas vidas coletivas. O funcionamento deste circuito de economia mobiliza uma diversidade de formas de trabalho, tais como a produção para o autoconsumo, a produção mercantil e a venda e a organização comunitária ou coletiva.

Um aspecto fundamental, em tais iniciativas, é o fato de representarem um certo prolongamento das solidariedades ordinárias, ou seja, aquelas praticadas no cotidiano da vida dos grupos primários, que correspondem, segundo França Filho (2002), ao principal traço característico desta economia popular. As práticas de reciprocidade e o tecido social local ou comunitário são fundamentais para a criação das atividades, implicando numa articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências).

No âmbito da economia dos setores populares, para Kraychete (2000), estão aquelas iniciativas que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (mone-tários ou não) para prover e repor os meios de

vida e na utilização de recursos humanos próprio, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. Estas práticas podem, segundo Kraychete, estar formalizadas ou não e assumem tanto a forma de trabalho individual quanto familiar ou como o trabalho associativo, desenvolvido em cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de microcrédito, fundos rotativos, entre outros.

Os meios de produção ou de reprodução que, muitas vezes, são utilizados tanto para suprir as necessidades da família como as do processo de produção, também são formas de recursos presentes nas unidades domésticas, além do fundo do trabalho. O maquinário (geladeira, fogão, máquina de costura, etc.), a residência (cozinha, sala, etc.) e o quintal são exemplo de usos compartilhados dos espaços. Tais iniciativas apresentam, dentro da sua dimensão econômica, transferências monetárias e não monetárias com outras unidades domésticas, ONGs e instituições públicas, movimentando o sistema econômico.

A perspectiva da economia solidária vai

além das características próprias da economia popular, pois enquanto práticas orientadas pela necessidade de gerar renda para o consumo básico e assegurar a sobrevivência, elas garantem apenas a reprodução imediata das condições básicas de vidas das pessoas, sem, no entanto, evitar a subordinação à lógica do capital (FRANÇA FILHO, 2002). Elas operam no plano de uma “reprodução simples” da vida, representando apenas uma pequena extensão da unidade familiar. As iniciativas de economia solidária, por sua vez, se orientam mais para uma “reprodução ampliada” das condições de vida em sociedade, incorporando, para além da dimensão da renda, aspectos relacionados às condições de vida, inclusive de ação pública.

Luis Razeto (1999) apresenta a economia solidária (ou *economía de solidaridad*) como uma nova forma de fazer economia e como uma nova racionalidade econômica. Para o autor, a economia solidária não será um modo definido e único de organizar atividades e unidades econômicas, visto que, como economia, há diversos aspectos, dimensões e sujeitos, processos e atividades a serem considerados; e como solidariedade, há inúmeras maneiras de se manifestar, sendo possível colocar mais solidariedade nas empresas, no mercado, no setor público, nas políticas econômicas e no consumo.

A economia solidária apresenta uma imbricação entre o social e o econômico; entre o político e local. A própria compreensão de economia real precisa ser colocada em termos mais complexos. Numa perspectiva plural de economia, os componentes mercantil, não mercantil e não monetário, apesar de separados por um caráter pedagógico, na prática, podem se misturar. A economia de mercado, por exemplo, não é apenas mercantil. Sua prosperidade se apoia nos polos não-mercantil (especialmente toda infraestrutura financiada pelos poderes públicos) e não monetário, isto é, sobre as relações familiares, de vizinhança, associativas, que contribuem de forma central para a socialização dos indivíduos (FRANÇA FILHO, 2002).

Nesta mesma direção, ao comparar as realidades latino-americana e europeia, Gaiger (2013) argumenta que, em ambos os contextos, as iniciativas de economia solidária se valem de recursos e relações mercantis, não-mercantis e não-monetárias. Outros aspectos destacados são: a rejeição da ruptura entre econômico e social e a busca pela reconciliação entre a eficiência econômica e a cooperação produtiva.

A diversidade de caminhos e possibilidades faz com que se chegue a várias alternativas para a economia solidária. Reis e Meira (2005) identifica-

ram diversas abordagens na literatura, que foram classificadas em: alternativa de modo de vida (AR-RUDA, 2000); uma proposta de economia do trabalho, defendida por Coraggio (2000, 2003); uma abordagem de alternativa aos modos de produção (GAIGER, 2000; SINGER 2000, 2002, 2003); e uma abordagem que define a economia solidária por um viés antropológico (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Esta última abordagem parte de uma redefinição do próprio conceito de economia, relacionando-a como um conjunto de atividades que contribuem para a produção e distribuição de riquezas, para além do âmbito do mercado, considerando outros princípios do comportamento econômico, identificados por Karl Polanyi (domesticidade, da reciprocidade, da redistribuição e do mercado). Nesta perspectiva, a economia solidária é definida como:

Uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem deferentes configurações, desde aquelas que criam seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias sócio - produtivas autônomas e, em

alguns casos, fortemente baseadas em relações não monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.15).

Os grupos populares e as organizações que se articulam solidariamente para fazer frente a suas necessidades e problemas são diversos. Fazem parte deste movimento de pessoas de todos os grupos sociais que querem desenvolver um novo tipo de iniciativa, empreendedora e eficiente, fundamentada em valores sociais e éticos. Os movimentos cooperativos, mutualistas e autogestionários encontram na economia solidária novas perspectivas e novos conceitos que podem potencializar tais iniciativas. As organizações e movimentos ligados às questões ecológicas afirmam que as causas dos problemas ambientais estão nas formas não solidárias de desenvolvimento econômico. Os povos originários, que lutam para resgatar a sua identidade, também encontram na economia solidária uma nova forma, na qual é possível aplicar e viver valores e relações sociais, de acordo com suas culturas comunitárias tradicionais.

Existem instâncias públicas e poderes locais sensíveis aos problemas da pobreza e do desem-

prego que enxergam na economia solidária uma maneira eficaz de enfrentamento. Algumas instituições religiosas também concebem a economia solidária como uma maneira de fazer economia coerente com seus valores espirituais e éticos, como uma forma eficaz de gerar espaços de desenvolvimento humano e social.

Além destes grupos, Razeto (2010) destaca, no plano da produção do conhecimento, os intelectuais de várias áreas que buscam novas respostas aos grandes problemas sociais desta época, bem como novas maneiras de pensar a mudança social, o desenvolvimento, os novos paradigmas conceituais e as novas relações entre teorias e práticas sociais.

O universo da economia solidária é, portanto, composto de diferentes iniciativas, tanto em termos de forma como em termos de abrangência, estruturação e institucionalização, relacionadas com o contexto histórico social em que se situam. A classificação brasileira divide o universo da economia solidária em: Empreendimentos de economia solidária (EES), tais como cooperativas populares, associações, bancos comunitários e clubes de trocas; Entidades de Apoio e Fomento (EAF) aos empreendimentos, compostas, por exemplo, de incubadoras de universidades e de diversos tipos

de entidades organizadas da sociedade civil; Instâncias governamentais, no âmbito federal, estadual, e municipal; e fóruns e redes de articulação, como o Fórum Brasileiro de economia solidária, coletivos de educadores em economia solidária e Rede de Gestores de Políticas Públicas de economia solidária, entre outros.

Os EES podem ser percebidos como a unidade mais básica da economia solidária, a partir da qual as demais se estruturam ou se articulam. Para compreensão da sustentabilidade de tais práticas, a seguir será apresentada uma caracterização de tais iniciativas no Brasil e as principais problemáticas enfrentadas.

4. Empreendimentos Econômicos Solidários: características e principais problemáticas

Os EES representam várias formas de organização dos trabalhadores e visam desenvolver atividades econômicas baseadas em princípios como: democracia interna, autogestão, solidariedade e reciprocidade, viabilidade, eficiência, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, desenvolvimento humano e ação pública.

Tais iniciativas se articulam para o desenvol-

vimento de atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito, bancos comunitários e fundos rotativos solidários), de comercialização (compra, venda, e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. Podem ser singulares ou complexas, articulando-se com outras iniciativas solidárias em redes, decidindo coletivamente sobre a gestão e a alocação dos seus resultados.

Uma *rede* de economia solidária envolve a agregação de diversos EESs ou iniciativas de economia solidária, organizados com o intuito de criar um circuito de relações econômicas, bem como de estabelecer o intercâmbio de experiências e saberes formativos, podendo ir além da dimensão local. Tais redes se articulem com dois objetivos primordiais: contribuir com a sustentabilidade dos EESs e fortalecer o potencial endógeno de cada território na promoção do seu processo de desenvolvimento (FRANÇA FILHO e CUNHA, 2009).

Ainda não foi aprovado um marco legal para a economia solidária, contudo, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei (PL 6606/2019 – antigo PL 4685/2012), que prevê a criação de uma política nacional de economia solidária, do Sistema Nacional de economia solidária (SINAES) e que

qualifica os empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito, com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado e cooperativado. De acordo com o PL (Art. 4º), são considerados Empreendimentos Econômicos Solidários aqueles que possuem concomitantemente as seguintes características:

I - ser uma organização coletiva e democrática, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios são trabalhadores do meio urbano ou rural;

II - exercer atividades de natureza econômica como razão primordial de sua existência;

III - ser uma organização autogestionária, cujos participantes ou associados exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania assemblear e singularidade de voto dos sócios, conforme dispuser o seu estatuto ou regimento interno;

IV - ter seus associados direta ou preponderantemente envolvidos na consecução de seu objetivo social;

V - distribuir os resultados financeiros da atividade econômica de acordo com a deliberação de seus associados, considerando as operações econômicas realizadas pelo coletivo;

VI - realizar pelo menos uma reu-

nião ou assembleia trimestral para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento; e
VII - destinar parte do seu resultado operacional líquido para auxiliar outros empreendimentos equivalentes que estejam em situação precária de constituição ou consolidação, no desenvolvimento comunitário e para a formação política, econômica e social dos seus integrantes.

Essas características se aproximam da posição do movimento de economia solidária do Brasil, que participou ativamente da construção do PL e, sendo assim, pode ser percebido como um entendimento reconhecido por tais práticas.

No contexto brasileiro ainda não há, portanto, uma natureza jurídica específica para os EESs, que se apresentam na prática concreta como Associação (60%), Grupo Informal (30,5%), Cooperativa (8,9%) ou Sociedade Mercantil (0,6%), segundo dados do mapeamento realizado pela Senaes e pelo FBES entre 2009 e 2013. As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos EESs nos diversos formatos organizacionais apresentadas são: produção (56,6%), consumo (20%), comercialização (13,3%), prestação de serviço (6,6%), troca (2,2%), poupança, crédito ou finanças solidárias (1,7%) (GAIGER *et al.*, 2014, p. 32-33).

Há uma grande diversidade de características e de lógicas de ação na dinâmica dos EESs. No Brasil, os dados do mapeamento demonstram que a maioria das atividades desenvolvidas pelos EESs (88,3%), tomando como base a Classificação Nacional (CNAE-ES), está agrupada em 3 categorias:

a) indústria de transformações, com 30,6%, (fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico, fabricação de farinha de mandioca e derivados, produção artesanal de bolos, cuca, doces e confeitados, produção artesanal de produtos apícolas e confecção de peças de vestuários, exceto roupas íntimas);

b) agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 27% (cultivo de arroz, horticultura, exceto morango, cultivo de milho, cultivo de feijão, criação de bovinos para leite); e

c) comércio, com 17,3% (comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos, rede de consumidores, trocas solidárias, comércio atacadista de frutas, verduras, raízes e tubérculos, comércio atacadista de leites e laticínios).

Em percentual menor estão “outras atividades de serviços” com 13,4% (tais como organização para utilização coletiva de infraestrutura da terra, principalmente); “água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação” (sobretudo

atividades de coleta e triagem de materiais recicláveis e algumas de reciclagem) e “atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” (fundos rotativos, cooperativas de crédito rural, crédito solidário, banco comunitário e cooperativas de crédito mutuo (GAIGER *et al.*, 2014, p. 40-41).

O escopo de atuação dos EESs é, portanto, amplo e as suas principais atividades estão classificadas entre produção primária e indústria de transformação (GAIGER *et al.*, 2014). O caráter artesanal de muitas destas atividades indica a importância do fator trabalho, cujo desenvolvimento requer conhecimento, habilidade e disposição para o labor. Muitas vezes, o fator trabalho é a sua principal força econômica, mas, mesmo que se trabalhe com a máxima dedicação e esforço (inclusive em extensas jornadas de trabalho), existem limitações que prejudicam o seu desenvolvimento, como a insuficiência de capital.

A força do coletivo busca enfrentar essas dificuldades, sendo frequentemente responsável por viabilizar os EESs por meio da união dos recursos e de esforços dos sócios. Um exemplo desse esforço é o fato de que a maioria dos aportes iniciais de recursos empregados pelos EESs é originária dos próprios sócios (73%), seguidos de aportes governamentais a fundo perdido (23%) e doações

de organismos internacionais ou ONG (12%). Apenas 10% acessaram crédito, o que pode indicar a dificuldade dos EESs em atender aos requisitos para obter recursos financeiros, ou o receio de endividamento (GAIGER *et al.*, 2014).

Existem diferenças também em relação ao contexto no qual os EESs se situam. A questão da sustentabilidade dos que estão no ambiente urbano e no ambiente rural se coloca de forma distinta (KRAYCHETE, 2015). No ambiente rural, quando os agricultores familiares iniciam uma atividade associativa, já possuem os meios de produção (terra e instrumentos de trabalho) e, ao organizarem um empreendimento para a venda coletiva ou beneficiamento de sua produção, a atividade coletiva se apresenta com o potencial de ampliação dos seus ganhos. No contexto urbano, a situação é diferente, uma vez que a urgência para a obtenção de resultados a curto prazo é maior e, muitas vezes, é uma questão de sobrevivência, principalmente, para quem não tem outra forma de renda. Além disto, quando tais organizações se propõem a criar um EES, em geral, não possuem nenhum meio de produção, apenas a sua força de trabalho e, muitas vezes, a referência de trabalho está associada ao emprego assalariado ou trabalho por conta própria. Outra diferença refere-se ao núme-

ro de membros dos EESs que, no contexto urbano, em geral, tende a se viabilizar com um número reduzido de sócios.

Embora desenvolvam atividades econômicas, a maioria dos EESs é classificada como associações e grupos informais, restando, para uma minoria, o formato de cooperativas e sociedades mercantis. A falta de um formato organizativo apropriado muitas vezes limita o desenvolvimento dos grupos e implica em restrições de acesso aos financiamentos e da diversificação dos canais de comercialização. No mapeamento realizado pela Senaes, por exemplo, foi identificado que 61% dos EESs afirmam ter dificuldades de comercialização, 49% referem ter problemas com relação ao acesso ao crédito e 27% não têm qualquer apoio ou assessoria (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006).

Muitos EESs se formam por motivações imediatistas, de curto prazo, como a possibilidade de trabalho, o acesso a crédito, as políticas públicas etc. Os dados do mapeamento apontam que, entre as principais motivações para criação, estão os seguintes fatores: alternativa ao desemprego (31,5%); obter maiores ganhos em um empreendimento associativo (15,6%); uma fonte complementar de renda para os/as associados/as (14,3%);

desenvolver uma atividade onde todos são donos (7,3%); condição exigida para ter acesso ao financiamento (13,4%), entre outros (SCHWENGBER, 2012, p. 39).

Um risco que se apresenta com relação à expectativa de geração de trabalho e ganhos financeiros é que as insatisfações com relação aos rendimentos decorrentes da atividade podem levar à desagregação do grupo e, conseqüentemente, a uma instabilidade do quadro social. Ademais, a falta de uma dimensão estratégica nos processos constitutivos dos EESs podem causar a descontinuidade do projeto coletivo e solidário a longo prazo.

Os financiadores muitas vezes também pressionam no sentido de obter resultados a curto prazo, desconsiderando todo o tempo que se faz necessário para a implementação eficiente e eficaz de um projeto. Nesta forma apressada de constituição de um EES, muitas etapas importantes e cruciais para a sua perenidade, por vezes, são eliminadas, tais como: um estudo sobre a produção e consumo local, visando articular a produção com as demandas; uma análise da viabilidade socioeconômica das iniciativas potenciais; a disponibilidade de matérias primas e insumos etc. Em situações desse tipo, grupos são criados e apenas depois se

pensa como viabilizá-los de fato.

Os desafios da dinâmica de gestão de um EES são muitos. Grande parte dos EESs é composta por pessoas com carência formativa (SINGER, 2002), baixa qualificação profissional, com pouca ou nenhuma experiência administrativa, além de precários conhecimentos de gestão e baixíssimo espírito empreendedor (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2003). Diante desta realidade, Singer (2002) destaca o papel da educação e Lia Tiriba (2007) percebe aponta o conhecimento (tecnológico e teórico-metodológico) como elemento fundamental para a verdadeira emancipação com relação ao modelo capitalista.

A autogestão no âmbito dos EESs traz a possibilidade de estender o princípio de cidadania à gestão de empresas, por ampliar o princípio da democracia participativa ao âmbito econômico (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002). No entanto, a prática da autogestão é extremamente desafiadora para os EESs, demandando o necessário interesse de todos os trabalhadores, bem como um esforço adicional, pois além de se preocupar com as atividades operacionais, tais práticas precisam equacionar as questões gerenciais e todas as dinâmicas (sociais, ambientais, políticas e culturais) que estão presentes.

O princípio democrático presente em tais iniciativas pode resultar em decisões mais consistentes, ao agregar uma espécie de inteligência coletiva nas análises e tomadas de decisão. Por outro lado, o processo decisório pode ser mais lento, pois requer uma governança com uma série de instâncias e etapas de participação dos membros, cujo funcionamento não se dá de forma fácil. Nesta dinâmica, pode haver trabalhadores mais engajados e lideranças positivas, ou haver desinteresse em se apropriar integralmente dos EESs, com todos os direitos e deveres que a prática requer. Há os que se apropriam do EES e se empoderam no processo e outros que, segundo Singer (2002), não aproveitam as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo, como uma exigência coletiva para poder participar da cooperativa.

Do ponto de vista externo aos ESSs, o contexto também é complexo e repleto de desafios. O aspecto cultural é um elemento de grande importância, uma vez que a “cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo” (RUTH BENEDICT, 1972 *apud* LARAIA, 1986, p. 67). O modelo hegemônico capitalista tem forte influência na percepção da realidade no mundo contemporâneo e no comportamento das pessoas dentro dos grupos e fora deles.

Os valores decorrentes do modo capitalista de produção, em que a sociedade, e, consequentemente, os trabalhadores estão imersos ao longo da vida, fazem com que, muitas vezes, os membros continuem tendo um comportamento de empregado, apesar de serem proprietários dos meios de produção.

Apesar dos EESs estarem pautados em uma nova economia, centrada no humanismo e na cooperação, na prática convivem em mercados que sempre incentivam a batalha entre as pessoas, mesmo quando a compra e venda é entre cooperativas (ARRUDA, 2000). Assim, tais iniciativas estão sujeitas aos efeitos da lógica de acumulação e intercâmbio, de conteúdo eminentemente utilitário, imposta pelos agentes econômicos com os quais se relaciona, e, diante da necessidade de obter uma produtividade competitiva, utilizam-se da base técnica do capitalismo (GAIGER, 2011; COSTA, 2003).

No contexto em que se situam, além da questão cultural, os EESs se deparam com barreiras tecnológicas, legais, tributárias, comerciais e de escala. O mapeamento revelou que os principais desafios por eles relatados foram, em primeiro lugar, os aspectos econômicos de renda adequada para os sócios e de viabilização econômica dos

EESs. Foram apontados também outros desafios, relacionados aos aspectos sociais e políticos, tanto internos (aqueles ligados à questão da manutenção da união do grupo ou do coletivo, da efetiva partilha e da autogestão), quanto externos (aqueles ligados à articulação com outros EESs e com o Movimento de economia solidária), entre outros (GAIGER *et al.*, 2014, p. 133).

Muitas limitações apresentadas pelos EESs se relacionam com a complexidade decorrente das suas características próprias, uma vez que atuam na sua dinâmica organizacional como intermediários e articuladores de três esferas: a social, a política e a econômica. Dessa forma, assumem as funções de espaços produtivos (geradores de bens, serviços e trabalho), de espaços de proximidade (geradores de socialização), e de espaços públicos (geradores de reflexão e de ações políticas) (ANDION, 2001).

As diversas características e finalidades presentes na dinâmica da economia solidária auxiliam na reflexão sobre as diversas racionalidades presentes em tais práticas. Pedro Costa (2003) argumenta que caberia pensar numa simultaneidade da presença das racionalidades, pois ao lado da racionalidade substantiva, na articulação feita em torno de um vínculo de interesse recíproco en-

tre os membros, os EESs possuem uma finalidade econômica de geração de trabalho e renda. Luis Razeto (2010) também se aproxima da ideia da coexistência de várias lógicas nos EESs. Nesse sentido, o autor argumenta que a busca pela eficiência – seja em reação à satisfação das necessidades, ao uso do conhecimento, do saber ou dos recursos – é fundamental (racionalidade mais instrumental) e não exclui o caráter solidário dos empreendimentos (racionalidade mais substantiva).

Atingir o equilíbrio na gestão das diversas racionalidades, entre a dimensão instrumental e os objetivos sociais e políticos, que lhes são próprios, é um grande desafio para os EESs (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). A hibridação de economias, que envolve o cruzamento de lógicas, característica deste tipo de iniciativa, não se faz de forma fácil, visto que, ao absorver uma diversidade de racionalidades, no plano organizacional, tais iniciativas desenvolvem-se num jogo de tensão permanente, cujo equilíbrio interfere, diretamente, na sua sustentabilidade.

Um caminho apontado por Coraggio (2003) é a inversão de subordinação entre as racionalidades, fazendo com que a racionalidade instrumental esteja subordinada à racionalidade substantiva. A capacidade dos EES encontrar o equilíbrio

na gestão desta tensão é fundamental para a sua perenidade e sustentabilidade. Tal equilíbrio implica na subordinação da dimensão instrumental da ação aos objetivos sociais e políticos de suas práticas, ou seja, da dimensão do projeto que dá sentido à sua existência (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 188).

Para Singer (2002), a saída da posição da economia solidária dos espaços intersticiais do capitalismo, e da competição com este, requer o alcance de “[...] níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias, comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos solidários” (SINGER, 2002, p. 121).

Diante das especificidades e racionalidades presentes na dinâmica dos EESs, e da percepção enquanto economia plural, a seguir será apresentada a seguir uma proposta de matriz analítica de estudo da sustentabilidade dos EES.

4. Sustentabilidade plural nos empreendimentos econômicos solidários

A economia solidária é um fenômeno complexo que traz, na sua dinâmica, formas inéditas

de ação pública e organizacional, em decorrência da articulação de diferentes lógicas de ação na sua dinâmica e dos seus objetivos econômicos, sociais, culturais ou políticos, sendo o econômico subordinado aos demais e um meio para a realização destes.

Na dinâmica de ação das práticas solidárias, está presente uma hibridização de economias fundamental para a perenidade e sua sustentabilidade (FRANÇA FILHO, 2004). Nesse sentido, é possível pensar numa grade específica para leitura da sustentabilidade, que considere a economia solidária no contexto de uma economia plural polanyiana e que incorpore elementos diversos da dinâmica e problemática dos EES.

A importância da sustentabilidade também está presente nas discussões do movimento de economia solidária no Brasil. No Plano Nacional de economia solidária (PNES), fruto da III Conferência Nacional de economia solidária, a temática sustentabilidade é pensada como elemento de grande importância para os EES. Como um dos eixos estratégicos, o documento traz o “desenvolvimento sustentável solidário” e propõe uma perspectiva econômica que implique na construção de novas dinâmicas de geração e distribuição de riquezas, em harmonia com o meio ambiente, e com o po-

tencial de contribuir para um crescimento econômico equitativo e sustentável (BRASIL, 2015). Tal perspectiva valoriza os sistemas endógenos de produção, os saberes populares e tecnologias sociais.

A sustentabilidade dos EESs requer uma ambiência necessária, condições culturais, econômicas, tecnológicas, sociais etc. (KRAYCHETE, 2015), que são impossíveis de serem alcançadas apenas com o empenho dos seus trabalhadores e de sua articulação em redes e fóruns. Dito de outro modo, tal sustentabilidade envolve ações convergentes e complementares, de uma série de instituições, incluindo os campos econômico, tributário, social, jurídico e tecnológico, assim como a intervenção pública que incida sobre redes de infraestrutura urbana e serviços locais.

Para a compreensão da sustentabilidade em EES enquanto economia plural, Reis (2005) apresenta uma proposta de análise da sustentabilidade, tomando por base as ideias de Karl Polanyi, situando-a dentro de quatro dimensões: econômica, social, política e de gestão. Segundo a autora, a sustentabilidade pode ser compreendida como:

a capacidade de os empreendimentos se manterem em funcionamento, cumprindo os objetivos a que se propõem, em consonância com

a filosofia da economia solidária. Está relacionada não apenas com o resultado financeiro ou com a capacidade de obter um faturamento dentro do empreendimento que seja suficiente para cobrir as despesas operacionais e remunerar regularmente os seus participantes. Mas relaciona-se também com o resultado político e social das suas ações, e com uma diversidade de fatores que interferem na sua viabilidade e no seu projeto político (REIS, 2005, p. 104).

A partir da reflexão sobre uma das experiências mais emblemáticas de finanças solidárias no Brasil, Joaquim Melo (2012), coordenador do Banco Palmas, rebate o argumento da autossustentabilidade e defende que, seja na esfera individual ou na esfera institucional (empresa ou EES), a sustentabilidade de qualquer coisa no mundo requer uma situação favorável, ou seja, depende de fatores externos ao objeto. Uma empresa não é autossustentável, mas o alcance da sua sustentabilidade depende de pessoas, de clientes, de tecnologia, além do próprio suporte do governo em vários aspectos. Para Melo (2012), um empreendimento é solidário quando consegue alcançar três objetivos: gestão (autogestão, propriedade coletiva, planejamento participativo, distribuição justa de riqueza); resultado econômico (que não se

restringe ao proveniente do mercado, mas inclui, por exemplo, o apoio público aos bancos comunitários e considera uma “contabilidade social”); e dimensão ética (participação ambiental, ecológica e política) (MELO, 2012, p. 82).

Baseando-se na percepção plural de economia e na matriz de avaliação de utilidade social, decorrente da experiência da “mandala de avaliação autorreflexiva”, aplicada em algumas experiências baianas, Eynaud e França Filho (2019, p. 199) apresentam as dimensões socioeconômica, sociopolítica, sociocultural, sociotecnológica e socioambiental para análise da sustentabilidade.

A seguir, será apresentada uma proposta de matriz para leitura da sustentabilidade tomando por base a perspectiva plural de economia polanyiana, os diversos fatores internos e externos que envolvem a dinâmica dos EES e as perspectivas de análise sobre a sustentabilidade apresentadas anteriormente. Nessa proposta, é trazida a noção de sustentabilidade plural, que incorpora 6 dimensões, a saber: a econômica, a social, a cultural, a política, a autogestão e a ambiental (REIS, 2019).

4.1. DIMENSÃO ECONÔMICA

Esta dimensão baseia-se na percepção plu-

ral de economia polanyiana, na qual coexistem várias formas de produção, distribuição e consumo de riquezas, para além da economia de mercado. Sendo assim, três componentes foram considerados para a análise da dimensão econômica: o mercantil, o não mercantil e o não monetário. O componente mercantil representa os recursos provenientes da relação dos empreendimentos com o mercado, por meio da comercialização de produtos e serviços. O componente não mercantil diz respeito aos recursos econômico-financeiros, oriundos de doações individuais e de instituições públicas governamentais e não governamentais (para compreensão desse componente, são pensados três indicadores: subsídios governamentais, subsídios não governamentais e doações monetárias de pessoas físicas). No componente não monetário, inserem-se as formas de ajuda concedidas aos empreendimentos da ES, por meio de recursos não monetários, agrupadas em indicadores como: trabalho voluntário; doações não monetárias (por exemplo: equipamentos, móveis, utensílios, capacitação etc.) e práticas recíprocitárias (atividades realizadas de forma individual e/ou coletiva, em prol do outro ou da coletividade como mutirões) (REIS, 2005, 2019).

Um exemplo ilustrativo trazido por França

Filho (2002) é o dos mutirões, um sistema de auto-organização popular bem próprio da realidade brasileira, para realização e concretização de projetos definidos pelo coletivo. A economia solidária, assim, não se limita a aspectos materiais, mas inclui na sua dinâmica dimensões relacionais e simbólicas as quais determinam, conjuntamente, as formas de produção e de distribuição.

Outro aspecto relevante para dimensão econômica mercantil da sustentabilidade dos EESs é o desenvolvimento de sistemas produtivos solidários, que permitem estreitar as relações de compra, venda e complementaridade entre os EESs, ainda incipientes (DAGNINO, 2012). A partir da análise dos dados do mapeamento, Ângela Schwengber (2012) argumenta que os EESs não estão criando um circuito que consiga manter a renda bruta da riqueza gerada por tais iniciativas. A maioria deles ainda tem uma grande dependência da economia capitalista e, ao realizar as compras dos insumos em empresas privadas, faz com que a riqueza gerada escoe para fora do circuito solidário. Tal fato traz o desafio de entrelaçar e adensar as cadeias produtivas no campo da economia solidária (DAGNINO, 2012, SCHWENGBER, 2012). A relevância da articulação também é abordada por França Filho e Cunha (2009), ao destacarem a importância das

redes de economia solidária no âmbito local, territorial e trans territorial para a sustentabilidade dos EESs.

Cabe destacar o papel do Estado no componente não mercantil. A relevância social e utilidade pública dos EESs, com todas as dimensões que engendram por si só, já poderiam justificar o apoio estatal para a elevação da sustentabilidade das iniciativas solidárias. Além disso, não é inédito o apoio público a iniciativas privadas capitalistas, embora para as iniciativas solidárias ainda seja uma prática recente e de menor envergadura. Tal legitimidade pode ser ainda mais reforçada ao se vislumbrar a economia solidária como um modo de gestão pública, tendo em vista o compromisso, profundamente político, de mudança nas condições de vida das pessoas, tanto das envolvidas diretamente nas iniciativas, como na vida do seu entorno, devido à sua vocação em agir na realidade local e buscar solução para problemas reais que afetam as pessoas de dentro e fora da organização (FRANÇA FILHO, 2004).

O acesso às compras públicas seria outro fator que poderia contribuir significativamente para a sustentabilidade dos EES. O Estado aloca uma parcela significativa do PIB que arrecada para comprar bens e serviços, mediante a implementa-

ção de políticas públicas em diversas áreas como educação, saneamento, infraestrutura, energia, comunicação, saúde e habitação. Tal poder de compra poderia ser utilizado para adquirir produtos e serviços dos EESs e destiná-los para o atendimento das suas próprias demandas; para uso nos processos produtivos e de prestação de serviços, dos trabalhadores do campo da economia solidária e dos cidadãos em geral (nestes casos podendo estimular a troca e o adensamento das cadeias); e nos próprios processos de implementação de políticas públicas (construção, produção, serviços etc.) (DAGNINO, 2012).

É preciso, no entanto, que o investimento público vá além das compras públicas, as quais devem estar previstas no contexto de uma política pública de economia solidária mais ampla, desenvolvida em conjunto com o movimento de economia solidária e implementada de forma transversal com outras esferas públicas (educação, saúde, infraestrutura, ciência e tecnologia, planejamento, assistência social, agricultura etc.). Muitas iniciativas de políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal já foram implementadas, mas flutuaram de acordo com o interesse das forças políticas no poder, com avanços e retrocessos.

4.2. DIMENSÃO SOCIAL

A importância desta dimensão relaciona-se com o fato de que, em tais práticas, a elaboração das atividades econômicas encontra-se indissociada do próprio tecido das relações sociais mais gerais que constituem e caracterizam a dinâmica do grupo. Ou seja, nesses empreendimentos, os vínculos mútuos são responsáveis pela definição do processo social de trabalho e de produção. Dois componentes estão definidos: a inclusão social, relacionada ao número de postos de trabalho diretos e indiretos, desencadeados pelo EESs, e a coesão social, por meio da construção do vínculo associativo. Ambas são essenciais para um bom desenvolvimento do trabalho coletivo. Tal análise requer um olhar sobre o padrão de sociabilidade e diz respeito ao tipo de sociabilidade presente no empreendimento, visando observar se é mais secundária (impessoal), mais primária (pessoal, comunitária) ou um misto das duas (REIS, 2005), além de compreender se elementos como autoestima, pertencimento, cooperação e confiança, aparecem no coletivo (REIS, 2019)

4.3. DIMENSÃO CULTURAL

Esta dimensão tem relação com o enraiza-

mento cultural do EES no ambiente que o cerca e permite um olhar sobre o sentimento de pertencimento e de identificação com o território, mais especificamente sobre a relação do produto ou serviço ofertado com a cultura e a demanda local e com a vocação territorial. Um outro aspecto está relacionado com a cultura solidária, um dos grandes desafios no contexto da ES, que tenta entender como se situam a solidariedade e a cooperação dentro dos EESs (EYNAUD e FRANÇA FILHO, 2019, REIS, 2019).

4.4. DIMENSÃO POLÍTICA

Um dos elementos que caracteriza os EESs é a sua dimensão política. Tais iniciativas se convertem em um local de expressão de cidadania e de aprendizagem da democracia, refletindo o seu valor político. Porém, esta dimensão política é pensada, aqui, em relação a dois níveis – interno e institucional. No nível interno de avaliação da sustentabilidade são levados em consideração, de um lado, o grau de democracia interna e o grau de comprometimento das pessoas na iniciativa, revelando um dado mais subjetivo no plano da análise. No nível institucional, considera-se a ação ou a interação da iniciativa com o meio ambiente externo, tendo três indicadores para mensuração:

a existência de ação pública, o nível de articulação em redes e cadeias e o grau de autonomia institucional (REIS, 2005, 2019).

4.5. DIMENSÃO AUTOGESTÃO (GESTÃO SOCIOTÉCNICA)

A sustentabilidade dos empreendimentos da ES tem relação direta com a capacidade efetiva de gestão pelos seus integrantes. Um dos traços que caracteriza a ES é que, em suas iniciativas, a gestão é realizada pelos próprios integrantes dos empreendimentos. A autogestão é entendida como “o conjunto de práticas sociais que se caracterizam pela natureza democrática das tomadas de decisões, que propiciam a autonomia do coletivo” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

Para além das características dos sujeitos envolvidos já citadas anteriormente, há uma carência de referenciais gerenciais adequados, com uma teoria própria e adequada às peculiaridades da economia solidária, que permita uma autogestão substantiva mais profissional (EYNAUD e FRANÇA FILHO, 2019; MOURA e MEIRA, 2002; GAI-GER, 2003), capaz de dar conta das diversas ações (internas ou externas) e dimensões da sustentabilidade do EES.

Para Eynaud e França Filho (2019), o pensar

em outra gestão rejeita a ideia de que a sustentabilidade se reduz à viabilidade financeira, mas se coloca diante de uma escolha aberta em duas perspectivas: de um lado, um empreendimento viável financeiramente, mas não sustentável por causa das externalidades negativas geradas (ambientais e sociais); do outro, o EES é sustentável pela forte legitimidade e utilidade social, no território em que se situa, mas não é viável financeiramente por não ser autofinanciável, a partir das suas atividades no mercado. O modelo de uma outra gestão rejeita a primeira perspectiva, pela dupla insustentabilidade que carrega e opta pelo segundo modelo, mais sustentável, numa perspectiva plural, cujo desenvolvimento e fortalecimento requerem suporte e apoio. Para os autores acima citados, o desenvolvimento de ferramentas de avaliação pode contribuir para demonstrar o que normalmente é invisibilizado na gestão formal.

Para análise da gestão, se faz necessário verificar aspectos relativos à infraestrutura e ao conhecimento (REIS, 2005). A infraestrutura reflete os recursos materiais necessários para a gestão dos empreendimentos, tais como o acesso aos meios de produção, às tecnologias gerenciais e de produção ou prestação de serviços e acesso ao espaço físico. O conhecimento é um componente de

primordial importância para a sustentabilidade de iniciativas da ES. É a diferenciação real para os trabalhadores, sem o qual a mera posse dos meios de produção não poderia garantir-lhes a sustentabilidade. Para análise do componente conhecimento, foram destacados três indicadores: habilidade técnica produtiva, que permite a análise da capacidade técnica que os membros têm para elaborar produtos e serviços para comercialização; habilidade gerencial, que destaca o conhecimento em técnicas de gestão em diferentes áreas, tais como gestão da produção, gestão administrativo-financeira e gestão comercial; e formação geral (socio-política), que envolve o desenvolvimento de uma postura cooperativa, solidária, empreendedora etc. (REIS, 2005).

Outro aspecto é a tecnologia, um elemento de fundamental importância envolvendo inovação tecnológica e tecnologia social (REIS, 2019). A tecnologia social, neste contexto, também se destaca como fundamental para a sustentabilidade dos EESs, contribuindo para o aprimoramento do processo produtivo e para expansão da produção de bens e serviços, no sentido de contribuir para o adensamento e entrelaçamento das suas cadeias produtivas.

4.6. DIMENSÃO AMBIENTAL

A dinâmica de ação das iniciativas de economia solidária tem o potencial não apenas de agir de modo a preservar a natureza, mas contribuir para o estabelecimento melhores condições de vida em harmonia com o meio ambiente e que considere as gerações futuras.

Esta dimensão busca analisar a questão da sustentabilidade do ponto de vista ambiental. No âmbito interno, significa pensar na forma da escolha e no uso dos recursos, dos processos produtivos e dos produtos ou serviços deles decorrentes, que respeitem o meio ambiente. No âmbito externo, estão aspectos relativos à produção, ao reaproveitamento e ao descarte de lixo/resíduos (EYNAUD e FRANÇA FILHO, 2019; REIS, 2019).

Considerações finais

Este trabalho teve como intuito contribuir para a compreensão em torno da sustentabilidade dos EES. Neste sentido, foi trazida a noção de sustentabilidade plural, que incorpora 6 dimensões: a econômica, a social, a cultural, a política, a auto-gestão e a ambiental (REIS, 2019). Tais dimensões são interconectadas e influenciadas por fatores internos e externos aos grupos.

No âmbito interno, é importante destacar a dimensão da autogestão (gestão sociotécnica) especificamente, que influencia e é influenciada pelas demais dimensões de análise. É através da autogestão e dos processos decisórios que um empreendimento é bem sucedido e, em uma lógica substantiva, existem especificidades e uma grande complexidade diante do seu caráter híbrido. A implementação da autogestão, tão necessária e característica da EES, requer um esforço grande por parte dos trabalhadores e depende do acesso à formação, à assistência técnica, à tecnologia, aos meios de produção adequados, à infraestrutura, entre outros.

O âmbito externo a sustentabilidade demanda uma ação convergente de múltiplos atores da sociedade civil e do Estado. Envolve, portanto, uma ambiência necessária, com condições culturais, econômicas, tecnológicas, sociais etc. (KRAY-CHETE, 2015). Nesse campo, destaca-se também a importância das políticas públicas para que sejam galgados avanços para a elevação da sustentabilidade dos EES.

Referências bibliográficas

AKTOUF, Omar. **Pós-globalização, administração**

e racionalidade econômica: a Síndrome do Avestruz. São Paulo: Atlas, 2004.

ALBUQUERQUE, Paulo P. Autogestão. *In:* CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

ANDION, Carolina. As particularidades da gestão em organizações da economia solidária. *In:* Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas 2001. 1 CD-ROM.

ARRUDA, Marcos. Um novo humanismo para uma nova economia. *In:* KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares.** Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, Marcos. Situando a economia solidária. *In:* **Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães:** economia solidária, Salvador, FLEM, 2003.

BAHIA. LEI Nº 12.368 de 13 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à economia solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de economia solidária. **Diá-**

rio oficial do Estado da Bahia. Salvador, 2011. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1030376/lei-12368-11>.

BRASIL. Projeto de lei nº 4.685-D, de 2012. Dispõe sobre a Política Nacional de economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de economia solidária e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Câmara dos Deputados, Brasília, 2012.

_____. **1º Plano Nacional de economia solidária:** para promover o direito de produzir de forma associativa e sustentável. Brasília: MTE, 2015.

BOCAYUVA, Pedro; VARANDA, Ana Paula (org.). **Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas.** Rio de Janeiro: FASE: Ippur, UFRJ, 2009.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

BERNET, Julien; EYNAUD, Philippe; MAUREL, Oliver; VERCHER-CHAPTAL, Corinne. **La gestion des associations.** Paris: Érès. 2016.

CANÇADO, Airton C. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 29, Brasília, 2005. **Anais [...] Brasília: 2005, CD-ROM.**

CATTANI, Antonio. D.; LAVILLE, Jean-Louis.; GAI-GER, Luiz. I.; HESPANHA, Pedro **Dicionário internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina Brasil Ltda, 2009.

CORAGGIO, José L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. *In*: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Vozes. Petrópolis. 2000. p. 33-52.

_____. Economia do trabalho. *In*: CATTANI, Antonio D. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina. **Cadernos Metr6pole.** São Paulo, v. 16, n. 31, junho 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962014000100017&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. De la mobilisation citoyenne a la Constitu-

tion e et au gouvernement: la trajectoire de l' économie solidaire en Équateur. *In*: LAVILLE, Jean-Louis; SALMON, Anne (org.). **Associations et Action Public**. Paris: Editions Desclée de Brouwer. 2015.

COSTA, Pedro. **Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais**: estudo de caso do município de Cachoeirinha. 2003. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

COTERA, Alfonso; ORTIZ, Humberto. Comércio Justo. *In*: CATTANI, Antonio. D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz. I.; HESPANHA, Pedro. (org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina Brasil Ltda. Janeiro, 2009.

DAGNINO, Renato. Parâmetros para a construção de indicadores. *In*: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (org.). **Economia popular solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias tem mais riqueza do que

a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DÍAZ-MUÑOZ, Guillermo. **Economías solidarias en América Latina**. Guadalajara, Jalisco: ITESO, 2015. Disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/401.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

EYNAUD, Philippe.; FRANÇA FILHO, Genauto. **Solidarité et organisation: penser une autre gestion**. Paris: Érés. 2019.

FORTE, Joannes. De rede à política pública. Ações reticulares no processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, v.1 n. 2, • janeiro a junho de 2017. Disponível em: http://www.unitrabalho.org.br/wp-content/uploads/2017/04/revista_23_04_17.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020

FRANÇA FILHO, Genauto. Terceiro Setor, Economia Social, economia solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.12, n.1, jun., 2002.

_____. A economia popular e solidária no Brasil. *In*: FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis; ME-

DEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Phillipe (org). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006a.

_____. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. *In*: FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Phillipe (org). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006b.

_____. economia solidária – Fundamentos e Contexto. *In*: **Bahia**. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia solidária. Salvador: SETRE, 2011.

_____. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cad. EBAPE. BR**, vol.2 no.1 Rio de Janeiro, 2004. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000100004. Acesso: Out. 2018.

FRANÇA FILHO, Genauto; CUNHA, Eduardo V. da. Incubação de Redes de economia solidária. *In*: CATTANI, Antonio. D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz. I.; HESPANHA, Pedro. (org). **Dicionário Inter-**

nacional da Outra Economia. São Paulo: Almedina Brasil Ltda, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária:** uma abordagem internacional. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **Formas de combate e de resistência à pobreza.** São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

_____. *et al.* Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, VII (13), 2011.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez, 2003.

_____. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 84, Março 2009: 81-99. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3466_pt.html. Acesso: 06 jul.2018

_____. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciên-**

cias Sociais, São Paulo, vol. 28, n. 82, jun. 2013.

_____. Empreendimentos solidários: Uma alternativa para a economia popular? *In*: GAIGER, Luiz (cord.). I.; KUYVEN, Patrícia S.; OGANDO, Cláudio. B.; KAPPES, Sylvio A.; SILVA, J ardel. K. da. **A economia solidária** no Brasil: uma análise dos dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo. Atlas: 2008.

GOHN, Maria da Glória. Participação de representantes da sociedade civil na América Latina. *In*: **Política & Sociedade**. Vol. 10, N. 18. P. 223-244. Abril/2011.

GUERRA, Pablo. La economía solidaria en Latinoamérica. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**. n.110, 2010. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/la_economia_solidaria_en_latinoamerica_p_guerra.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. *In*: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis:

Vozes, 2000.

_____. Viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária: conceitos básicos. economia solidária. In: **Bahia**. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia solidária. Salvador: SETRE, 2011a.

_____. Estudo de viabilidade dos empreendimentos associativos: uma metodologia apropriada. economia solidária. economia solidária. In: **Bahia**. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia sustentável. Salvador: SETRE, 2011b.

_____. Escala e sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários: uma ambiência necessária. **Cadernos do CEAS**, v. 234, p. 186-206, 2015.

KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (org.). **Economia popular solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

KRUSE, Tulio; GALHARDO, Ricardo. Governo Bolsonaro paralisa e esvazia conselhos e comissões. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 mar. 2019.

Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-bolsonaro-paralisa-e-esvazia-conselhos-e-comissoes,70002743226>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed . São Paulo. Atlas, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 14.ed. 2001.

LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária**: práticas, teorias e debates. Coimbra: Edições Medina S.A, 2018.

LECHAT, Noelle. M. P. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 2004.

MAGALHÃES, Reginaldo; TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto CUT. In: SINGER, Paul; SOUZA, André de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a auto-**

gestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003, p. 135-160.

MANCE, Euclides A. Redes de colaboração solidária. *In*: CATTANI, A. David; LAVILLE, J. L.; (org). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo: Almedina Brasil Ltda, 2009.

MATOS, Igor; DIAS, Gabriela. Aspectos Jurídicos relacionados aos empreendimentos solidários. *In*: **Bahia.** Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia sustentável. Salvador: SETRE, 2011.

MELO, Joaquim. Indicadores para a sustentabilidade a partir da favela. *In*: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (org.). **Economia popular solidária:** indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010.** Brasília, MTE, 2010.

_____. **Atlas da economia solidária no Brasil** – 2005. Brasília: SENAES/MTE, 2006. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.

pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010**. Brasília, SENAES/MTE, 2012.

MOURA, Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão em empreendimentos solidários. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 12, n. 1, jun. 2002

NAGEM, Fernanda A.; SILVA, Sandro P. Institucionalização e Execução das Políticas Públicas de economia solidária no Brasil. **Revista Sociologia e Política**. v. 21, n. 46, 2013.

NESPOLO, Nelsa I. F. A política pública de economia solidária pelas mãos de seus trabalhadores. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v.2.2, 2017, p.399-419

NISCHIMURA, Sandra R. economia solidária, tecnologias sociais e políticas públicas. *In*: BOCAYUVA, Pedro; VARANDA, Ana Paula (org). **Tecnologia Social, economia solidária e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fase, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as ori-

gens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **A subsistência do homem e outros ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRAXEDES, Sandra F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 39, maio, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? *In*: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAZETO, Luis. La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto.1. **Revista Persona y Sociedad**, Santiago de Chile, v. XIII, nº 2, ago. 1999.

_____. Qué es la economía solidaria?. *In*: **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**. No. 110. 2010. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/que_es_la_economia_solidaria_l.razeto.pdfAcesso: jun. 2019

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Concepção e Diretrizes de Políticas Públicas de economia solidária. *In: Coletânea economia solidária* (A Coletânea economia solidária é uma publicação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de economia solidária em parceria com a Fundação Unitrabalho). Disponível em: <http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/rede-gestores-cartilha-02.pdf>. Acesso: nov. 2019

REIS, T. **Política pública e sustentabilidade no campo da economia solidária: uma análise à luz da experiência baiana dos centros públicos de economia solidária (Cesols)**. Tese (Doutorado em Administração). 2019. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2019.

_____. **A sustentabilidade de empreendimentos de economia solidária: Pluralidade e Interconexão de dimensões**. 2005. 191f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

_____. **Política pública para e pela economia solidária – reflexões a partir do ciclo da Política econo-**

mia solidária desenvolvida na Bahia. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD, 2016, Costa do Sauípe/BA. **Anais** [...] Bahia, 2016.

REIS, Tatiana A.; FRANÇA FILHO, Genauto. Marco conceitual e sustentabilidade em economia solidária: proposta de um quadro analítico. *In*: Encontro Internacional de economia solidária, 2, 2004, São Paulo, **Anais** [...] São Paulo: NESOL/USP, 2004.

REIS, Tatiana; MEIRA, Ludmila. A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD, 29, 2005, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, 2005.

REIS, Tatiana; ALMEIDA FILHO, Milton B de. Institucionalização e Instrumentos da Política de economia solidária Reflexões à luz da experiência da Bahia. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, v.1 n. 1, julho/dezembro, 2016. Disponível em: http://www.unitrabalho.org.br/wp-content/uploads/2017/04/revista_23_04_17.pdf. Acesso em: 13 set. 2018

REIS, Tatiana; LOREIRO, Igor. Políticas públicas de cooperativismo e de economia solidária na Bahia: uma integração frutífera? *In*: VI Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia Social e Solidária. 2017, Manaus. **Anais** [...]. Manaus, 2017.

SANTOS, Boaventura; RODRÍGEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. *In*: SANTOS, Boaventura. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. SCHIOCHET, Valmor. Apresentação. *In*:

SCHWENGBER, Ângela. Indicadores de sustentabilidade e desenvolvimento. *In*: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (org). **Economia popular solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

SILVA, Sandro P.; CUNHA, Gabriela C.; SILVA, Regilane F da; **Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental**: uma análise processual das conferências nacionais de economia solidária. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177576/1/td_2360.pdf. Aces-

so em: 20 fev. 2019.

SILVA, Roberto. M.; SCHIOCHET, Valmor. Economia solidária no Plano Brasil Sem Miséria. **Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 54, p. 69-81, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Prefácio. In: FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária numa perspectiva internacional**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

_____. **A economia solidária no Governo Federal**. Disponível em: <http://base.socioeco.org/>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul & SOUZA, André R. de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000.

SINGER, Paul.; SILVA, Roberto. M. A.; SCHIOCHET, Valmor. Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil Sem

Miséria. *In*: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (org.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

SINGER, Paul.; SOUZA, André. R. (org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, André R.. Um exame da economia solidária. *In*: **Otra Economía**.v. 5, n. 9, 2011. Disponível em: <https://sagemm.ird.fr/wp-content/uploads/pdfs/cvs/eixo3/souza-um-exame-da-economia-solidaria-2011.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019

TIRIBA, Lia. O lugar da economia solidária na educação e o lugar da educação na economia solidária. MELLO, S.; BARBIERI, E.; SIGOLO, V. (org.). **economia solidária e Autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: PW, 2007.

_____. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção**: questões de pesquisa. Florianópolis: Perspectiva, 2008.

TYGEL, Daniel. **O que é o FBES?**. 2011a. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. **O que é economia solidária?**. 2011b. Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em 15 nov.2017.

VERGARA, Sílvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.



QUANDO A (MICRO)TERRITORIALIDADE E A (MACRO)UTOPIA SE ENTRELAÇAM: UM OLHAR SOBRE A FEICOOP – SANTA MARIA – RIO GRAN- DE DO SUL – BRASIL

Rizoneide Souza Amorim³⁷

1. Apresentação

Neste ensaio, pretendemos, à luz das reflexões de Fortuna (2012), dialogar sobre um evento urbano que acontece anualmente no Brasil e que mobiliza centenas de pessoas de diferentes localidades brasileiras e de outros países.

Partimos do pressuposto que este evento cria um território de pertencimento, de identidade, de afetos e de sentidos para mulheres e homens integrantes do movimento de economia solidária

37 Doutoranda em Sociologia – Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra – FEUC/UC.

no Brasil e que podemos relacionar como o entrelaçamento do conceito de “(micro)territorialidade” com o de “(macro)utopia” que iremos discorrer ao longo desse trabalho.

Este evento é denominado de Feira Internacional do Cooperativismo ou Feira Latino- Americana de economia solidária, conhecida como FEICOOP, e acontece anualmente na cidade de Santa Maria – Rio Grande do Sul. Nesse sentido, para melhor compreender essa feira como (micro)territorialidade, iremos analisar o projeto cultural FEICOOP 2016, que tem alguns dados oficiais de sua trajetória, entre 1994 e 2015³⁸.

A escolha de analisar o Projeto Cultural da FEICOOP 2016 ocorreu porque este texto apresenta alguns dados oficiais sobre a FEICOOP desde a sua primeira edição até o ano de 2015, os quais mostram a envergadura do evento com o envolvimento, seja de continentes, países, estados, municípios, organizações – governamentais ou não – universidades, empreendimentos econômicos solidários e participantes de modo geral, bem como a quantidade de atividades culturais e formativas durante os seus dias de realização. Além disso, foi realizada uma pequena enquete com

38 A feira continua a acontecer anualmente. O recorte dar-se-á devido aos dados oficiais sistematizados pelas/os organizadoras/es do evento até 2015.

militantes da economia solidária de diferentes regiões brasileiras para melhor compreender o sentido do envolvimento e participação das delegações de diferentes Estados e países nessa feira. O intuito é compreender quais as motivações que levam essas pessoas a participarem de maneira recorrente dessa festividade da economia solidária, em suas diferentes edições, a cada ano.

Assim, nos itens a seguir, apresentaremos o conceito de (micro)territorialidade discutido por Fortuna (2012) e, em seguida, buscaremos problematizar essa feira como espaço de (micro)territorialidade e (micro)utopias militantes. Apresentaremos também parte da história da FEICOOP e, após, dialogaremos com os alguns dados oficiais sobre a feira para melhor contextualizar esse evento que estamos caracterizando como (micro)territorialidade que entrelaça com a (macro)utopia na construção de um outro mundo possível onde outra economia acontece.

2. Um olhar sobre a (micro)territorialidade

De acordo com Fortuna (2012), a abordagem para (micro)territorialidades se dá na associação

ou *Bünde* – baseada na partilha de afetos, sentimentos e emoções e não na tradição e racionalidade. Esse autor fala de uma microterritorialidade que pode emergir das teias de relações consistentes desenroladas nas praças ou esquinas das cidades ou no recato da domesticidade de proximidade que o “pedaço” representa.

Podem igualmente ser as comunidades afetivas, muitas delas concretizadas tanto nas subjetividades ou na imaginação dos sujeitos como nos territórios ausentes que tipificam as comunidades virtuais ou alguns movimentos diaspóricos. (FORTUNA, 2012, p. 200)

Para abordar o tema das (micro)territorialidades, Fortuna (2012) reconhece a importância da geografia, mas observa que as dimensões sociais, culturais e filosóficas do território são importantes para alargar o seu significado e simbolismo. O autor entende a territorialidade como representação ou “subjetivação” do território que remete a uma espécie de geografia emocional, a qual transmite uma enorme carga afetiva ao espaço, contribuindo para o sentimento de pertencimento afetivo. Ele também ressalta o olhar sobre o fragmento e, nesse sentido, essa compreensão nos leva a remeter a carga emocional que um evento (localizado em um

tempo e espaço definidos), enquanto fragmento de um movimento social, pode proporcionar aos seus participantes: o sentido de um território definido e cheio símbolos e de sentidos, denominado pelos seus integrantes como território da economia solidária, ou mesmo o que transforma a cidade de Santa Maria - RS na capital internacional da economia solidária na fala da Irmã Lourdes Dill, idealizadora e coordenadora da feira.

Ao mesmo tempo em que as (micro)territorialidades, entendidas como espacialidades socioafetivas de pequena escala, revelam a tremenda profusão da cultura urbana, também constituem um patrimônio socioantropológico pouco trabalhado que amplia e desdobra os nossos horizontes compreensivos sobre a realidade metropolitana contemporânea (Fortuna, 2012, p 201).

LEFEBVRE (2004) *apud* FORTUNA (2012) argumenta que o espaço social é constituído e experimentado, em primeiro lugar, com base em nossa corporeidade sensível. A ritmanálise de Lefebvre celebra a interação de dois processos distintos:

(...)De um lado, a atividade física (movimentos e ritmos cotidianos, incluindo os relacionados ao trabalho, que marcam as práticas espaciais cotidianas dos sujeitos) e, do outro lado, a experiência sensorial (a visão, o olfato, o ouvido, o tato e

mesmo o gosto de cada um) (FORTUNA, 2012, p. 204).

Isso nos remete à experiência sensorial simbolizada, vivenciada, sonhada e conquistada num pequeno espaço geográfico e temporal que um evento pode representar para as pessoas militantes da economia solidária no Brasil, como é o caso da FEICOOP, e que justifica a identidade coletiva de movimento nesse espaço como a materialidade das (micro)territorialidades.

Ainda sobre a visão de Fortuna (2012), esse autor relata que o uso dos sentidos faz parte da identidade de sujeitos que reagem e mobilizam as suas capacidades sensoriais em conformidade com os estímulos recebidos pela materialidade do mundo exterior, com o contexto “espacial-territorial” em que estão inseridos, pois

Numa sociedade que privilegia o movimento, a identidade dos sujeitos não pode ser entendida apenas como efeito direto dessa materialidade do lugar e comporta também um sentido particular de acúmulo de múltiplas identificações momentâneas e circunstanciais, espacialmente situadas, que os sujeitos apropriam. Essa identidade desesencializada que se encontra já nas clássicas incursões sociológicas de Simmel, feitas nos princípios do sé-

culo XX, constitui um dos aspetos marcantes da relação do corpo com o espaço material na modernidade. (FORTUNA, 2012, p. 204)

Quando pessoas se deslocam para outras localidades para participar de festividades e/ou outros tipos de eventos, afastam-se temporariamente do seu quotidiano residencial e de trabalho. Nesses movimentos, suspendem-se as suas obrigações cotidianas, renunciando à dimensão estrutural da vida. Afastam-se da sociedade para se aproximarem da comunidade, no dizer de Fortuna e Ferreira (1992), e acrescento que fomentam relações de proximidade e sentidos em termo de sonhos e utopias militantes, onde encontram sentido para caminhar acreditando na construção de outro mundo possível, no qual outra economia acontece e é real, com cheiros, sabores, saberes, olhares e afetividades vivenciados nessa (micro) territorialidade que se expressa no evento FEICOOP, no coração do Rio Grande do Sul, como é conhecida popularmente essa cidade.

3. O que é a FEICOOP?

Para uma melhor compreensão do que seja a FEICOOP – Feira Internacional do Cooperativismo/

Feira Latino-americana de economia solidária, é importante contextualizá-la no espaço urbano da cidade de Santa Maria/RS e no contexto da economia solidária no Brasil.

Santa Maria é um município brasileiro que, de acordo com o último censo de 2015, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem 276.108 habitantes e é uma cidade média brasileira de grande influência na região central do estado do Rio Grande do Sul. É considerada uma cidade universitária e polo na região central dessa unidade da federação brasileira.

Além de ser conhecida como “cidade universitária” e “cidade cultura” devido à quantidade de instituições de ensino, Santa Maria também é conhecida, no âmbito dos movimentos sociais, especialmente para o movimento de economia solidária, como berço de práticas econômicas e autogestionárias, por ser pioneira com os Projetos Alternativos Comunitários - PACs, que no caso brasileiro são associados aos primórdios do que hoje denominamos de experiências concretas de economia solidária³⁹.

39 De acordo com Singer(2002), a Economia solidária é definida como o «conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão.” Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob

Em Santa Maria/RS, com inspiração nos estudos realizados Tévoédjre (2002), o Projeto Esperança/Coesperança surge no ano de 1987, vinculado ao Banco da Esperança da Arquidiocese da cidade, tendo como idealizador Dom Ivo Lorscheiter. Essa iniciativa é considerada um dos exemplos reais de experiências de economia solidária no Brasil e articula atualmente o número de associadas/os que gira em torno de 4.500 famílias, oriundas de 30 municípios da região.

Essa experiência articula uma rede de pequenos comércios varejista, ligados ao Projeto Esperança/Coesperança, denominada de Teia Esperança, que consiste em mais de 40 espaços fixos

a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Trata-se de uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizada pela igualdade. A economia solidária preconiza o entendimento do trabalho como um meio de emancipação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações de trabalho capitalistas. Além disso, a economia solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural, porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária se projetam no espaço público, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

de comercialização direta, sendo um deles atualmente conhecido como terminal de comercialização de economia solidária Dom Ivo Lorscheiter, o local onde acontece, desde 1992, o feirão colonial (semanalmente, aos sábados pela manhã) e, desde 1994, acontece anualmente a FEICOOP enquanto feira/evento.

Todo segundo final de semana do mês de julho, desde 1994, o bairro Nossa Senhora da Medianeira (em especial a Rua Heitor Campos) transforma-se em um espaço diferente na geografia da cidade. Ali é construída e montada a FEICOOP – Feira Internacional do Cooperativismo – Feira Latino-americana de economia solidária – Feirão Colonial – Feira de economia solidária, como é conhecida popularmente na cidade e no movimento de economia solidária do Brasil. Como diz o site da “TV Ovo”, que todos os anos produz matérias e documentários sobre esse evento, a FEICOOP é um grande espaço e palco de,

Debates, conscientização, práticas libertadoras, trocas de experiências, de convivência fraternas entre várias culturas. O maior evento solidário da América Latina extrapola a comercialização direta e busca transformar o mundo (MACHADO, 2016, p. 1)

É ali que o movimento de economia solidária do Brasil, e porque não dizer do mundo, se encontra e naquela (micro)territorialidade constrói e vivencia sentidos para caminhada militante em prol de um mundo onde a autogestão, a democracia, a solidariedade, a cooperação, o respeito à natureza, a concretude do comércio ético e justo e consumo solidário seja possível e aconteça na prática. Para o grande mutirão que coordena e organiza esse evento, a “feira é uma experiência aprendente e ensinante”.

Nesse evento, é importante destacar algumas afirmações e práticas, pois ali não é permitido o consumo de cigarro⁴⁰; também não se comercializa água, pois para a comissão organizadora, o acesso a água é um direito humano, um bem universal e um patrimônio da humanidade e não deve ser mercadoria comercializada. Durante a feira não se comercializam refrigerantes, por ser consi-

40 Existe todo um trabalho coordenado pelo Projeto Esperança/Cooesperança, na região de Santa Maria, para substituir a cultura do tabaco plantada por pequenos agricultores familiares para transição agroecológica de produtos alimentícios por essas famílias. Vários estudos mostram a dependência e consequência da produção do tabaco junto a essas famílias, nessa região, como consequência à saúde dessas/es trabalhadoras/es com alto índice de depressão e o que significou para essas pessoas passar a produzir alimentos agroecológicos. Para saber mais detalhes e ver relatos dessas/es produtores, consultar Cigana, 2007.

derada uma bebida nociva à saúde, por seu alto índice de açúcar e conservantes e por sua produção fazer parte de um marketing internacional, em que empresas multinacionais levam a população a consumir bebidas que vão contra a segurança e soberania alimentar e nutricional e promovem a dependência e empobrecimento das famílias, na contramão de um desenvolvimento local sustentável. Em contrapartida, se incentiva o consumo de sumos/sucos de frutas frescas orgânicas ou agroecológicas, ou mesmo o seu consumo *in natura*. Os produtos na feira, em sua maioria, são de procedência ecológica e produção artesanal, com articulação do campo e da cidade e de diferentes localidades do Brasil e da América Latina.

É importante ressaltar que durante a FEICOOP acontece também, no mesmo espaço sob a aba desse evento, outras atividades que afirmam um outro modelo de sociedade, tais quais: Mostra da Biodiversidade e Feira da Agricultura Familiar; Mostra e trocas de sementes crioulas, Caminhada Internacional e Ecumênica pela Paz e Justiça Social; Acampamento do Levante Popular da Juventude, bem como outras dezenas de atividades autogestionárias – seminários, oficinas, reuniões, encontros, palestras, atividades culturais, celebrações e lançamentos

diversos (CDs, publicações, campanhas, entre outros).

É sobre esse evento que debruçamos o nosso olhar para tentar compreender o entrelaçamento da (micro)territorialidade com a (macro)utopia na militância da economia solidária.

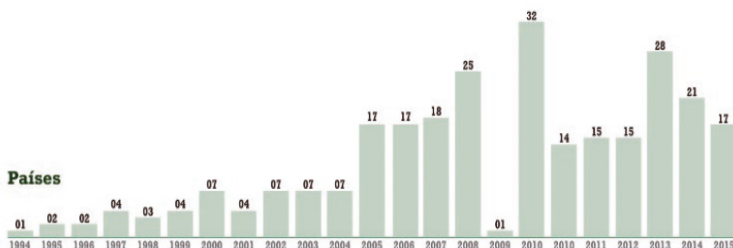
4. Descrição dos dados e análise preliminares da FEICOOP

O campo de observação desse trabalho será os dados oficiais do projeto cultural FEICOOP 2016, elaborado pelas/os organizadoras/es do evento. Nesse relatório, constam os dados quantitativos da feira dos anos de 1994 a 2015. De acordo com esses dados, a cada ano tem uma presença significativa da quantidade de países participantes. Observa-se no gráfico abaixo que a participação de outros países na primeira década de (1994-2004) era menor. O relatório descritivo apresenta que, nos primeiros anos, geralmente apenas participavam os países fronteiriços com o Brasil, como Uruguai, Paraguai e Argentina. Já na década seguinte (2005 – 2015), percebe-se um aumento significativo da presença de outros países além das fronteiras, pois nesse período aconteceram várias atividades mundiais sobre economia solidária no Brasil, com

apoio inclusive do governo brasileiro por meio da Secretaria Nacional de economia solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE com o fomento e patrocínio garantindo outras representações. No ano de 2009 consta apenas um país, pois foi o ano em que a feira foi cancelada um dia antes de começar devido à falsa epidemia da gripe suína, e o ministério público local cancelou o evento por motivos que teria uma forte presença internacional na cidade. Esse cancelamento contribuiu para que as/os militantes de economia solidária que mesmo com o evento cancelado, fossem para Santa Maria/RS, bem como as delegações que iam de ônibus e já estavam nas rodovias chegaram até lá. Naquele espaço da feira cancelada, como resposta à ordem arbitrária do ministério público local, as pessoas ali presentes decidiram criar o I Fórum Social Mundial da economia solidária para o ano seguinte (2010), que teve a presença de 32 países dos diferentes continentes. No ano de 2013, foi realizada a segunda versão com o II Fórum Social Mundial da economia solidária, o qual também contou com uma presença significativa de países, de 28 diferentes nacionalidades. Para o ano de 2018, devido ao golpe que o Brasil vem passando desde 2016, com perda de direitos nos diferentes setores, como resposta de denúncia e resistência,

será realizado no mês de julho, o III Fórum Social Mundial de economia solidária, também durante a realização da FEICOOP, em Santa Maria/RS.

Gráfico 1: Países participantes



Fonte: Projeto Esperança/Coesperança, 2016.

O gráfico abaixo apresenta a quantidade de unidades da federação brasileira que participam anualmente da FEICOOP o que nos leva a observar que nos últimos sete anos tem a presença dos 27 Estados brasileiros.

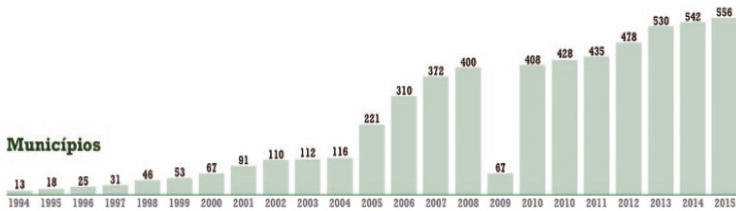
Gráfico 2: Unidades da Federação Brasileira participantes



Fonte: Projeto Esperança/Coesperança, 2016.

Já os municípios, a cada ano, observam-se um crescimento da quantidade de cidades ali representada. Os dados descritivos apontam que a maioria dos municípios ali presente são da região sul – RS, SC e PR, e depois da região Sudeste com SP, MG, RJ e ES, embora tenha representação de municípios de todas as regiões brasileiras, em menor quantidade.

Gráfico 3: Municípios participantes



Fonte: Projeto Esperança/Coesperança, 2016.

As universidades sempre estiveram presentes na realização da FEICOOP. Desde as universidades locais da cidade de Santa Maria/RS, como universidades de diferentes estados e países que encontram naquele espaço um objeto rico de estudo e observação. Além da observação e problematização do evento, as universidades brasileiras, por meio das suas redes de incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários, como a Rede UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de

Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho) e a Rede ITCP (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), realizam reuniões, seminários, lançamentos, entre outras atividades de integração de suas redes no espaço da feira o que contribui para o alto número de universidades ali presentes.

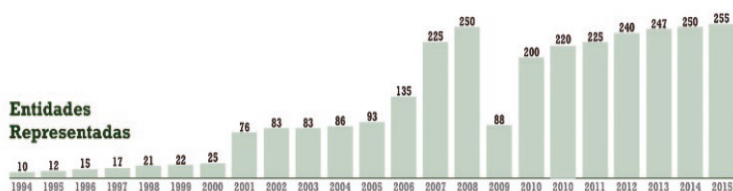
Gráfico 4: Universidades participantes



Fonte: Projeto Esperança/Cooesperança, 2016.

Além das universidades, a presença de organizações não governamentais é marcante, bem como demais organizações da sociedade civil, muitas delas consideradas do campo das Entidades de Apoio e Fomento (EAF) à economia solidária e que também realizam atividades educativas e culturais naquele espaço.

Gráfico 5: Entidades de representação participantes

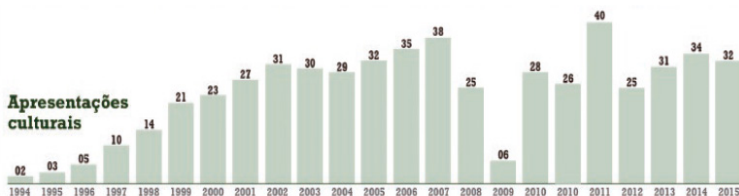


Fonte: Projeto Esperança/Cooesperança, 2016.

Durante os três dias de evento, são realizadas inúmeras atividades educativas e culturais de forma autogestionárias e, com inscrições prévias, que inclusive são divulgadas no jornal com a programação do evento, tanto para os participantes, como para a sociedade local. As tabelas a seguir demonstram as quantidades de seminários, oficinas e apresentações culturais, em cada versão da feira.

Gráfico 6: Seminários, oficinas e apresentações culturais realizadas

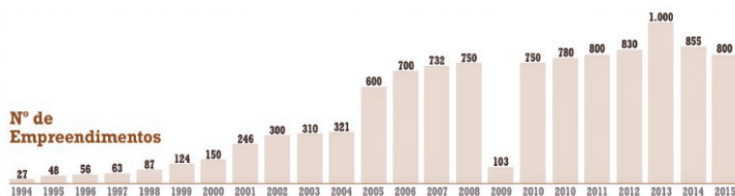




Fonte: Projeto Esperança/Cooesperança, 2016.

Pelo fato de o evento ter um espaço privilegiado da comercialização, é natural que o maior número seja mesmo de empreendimentos econômicos solidários - EES que são expositores, mas eles não participam da feira apenas comercializando, pois também revezam com outras pessoas para participar das atividades educativas e culturais. A presença significativa de EES faz com que a feira garanta uma diversidade muito grande de produtos e serviços comercializados e tenha diferentes espaços destinados a isso, tais como: hortifrúti, agroindústrias, artesanatos, confecções, brinquedos educativos, praça de alimentação, espaços para cuidados (massagens, terapias alternativas, reiki, florais, entre outros), saúde integrativa, bem como espaços com demarcação e bandeiras políticas como Movimento dos Sem Terra – MST, Via Campesina, Fórum Brasileiro de economia solidária, algumas redes colaborativas, a cadeia produtiva da economia solidária (justa trama), redes de sementes crioulas, enfim, uma diversidade muito grande de produtoras/es expondo, trocando e comercializando naquele espaço.

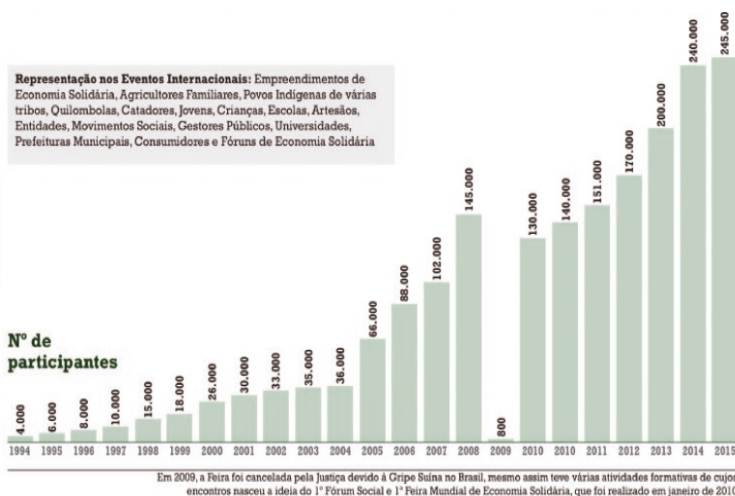
Gráfico 7: Quantidade de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES expositores



Fonte: Projeto Esperança/Coesperança, 2016.

Já o público visitante da FEICOOP é mensurado anualmente pela Brigada Militar de Santa Maria/RS, que publica os dados oficiais, conforme exposto na tabela a seguir:

Gráfico 8: Quantidade de público participante



Fonte: Projeto Esperança/Coesperança, 2016.

Conforme apresentado nesse tópico, a FEI-COOP é um evento de expressão que abrange do local ao internacional e conta com uma diversidade muito grande, seja de produtos/serviços, seja com diferentes atividades que permeiam aquele espaço – atividades educativas, culturais, articulações, setorizadas, entre outras que ali transitam. Ao mesmo tempo, pelos dados oficiais do evento, percebe-se que não é restrito apenas aos militantes do movimento de economia solidária, mas também mobiliza a sociedade local, regional e estadual quando vemos a quantidade de público visitante que circula pela feira nos seus três dias de realização.

5. Quando a (micro)territorialidade e a (macro)utopia se entrelaçam

Conforme explicitado nesse ensaio, a noção de (micro)territorialidade é o espaço/tempo de pertencimento. Ultrapassa tanto o ponto de vista geográfico, a construção de sentidos, bem como a constituição de sujeitos. Falar de território e/ou (micro)territorialidade é falar do lugar onde as pessoas se manifestam a partir de si mesmas, das suas crenças e das suas construções históricas, ideológicas. Além de ser um espaço de

construção de sentidos, também é um espaço de construção de identidades: o território traz para a pessoa aquilo que diz quem ela é. Sua cultura, seu modo de vida, sua expressão, sua linguagem que se manifesta por meio da sua aparência física, seus gostos, sua espiritualidade, suas diferentes dimensões. Conforme depoimento recolhidos na enquête⁴¹ realizada para esse trabalho junto às lideranças nacionais, locais e estaduais da economia solidária, percebemos o entrelaçamento entre a (micro)territorialidade e a (macro)utopia quando ouvimos que:

Primeiro a grande motivação para ir para Feira de Santa Maria é a perspectiva do encontro, do reencontro, e principalmente esse território, esse espaço construído pelo movimento de economia solidária brasileiro e latino-americano, é um espaço de construção de sentidos. Parece estranho sair de casa para ir para o sul do Brasil, numa cidadezinha do interior, mas ali a gente constrói esse espaço de pertencimento, posso até dizer de conforto em dizer que ali é o território da economia solidária. Durante os dias da FEICOOP é possível praticar o

41 Na pequena enquête realizada com militantes do movimento de economia solidária que vão anualmente para a FEICOOP, foram apresentada as seguintes perguntas: 1) Qual a sua motivação para ir anualmente para a FEICOOP, em Santa Maria/RS?; 2) Como você volta de Santa Maria/RS?

que a gente acredita. Ali também a perspectiva de várias partes da economia solidaria. Você tem uma feira que é permanente, e que faz o abastecimento de centenas de famílias da região com produtos saudáveis, produtos que não utilizam veneno. Esse é o primeiro ponto de coerência da feira com que a ES acredita e prega. Você pode começar o dia se alimentando de produtos saborosos e saudáveis e daí você também alimenta a alma, alimenta o espírito, alimenta a mística, mística de mistério, de encontro, de construção de sentidos. Aí você faz com que a utopia fique mais próxima. O Galeano fala que você caminha e a utopia se distancia, em Santa Maria a gente caminha e se aproxima da utopia, a gente vê que ela é possível e que ela acontece ali, fica um espaço mágico. Esse é o motivo para além de tudo, mas também o encontro e reencontro com pessoas que age, milita, vão à luta por acreditar em coisas que eu também acredito, em acreditar no ser humano, em acreditar que podemos transformar a sociedade e o mundo num local aprazível para se viver para todos os seres humanos e todas as criaturas. Quando eu falo isso fico lembrando de olhares e abraços, risos, da festa, de debates acalorados, né. Não quer dizer que seja simples debates, um paraíso idílico, não. Tem um enfrentamento. Uma afirmação do que se acredita e a construção disso. Tem um outro motivo pessoal é que ali eu me alimento do que eu acredito, essa

coisa muito do humano, a gente se espelha no outro e eu sei que outras pessoas se espelham em mim e ali a gente fortalece laços e se alimenta para o ano inteiro. Se a economia solidária tivesse um posto de abastecimento, eu diria que para a economia solidária do Brasil e latino-americano é Santa Maria. Ali a gente se realinha e se ilumina para voltar para luta. E volto de lá abastecida e fortalecida e acreditando que é possível e mesmo não estando perto das pessoas que eu encontro ali, algumas só encontro uma vez por ano, ali, mas eu sei que tem uma teia invisível de forças e pessoas e sentidos dessa utopia militante que é ES, uma tessitura de uma grande teia em que cada um/a coloca sua força ali e quando voltamos nos sentimos interligados(...) e a gente segue para fazer essa transformação. Esse é o espaço de mística e de mistério do movimento de ES construído com muita luta, não foi simples hoje ter a FEICOOP, a gente teve momento de dificuldade, de enfrentamento, de falta de grana, de perseguição política, de tentativa de fechamento, mas segue mostrando para o mundo que é possível, e esse é o território da economia solidária, território da mística e fortalecimento da utopia. Ali a gente tem o sentimento de pertencimento, e isso é uma necessidade do humano a gente tem a necessidade de fazer parte e ali temos a certeza que fazemos parte da família humana que cuida de outros seres humanos que cuida do planeta.

É um espaço até de sanidade, para a gente perceber que o que a gente acredita e faz não é uma loucura e faz parte de outras pessoas também e ali fazemos parte de uma comunidade única, a gente se irmana (Entrevista concedida à autora por Shirlei Silva - Coordenação Nacional e Executiva - FBES. (outubro 25 de 2017) (43 min).

Ao trazer o sentimento de pertencimento, a (micro)territorialidade proporciona uma sensação de conforto ao sujeito, na forma de um espaço/tempo em que ele pode se expressar genuinamente. Ele pode ser reconhecido pelos seus pares, ser ora aceito e acolhido, ora também estranhado, quando se manifesta contrariamente ou traz algum novo elemento diferente daquele já consensuado com o coletivo. Pode ser também o lugar de conflito e de construção coletiva, onde novos aportes têm o papel de tirar do lugar, do conhecido, mas também a partir deste criar, novo conceito, nova identidade, portanto as (micro)territorialidades também tem uma dinâmica própria. Nesse outro relato, observamos bem isso:

A minha motivação para participar da feira em Santa Maria é porque ali é um dos berços da economia solidária no Brasil. A gente quando estuda a história da ES do Brasil a gente vê Santa Maria como sendo um

lugar onde se começou a construir, começou a experimentar, a ter clareza que os projetos alternativos comunitários não eram apenas iniciativas emergenciais que viviam em situações de dificuldades. (...). Então fazer essa relação com ES para pensar o desenvolvimento territorial tem muito a ver com Santa Maria. A segunda motivação é que lá é um berço e se tornou o lugar do encontro. Lá a gente vai e encontra todo mundo, a gente consegue ter uma visão do Brasil, consegue mais ou menos entender e saber o que está acontecendo. Finalmente a terceira motivação que eu tenho quando vou para Santa Maria é também ver como a ES está avançando do ponto de vista da sua organização, tanto do ponto de vista econômico, dos processos de produção com a qualidade dos produtos, quanto da organização para comercialização e finalmente para organização política. Então eu tenho sempre essas três motivações para ir para Santa Maria. Para ser sincero eu não vou para Santa Maria como as pessoas que residem ali na região e que vão para ali para conhecer com expectativas, certas curiosidades e para comercializar. Santa Maria é um lugar de encontro, de diálogo, de troca de ideia, de reflexões, de construção de novos processos. Você não só verifica como está, mas avalia e começa novos processos. Isso é importante porque para quem está na militância, na organização da ES é um sentido político muito forte. Ao mesmo

tempo você vê ali uma forma de “recarregar” as baterias, se animar, de fato se fortalecer na luta e para quem está na gestão pública como eu, que conheci antes e passei a frequentar anualmente estando na gestão pública, então também para gestão pública é importante ir lá. Ali a gente se anima, conversa, busca se encontrar e se tornar mais próximo da realidade concreta e mudar um pouco o comportamento ao sair de lá com novas estratégias e novas ideias. Sempre saio com as “pilhas recarregadas”, sempre com novos aprendizados, com novos desejos e novas vontades e também saio preocupado porque quando a gente dialoga, se constrói, tenta encontrar alternativas e não são fáceis para quem está na gestão [...] (Entrevista concedida à autora por Roberto Marinho - Ex-Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de economia solidária do Ministério do Trabalho e Emprego - SENAES/MTE (outubro, 28 de 2017) (34 min).

Ou ainda nesse outro relato de uma liderança estadual que vai anualmente para a FEICOOP:

De Minas Gerais sempre vamos um ônibus cheio de pessoas para participar da Feira de Santa Maria, não só para venda que é muito importante, mas também do intercâmbio de conhecimentos, de laços de amizades que nós fazemos o tempo todo, encontrar todo mundo do país, não

só do país, mas também como da América. É muito importante esse encontro porque nós aprendemos muitos. Temos muitas oficinas e sempre vamos com esse propósito de que cada um vai para um lado para participar das oficinas, dos debates da construção da ES no Brasil que é um movimento social do qual a gente luta muito pela igualdade e também pela qualidade de vida, porque falar da economia solidária é falar do bem viver e falar do bem viver é ir para aquela cidade no Rio Grande do Sul, pois no momento que nós vamos a formação é muito grande, muito boa, a participação, o convívio no ônibus com os companheiros. É dividir o tempo todo: não só a alimentação, mas o espaço no ônibus, o espaço para venda, as formações e voltar também com uma bagagem boa trazendo de lá todos os conhecimentos que tivemos e também é dividir com nossas companheiras do grupo os restantes que tivemos lá no momento das vendas. Minas Gerais se faz presente mais ou menos uns 15 anos e sempre contamos com um ônibus através da Secretaria do Desenvolvimento de MG que é a SEDESE. E já começamos a trabalhar para o ano que vem. A gente começa bem antes fazendo o nosso projeto e buscando condições para levar mais pessoas e que a gente sai com o ônibus cheio, não só cheio de gente, mas de mercadoria dos nossos trabalhos e sempre pensando num momento mais feliz de encontrar

todo mundo e de vender também
(Entrevista concedida à autora por
Neusa Maria Ferreira - EES Oficina
das Bolsas, de Belo Horizonte/MG
(novembro 10 de 2017) (36 min).

O termo “utopia” é usado para denominar construções imaginárias de sociedades perfeitas, de acordo com os princípios filosóficos de seus idealizadores. No sentido mais limitado, significa toda doutrina social que aspira a uma transformação da ordem social existente, de acordo com os interesses de determinados grupos ou classes sociais.

Dessa forma, falar em utopia é também falar de um lugar. Falar de um espaço ou um projeto que, nesse caso, pode ser um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo. Uma projeção mental, que cria a imagem de um espaço/tempo, em um futuro próximo, no qual se tenha justiça, segurança e quando todas as pessoas possam ter condições de bem-viver.

Ir a Santa Maria é a comprovação de tudo que estamos construindo nos grupos, nas comunidades, está ali consolidado como resultado importante para o movimento de ES. É um espaço cheio de sonhos, cheiros, sabores, ideologias, laços de amizade que se entrelaçam a cada encontro, reencontro. É a

troca de vivências e cultura apresentado ali naquele espaço e que espaço. É você acreditar e perceber que *não está sozinha, é um momento único vivido. Isso nos motiva a estar presente a cada ano, a não perder nenhuma edição porque a feira tem essa magia, esse encanto, pois só quem teve a oportunidade de ir e está presente sentiu ou sente. Realmente é emocionante, é você se envolver e participar de tudo que a feira te oferece sem se cansar e quando perceber três dias é muito pouco tempo para tudo que foi apresentado e oferecido na feira. Está na feira nos permite sonhar cada vez mais e acreditar que outra economia acontece e acontece graças a participação coletiva do desejo de homens, mulheres, jovens e adultos, toda a geração unida no desejo de produzir e construir de forma mais justa e responsável unindo o homem a natureza. E voltar de Santa Maria vendo que a luta continua e que devemos continuar sim, pois nos dá coragem de enfrentar, nos dá ânimo e força para seguir na caminhada. Nos faz acreditar que o caminho do bem viver é o correto e devemos seguir. Abrir o ponto fixo de comercialização em Aracati/CE no outro dia quando se chega da feira, cheia de ideias para colocar em práticas junto com suas companheiras e companheiros que ficaram na certeza que iremos sentir a mesma emoção e nos envolver novamente no ano seguinte (Entrevista concedida à autora por Andrea*

Pessoa - EES da Rede Bodegas Ceará (novembro 16 de 2017) (20 min).

Já esse outro depoimento reforça o sentido desse entrelaçamento defendido nesse ensaio:

O que me motiva ir para feira de Santa Maria é possibilidade de ver e fazer parte de um espaço em que tudo aquilo que a gente acredita de autogestão, de cooperação, de solidariedade, de feminismo, de diversidade, a luta pelo bem viver, tudo isso materializa e se encontra, então fazer parte desse espaço que traduz essa materialização desses princípios, desses valores, desses ideais para mim é muito caro, muito precioso e por isso todos os anos eu me motivo de estar na feira de Santa Maria já há uma década. Para mim a importância da feira de Santa Maria não se traduz num adjetivo, a feira é mais do que econômica, mais do que cultural, mais que social, mais que uma experimentação. Para mim é um grande espaço de vivência, que faz as pessoas de fora da ES saberem concretamente que é possível e que já é real uma nova forma de se relacionar com a produção, com o planeta, com as pessoas, com tudo aquilo que transcende a materialidade. Então a feira de Santa Maria é o conjunto disso tudo. E para os que são da ES aquela feira é uma grande ciranda que faz a gente lembrar que estamos juntos, que estamos em círculos, que preci-

samos acertar o passo, que é preciso se reinventar no meio da dança e que tudo é isso: uma grande dança coletiva, onde é possível que todas as pessoas façam parte e deem e receba também para serem felizes. E aí eu me lembro que Paul Singer disse uma vez – pensar a felicidade a partir da economia é o que de mais revolucionário que podemos fazer das nossas vidas. Então inspirada nessa sabedoria de Paul Singer, eu acho que Santa Maria é tradução de um espaço de felicidade e de revolução (Entrevista concedida à autora por Regilane Fernandes - servidora pública do Governo Federal, parte da equipe do Prof. Paul Singer como Coordenadora Nacional de Formação – Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES/TEM (novembro 05 de 2017) (35 min)).

A utopia aponta para uma sociedade ideal, uma sociedade onde a economia, a política e a cultura estejam a serviço da vida. Esta é a sociedade dos sonhos da humanidade, das aspirações por felicidade que os seres humanos trazem no seu íntimo. Independentemente de classe social, raça etnia e/ou geração, os seres humanos almejam um lugar onde possam se desenvolver em paz e harmonia, onde sejam aceitos e tenham comunidades de pertencimento e acolhida.

6. Considerações finais

No contexto da economia solidária, é comum usar o termo “utopia” associado a militância, ou seja, uma utopia militante. Mas o termo vai além, no sentido que não basta almejar a sociedade sonhada, esta precisa ser construída, moldada. Mudar a opressão para a libertação com experiências concretas e reais e, portanto, também com seus erros, acertos e contradições.

Na América latina, falamos da Pátria Grande, um ideário utópico, desde Simon Bolívar, revisitado por Ernesto Guevara de la Serna (Che Guevara), Fidel Castro e muitas mulheres e homens idealizadores de um território livre da ocupação estrangeira, seja no período colonial, seja no pós-colonialismo seguinte.

Essas pessoas libertárias afirmavam que somente a união dos povos hispano-americanos poderia fazer frente às ocupações das grandes potências e criar um território livre e soberano a partir da derrubada do poder político e econômico colonial, de maneira a garantir a soberania política e econômica da América Latina. Portanto, a construção da Pátria grande é uma (macro)utopia, presente nos ideários libertários dos movimentos sociais da América Latina.

Nesse sentido, temos então a (micro)territorialidade de identidade do movimento de economia solidária, onde se vive e revive a (macro)utopia de liberdade e soberania dos povos, primeiramente dos povos latino-americanos, mas também da sociedade como um todo, onde as pessoas empobrecidas pelos sistemas capitalistas possam construir sua dignidade e serem reconhecidas como seres humanos plenos de direitos.

Sendo assim, durante os dias do evento FEICOOP, por meio da experiência sensorial (a visão, o olfato, o ouvido, o tato e mesmo o gosto de cada um) que Fortuna (2012) cita se referindo a ritmálise de Lefebvre, é vivenciado o entrelaçamento de uma (micro)territorialidade com essa (macro)utopia, a medida que a riqueza de expressões ali expostas de forma real, vistas, sentidas, saboreadas, cheiradas, ouvidas e partilhadas, cria eco na certeza que é possível pensar uma outra economia que tenha centralidade na vida de todas as espécies, tanto dos seres humanos, quanto dos bichos e das plantas. Um certeza de que essas experiências concretas com toda a sua diversidade não estão isoladas, mas que acontecem em diferentes localidades e que estão associadas e conectadas no sonho de uma sociedade mais justa e sustentável visualizada nesse evento, com a presença de

tanta gente de diferentes localidades do Brasil e da América Latina.

Referências bibliográficas

CIGANA, Caio. Uma utopia chamada esperança – projeto de economia solidária idealizado por Dom Ivo Lorscheiter torna-se referência. **IPEA - Revista Desafios**, nº37, Novembro de 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1441:-catid=28&Itemid=23 Consulta, 28 de novembro de 2017.

FORTUNA, Carlos. (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social. In **Terra Plural**, Ponta Grossa, v 6. n.2, p.199-214, jul./dez, 2012.

FORTUNA, Carlos e FERREIRA, Claudino. **Estradas e Santuários**: perfil sócio-religioso e motivações dos peregrinos-caminhantes a Fátima. Coimbra, Oficina do CES, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **Rhythmanalysis**. London/New York, Continuum, 2004.

MASSEY, Doreen. City Rhythms: the comings and goings of city life. In Massey, D. *et al.*, **City Worlds**, London/New York, Routledge, 1992.

MACHADO, Julia. **Uma feira de ideias**. 2016. Disponível em: <https://tvovo.org/2016/07/uma-feira-de-ideias/>. Acesso em: 07 dez. 2017.

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, **Revista Projeto Cultural FEICOOP**, Santa Maria/RS, 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

TÉVOÉDJRE, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.



ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR NOS PLANOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL EM FORTALEZA-CEARÁ (BRASIL)

André Vasconcelos Ferreira⁴²
Gil Célio de Castro Cardoso⁴³
Maione Rocha de C. Cardoso⁴⁴
Victória Régia Arrais de Paiva⁴⁵

42 Economista, com mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor adjunto do Departamento de Teoria Econômica da UFC e do Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. E-mail: vf.andre@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8354338109436302>

43 Economista, doutor em Ciências Sociais (Desenvolvimento Regional) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005). Atualmente é professor associado da Universidade de Brasília, exercendo lotação provisória na Universidade Federal do Ceará. E-mail: gilceliodecastro@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5292335204488496>

44 Economista, doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília e em Géographie et Aménagement du Territoire pela Université Paris III Sorbonne Nouvelle. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: maionerb@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3202012278974010>

45 Cientista Social, doutora em Sociologia pela Univer-

1. Introdução

O presente texto reflete sobre a inserção da economia solidária e da educação popular como pilares do percurso formativo que delineou as propostas contidas nos planos de geração de trabalho e renda nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) Bom Jardim, Pici e Poço da Draga, na cidade de Fortaleza. Esses territórios são reconhecidos pelo governo municipal da capital do Ceará por seu potencial econômico, ao mesmo tempo em que apresentam expressas fragilidades sociais decorrentes das condições precárias de regularização fundiária.

Os planos de geração de trabalho e renda resultam da atuação da equipe responsável pelo eixo economia dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) da Universidade Federal do Ceará, que consistem em um:

[...] conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação

sidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e desenvolve estágio pós-doutoral no Programa de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: victoriaregia.paiva@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9444753343111614>

de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, e o direito ao meio ambiente equilibrado. (FORTALEZA/IPLANFOR, 2019, p. 5).

Na política de desenvolvimento urbano, as ZEIS são consideradas áreas irregularmente ocupadas, geridas por uma legislação específica, sendo também caracterizadas como um instrumento de regularização fundiária. O Art. 123 do plano diretor de Fortaleza (2015) define as ZEIS como

[...] porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo. (FORTALEZA/SEUMA, 2015, p. 41).

Consistem, portanto, em uma política de desenvolvimento urbano, que tem como panorama o desenvolvimento endógeno das ZEIS. Esse paradigma de desenvolvimento - muito evidenciado desde os anos de 1990, sobretudo depois da Con-

ferência Mundial do Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992 - é entendido como resultado de um processo sociopolítico que envolveu diversos agentes e instituições sociais. Nesse sentido, o conceito de local há de ser divisado como um alvo territorial, em cujo contexto a capacitação e a ação dos diversos agentes são desenvolvidas de maneira integrada, complementar e harmônica (ARNS, 1998). Essas novas definições provocaram profundas mudanças no conceito e aplicação das chamadas práticas educativas “populares”. Nesse âmbito, emerge, também, a importância da participação e o envolvimento comunitário na formulação, implementação e avaliação das políticas de desenvolvimento local, sendo esta participação considerada uma condição necessária para a sua sustentabilidade.

Tomando em conta as premissas mencionadas, mostramos os questionamentos norteadores das discussões aqui compartilhadas: por que se referir a economia solidária e à educação popular como componentes da estratégia para gerar trabalho e renda nas ZEIS? Quais as possibilidades e limites da integração desse formato singular de organização socioeconômica e política de trabalhadores/as no âmbito das ações do PIRF?

Para responder às duas expressas indaga-

ções, de início, reportamo-nos à concepção e às diretrizes que fundamentam o plano integrado de regularização fundiária nas ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga, cujo foco está direcionado ao desenvolvimento de uma metodologia com ênfase na participação comunitária, estimulada mediante adoção de práticas da educação popular. Na sequência, caracterizamos os planos de geração de trabalho e renda, elaborados com base nos arranjos produtivos locais identificados. Por fim, nos remetemos à integração da economia solidária, aqui entendida, conforme Singer (2002), como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, no contexto das profundas transformações no mundo do trabalho. Segundo o autor, a economia solidária toma como base o trabalho associado, a autogestão, a propriedade coletiva dos meios de produção, a cooperação e a solidariedade, sendo suas expressões mais comuns as seguintes: associações, cooperativas, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos, redes de cooperação em cadeias produtivas e arranjos econômicos locais ou setoriais.

O referencial metodológico adotado configura uma pesquisa cujas informações de campo

decorrem da atuação dos/as autores/as, em conjunto com distintos integrantes da equipe responsável pelos planos, na implementação do processo. Assim, consubstancia-se num estudo de caso que privilegia a abordagem qualitativa, acionando as técnicas de análise de documentos e revisão bibliográfica à pesquisa participante, segundo Brandão (2001).

Assim, as ações desenvolvidas na perspectiva do percurso formativo incorporaram a educação popular em economia solidária incorporadas aos planos de geração de trabalho e renda, com o fito de sensibilizar os/as trabalhadores/as integrados aos arranjos produtivos aos princípios e valores do trabalho associado, que partem do individual, mas sempre com uma visão direcionada para a sua comunidade, conferindo, portanto, maior compromisso com o que foi planejado.

2. Concepção e diretrizes do Plano Integrado de Regularização Fundiária nas ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga

Impõe-se que destaquemos, de saída, a ideia de que o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) foi estruturado para ser um trabalho essencialmente participativo, desenvolvido em

bases técnicas e comunitárias. Então, foi elaborado com a participação direta da comunidade e com a intermediação de representantes dos moradores do conselho gestor da respectiva ZEIS. Como expresso pela prefeitura de Fortaleza no Termo de Referência do Contrato 25/2019, a elaboração do PIRF tem como diretrizes básicas a promoção das funções sociais da cidade, sua gestão democrática e o planejamento urbano participativo. O PIRF, portanto, é uma ação que visa à promoção do desenvolvimento urbano territorial de Fortaleza, com o intuito de reduzir a intensa condição de desigualdade socioeconômica e estabelecer a melhoria da qualidade de vida da população de menor renda, mediante o instrumento de planejamento (FORTALEZA/IPLANFOR, 2019).

Com efeito, o trabalho desenvolvido pela Equipe PIRF/UFC considerou as várias dimensões da vida dessa população, quais sejam: desenvolvimento social, geração de emprego e renda, melhoria das condições urbanísticas e de habitação, direitos de posse e de propriedade sobre a terra que ocupam e, fundamentalmente, a participação social. Essas dimensões temáticas se correlacionaram com os diversos interesses comunitários, pessoais e coletivos, considerando, para tanto, a heterogeneidade territorial e os diversificados

contextos sociais em que se inserem coletivamente, bem como suas relações no âmbito urbano com a cidade formal, suas conexões e seus limites. De modo específico, competia à equipe de economia do PIRF/UFC realizar atividades de mobilização comunitária e do diagnóstico socioeconômico, tais como: analisar os dados coletados pelo IBGE, IPLANFOR e IPECE sobre gênero, condições de domicílio, renda nominal e escolaridade nas ZEIS; mapear atividades econômicas; atividades culturais; elaborar o perfil socioeconômico do bairro - população; fazer levantamento do IDH e indicadores de violência, para a formulação de um plano de geração de trabalho e renda com suporte nos arranjos produtivos locais, tendo como bases a economia solidária e a sustentabilidade.

Destacamos o fato de que o trabalho do PIRF teve como norma orientadora a Constituição Federal de 1988, especialmente quanto ao capítulo “Da política urbana” e sua correlação com as demais políticas territoriais, como a política habitacional, de saneamento, de regularização fundiária, de geração de empregos e renda, bem assim as demais políticas pertinentes, com foco central nas disposições do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Complementar nº 62/2009) e suas atualizações. Deste modo, a elaboração participa-

tiva do PIRF envolveu trabalho técnico, de campo e de escritório, sistematização de informações, além de momentos de pactuação com o conselho gestor de cada ZEIS e moradores da comunidade, por intermédio de reuniões ampliadas.

Dessa forma, para a realização do PIRF, a Equipe da UFC adotou metodologias participativas, tendo como referência a educação popular freireana e a abordagem do desenvolvimento local/territorial sustentável, utilizando instrumentos e técnicas de mediação de conflitos, pactuação de consensos e integração do saber técnico com o popular, de modo a assegurar a qualidade técnica em cada um dos temas do PIRF e o comprometimento e participação da comunidade na sua elaboração e posterior implementação e avaliação. A seguir, procedemos a uma reflexão acerca de uma dessas experiências, que foi a da equipe de economia, coordenadora da elaboração do plano de geração de trabalho e renda das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga.

2.1 ÊNFASE NA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

O trabalho realizado na formulação dos planos de geração de trabalho e renda das ZEIS sob

exame tiveram a educação popular como perspectiva educativa e referência metodológica. A educação popular deve ser entendida como atitude necessária à formação de pessoas capazes de se postar perante a vida como autores, criando espaços para atuação de forças transformadoras que ultrapassam os “tradicionais” segmentos populares.

Em uma perspectiva política de classe, a educação popular deve considerar as dimensões mais profundas do ser, configuradas em sentimento, intelecto e ação. De tal sorte, apenas com amparo na combinação destes elementos, despertam-se nos cidadãos outros posicionamentos e percepções da vida, desencadeando, conseqüentemente, outros formatos de relacionamento com os outros e com a dinâmica social no seu todo (CARDOSO, 2000).

Portanto, a educação popular torna-se uma atitude educacional ante a realidade que se pretende transformar, optando por assegurar interesses fundamentais para o conjunto da sociedade e não para manter os proveitos de uma minoria que decide pela população. No entendimento de Hurtado (1992), são os interesses políticos da classe popular que devem orientar uma educação que se quer também popular. Para o autor, a educação popular possui como característica fundamental a

concepção e o compromisso de classe, vinculados às lutas políticas do povo. Na sua intelecção,

[...] a educação popular é um processo de formação e capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe, e que toma parte ou se vincula à ação organizada do povo, das massas, para alcançar o objetivo de construir uma sociedade nova, de acordo com seus interesses (Ibidem, p.44).

Nesta circunstância, a educação popular implica, pois, em uma consciência de classe e uma visão histórica que seja capaz de, simultaneamente, trabalhar teoria e prática numa perspectiva transformadora, no âmbito da qual a população envolvida deixa de ser destinatária ou beneficiária para se tornar protagonista. O conhecimento objetivo da realidade de um grupo, organização ou comunidade por parte dos educadores constitui-se, segundo Hurtado (1992), como indispensável para uma relação dialética entre prática e teoria. As reflexões estabelecidas nesta relação devem possibilitar uma visão crítica da prática social e, sobretudo, capacitar os setores populares para pensarem por si mesmos, assumindo, com convicção, seus interesses de classe.

Essa visão de educação popular também é compartilhada por Sales (1999), para quem a pro-

dução e a transmissão de conhecimento conformam o enfoque principal no universo da educação brasileira, enfatizando, com isso, o seu aspecto intelectual, praticamente assumido como única dimensão no processo educativo. Esse autor chama atenção para o fato de que o conhecimento (sem minimizar sua importância) é apenas um dos aspectos da educação e que o objetivo maior da prática educativa é a busca do saber composto pela combinação do “sentir/pensar/agir das pessoas”. Com efeito, mais do que produção e reprodução de conhecimentos, a educação é a produção de saber (sentir/pensar/agir), que ocorre em condição historicamente situada, isto é, num contexto histórico e social definido, determinando e sendo determinado por interesses consolidados ou buscando se afirmar na sociedade.

É assim que Sales (1999) situa a educação popular como perspectiva e modo de atuar, objetivando formar pessoas para serem mais inteligentes e coerentes no modo de sentir/pensar/agir.

A educação popular é um modo de atuar e tem uma perspectiva: a apuração, organização, aprofundamento do sentir/pensar/agir dos excluídos do modo de produção capitalista, dos que estão vivendo ou viverão do trabalho, bem como dos seus parceiros e aliados em todas as práticas e instâncias da sociedade (Ibidem, p. 115).

Sendo um modo de atuar que pretende formar pessoas para estabelecerem relações sociais mais justas e participativas, a educação popular acontece independentemente do seu espaço. O adjetivo “popular” vai além do espaço geográfico que as pessoas ocupam. Significa uma opção clara e coerente pelos interesses do povo. É esta opção o fio condutor da relação entre educadores e educandos numa perspectiva de educação popular verdadeiramente libertadora e que foi referência da ação para a equipe que facilitou a formulação dos planos de geração de trabalho e renda nas ZEIS sob exame, sob responsabilidade da Universidade Federal do Ceará.

Assim definida, a educação popular exige dos educadores uma posição clara: ou seu trabalho visa exclusivamente a manutenção da estrutura e organização da sociedade de modo absolutamente excludente, ou busca, na sua prática, a transformação social. A definição daquela postura orienta o trabalho com vistas a preparar pessoas mais competentes para dominar outras e adaptá-las aos seus interesses, ou sujeitos ainda mais competentes para estabelecerem convivências onde o respeito à natureza e ao ser humano estejam em primeiro plano.

2.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DE APOIO À ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NAS ZEIS

A proposta de formulação dos planos de geração de trabalho e renda nas ZEIS sob responsabilidade da UFC teve como referência a noção de que as pessoas devem ser consideradas sujeitos determinantes para a inserção das economias locais e regionais no paradigma de desenvolvimento local e inclusivo. Portanto, a capacitação de todos os agentes econômicos locais constitui estratégia básica e necessária para a sustentabilidade do desenvolvimento local, sendo esta direcionada à conquista da cidadania.

Para a equipe de economia PIRF/UFC (que, por sua vez, está de acordo com Goni, 1988) a capacitação é entendida “[...] como um processo educativo e formativo de troca e produção de conhecimentos, voltado para o trabalho e para a prática social cidadã” (GONI *et al.*, 1998:13). Esta definição revela dois elementos fundamentais que caracterizam e ajudam a entender a proposta de trabalho implementada:

a) a capacitação é um processo, o que pressupõe, portanto, continuidade e método. Uma verdadeira capacitação deve ter princípios éticos nor-

teadores e uma metodologia adequada;

b) a capacitação é um ato educativo, pois busca gerar aprendizagem que produza mudanças nos referenciais cognitivo, volitivo e comportamental, com base em referencial ético e na percepção de mundo, da pessoa e da sociedade.

Portanto, o processo de capacitação considerou que a mudança de comportamento dos participantes se dá por via da “[...] interação de aspectos cognitivos (eu compreendo), volitivos (eu tenho vontade... eu quero) e comportamentais (eu faço... eu mudo!)”. (GONI *et al.*, 1998:13). Para esses autores, como processo educativo, a capacitação, no contexto do desenvolvimento local, visa “[...] construir uma nova cidadania, uma nova relação entre Estado e Sociedade, onde o assistencialismo e clientelismo são substituídos pela formação de empreendedores com crença em si mesmos, capacidade de autogestão, visão de futuro, consciência da cidadania e espírito de participação e de co-responsabilidade” (GONI *et al.*, 1998: 9).

A capacitação, portanto, deve ser entendida como dialógica, criativa, participativa, crítica, holística e formativa, um elo entre o local e o global. Nesse sentido, quanto mais capacitada estiver a comunidade, maior sua possibilidade de inserção competitiva no mercado, pois é aumentada sua ca-

pacidade de se defender das ameaças e aproveitar as oportunidades desse ambiente.

As reflexões ora expressas apontam para alguns condicionantes básicos que nortearam o processo educativo realizado, considerados essenciais para a existência de uma capacitação que seja efetiva:

a) uma relação social marcada pela construção coletiva de conhecimentos e troca de saberes (logo, a capacitação a que nos referimos se exprime como participativa, necessariamente);

b) uma intenção inequívoca, um teor finalístico, apontado para a melhoria da gestão ou da produção, que torne competitivo o ambiente local. Dessa forma, percebe-se que a capacitação não guarda finalidades terapêuticas simplistas e personalistas, mas deve aprofundar sua ação na lógica socioeconômica local, tendida para a produção e o trabalho; também busca a mudança comportamental para a melhoria no desempenho de profissionais e produtores, de governos, instituições e empresas, de modo que a contribuição destes agentes se dê efetivamente para o desenvolvimento integrado e sustentável; e

c) uma metodologia de trabalho, necessariamente adaptada a cada realidade e às suas necessidades, não cabendo, portanto, se aplicar

um conteúdo “enlatado”, mas o desenvolvimento de ações no contexto das quais o próximo passo possa ser flexível o suficiente para o planejamento permanente, a fim de se adequar a comunidades onde predominem atividades econômicas diversas, como as de pescadores, ambulantes, pequenos comerciantes e artesãos, por exemplo.

Nas ações empreendidas pela equipe, a capacitação demandou fortalecer a gestão participativa do local, mediante a participação ativa da comunidade na formulação de estratégias adequadas de planejamento sistêmico e da gestão, possibilitando à comunidade contribuir na melhoria de renda e bem-estar dos seus integrantes. De tal maneira, percebe-se que os conceitos de capacitação e de educação popular se entrelaçam, levando-nos a crer que ambos têm a mesma finalidade: despertar as pessoas para a prática social cidadã, para o exercício da cidadania, elemento preponderante para o desenvolvimento local.

Com vistas a viabilizar a formulação dos planos de geração de trabalho e renda nas ZEIS, a equipe de economia PIRF/UFC se utilizou de um conjunto de metodologias de capacitação, tendo no cidadão o centro de suas ações, como sujeito do estabelecimento de opções mais sustentáveis de desenvolvimento, para si e a sociedade. Des-

tacam-se, nesse conjunto, a metodologia GESPAR - Gestão Participativa para o Desenvolvimento, sistematizada pelo projeto BNB/PNUD, a metodologia de sustentabilidade da Fundação Banco do Brasil (FBB); e a metodologia de formulação do Plano de Negócio/Sustentabilidade, desenvolvida pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG).

Ressaltamos, ainda, o fato de que este conjunto de instrumentos metodológicos partilha dos mesmos princípios e axiologias, e que se coadunam com a perspectiva da economia solidária, aplicada como referencial teórico. Ei-los na sequência:

- Todas as ações desenvolvidas devem ser capacitadoras.
- A capacitação deve produzir mudanças nas estruturas de pensamento e comportamento, ao visar a aprendizagem.
- As ações de capacitação devem orientar-se expressamente ao desenvolvimento econômico local.
- As ações de capacitação devem estar dirigidas para mudança e aperfeiçoamento das práticas das empresas locais e das formas de cooperação das organizações produtivas, comunitárias e institucionais. Os

processos de desenvolvimento empresarial, comunitário e institucional devem ser participativos e formativos.

- Os técnicos devem se constituir em animadores e facilitadores dos processos de desenvolvimento, a partir dos anseios e interesses dos empreendedores e produtores locais, suas famílias e as comunidades envolvidas.

- Há necessidade do desenvolvimento de procedimentos e técnicas que facilitem a comunicação entre técnicos, agentes produtivos, comunidades e setor público.

- A capacitação deve ser orientada à luz dos princípios de cooperação e interdisciplinaridade.

- Não é suficiente apenas promover a capacitação, sendo necessário alcançar os produtos esperados em cada momento dessa capacitação.

- A estratégia de realização das oficinas deve ser enfatizada, assim como o estímulo à participação dos empreendedores locais, considerada central no decurso de capacitação.

Estes princípios indicam que as capacitações realizadas para elaboração dos planos de

geração de trabalho e renda das ZEIS, entendidos como suporte da estratégia de fomento ao desenvolvimento local dessas comunidades, representa uma nova tipologia de educação popular, vinculada, como observa Prestes (1999), à luta pela sobrevivência, produzida no âmbito da educação para o trabalho e para a organização econômica e social dos segmentos populacionais marginalizados, sendo passível de resultar em um projeto político de transformação do cotidiano desses segmentos, como ocorrido no âmbito da feitura do Plano Integrado de Regularização Fundiária nas ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga, em Fortaleza/CE.

2.3 A ELABORAÇÃO DOS PLANOS COM ESTÍMULO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DAS ZEIS

Ao tratarmos de arranjos produtivos, visamos fomentar a discussão em torno dos negócios que envolvem pequenos empreendimentos estabelecidos em uma comunidade, em torno de suas potencialidades produtivas locais e suas inter-relações, pois, como descreve Abramovay (2002), os laços entre agentes sociais conformam uma das razões para a constituição de sistemas produtivos localizados, o que explica a produção difusa,

conducente ao desenvolvimento do território. Na perspectiva dessa corrente de pensamento, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) de pequenos negócios interagem entre si (LASTRES *et al.*, 1999). Assim, os APLs inserem-se no âmbito micro, ao incorporarem a perspectiva local com base nas suas potencialidades e da interação dos agentes envolvidos na criação, aprendizagem e difusão do conhecimento e suas práticas.

A observação da existência de potencialidades nas ZEIS na produção de bens e serviços, juntamente com a relação de proximidade entre os agentes comunitários nestas, por meio de laços de amizade ou solidariedade, foi a matriz do projeto, com os elementos essenciais para a proposição de um plano de negócio com foco nos APLs e em bases de uma economia solidaria e sustentável. Quando é proposta a sustentabilidade de negócios solidários, a referência não é apenas aos teores econômico, institucional ou político, mas, também, aos vários aspectos que importam aos empreendimentos solidários desde a ruptura com os moldes capitalista que separam o produto dos meios de produção, e nisto o meio ambiente, as pessoas, os recursos naturais (REIS; MEIRA, 2005).

A conceituação de APL cuida do relacionamento entre os empreendedores locais e da coo-

peração no decurso da produção, que passam a ser vistos na qualidade de elementos fundamentais como estratégia de mercado para alcançar o desenvolvimento econômico local. Assim, a interação local e a cooperação perfazem requisitos primordiais para o aprendizado, fortalecimento e crescimento da produtividade, bem como para que os pequenos empreendimentos e demais instituições participantes melhorem seu desempenho e reforcem o desenvolvimento local (DALLA VECCHIA, 2006).

Então, quanto mais robustos os laços de solidariedade e cooperação, bem como o acesso a elementos - como marcos regulatórios, recursos financeiros, treinamento e educação - mais democrática e livre fica a efetivação de negócios solidários e sustentáveis. De acordo com Amartya Sen (2000), desenvolvimento se define como o aumento da capacidade de as pessoas fazerem escolhas - uma expansão das liberdades. Para o referido autor, o crescimento econômico, o aumento das rendas pessoais e a modernização social constituem 'meios' de expansão das liberdades. Já na reflexão de Abramovay (2002), não bastam, contudo, leis que garantam direitos: as pessoas precisam deter capacidades, qualificações e prerrogativas de participar dos mercados e de estabelecer relações.

Assim, os planos de negócios sugeridos às ZEIS buscaram identificar, por meio da técnica da matriz de diagnóstico participativo FOFA (Fortalezas-Oportunidades-Fraquezas-Ameaças), como estruturar e aparelhar esses territórios para o alcance do desenvolvimento de seus negócios e garantir a sua sustentabilidade no aspecto amplo. O IPEA (1999) realizou diversos estudos sobre os arranjos produtivos locais, quanto ao formato, produto, sua constituição e tamanho ou amadurecimento. O escopo deste capítulo se direciona ao conceito desenhado por ele, chamado de “agrupamento potencial”, que se dá quando existe, numa localidade, a concentração de atividades produtivas exprimindo alguma característica comum, como uma tradição de uso de determinadas técnicas, mesmo artesanais, sem que esteja ocorrendo, contudo, uma organização ou uma ação conjunta entre os agentes econômicos da atividade em curso.

Então, como expressamos anteriormente, os elementos catalisadores desse processo são as associações, cooperativas, sindicatos e ONGs que congregam e contemplam a institucionalização desta concentração de pequenos empreendedores individuais, formalizados ou não. Dentre as ações desenvolvidas por esses organismos, evidenciam-se:

- a) desenvolvimento de programas compar-tilhados de certificação de treinamentos;
- b) convênios com entidades como o Senac ou Senai, visando qualificar a mão de obra local; e
- c) participação em programas governamentais etc.

De tal sorte, o intento é o de que essas ações conjuntas dos setores público e privado criem as bases para a geração de externalidades positivas, estabelecidas com maior participação/cooperação entre os diversos segmentos desta comunidade (FARAH JÚNIOR, 2001).

De tal maneira, conhecer as potencialidades locais, o mercado em volta, as possibilidades de articulação e crédito, bem como os pontos fortes e fracos de uma comunidade, dá condições a estes empreendedores de alcançarem melhores resultados, tanto sob o ponto de vista econômico quanto no concernente ao prisma social. Logo, por meio de uma melhor organização política, cultural, social e tecnológica local, o desenvolvimento econômico ensejará um resultado cada vez mais significativo para a comunidade e para diversos setores constituídos, organizados em pequenos negócios (FARAH JÚNIOR, 2001).

Dentre os principais objetivos a serem alcançados, apontamos a melhor distribuição do

resultado econômico obtido, aliado à elevação na qualidade de vida da comunidade. Para tanto, é necessário que os empreendimentos surjam e se ampliem, tanto na sua capacidade de inserção no mercado, individual e coletivamente, como na sua permanência nesse ambiente competitivo e global. Dentre as abordagens que se propõem a analisar os empreendimentos ou pequenos negócios, este estudo priorizou o conceito de Arranjos Produtivos Locais, exibindo uma estratégia de mobilização dos agentes locais, com a identificação dos APLs nas ZEIS, de modo a possibilitar a participação e atuação conjuntas, assim como a coordenação e o controle das ações e projetos encaminhados por meio do PIRF. Todo o esforço parte de uma abordagem participativa com o fim de estruturar e implementar uma proposta de geração de trabalho e renda, com ênfase nas potencialidades locais.

De efeito, a mobilização dos agentes locais há de incluir, além dos agentes produtivos, a participação de representantes do poder local e de outros níveis com relevância para a especialidade do APL, ou seja, instituições com atuação nos territórios das ZEIS, como organizações associativas, sindicatos, cooperativas, ONGs e lideranças comunitárias relacionadas ou não ao negócio em foco, mas com foco na efetivação de negócios soli-

dários. Por conseguinte, além da mobilização dos agentes, à estratégia se impõe abordar o encaminhamento dos projetos priorizados pelos agentes mobilizados, de maneira a garantir a sistematização das ações e projetos e o estabelecimento da governança dos APLs (AMORIM; MOREIRA; IPIRANGA, 2016).

Um APL de negócios solidários e sustentáveis assenta uma estratégia para se alcançar o desenvolvimento local, porque gera capacidade empreendedora, autonomia, autogestão e fortalecimento da solidariedade. Isso ocorre num ambiente onde há escassez de recursos, acirramento da competição de mercado e a força do capitalismo. Nessa contextura, um APL baseado em solidariedade e sustentabilidade promove o fortalecimento local do comércio justo, atuando em prol de causas sociais e ambientais, uso colaborativo de espaços e recursos, bem como fortalece os laços interpessoais (MENDONÇA, 2011; SAMPAIO; MANTOVANELI JUNIOR; PELLIN, 2005).

Os APLs não constituem, por si, os objetivos das políticas, mas são meios ou instrumentos para se estabelecer o desenvolvimento local (DALLA VECCHIA, 2006 *apud* CASSIOLATO; LASTRES, 2003). Em suma, os arranjos produtivos baseados nas potencialidades das ZEIS têm por objetivo promo-

ver a autogestão colaborativa. Esse processo compreende desde a tomada de decisões até a execução dos produtos ou serviços. Em resumo, os APLs visam a superar a mera participação individualista e descompromissada do ponto de vista sociopolítico, para fomentar ações e práticas relacionadas ao propósito de empreendedorismo solidário, responsável e sustentável.

3. Caracterização das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga

Os planos de geração de trabalho e renda das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga foram constituídos sobre algumas fundações, quais sejam: economia solidária, ou princípios da autogestão e livre iniciativa; APLs, como organização dos empreendimentos por segmento econômico, compreendendo os ganhos da cooperação; cadeia produtiva, representando o modo de inserção dos empreendimentos na divisão social do trabalho; e tecnologias sociais, ou os meios de produção/funcionamento das organizações comunitárias, incluindo as modalidades operacionais dos empreendimentos econômicos solidários (EES), dentre outras escalas de atuação na produção, distribuição e

consumo de bens e serviços, numa perspectiva inclusiva.

Ressaltamos a ideia de que o domínio das tecnologias convencionais, embora tendo gerado aumento expressivo de produtividade em diversas áreas, resulta, em especial na atualidade, numa crescente e ameaçadora exclusão social e ambiental (NOVAES; DIAS, 2009). Para esses autores, as tecnologias sociais encontram-se na seara da inclusão social.

Ao mesmo tempo, a maior ou menor independência no que se refere à divisão social do trabalho – e à cadeia produtiva – importa quando se considera, entre outros aspectos, a maior ou menor complexidade do produto de cada empresa e sua consequente capacidade de apropriação de valor na produção mercantil. O estabelecimento dos APLs, como já estudamos neste capítulo, possui relação com o princípio da cooperação, ou trabalho coletivo – estando também vinculado a aumentos de produtividade, ou rendimentos crescentes de escala.

No que concerne aos levantamentos de informações para a realização dos diagnósticos que serviram de fundamento aos planos aqui abordados - além do já citado espaço das oficinas de Economia PIRF/UFC, envolvendo os/as empreendedo-

res/as das ZEIS - foram levantadas informações por meio da aplicação de questionários socioeconômicos e etnografias rua a rua. Cabe, então, exibir alguns elementos da caracterização geral das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga, considerando a grande identidade entre esses territórios, com origem na sua condição comum de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, e adentrando algumas especificidades de cada área.

Um forte ponto em comum das áreas é a violência, relatada como um dos mais graves problemas enfrentados pela população das ZEIS. Embora as análises dos dados oficiais tenham informado redução do número da maior parte dos crimes identificados pela Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (mortes violentas; crimes violentos contra o patrimônio – roubos; furtos; apreensão de armas de fogo), de 2017 a 2019, houve aumento médio dos crimes sexuais da ordem de 6,15% na ZEIS Bom Jardim, 15% na ZEIS Pici e 22% na ZEIS Poço da Draga. Esse quadro resulta na necessidade de se combater também o machismo na superação da violência, em vista do fortalecimento econômico local. O compartilhamento de informações pode ser um bom aliado no combate à violência. Observemos, com isso, o papel da economia

solidária ante o fomento à organização de uma rede local com a função, direta ou indireta, de promover segurança.

Em linhas gerais, as ZEIS em pauta se mostram carentes em saneamento básico, transporte e lazer. Um plano de geração de trabalho e renda tem de começar por garantir infraestrutura urbana às comunidades, como meio de obter uma população saudável, base do desenvolvimento territorial sustentável. A economia solidária vai situar-se nesse terreno, desde o fortalecimento da organização comunitária, a fim de garantir a implantação do PIRF, mas, também, de maneira mais específica, possivelmente, organizando empreendimentos capazes de prestar serviços ao poder público já na fase de implementação das melhorias na infraestrutura local.

Com a presente caracterização, se processam a discussão e os resultados, em particular, no que se refere aos elementos apontados nas oficinas de diagnóstico, que coadunam com objetivo aqui anunciado, de refletir sobre a inserção da economia na elaboração dos planos de geração de trabalho e renda, no interior dos PIRFs.

3.1 PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO NAS ZEIS

Os territórios sob exame se caracterizam como áreas carentes em termos socioeconômicos, o que se manifesta por intermédio de fatores como baixa renda familiar. Na ZEIS Bom Jardim, a exemplo do que se pode encontrar também nas ZEIS Pici e Poço da Draga, quase a metade dos moradores possuem renda mensal familiar de até um salário-mínimo (SM)⁴⁶ – no caso citado, 46%, enquanto 36% a renda varia de mais de um até dois SM, 14% com mais de dois até cinco SM e apenas 1% encontra-se na faixa de mais de 5 até 10 SM.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à escolaridade, que ainda é baixa nas ZEIS, embora, segundo relato dos conselheiros locais, o esforço realizado em favor da criação e melhoria de escolas nas três áreas pareça ter contribuído para uma escolaridade maior do ponto de vista formal, especialmente entre os segmentos mais jovens da população, que se reflete nos coeficientes de correlação (R) entre escolaridade x idade negativos das três comunidades (- 0,39 no Bom Jardim, - 0,24 no Pici, e - 0,56 no Poço da Draga). A maior escolari-

46 Equivalente a R\$ 998,00, em 2019, quando os dados foram coletados.

dade relativa dos mais jovens sugere que se estimize, por um lado, o acesso desses aos níveis mais elevados de escolaridade, como níveis técnico e superior, enquanto por outro lado, aponta para a necessidade de que se promova a educação de jovens e adultos (EJA), a fim de incluir os mais velhos no processo educativo.

Em relação à qualificação da força de trabalho local, os princípios da economia solidária são passíveis de atuar, seja em apoio ao ensino, mediante atividades de aprendizagem cooperativa, ou na promoção da pesquisa em bases colaborativas e horizontalizadas. Vale lembrar, ainda, que a formação de uma força de trabalho qualificada não depende apenas do ensino escolar, seja ele técnico, primário, secundário ou superior, mas deve incluir a formação da cultura popular, também a ser estimulada pelo poder público, a fim de que se amplie a liberdade de produção cultural local, no contexto de expansão da economia criativa, o que será discutido mais adiante.

O mercado de trabalho nessas localidades é marcado por elevada informalidade (perto de 50%, nas três áreas). Também é alto o índice de habitantes que “nem estuda e nem trabalha” (43% no Bom Jardim, 42% no Pici, e 35% no Poço da Draga) e a economia local, de acordo com a pesquisa di-

reta feita por meio de questionários, é fortemente marcada por pequenos negócios.

As atividades econômicas atuantes nas ZEIS em foco estão ligadas ao setor de serviços. Segundo a etnografia rua a rua, efetuada no âmbito do PIRF/UFC, na ZEIS Bom Jardim, o setor de comércio reúne 41% dos estabelecimentos econômicos, sendo esses, principalmente, bodegas, seguidas por mercadinhos, lojas de roupas, água, variedades e depósitos de construção. Já no setor de alimentação, a ZEIS concentra 31% dos seus empreendimentos, incluindo, em quantidade decrescente, a produção do dindim, bares, lanchonetes, churrasquinhos, sorvetes, restaurantes, bolos e padaria. Ao mesmo tempo, o setor de outros serviços integra 28% dos estabelecimentos econômicos na ZEIS, entre os quais predominam salões de beleza, acompanhados a distância por oficinas, jogos, costura, eletrônica, manicure e metalúrgica.

No caso da ZEIS Pici, o comércio se destaca com 43% dos empreendimentos econômicos, entre os quais se acentuam os mercadinhos, seguidos por bodegas, lojas de roupas, água, variedades, frigoríficos e depósitos de construção; também móveis, cosméticos e material de limpeza. No setor de alimentação, a ZEIS reúne 26% dos seus estabelecimentos econômicos, com destaque, em

ordem decrescente, para a produção do dindim, bares, lanchonetes, churrasquinhos, bolos e padaria, pizzaria, restaurante e sorveteria; enquanto isso, no setor de outros serviços, onde estão 31% dos empreendimentos da ZEIS Pici, se encontram, em primeiro lugar, salões de beleza, seguidos por oficinas, confecções, lotéricas, eletrônicas, jogos e *lan houses*.

Embora haja considerável semelhança entre os tipos de empreendimentos econômicos das ZEIS Bom Jardim e Pici, é válido considerar algumas diferenças, como o fato de, em sua maioria, os empreendimentos do setor de comércio da ZEIS Pici não serem as bodegas, pequenos estabelecimentos comerciais caracterizados pela fidúcia e onde, geralmente, não há um controle organizacional (financeiro e logístico, por exemplo). Empreendimentos de maior porte, como mercadinhos, aparecem com destaque na realidade econômica da ZEIS Pici, o que é justificado pela capilaridade que esses modelos de negócio favorecem de acesso à comunidade aos produtos de uso diário e de consumo imediato, em decorrência da região onde a ZEIS se encontra inserida e da vulnerabilidade social e financeira da comunidade. Ademais, é válido considerar uma leve diferença de participação percentual para mais, no caso de

comércio e outros serviços, em detrimento do setor de alimentação, com referência ZEIS Pici.

Relativamente à ZEIS Poço da Draga, encontram-se 30% dos estabelecimentos econômicos ligados ao comércio. São, primeiramente, bodegas, seguidas em ordem decrescente de quantidade por mercearias, água, gás, roupas, limpeza. Entre os empreendimentos de alimentação, responsáveis por 53% dos estabelecimentos, ganham expressividade as barraquinhas e, depois, em sequência decrescente, a venda de dindim/picolé/sorvete, lanches, bolos, *mousse*, negócios com pescados e bares. Entre os outros serviços, no percentual de 17% dos empreendimentos, aparecem em maior número os salões de beleza, seguidos por oficinas, lojas de tatuagem, jogos e *lan house*. Numa análise geral, a economia da ZEIS Poço da Draga se assemelha à das outras duas ZEIS observadas. Embora do ponto de vista específico chamem atenção algumas características provavelmente relacionadas com a localização da ZEIS, “encravada” em uma região da Cidade com renda mais alta. Isso acarreta no desenvolvimento do setor de alimentação, porque a economia local trabalha, nesse campo, para fora da ZEIS. Assim, também se explica o grande número de barraquinhas entre os estabelecimentos alimentícios, porquanto, nas imediações da

ZEIS Poço da Draga, está localizado o centro cultural Dragão do Mar, e a economia local depende em grande medida dos investimentos públicos realizados nesse centro, pois ele abriga várias das barraquinhas citadas, entre produtoras de alimentação (lanches, pratinhos...) e de bebidas, incluindo as alcoólicas (cervejas, doses de aguardente, *drinks...*). A economia da ZEIS Poço da Draga se sente prejudicada por uma obra pública paralisada, em torno da qual se propõe a construção de um equipamento cultural, para garantir a circulação de pessoas, sem falar da produção de cultura popular local.

Em termos do panorama econômico geral das ZEIS, além da especialização das três no setor de serviços, há também os mesmos tipos de empreendimentos caracterizando setores como o de serviços, onde se destacam nas três realidades os salões de beleza, ou a existência, seja de bodegas ou mercadinhos, no setor de comércio das três ZEIS; e, completando essa realidade, a produção de dindim (também conhecido como sacolé), bares, churrasquinhos, entre outros, aparecendo com ênfase nos setores de alimentação também das três ZEIS. Essas informações autorizam um tratamento geral das áreas, embora se faça referência a alguma especificidade, quando houver.

Observemos, ainda, que existe algo de semelhante nas economias locais, relacionado ao que se tem chamado de economia criativa, que possui relação com setores ligados a cultura e arte. Esse é o caso do setor de alimentação, como também do artesanato, da confecção, da beleza e da própria metalúrgica, sem falar no segmento de arte e cultura propriamente dito, que se encontra no caso da ZEIS Pici.

No contexto das oficinas de Economia do PIRF, para as quais foram convidados trabalhadores/as de cada ZEIS, embora nem todos os segmentos tenham comparecido, participaram, no Bom Jardim, os setores - artesanato, beleza, confecção, comércio e alimentação, metalurgia e marcenaria; no Pici - artesanato, confecção, alimentação, cultura e arte; e, no Poço da Draga - alimentação e bebidas. As oficinas ocorreram por arranjo produtivo, a fim de aprofundar conhecimentos, identificar limites (fraquezas e ameaças) e possibilidades (fortalezas e oportunidades), além de propor soluções para problemas.

Entre as dificuldades apontadas, são recorrentes as fraquezas: administração financeira precária; falta de planejamento e organização; baixa capacitação; carência de comunicação visual/divulgação dos produtos; e ausência de capital

de giro e investimento, bem como falta de espaço para comercialização dos produtos. No que se refere às ameaças mais observadas, estão o custo elevado das matérias-primas e a concorrência com grandes empresários. Também se falou da falta de informações claras, como da “burocracia excessiva” por parte do governo; foi mencionada, ainda, a insegurança local.

Não há espaço aqui para relatar tudo o que foi constituído nas oficinas, nem mesmo a totalidade do que está nos planos, porém, buscou-se com esse relato de parte do que foi feito nas oficinas, sinalizar para o tipo de situação-problema encontrados e as propostas gerais dos três planos, sintetizadas, sequencialmente, por eixos, juntamente com os resultados, relacionados à integração da economia solidária com práticas de educação popular na conformação dos planos de geração de trabalho e renda dos PIRFs referidos⁴⁷.

47 As possibilidades, limites e desafios destes planos de geração de trabalho e renda estão intimamente relacionados aos resultados de eficiência, eficácia e permanência da política urbanística e fundiária, na medida em que considere e faça acontecer as proposições que constam no objeto do contrato 025/2019, celebrado entre o Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor) e a Fundação CETREDE, por meio da UFC, que trata da elaboração dos PIRFs das ZEIS Pici, Bom Jardim e Poço da Draga, entre elas, (I) o diagnóstico socioeconômico, físico-ambiental, urbanístico e fundiário; (II) a minuta de normatização especial de parcelamento, edifica-

3.2 SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS GERAIS DOS PLANOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NAS ZEIS

Os planos definiram quatro eixos prioritários de atuação, sendo o primeiro eixo geral o do apoio à produção, comércio justo e consumo sustentável, que sugere, inicialmente, a elaboração de planos territoriais de economia solidária, privilegiando áreas como: “elaboração de projetos de formação e capacitação”, além da “identificação e fortalecimento dos encadeamentos produtivos e redes de cooperação, articulados à estratégia de desenvolvimento da ZEIS”. Nesse ponto, está situado, de maneira mais evidente, o diferencial desse tipo de plano de geração de trabalho e renda, alicerçado na economia solidária, a qual reconhece a importância do aumento de escala, seja mediante a atuação em redes e/ou outros meios solidários. Por isso, o plano propõe “[...] apoio aos segmentos produtivos identificados, com estímulo ao fortalecimento da autogestão dos empreendimentos, o beneficiamento e agregação de valor e o acesso a

ção, uso e ocupação do solo; (III) o plano de regularização fundiária; (IV) o plano urbanístico e (v) o plano de participação e desenvolvimento social.

fundos e outras iniciativas de financiamento”. (FORTALEZA/IPLANFOR, 2020). Em seguida, ele se concentra no

[...] apoio à comercialização com base nas boas práticas do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e em diferentes modalidades, tais como: redes de comercialização, feiras, eventos culturais, esportivos, de lazer etc., pontos fixos, espaços de comercialização em espaços públicos já existentes, criação de rede de consumidores, comércio eletrônico e certificação dos produtos da economia solidária. (IBIDEM, 2020).

Também no campo da comercialização, foi proposta a estruturação de uma política de compras públicas para os produtos e serviços da economia solidária, envolvendo instituições governamentais e não governamentais na dinâmica do comércio justo e solidário.

Sobre a promoção do consumo responsável, foram sugeridas ações de formação, campanhas de divulgação e comunicação, associadas ao fortalecimento da identidade comum dos produtos e serviços da economia solidária. Pelo que notamos até aqui, não há como reduzir o papel da economia solidária ao estabelecimento de um ambiente produtivo e de comercialização mais inclusivo

e capaz de satisfazer plenamente os interesses de comunidades carentes, como as das ZEIS sob averiguação.

O segundo eixo da proposta é o da ampliação do acesso a conhecimentos: educação, formação e assessoramento em economia solidária, e começa pela realização de ações formativas e de assessoramento nas áreas de atuação dos segmentos produtivos anteriormente citados, de forma continuada, com vistas à construção gradual da identidade grupal, fortalecimento da autogestão dos empreendimentos, respeitada a cultura local e as orientações e princípios da economia solidária.

Compreendemos, ainda, conforme os registros contidos no plano, que a proposta de acesso a conhecimentos deva incluir desde a capacitação e acompanhamento técnico sistemático aos empreendimentos solidários nas áreas de produção, beneficiamento, designs, tecnologias sustentáveis etc., até a ampliação e fortalecimento das incubadoras de economia solidária nas universidades públicas e centros de ensino superior; também se exprimindo a necessidade do “[...] fortalecimento da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RC-SES) e demais redes locais, com apoio à sua gestão organizativa, realização de encontros territoriais e

estadual e ações de formação de lideranças e facilitadores”. Finalmente, se estende à “[...] formação de técnicos e gestores públicos em economia solidária e desenvolvimento territorial” (FORTALEZA, IPLANFOR, 2020), compreendendo-se, de um lado, as condições nas quais a economia solidária se revelará próspera em termos da geração de trabalho e renda nas ZEIS e, de outro, as possibilidades de atuação da economia solidária também na área da produção de conhecimentos, como as já citadas aprendizagem cooperativa e pesquisa autogestivária (FORTALEZA, IPLANFOR, 2020).

O terceiro eixo dos planos é o da ampliação do acesso a financiamento: crédito e finanças solidárias, que propõe a criação de um fundo de financiamento e incentivos à economia solidária, definindo fontes e mecanismos operacionais de apoio financeiro às iniciativas de finanças solidárias, tais como fundos solidários, bancos comunitários e cooperativas de crédito, bem como microcrédito produtivo orientado com foco nos empreendimentos solidários mapeados na ZEIS. Uma boa iniciativa nesse sentido foi o Projeto de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), implementado pelo BNB.

Ainda com relação a esse ponto, ações de educação financeira com concepção pedagógica

adequada para os atores da economia solidária e estímulo a iniciativas grupais de finanças solidárias, tais como grupos de poupança, clubes de troca, moeda social e fundos rotativos, também se farão importantes na geração local de trabalho e renda, mais uma vez, com amplas possibilidades de articulação no terreno das finanças solidárias etc.

No quarto eixo - ambiente institucional da política: marco legal, estrutura organizacional e integração de políticas públicas - propõe-se a estruturação e gestão de centros públicos de economia solidária (um em cada território/ZEIS) que constituirão o lugar de referência e operacionalização da política nos territórios/ZEIS e darão apoio à multiplicação da política no nível da gestão municipal. Além disso, sugere-se a

[...] regulamentação da Lei Municipal existente, para que seja institucionalizada a Política Municipal de economia solidária, partindo do diálogo com os atores de ECOSOL e áreas afins, devendo conter a base conceitual da política, seus mecanismos operacionais, instrumentos de gestão com responsabilidades e atribuições, mecanismos de controle social (conselho) e, sobretudo, os instrumentos de financiamento e incentivos financeiros (fundos e formas de acesso), criando uma

ambiência favorável e dando segurança jurídica e sustentabilidade institucional para a ampliação das iniciativas de economia solidária no Município. (FORTALEZA, IPLANFOR, 2020).

E, finalmente, os planos alvitram a

[...] criação de uma assessoria especial de economia solidária (vinculada ao Gabinete do Prefeito) com poderes para articular a política integrada de economia solidária dentro e fora do Governo, garantindo a devida intersetorialidade da Política com iniciativas de áreas tais como: Educação, Assistência Social; Meio Ambiente, etc., bem como em sintonia com as diretrizes do Governo Estadual na área da Geração de Trabalho e Renda⁴⁸. (FORTALEZA, IPLANFOR, 2020).

A economia solidária, nestas circunstâncias, se mostra capaz tanto de conciliar interesses em torno do fortalecimento econômico do segmento social nas ZEIS, como de atuar nas diversas áreas

48 O plano também propõe que, durante sua implantação, o Iplanfor, a comissão gestora local e as entidades de apoio contratadas definam metodologia e meios de monitoramento e avaliação das ações implementadas, com o objetivo de acompanhar e qualificar o desenvolvimento dos programas e projetos vinculados ao PIRF, garantindo a eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos.

da economia popular, desde a produção, comercialização e finanças, passando pela produção e acesso a conhecimentos, até o consumo da população.

Em todo esse processo, não se pode atuar senão com base em dois parâmetros fundamentais, sendo um deles o da sustentabilidade, que deve ser, ao mesmo tempo, ambiental, econômica e social. O outro parâmetro é o da disposição das pessoas para a ação. Com isso, a contribuição da economia solidária deverá ser mediada pela disposição individual, no caso, pelos moradores das ZEIS, mas também pelas instituições envolvidas.

A relação da economia solidária com essas áreas pode ser muito virtuosa, seja pela condição econômica de exclusão em que se encontram os/as moradores/as das ZEIS, ou pelo tipo de atividade que realizam, à qual se combinam, muitas vezes, modalidades da gestão participativa, incluindo a autogestão. Enquanto isso, atividades ligadas ao comércio, como bodegas, mercadinhos e depósitos de construção, poderão se beneficiar tanto da ampliação de sua escala de atuação, por meio da economia solidária, como do incentivo à realização de eventos culturais, de formação e lazer, em torno dos quais tende a se desenvolver a economia criativa nas ZEIS sob comentário – considerando,

ademais, o fato de Fortaleza ter sido escolhida, recentemente, pela Organização das Nações Unidas como uma das dez cidades criativas do mundo, o que deve abrir ainda maior espaço para a produção cultural, também no que se refere à geração de trabalho e renda.

Com a finalização dos planos e sua aprovação pelos conselhos gestores das três ZEIS, chegamos ao ponto de se evidenciar, por um lado, que a economia solidária cumpriu importante contributo na formulação deles, até aqui, contagiando os empreendedores locais, que revelaram sua motivação para a prática econômico-solidária em momentos como o Feirão de Socioeconomia Solidária e o II Seminário Cearense de Economia Solidária. Destaquemos o fato de que tanto as ZEIS já possuíam alguma experiência no campo da economia solidária, ou da autogestão, como também a equipe técnica de economia e, em função dessa vivência, acreditamos ser possível ampliar a cooperação entre os setores excluídos da população, mediante o avanço da economia solidária. Por outro lado, resta evidenciar a quão adequada ao momento e situação histórica atual é a proposta expressa nos planos, estruturada sobre os princípios da economia solidária, também no horizonte do município de Fortaleza, como do Brasil e do Mundo, em tem-

pos de pandemia, quando a perspectiva econômico-solidária também constrói suas lutas.

4. Emergência da economia solidária no Brasil e sua inserção nas políticas públicas de geração de trabalho e renda: possibilidades e desafios

Conforme já mencionado, a adoção da economia solidária como foco das ações voltadas para a geração de trabalho e renda nas ZEIS integrantes do PIRF, na cidade de Fortaleza, constitui marco que confere um diferencial ao processo e aos resultados dos documentos elaborados.

Antes, porém, de abordar o entrelaçamento das práticas de economia solidária nas políticas públicas, suas possibilidades e desafios, cabe situar esse fenômeno no Brasil, destacando os diversos significados e o momento em que o tema entra na agenda pública federal, com a criação de uma secretaria nacional, dentro do então Ministério do Trabalho e Emprego, após mais de uma década de experimentações nas outras esferas.

Do mesmo modo que ocorre com outros fatos importantes da história, é difícil demarcar com exatidão quando sucedeu o início das experiências em economia solidária. Por isso, o termo emergência, pensado por Boaventura de Sousa

Santos (2002), parece traduzir bem o percurso sócio-histórico que as práticas concretas gestadas pela sociedade percorrem em busca de mais paradigmas para o desenvolvimento, ensejando novos caminhos para o que o autor mencionado há pouco denomina de emancipação social.

Com efeito, o fato de a emergência das experiências em economia solidária no Brasil remonta a tempos anteriores aos anos de 1980, com as diversas práticas comunais de natureza autogestionária - em curso de norte a sul do Brasil, a exemplo de Caldeirão (na região do Cariri cearense) e Canudos (no sertão baiano) - tomamos como base a delimitação temporal contida na maioria da bibliografia relativa à matéria ora cuidada. A literatura considera o surgimento das iniciativas com maior vigor no final dos anos de 1980, momento em que a globalização, associada à financeirização da economia, resultaram numa ambivalência vivenciada pós-redemocratização; nesse ínterim, de um lado, havia conquistas no campo dos direitos, com os avanços democráticos instaurados desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, de outro, o acirramento das diversas modalidades de exclusão social.

Na base dessas contradições, está o modelo de desenvolvimento adotado, de acentuada

inspiração neoliberal, cujos efeitos foram sentidos mais fortemente nos anos 1990, nos governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e, ainda mais intensamente, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Tal modelo, conforme Schiochet (2009, p.51), preconiza o “Estado mínimo para o social e o Estado máximo para o capital”; ou seja, legitima o encolhimento do investimento público nas políticas sociais em detrimento da transferência de recursos da sociedade para a esfera econômica, notadamente, a financeira.

Essa realidade não se restringiu ao Brasil, mas abrangeu, também, um conjunto de países designados pela expressão “em desenvolvimento”, notadamente na América Latina, cujo papel prescrito pelos países ditos “desenvolvidos” impeliu a adoção de um modelo de desenvolvimento cujas regras foram sistematizadas num documento chamado “Consenso de Washington”⁴⁹, que indicou

49 A expressão “Consenso de Washington” ficou conhecida como um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico formulado por economistas de instituições financeiras (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), elaborado em 1989. Entre essas “regras” que deveriam ser adotadas pelos países, estavam os seguintes itens: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação etc. (ANTUNES, 1995).

várias medidas de ajuste necessárias à inserção daqueles países na globalização. Nesse sentido, muitos foram os intelectuais brasileiros, dentre eles Antunes (1999) e Minella (1997), e estrangeiros, como Chesnais (1996), Bauman (1999) e Sousa Santos (2002), a se debruçarem sobre os influxos desse receituário de inspiração estado-unidense, especialmente sentidos pela massa de trabalhadores, que presenciou o desmoronamento de uma sociedade salarial, como abordado por Castel (2001), fato que empurrou grande contingente de populações que sequer haviam alcançado o trabalho formal para condições de vida extremamente precárias, transformando-se em “refugos humanos”, no dizer de Bauman (1999).

No plano econômico, fazem parte desse contexto os diversos processos de reestruturação na esfera produtiva e no sistema financeiro, orquestrados pelas novas dinâmicas nos fluxos de capital, cuja face rentista apregoa o descolamento da esfera econômica, tomando como referência a noção de mercado autorregulado e a metáfora da “mão invisível”, cunhada por Adam Smith, próprias da economia neoclássica. A crítica a essa noção utilitarista da economia feita por Karl Polanyi (2000) é frequentemente revigorada por autores que fazem a releitura de sua obra, vinculados à nova so-

ciologia econômica, dentre os quais se destacam Granovetter, Swendberg, Steiner e Zelizer, citados no livro organizado por Peixoto e Marques (2003). Na mesma linha de criticidade, inscrevem-se os estudiosos ligados ao movimento anti-utilitarista nas Ciências Sociais, baseados no pensamento de Marcel Mauss, principalmente no tocante à reciprocidade e à solidariedade nos tempos contemporâneos (MARTINS, 2005; CAILLÉ, 2002). Em ambos os casos, a noção de economia retomaria o seu sentido real ou substantivo, ligado à palavra grega *oikos*, ou seja, ao cuidado com a casa, sendo uma das premissas dessa abordagem a dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para conseguir seu sustento. Assim, a economia estaria incrustada (*embededness*) nas relações sociais e seria “[...] uma atividade institucionalizada de interação entre o homem e seu entorno que dá lugar a um fornecimento contínuo de meios materiais de satisfação das necessidades”. (POLANYI, 2000, p. 293).

No plano político, outro elemento que compõe esse quadro contextual é o descenso dos movimentos sociais pós-1989, quando o Brasil saiu do período ditatorial. Como lembra Schiochet (2009), naquele momento, o país vivia uma situação de agravamento da crise econômica, com elevados

índices de desemprego, precarização das condições de trabalho, baixo crescimento econômico, entre outros. Foi exatamente nesse período que começaram a emergir iniciativas para geração de trabalho e renda com base no trabalho associado e autogestionário em variados segmentos de sociedade, nos espaços rurais e urbanos. Em consequência dessa expansão, alguns governos ligados ao campo democrático-popular, considerados “de esquerda” (SINGER, 1996), começaram a incorporar ações de economia solidária nas suas estratégias. Mencionamos, nessa direção, os governos das cidades de Porto Alegre, Recife, Belém e São Paulo.

Conforme Alcântara (2005) e Cunha (2012), a experiência considerada pioneira é a da prefeitura de Porto Alegre, na gestão de Olívio Dutra (de 1993 a 1996 e nas que o sucederam); depois, as prefeituras de Belém (PA) (no governo de Edmilson Rodrigues, de 1997 a 2004) e Santo André (na gestão de Celso Daniel, de 1997 a 2000). Nos anos 2000, notam-se iniciativas das prefeituras do Recife (J. P. Lima, de 2001 a 2004 e 2005 a 2008, e de 2009 a 2012, com J. da Costa), Osasco (na gestão de Emídio de Souza, de 2004 a 2012) e São Paulo (com Marta Suplicy, de 2001 a 2004).

Em 2003, com a instauração do governo do

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a criação da Secretaria Nacional de economia solidária, no âmbito do Governo Federal, ocorreu uma expansão de ações de economia solidária, sendo o Ceará um estado que abrigou vários programas públicos, a exemplo do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), sob a responsabilidade do Banco do Nordeste do Brasil e o Projeto Rede Brasileira de Comercialização Solidária, a cargo do Instituto Marista de Solidariedade.

Na cidade Fortaleza (CE), nas duas gestões da prefeita Luizianne Lins (de 2005 a 2012), a prefeitura municipal desenvolveu ações de apoio e fomento à economia solidária, envolvendo secretarias e outros órgãos da Administração Pública - Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), Fundação da Família e da Criança Cidadã (Funci) e Coordenadorias de Políticas para Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial (Copir), tendo executado programas e projetos com diversas linhas de atuação, a exemplo do estímulo à organização produtiva, às feiras, à formação e às finanças solidárias, com a criação de dois bancos comunitários: o Rio Sol, no bairro Granja Portugal, e o Banco Comunitário Pirambu, ambos inaugurados em 2008.

Na esfera estadual, destacam-se ações desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. No segundo caso, foram desenvolvidos programas para a criação de centros públicos de economia solidária, sendo a experiência mais consistente a que recebeu o nome de Política Integrada de economia solidária no Ceará, implementada (STDS) em três territórios: Vale do Curu/Aracatiaçu, Inhamuns e Maciço de Baturité. Para tanto, foi criada uma comissão gestora, formada pelas organizações da sociedade civil conveniadas para desenvolver as ações o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano e o Instituto Paju de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária), juntamente com integrantes do movimento social de economia solidária ligados à Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, como meio de garantir a participação dos beneficiários no controle social da política. Com a criação de espaços públicos dessa natureza, mesmo com os limites concernentes à participação institucionalizada e a burocratização de processos de acompanhamento e controle – assinalada por Dagnino (2002) – foi exercitada uma nova modalidade de relacionamento entre Estado e Sociedade Civil, principalmente no sentido das possibilidades de

reinvenção da democracia, tão necessária no tempo presente.

Seguindo a mesma trilha de pensamento, Silva Forte (2018) constata que

[...] o Movimento da economia solidária é uma rede de redes constituída por organizações e sujeitos sociais ligados principalmente à Igreja Católica, às ONGs, aos movimentos sociais, às universidades e ao aparelho estatal, que interagem e transitam entre sociedade civil e Estado. Esse trânsito revela a existência de um espaço público, entendido como esfera de debate e de expressão das diferenças que possibilita a luta democrática, entre o movimento e outros atores coletivos, pela criação de um marco jurídico nacional a fim de garantir o direito ao trabalho associado e de consolidar a economia solidária como política pública (Ibidem, 2018)

A recomposição dessa trajetória recupera aspectos relevantes para pensar nas possíveis configurações de implementação das ações propostas no plano de geração de trabalho e renda, no âmbito do PIRF, com o argumento de que a economia solidária constitui elemento capaz de conferir maior sustentabilidade aos arranjos produtivos identificados. Porém, com desafios a serem supe-

rados perante a onda conservadora vivenciada no mundo contemporâneo.

No contexto brasileiro recente, de retração nas políticas de corte social por parte do Governo Federal, com repercussão nas demais esferas, os projetos e programas neste segmento são reduzidos, porém, os empreendimentos e suas organizações de apoio permanecem conectados e tecem redes de solidariedade e cooperação mútua, buscando fortalecer seus vínculos. Por isso, a articulação realizada com a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária para organização do Seminário e do Feirão Estadual (em sua 18ª edição) foi considerada importante para todos os envolvidos, tanto pela aproximação sociopolítica das ZEIS e da Universidade com o movimento de economia solidária, como para ampliar a compreensão acerca das possibilidades e desafios dessa última para a continuidade das ações do PIRF e sua efetiva implementação.

5. Considerações finais

Diante do exposto, o processo de capacitação desenvolvido pela equipe de economia PIRF/UFC enquadra-se numa perspectiva de educação popular libertadora, assentada na pedagogia freireana, tendo

possibilitado condições para que os/as participantes atualizem e desenvolvam suas potencialidades, desempenhando conscientemente sua cidadania.

Conceber o desenvolvimento como resultado das mudanças provocadas pelas pessoas e instituições implica refletir uma estratégia de apoio ao desenvolvimento focada no local e nos cidadãos. Dessa forma, precisaria, necessariamente, provocar mudanças nos sujeitos para que se possa vir a redirecionar as mudanças ocorridas no meio social em que eles se encontram inseridos. Por essa razão, a participação e a capacitação da comunidade foram consideradas como eixos centrais da estratégia de elaboração do plano de geração de trabalho e renda das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga, com vistas ao fortalecimento do desenvolvimento local (ARNS, 1998).

A inserção dessa temática nas políticas públicas, no contexto mais recente, tem raízes fincadas nas experiências de governos que reivindicam a identidade de democrático-populares ou progressistas, conforme Fabrício Pereira da Silva (2016), ao analisar o que denomina de “giro à esquerda” vivenciado na América Latina na primeira década dos anos 2000. Longe de romperem com a agenda neoliberal em curso, tais governos passam a reconhecer algumas demandas advindas dos movi-

mentos sociais, gerando contrassensos e desafios que reverberam até hoje, quando se observa uma guinada conservadora. Portanto, tais iniciativas buscam responder ao aprofundamento das crises dos anos de 1990, e, posteriormente, desde 2003, nos governos petistas, prosseguem em expansão, passando por um profundo agravamento desde o início de 2020, provocado pela pandemia em curso no mundo, pelo novo coronavírus.

Neste sentido, ressaltamos que a economia solidária, como teoria e método, nos procedimentos de elaboração dos planos de geração de trabalho e renda, mostra-se virtuosa também no propósito de se estabelecer relações e compromissos que incidiram sobre as ações de formulação dos planos, relações essas realizadas entre as equipes técnicas do PIRF/UFC de modo geral, e, particularmente, a equipe de economia, com os conselhos gestores e trabalhadores/as das ZEIS, sem esquecer dos mobilizadores sociais, reconhecendo-se que, sem eles, as ações junto às comunidades estariam bastante comprometidas. Havia uma afinidade em termos da organização autogestionária e solidária entre esses segmentos.

Reconhecemos também que os desafios de implantação dos Planos nas ZEIS serão ainda maiores do que a inserção da economia solidária e

da educação popular na elaboração dos referidos planos de geração de trabalho e renda, considerando a novidade relativa desse tipo de abordagem participativa no campo das políticas públicas e, de outro, o já falado retrocesso da economia solidária na realidade política brasileira. Outro desafio a ser superado se refere às novas formas de interação social no contexto da pandemia causada pela Covid-19, fato que incidiu diretamente na aprovação dos planos, que já foi readequada para o espaço virtual (por meio de videoconferência). Destaque-se, contudo, que a cidade de Fortaleza, assim como o Ceará, encontra-se em fase de retomada das atividades econômicas, e, desde setembro, está na 4ª fase do plano elaborado pelo Governo do Estado com essa finalidade. Neste sentido, de acordo com dados oficiais divulgados pelo governador, o Ceará teria conseguido elevar o número de postos de trabalho (5.727, sendo o maior do Nordeste), segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Por outro lado, os dados da saúde apontam recente aumento no número de casos de coronavírus, que já passam de 270 mil em todo o Estado, com mais de 9 mil óbitos, enquanto Fortaleza acumulou até o dia 17 de outubro, 107.692 confirmações

e 5.854 mortes (G1/CE, 22/10/2020⁵⁰).

Por fim, tanto as ZEIS como o movimento de economia solidária hão de imprimir sua própria dinâmica ao processo em curso e, até certo ponto, contribuir para a retomada das políticas públicas ligadas tanto ao fortalecimento da participação comunitária como da própria economia solidária, desde a escala local, até a nacional, incentivando-se a identificação e o estímulo aos Arranjos Produtivos Locais, elementos que, combinados, terão muito a somar nos processos de geração de trabalho e renda em comunidades periféricas.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (Org.). **Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais: Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília, DF: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002. p. 113-128

ALCANTARA, Fernanda Henrique Cupertino. **eco-**

50 Mais informações estão disponíveis pelo: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/10/22/casos-de-covid-19-crescem-72percent-na-regiao-de-saude-de-fortaleza-aponta-boletim.gh.html>> Acesso em 24.out.2020

nomia solidária: o dilema da institucionalização. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

AMORIM, Mônica Alves; MOREIRA, Maria Vilma Coelho; IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. A construção de uma metodologia de atuação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança. **Interações** (Campo Grande), v. 6, n. 10, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1995.

ARNS, Paulo César. **Ambiente - Oficina de Capacitação Organizacional:** guia metodológico. Recife: Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998.

BAUMAM, Zigmunt. **Globalização:** as Consequências Humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. In: MARTINS, P.

A dívida entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, p. 191-205, 2002.

CARDOSO, Gil Celio de C. **Desenvolvimento local e educação popular**: uma análise da experiência em Fortaleza/CE. João Pessoa: CE/UFPB. 2000 (Dissertação de Mestrado em Educação).

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, Helena M.M; CASSIOLATO, José E. e MACIEL, M. L. (orgs.) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local** (Relume Dumará Editora, Rio de Janeiro, 2003).

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Outras políticas para outras economias**: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas a economia solidaria (2003-2010). 2012.(Tese

de Doutorado). Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**, ISSN 2177-4153, v. 4, n. 1, p. 31-50, 2006.

FARAH JÚNIOR, Moisés Francisco. Desenvolvimento local e comportamento dos agentes econômicos: estratégias empresariais pró-ativas (*sic*) ou reativas? **Revista da FAE**, v. 4, n. 2, 2001.

FORTALEZA. **Termo de Referência do Contrato 25/2019**. Fortaleza: Iplanfor, 2019.

FORTALEZA/IPLANFOR. **Plano de Geração de Trabalho e Renda das Zeis Bom Jardim, Pici e Poço da Draga**. Fortaleza, julho de 2020.

FORTALEZA/SEUMA. **Plano Diretor de Fortaleza**. Fortaleza: Seuma, 2015. Disponível pelo <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/servicos/>

[Compatibilizao-Lei-de-Uso-e-Ocupao-do-Solo-LUOS-e-Plano-Diretor.pdf](#) Acesso em 10.jul.2020

FORTE, Joannes P. S. De rede à política pública: Ações reticulares no processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil. **Mundo do Trabalho Contemporâneo**, 2(1), 112-142, 2017.

FRANÇA FILHO, GC de. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. **Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**, v. 1, p. 259-267, 2006.

FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio; LIMA, Lara Silva. **Cadastro Territorial e SIG no Processo de Regularização Fundiária: o caso da ZEIS do Planalto**

GONI, A. J.; PARENTE, S., ZAPATA, T. **O que entendemos por capacitação?** Fundamentos e considerações para a prática. Recife, Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998

HURTADO, Carlos Nuñez. **Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e**

educação popular. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

IPEA. Temas especiais. **Experiências de industrialização localizada**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: < www.ipea.gov.br/polind/ipead03.html.> Acesso em: 20.06.2001.

JANOTTI, Priscila R. PEREIRA, Fernanda C. S., BRANCALEONI, Ana P. L., BORGES, Ana C. G. Processo de construção da marca em um Empreendimento Econômico Solidário. In: VI Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social, **Anais...** Cariri, PB, 2017

LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. E., LEMOS, C. MALDONADO, J. e VARGAS, M.A. **Globalização e inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IEL/IBICT, 1999.

BRASIL, lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: [13/11/2019](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm).

MARTINS, Paulo Henrique. **A dívida entre os modernos**: discussão sobre as regras e os fundamentos do social. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

MENDONÇA, Haroldo. **Comércio justo e economia solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção**. 2011. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rio de Janeiro. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3934>. Acessado em: 11/11/2019.

MINELLA, A. C. Elites financeiras, sistemas financeiros e governo FHC. In: RAMPINELLI, W. J. & OURIQUES, N. D. (Orgs.). **No fio da navalha**. Crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

NOVAES, Henrique T; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In DAGNINO, R. (org.) **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Unicamp, 2009.

NUNES, Adriana. B. DE S., BARROSO, Helida DE O.; FELIX, John H. DA S., INSAURRALDE, Paula A. B.; NASCIMENTO, Etho R. M.; RODRIGUES, Quezia B. economia solidária na rede bodega: relato de uma

experiência desenvolvida no Estado do Ceará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016

PEIXOTO, João e MARQUES, Rafael (orgs.). **A nova sociologia econômica**. Oeiras: Celta, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

PRESTES, Emilia Maria da Trindade. Políticas educacionais para o trabalho em contextos populares. In: SCOCUGLIA, Afonso C. & MELO NETO, Jose F. (orgs). **Educação popular**: outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB (1999).

REIS, Tatiana A.; MEIRA, Ludmila. A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões. **Anais ENANPAD**, UFBA, Salvador, 2005.

SALES, Ivandro da Costa. Educação Popular: uma perspectiva, um mundo de atuar (alimentado um debate). **Educação popular**: outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária (1999).

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger; PELLIN, Vadinho. Arranjo produti-

vo local como estratégia que promove o ecodesenvolvimento: análises das experiências de Bonito (MS), Lagoa de Ibiraguera (Garopaba e Imbituba) (SC), e Santa Rosa de Lima (SC). **Turismo-Visão e Ação**, v. 7, n. 1, p. 69-91, 2005.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Brasília: MTE/Ipea, n. 40, 2009.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Fabrício Pereira da. **Democracias errantes**: reflexões sobre experiências participativas na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Ponteio, 2015.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Um governo de esquerda para todos**: Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo, 1989-92. Editora Brasiliense, 1996.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.) **Produzir para Viver**: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, HERANÇA DA RECIPROCIDADE COMUNITÁRIA E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O MESSE E O FBES

Felipe Vella Pateo⁵¹

Ivette Tatiana Castilla-Carrascal⁵²

1. Introdução

A construção de articulações da sociedade civil em torno da promoção e divulgação das

51 Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Email: felipe.pateo@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9454542542020158>

52 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB) e Professora do curso de Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, *Campus* dos Malês (Bahia). Email: ivette.carrascal@unilab.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1414658227184681>

práticas e princípios da economia solidária é um fenômeno que perpassou diversos países latino-americanos no início do século XXI. Apesar da existência de diversos estudos de caso a respeito dos processos de articulação e constituição desses movimentos, ainda são poucos os estudos comparativos que buscam identificar as semelhanças e diferenças entre os processos organizativos desenvolvidos nos diferentes países da América Latina. Acreditando que tais comparações possibilitam a aprendizagem mútua e o desenvolvimento de estratégias para lidar com os desafios impostos pelo cenário político da região, neste texto desenvolvemos uma análise comparada do histórico e constituição dos movimentos em torno da economia solidária no Equador (Movimento de Economia Social e Solidária - meSSe⁵³) e no Brasil (Fórum Brasileiro de economia solidária - FBES).

Para tanto iniciamos, na primeira seção, abordando um dos grandes elementos que permitem diferenciar a realidade da organização da economia solidária no Equador da realidade da orga-

53 Adotamos o modo de escrita utilizado pelos próprios atores do movimento: na agenda política do movimento explica-se que meSSe se escreve com minúsculas não porque eles sejam pequenos, mas por modéstia e humildade e meS-Se também se escreve com letras maiúsculas porque a economia social e solidária é grande e está latente na sociedade e na vida das majorias (MESSE, 2015).

nização da economia solidária no Brasil: a herança mais direta das práticas de reciprocidade desenvolvidas pelos povos originários no primeiro caso. Identificamos nesse sentido que a reciprocidade dos povos originários equatorianos tem grande influência sobre todos os demais conjuntos de práticas realizadas no país, enquanto no Brasil, apesar de haver também um histórico de práticas de reciprocidade entre povos indígenas e outras comunidades tradicionais, a articulação com o movimento de economia solidária é menos direta.

Na segunda seção, abordamos o histórico mais imediato de constituição dos movimentos de economia solidária nos dois países, os principais atores participantes e sua interação com o governo. Por fim, na última seção, descrevemos uma prática específica desenvolvida pelo meSSe para promover a articulação direta entre os atores da economia solidária no território, que remete à herança das práticas de reciprocidade indígena sobre o movimento, a construção dos Circuitos Econômicos Solidários Interculturais (CESI). Consideramos que este pode ser considerado um exemplo de ação para a promoção da articulação entre os atores da economia solidária frente à uma realidade de impossibilidade de diálogo ou conquistas de políticas públicas perante um governo hostil à

articulação do movimento social.

2. A Herança da reciprocidade comunitária

A reciprocidade é um conceito depreendido principalmente através da observação das práticas econômicas de povos originários através de estudos etnográficos. Alguns trabalhos fundadores de autores como Mauss (1950), Polanyi (1957), Lévi-Strauss (1967), e interpretações mais recentes como as de Caillé (2001), Godbout (2000, 2007), Sabourin (2011, 2018) servem para situar esse debate. O resgate desses estudos, a aplicação do conceito para as práticas desenvolvidas na América do Sul no período do império Inca, bem como para as práticas da economia solidária desenvolvidas no período atual, são tópicos analisados em profundidade por Gaiger (2016).

Neste trabalho, abordaremos a reciprocidade como uma prática específica desenvolvida historicamente por povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil e no Equador. Através dos séculos, esses povos adaptaram suas estratégias de sobrevivência e organização econômica, compondo uma parcela importante do setor da economia solidária no Equador e, em menor escala, no

Brasil, onde tem relevância as práticas das chamadas comunidades tradicionais.

2.1 RECIPROCIDADE COMUNITÁRIA NO EQUADOR

O Equador conta com uma população indígena⁵⁴ menos numerosa em comparação com os demais países andinos. Ainda assim, o movimento indígena adquiriu grande relevância na sociedade, tendo sido responsável pela organização das grandes manifestações populares que vem ocorrendo no país desde os fins do século XX (SANCHEZ-PARGA, 2007). Para apresentar as práticas de organização econômica da população indígena equatoriana, recorreremos à categorização temporal utilizada por Bretón (1997) e Sanchez-Parga (2007) para as populações andinas e Alvarez (2002) para as populações costeiras. Esta categorização é baseada nos marcos históricos da colonização espanhola, da promulgação, já no período republicano, da Lei de Comunas de 1937, do processo de Reforma Agrária dos anos 1960 e 1970, da organização do movimento indígena a

54 A população indígena do Equador é de cerca de 1,1 milhão, de uma população total de 17.300.000. O país possui 14 nacionalidades indígenas (IGWIA, 2020).

partir dos anos 1990, e na parte final se remete brevemente ao período do governo de Rafael Correa.

No que se refere à organização da região andina no período anterior a colonização, Sanchez-Parga (2007) identifica a existência de duas unidades organizativas: o *ayllu* (modo de associação parental que se estende por diversos territórios) e a *llajta* (que seria a associação de âmbito propriamente territorial), constituindo-se em duas instâncias nas quais cada núcleo se articula com os demais a partir da reciprocidade. No primeiro caso, há a troca da produção oriunda de diferentes áreas geográficas e ecossistemas, permitindo acesso a maior diversidade produtiva; no segundo caso, a reciprocidade ocorre a partir das trocas de trabalho e mingas (mutirões), sendo o trabalho coletivo também organizado a partir da realização de grandes obras e colheitas organizadas pelos níveis hierárquicos superiores do império inca.

Um dos principais impactos do processo de colonização sobre este modo de organização econômica seria a reorganização territorial das comunidades indígenas, com a redistribuição destas nas *encomiendas*, que desrespeitavam as unidades políticas, sociais e econômicas pré-existentes, promovendo a necessidade de rearticulação das for-

mas tradicionais de organização econômica e do trabalho, que se mantiveram em funcionamento, especialmente nos níveis organizativos mais básicos.

A independência traria novas pressões sobre este modo de organização econômica reconfigurado. De posse de uma visão de mundo modernizadora, além do interesse em expansão em suas terras, as elites *criollas* buscaram converter os povos indígenas em camponeses independentes ou colocar suas terras à venda de acordo, de acordo com a orientação do próprio libertador Simon Bolívar, levando a grande maioria das terras férteis a se concentrar nas mãos dos grandes fazendeiros (SAINZ, 2014). No caso do território andino do Equador, Bretón (1997) destaca o aumento da pressão dos fazendeiros sobre as terras comunais, incluindo a possibilidade de incorporação de comunidades indígenas inteiras às fazendas, que mantinham uma relação denominada de *huasinpungo*, na qual os moradores das comunidades eram obrigados a pagar em trabalho pelo arrendamento das terras. Mesmo nos casos em que as comunidades se mantiveram fora dos limites das fazendas, foram formados vínculos de dependência para permissão de acesso a recursos como lenha e água.

Uma nova modificação da situação ocorreria em 1937 com a promulgação da primeira lei que propõe o reconhecimento jurídico pelo Estado da organização comunal, a Lei de Comunas. Interpretações diferenciadas para os motivos para a promulgação dessa lei oscilam entre a identificação de uma forma do Estado garantir controle político sobre as comunidades frente ao medo de repetição da experiência da revolução mexicana (FIGUEROA, 2014; BRETÓN, 1997) e a presença transitória de um governo com preocupações legítimas com as condições de sobrevivência da população indígena (SANCHEZ-PARGA, 2007; IBARRA, 2010).

Como saldo da lei, Sanchez-Parga (2007) aponta o reconhecimento pelo Estado da existência jurídica das comunidades, representando uma formalização do antigo *ayllu* andino, restrito à sua identidade territorial, com os laços familiares supraterritoriais invisibilizados. Bretón (1997) destaca que a lei, de forma positiva, reconheceu tanto o sentido político quanto o econômico das comunas, e constrangeu a possibilidade de dissolução, que só poderia ocorrer com decisão de assembleias e permissão da administração pública.

Já no que se refere ao território da costa equatoriana, Alvarez (2002) aponta que a lei facilitou a criação de novas comunas sem identidade

histórica, ao passo em que as grandes comunidades pré-existentes foram fragmentadas com o objetivo de facilitação da gestão e defesa dos territórios, inviabilizando a manutenção da utilização sazonal de terras em diferentes ecossistemas. Além disso, a legalização ocasionou aumento da subdivisão de áreas dentro de cada comuna através da venda ilegal de lotes e o aumento do controle do Estado e dos funcionários públicos sobre os processos de eleição interna dos *cabildos* responsáveis pela gestão comunal. Não obstante, a autora identifica a resiliência dos processos comunais de gestão coletiva de parte dos territórios e manutenção de formas coletivas de ajuda mútua.

No período seguinte, aconteceria a promulgação das leis de reforma agrária de 1964 e 1973, que impactariam as formas de organização comunitária, especialmente sobre as “comunidades internas”, que estavam dentro das fazendas. Apesar da redistribuição de grandes quantidades de terra, há um consenso de que houve pouco avanço na viabilização econômica das comunidades, já que foram redistribuídas para a reforma apenas as terras de pior qualidade das fazendas, o que, conforme Bretón (1997), implicou na perda de acesso a diferentes pisos ecológicos e recursos comuns em terras privatizadas. O autor destaca que estes processos

só foram evitados nos casos de reforma de fazendas estatais ou pertencentes à igreja, nas quais o conjunto total dos recursos foi passado às comunidades.

Com estas dificuldades, Sanchéz-Parga (2007) aponta que a reforma agrária traria uma maior integração dos indígenas à sociedade nacional, via mercado de produtos agrícolas e de força de trabalho, gerando pressões centrípetas e centrífugas sobre as formas tradicionais de autoridade comunal. A primeira implica um deslocamento da dinâmica organizacional para novos espaços construídos no interior das comunidades, com o crescimento da formação de cooperativas e associações nos anos 1970 e 1980. Para o caso da costa, Alvarez (2002) vincula o surgimento destas novas formas jurídicas à imposição de organizações vinculadas à cooperação internacional.

Já as pressões centrípetas referem-se à formação de organizações intercomunais e federações como fruto do aumento da autonomia decisória das comunidades (BRETÓN, 1997) e da maior integração destas à comunidade nacional, que permitiu o desenvolvimento da consciência de um projeto e identidades étnicas próprias (SANCHEZ-PARGA, 2007). Essa formação de vínculos entre as comunidades permitiria a construção do mo-

vimento social indígena organizado representado pela CONAIE – Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, fundada em 1986. Também na área da costa, as comunidades indígenas foram levadas a se organizar devido ao aumento da pressão econômica e jurídica sobre as suas terras, com a conformação de uma organização federativa ainda nos anos 1960, a qual se integrou à CONAIE já em 1987.

Apesar da valorização da comuna como referencial ideacional, Bretón (1997) apresenta uma percepção de perda de relevância das práticas coletivas de gestão de recursos nas comunas, apontando que elas se transformaram gradualmente em meras justaposições de unidades domésticas. Figueroa (2014) também se posiciona criticamente frente ao que denomina de visões essencialistas e românticas da organização comunitária como forma inerente de organização dos povos indígenas, ainda que reconhecendo nelas um potencial de construção democrática, desde que seja objeto de opção política dos seus moradores. Ambos os autores reconhecem a existência nas comunas das práticas de *mingas* (mutirões coletivos) e *prestamos* (espécie de troca de dias de trabalho entre as famílias), mas apontam a insuficiência do desenvolvimento das formas de ação coletiva frente ao

predomínio da lógica da família sobre a lógica da comunidade.

Esta visão mais cética pode remeter também ao foco de estudos em comunas surgidas nas áreas das antigas fazendas, nas quais Bretón (2018) identifica que os *habitus* fazendários continuam condicionando a forma de exercício do poder. Isso explicaria a série de dificuldades na manutenção da gestão democrática que inviabilizam o estabelecimento de pactos para a convivência coletiva apontados por Figueroa (2014), como: dificuldades em estabelecer acordos para trabalhos coletivos, calote em estabelecimentos comunitários e ausência de valorização do trabalho dos líderes políticos.

Outro elemento destacado por Sanchez-Parga (2007) é o papel concreto da comuna, para além de mito fundacional, em fornecer as bases organizativas do movimento indígena, conformando a unidade organizacional básica mobilizada para garantir a participação nas grandes manifestações organizadas pelo movimento. Este elemento também está presente em Alvarez (2002), que reforça o sentido menos diretamente produtivista das comunas, destacando o seu papel de gerar filiação e manutenção de unidades sociopolíticas estáveis com a defesa de um âmbito de poder comparti-

lhado. Especificamente em relação às comunas do território costeiro, a manutenção de um sentido de gestão coletiva é destacada pela autora (ALVAREZ, 2017) a partir da presença de elementos como: a administração comum de vastas áreas como bosques, terras de pastagem e áreas de pesca; a realização de assembleias onde se verbalizam conflitos e a tomada de decisão ocorre por consenso, incluindo possíveis sanções como multas e restrição de direitos; a transmissão de um ideário garantidor da convivência e do respeito comum; e a realização de trabalhos coletivos. Por outro lado, a autora reconhece que a instalação na região da indústria do turismo a partir dos anos 2000 gera impactos sobre a manutenção do modo de vida coletivo.

Frente a esta realidade heterogênea, em larga medida, a Constituição de 2008 e a legislação subsequente reconheceram a propriedade comunal e a visão essencialista da organização comunal defendida pelas lideranças indígenas. Trata-se de um resgate de direitos os quais, após a lei de 1937, haviam adquirido caráter constitucional com a Constituição de 1978, que reconhecia a comunidade como parte de um setor de autogestão (IBARRA, 2008), mas sido perdidos com a lei de 1994, que facilitava a privatização das comunas (BRETÓN,

1997; ALVAREZ, 2002). Posteriormente à Constituição, as comunas passariam a ter sua regulamentação realizada através da Lei Orgânica de Economia Popular e Solidária, aprovada em 2011. Na LOEPS, o setor da economia comunal é diferenciado do setor cooperativo e do associativo como aquele que expressa vínculos naturais e não a união voluntária, remetendo à definição da constituição que define as comunas como uma forma ancestral de organização territorial. Neste sentido, parece atender às concepções e demandas expressas pelas lideranças indígenas sobre o sentido das comunas. Apesar do avanço legislativo, na prática, é possível perceber que houve pouca interação dos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas públicas de economia solidária com o setor de organização comunitária ligada aos povos indígenas. Prova disso é que, no ano de 2018, havia apenas 33 comunidades reconhecidas oficialmente pela Superintendência de Economia Popular Solidária do governo Equatoriano (PAZOS *et al.*, 2018).

Já o meSSe guardou uma relação ideacional e prática muito mais próxima das formas de organização comunitária tradicionais. Conforme proposição de Andino⁵⁵ (2013), para as culturas

55 Veronica Andino é professora universitária e membro da Coordenação do MeSSe.

andinas, a terra, a água, as plantas, os minerais e os seres naturais não são apenas garantidores de sobrevivência econômica. Mais do que isso, são considerados elementos centrais da sua vida espiritual e cultural e, portanto, práticas de exploração e de apropriação privada para o enriquecimento pessoal ou de um grupo não são adequadas, pois não se mantêm com esses elementos uma relação de tipo utilitarista. As *chakras* indígenas são os lugares onde acontece o trabalho coletivo, que é também uma atividade sagrada em que se manifestam relações de reciprocidade e cooperação. É por isso que na economia indígena camponesa, as atividades de produção, intercâmbio e consumo sempre estão acompanhadas de rituais que estimulam simbolicamente a vida e as relações. Essa filosofia e forma camponesa de economia foi invisibilizada e lançada às margens durante várias décadas, mas nos anos 1990, reapareceu com o conceito de *Sumak Kawsay* (bem viver) e como proposta de vida de alguns povos indígenas para se opor às iniciativas desenvolvimentistas.

2.2 A RECIPROCIDADE COMUNITÁRIA NO BRASIL

No caso brasileiro, a economia solidária

relaciona-se mais diretamente com o conceito mais amplo de povos e comunidades tradicionais, que engloba além das populações indígenas, comunidades quilombolas e outras populações formadas no país em torno de identidades étnicas ou identificação territorial⁵⁶. Little (2004) descreve a formação dos agrupamentos territoriais habitados pelos povos tradicionais como resultantes do processo de expansão de fronteiras do Brasil colonial e imperial, gerando choques territoriais que empurraram grupos sociais formados por índios, escravos e mestiços a escapar dos processos diretos de exploração de mão-de-obra e se organizarem nas margens do território ocupado pelo Estado-nação. Estes grupos geraram, por sua vez, formas de uso comum da terra empregando uma lógica econômica específica diferente da do capitalismo.

A prática de relações de solidariedade e reciprocidade na economia dos povos indígenas que habitavam e habitam o território brasileiro é am-

56 De acordo com Grzebieluka (2012) estima-se a existência de 5 milhões de pessoas fazendo parte de comunidades tradicionais, ou cerca de 2,5% da população brasileira. Sobre a população especificamente indígena, a Fundação Nacional do Índio do governo federal (FUNAI, 2020) aponta que esta passou de 9% da população brasileira em 1825 chegando ao nível mais baixo de 0,10% da população em 1957 e subindo para cerca de 0,26% em 2010.

plamente reconhecida. Referindo-se aos povos indígenas de forma genérica, Luciano (2006) aponta que em geral o jovem recebe como ensinamento para seu rito de passagem também a importância da solidariedade e do espírito comunitário. Ribeiro (2009) descreve a unidade econômica da vida tribal como sendo a aldeia ou família extensa, em que todos cooperam para o provimento do grupo e Little (2004) reforça que, mesmo nos casos em que há produtos individuais, as terras e os recursos naturais pertencem à comunidade.

Apesar desses apontamentos gerais, é impossível falar em uma forma de organização econômica predominante nas 721 terras indígenas hoje existentes no Brasil (STRAATMANN e SANTI-LI, 2019). As diferenças existentes hoje podem ser explicadas, de um lado, pelas diferentes maneiras de organização da coletividade pré-existentes já antes da colonização e, de outro, pelo tipo de contato travado com diferentes formas de expansão da economia nacional e sua consequência sobre o acesso atual das tribos ao território. Há também o impacto das diferenças entre os recursos naturais disponíveis nos territórios habitados por essas tribos.

No que se refere às formas de organização dos povos agricultores, Souza (2002) aborda em

detalhes a organização dos índios guarani antes da conquista, considerados referências de organização dos “povos cultivadores da floresta”. O autor aponta que, na ausência de um papel econômico relevante para as lideranças, os índios organizavam sua produção em um sistema doméstico que tendia a levar a dispersão e subdivisão das tribos que cresciam. Tratava-se de um sistema doméstico baseado na família grande que aglutinava até dezenas de famílias nucleares em uma casa comunal, conformando-se em uma unidade de produção e consumo. A casa comunal, por sua vez, estava submetida à *tekoha*, organização social aldeã que tinha um impacto na redistribuição de excedentes produtivos. Havia também momentos de trabalho coletivo em que se juntavam parentes ou amigos de outras famílias grandes, em que a dimensão lúdica era presente de forma tão ou mais importante do que a produtiva.

Ribeiro (1995) aponta que, com a conquista portuguesa, a menor escala das sociedades e agrupamentos e quase ausência de lideranças centralizadoras e de mecanismos de extração de excedentes entre os povos que habitavam o território brasileiro (especialmente se comparada a região do império inca), tornou-se impossível a organização de encomendas e reduções organizadas

de forma equivalente à América espanhola, com aproveitamento de intermediários indígenas. Desta forma, os índios que puderam manter alguns traços de seu processo de organização econômica baseada na reciprocidade foram aqueles que conseguiram manter domínios territoriais em regiões relativamente isoladas e distantes das frentes de expansão da economia nacional ao longo dos séculos. Não obstante, as formas organizativas dessas tribos, mesmo as que conseguiram manter sua organização territorial, foram impactadas pela presença da sociedade em seu entorno, levando à formulação de novas demandas de consumo e estabelecimento de novas relações de comércio. Enquanto de um lado, a sua forma tribal de exercício da reciprocidade era impactada, de outro, novas formas de organização coletiva eram sugeridas.

De forma geral, as tribos de cultivadores podem ser divididas entre aquelas que tem em suas terras acesso a recursos, normalmente de origem extrativista, com alto valor agregado e aquelas dependentes do cultivo de roças em sistemas mais ou menos próximos aos tradicionais⁵⁷. Enquanto

57 Os povos indígenas situados em regiões com acesso a produtos típicos especialmente valorizados tendem a desenvolver formas ampliadas de organização coletiva. Straatmann e Santili (2019) apresentam uma lista de diversos produtos de alto valor agregado oferecidos diretamente

as primeiras tendem a desenvolver, a partir do recebimento de assessorias e apoios externos, relações com mercado nacional e até internacional através da implementação de organizações coletivas perenes que se adequam ao conceito de empreendimento econômico solidário, as segundas tendem a manter uma economia predominantemente doméstica, com a venda direta pelas famílias da sua produção para moradores do entorno e o exercício da reciprocidade dentro da tribo, realizado a partir da distribuição do excedente pelos caciques, como em suas economias tradicionais.

Já nas comunidades quilombolas, formadas inicialmente pelos africanos e descendentes que conseguiam fugir dos processos de escravidão, Fiabani (2005) aponta que o território podia ser cultivado tanto através de hortas comunitárias quanto familiares, sendo que nos últimos casos havia práticas de solidariedade quando havia necessidades relacionadas à produção ou outras situações emergenciais. Ressalta-se que, apesar do nome quilombo se referir inicialmente às comunidades formadas por negros que fugiam, a legislação brasileira veio a reconhecer como quilombos uma diversidade de formatos de comunidades ne-

dos indígenas para grandes empresas, com destaque para a castanha, vendida pelos povos Wai Wai, Xikrin, Kuruaya e Xipaya diretamente para a Wickbold.

gras rurais. Parte dessas comunidades formou-se após a abolição da escravatura, conforme assinala Ribeiro (1995), com ex-escravos procurando terrenos baldios em que pudessem acampar e através de outros formatos como compra de terras, doações de ex-proprietários e ocupação de terras pertencentes a fazendeiros falidos (FIABANI, 2007).

Estes casos de quilombos formados após a abolição da escravidão aproximam-se das formas de reciprocidade comunitária exercidas pela população mestiça que se fixou em territórios distantes da expansão da economia brasileira, estabelecendo-se e construindo vínculos. Conforme Little (2004), a gênese do conceito de povos tradicionais está, de um lado, vinculada ao pensamento social brasileiro sobre a população atingida pela expansão de fronteiras e a defesa de seus territórios tradicionais e, de outro, vinculada à aproximação do movimento socioambientalista dos povos que habitam unidades de conservação reconhecidas pelo IBAMA e mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais. Com o tempo, aponta Calegare *et al.* (2014), a discussão sobre povos tradicionais extrapolou a definição inicial ligada às unidades de conservação, chegando ao ponto em que 15 representantes desses povos fazia parte da comissão formada pelo governo em

2005. Além de indígenas e quilombolas, fizeram parte: agroextrativistas da Amazônia, caiçaras, comunidades de fundo de pasto, comunidades de terreiro, faxinais, geraizeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, pomeranos, povos ciganos, quebradeiras de coco-de-babaçu, retireiros e seringueiros.

Dentre estes grupos, o das quebradeiras de coco de babaçu se destaca pela sua relação com a economia solidária, tendo marcado presença por um longo período na coordenação executiva do Fórum Brasileiro de economia solidária através da representação de uma de suas organizações cooperativas, a COPPALJ – Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lado do Junco e Lago dos Rodrigues, que produz e comercializa óleo orgânico de babaçu e torta de babaçu, além de manter cantinas onde se vendem gêneros de primeira necessidade às famílias.

Para além dos extrativistas, um outro conjunto de povos e comunidades tradicionais pode ser identificado pela sua nomeação em relação ao bioma habitado é o caso dos caiçaras, dos pantaneiros, dos geraizeiros e dos ribeirinhos, todos mantendo formas comunitárias de apropriação do espaço baseados em regras e valores tradicionais (LITTLE, 2004). Outros dois casos interessantes são

aqueles em que os povos são identificados pelas próprias formas de uso comum da terra, como o dos faxinalenses, em que há criação coletiva de animais, extração de erva-mate em áreas comuns e prática de puxirões (GRZEBIELUKA, 2012); e as comunidades de fundo de pasto, localizadas no sertão nordestino formadas a partir da divisão progressiva de antigas fazendas entre herdeiros, tendo chegado a se organizar em associações, no que Sabourin (2000) denomina de modernização da reciprocidade.

Alguns destes povos relacionaram-se de forma mais orgânica com o Fórum Brasileiro de economia solidária do que outros (como o caso das quebradeiras de coco de babaçu), tendo também apresentado variados níveis de articulação e participação nas políticas públicas de economia solidária, com destaque para a realização em 2010 da I Conferência Temática de Etnodesenvolvimento como etapa preparatória para a II Conferência Nacional de economia solidária e a realização do projeto Brasil Local Quilombola, em parceria com a CONAQ – Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

3. Economia popular e solidária e a constituição do movimento social no Equador e no Brasil

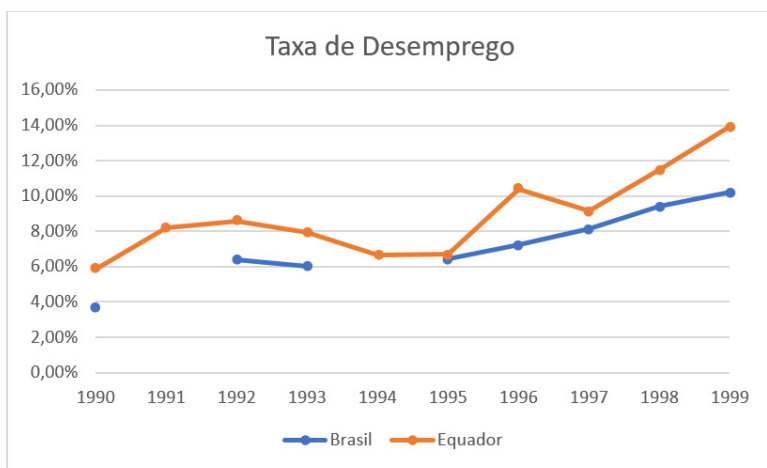
A emergência, a partir dos anos 1980, de um conjunto de experiências que posteriormente seriam identificadas como economia solidária na América Latina é influenciada pelo agravamento da situação econômica dos países, impulsionada pelo início da implementação de políticas neoliberais na América Latina.

Em 1990, o Equador, assim como os demais países latino-americanos, já tinha entrado no programa de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1995, ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC) e consolidou algumas políticas neoliberais que resultaram em transformações significativas para o país. Segundo Moreano (2006), o programa neoliberal significou, ao mesmo tempo, um retrocesso industrial, uma redução nos gastos de saúde, educação, moradia e bem-estar social, bem como índices de pobreza e desigualdade alarmantes.

Veltmeyer (2018), por exemplo, cita estudos os quais apontam que até 80% dos novos postos de trabalho gerados na América Latina nos anos 1980 foram formados no setor informal. Nos casos

específicos de Brasil e Equador, a década de 1990 seria marcada pelo crescimento paulatino da taxa de desemprego:

Gráfico 1: taxa de desemprego no Brasil e Equador na década de 1990



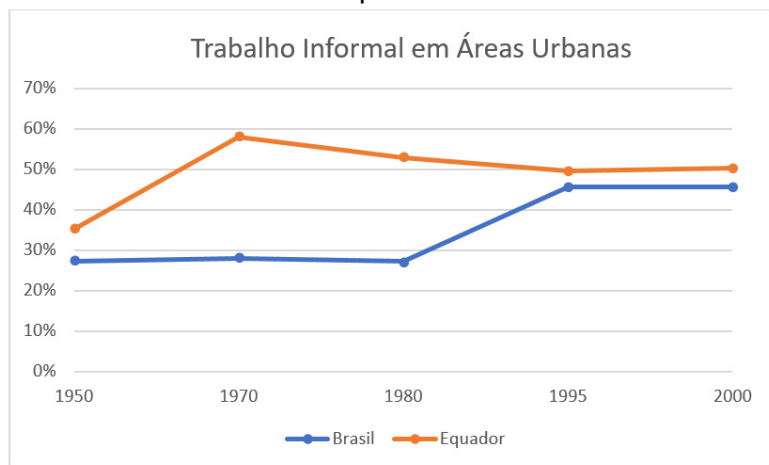
Fonte: World Development Indicators – World Bank (2020)

Uma diferença importante entre os países é a diferença no peso da situação de informalidade no ambiente rural e urbano, impactando em diferentes padrões de surgimento de iniciativas de economia popular e conformações do movimento de economia solidária. Entre 1950 e 1980, a população equatoriana ocupada no setor agrícola tradicional passou de 39% para 33,4%, enquanto a po-

pulação brasileira ocupada no mesmo setor teve uma redução muito mais significativa, de 37,6% para 18,9%. De forma geral, a diferença de concentração da população na área rural se manteria, com o Brasil apresentando 25,6% de sua população ocupada na área rural em 1993 frente a 48,2% no Equador em 1994.

No que se refere à informalidade na área urbana, por outro lado, o Equador apresentaria uma leve queda a partir de um patamar muito alto na década de 1970, enquanto o Brasil apresentaria um crescimento significativo entre os anos 1980 e 1990:

Gráfico 2: trabalho informal no Brasil e Equador



Fontes: Adaptado de Sainz (2014) e The World Bank (2020)

Percebe-se, com isso, importantes diferenças na trajetória dos países entre os anos 1950 e 1990. De um lado, o Brasil assiste a uma diminuição da relevância do trabalho tradicional no campo e aumento da questão da informalidade urbana, o que pode ser uma explicação para a importante ênfase na organização e fomento de iniciativas de economia solidária na área urbana. De outro, o Equador mantém a presença de parcelas importantes da sua população ocupada na área rural e apresenta uma leve melhora na questão da informalidade urbana, o que pode explicar a presença muito maior da economia solidária no meio rural.

Os países também apresentam trajetórias diferenciadas no que diz respeito ao contexto sócio-político. Enquanto no Brasil é comum associar a emergência das práticas de economia solidária ao associativismo impulsionado pelo processo de democratização dos anos 1980, no Equador a ditadura militar se encerrou já em 1979 com a imediata aprovação de uma constituição a qual reconhecia o setor econômico como setor de autogestão, que havia sido impulsionado por reformas agrárias nos períodos anteriores. Ademais, a democracia equatoriana passaria por um momento político extremamente conturbado a partir de 1997, com a deposição em sequência de três presidentes elei-

tos em 1997, 2000 e 2005, tendo as organizações indígenas, em especial a CONAIE, assumido importante protagonismo nas movimentações sociais desde o levante de 1990 (VELTMEYER, 2018).

Esta relevância do movimento indígena no Equador tende a gerar um deslocamento do movimento de economia solidária em torno a essa população, enquanto a confluência de atores no processo democratização brasileiro facilita a presença de um movimento mais unificado e com maior coesão com o governo federal. Na sequência, abordaremos a constituição dos movimentos de economia solidária a partir das experiências pioneiras da economia popular em cada país.

3.1 A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO EQUADOR E A CONSTITUIÇÃO DO MESSE

Trabalhos anteriores identificaram diferentes origens institucionais da economia solidária no Equador. Rivera e Lemaitre (2016) e Calvo *et al.* (2020) convergem em apontar a existência de um segmento de cooperativismo e organizações mutualistas trazidas pelos imigrantes europeus e um segmento baseado em movimentos religiosos e associativismo popular e comunitário. Rivera e Lemaitre (2016) acrescentam a existência de uma

tradição de atores imbricados em movimentos sociais e a emergência de iniciativas fomentadas diretamente pelo governo Correa enquanto Calvo *et al.* (2020) destacam a existência de empreendimentos baseados no comércio justo e a existência de organizações coletivas indígenas provenientes de processos organizativos anteriores à colonização.

Para os fins deste trabalho, nos concentramos nos processos que dialogam mais diretamente com a constituição do messe: o surgimento das organizações comunitárias vinculadas à igreja católica e a organização de atores vinculados ao movimento agroecológico e indígena (parte dos quais estão também vinculados como participantes do meSSe). As primeiras iniciativas organizadas que se diferenciam das economias tradicionais das comunidades indígenas e se associam a proposta da economia solidária no Equador têm em comum o apoio do Fundo Equatoriano *Populorum Progressum*, criado em 1970 com inspiração na encíclica homônima que fortalecia o compromisso social da Igreja Católica (CHIRIBOGA *et al.*, 1999).

Três iniciativas de grande relevância e referência apoiadas pelo FEPP são o Grupo Salinas, de 1972, as lojas solidárias Camari, de 1981, e a

Fundação Maquita Cushunchic⁵⁸ de 1985, que deu origem à RELACC (Rede Latinoamericana de Comercialização Comunitária), as três notórias pela grande escala alcançada em sua atuação e sucesso nas iniciativas econômicas de processamento e comercialização do produto de pequenos produtores. De forma geral, este campo das primeiras experiências comunitárias denominadas economia solidária é identificado por Ruiz-Rivera e Lemaître (2016) como vinculado a uma concepção de geração de trabalho com o objetivo primário de garantir a sobrevivência da população rural a partir da cooperação. De fato, em entrevista de José Tonello (FLACSO, 2012), presidente do FEPP, é possível perceber uma forte ênfase na criação de empregos e erradicação da pobreza.

São estes atores históricos da economia solidária no Equador, especialmente a MCCH e a RELACC, associadas às organizações internacionais Fundação Avina (de origem Suíça) e a Veco Andino (de origem belga) que propõem a criação de um movimento amplo e abrangente, aglutinando atores emergentes na construção da economia solidária no país em 2007, com o objetivo de construir uma voz comum frente a perspectiva de constru-

58 Trata-se de um nome quéchua que significa “demonos as mãos como irmãos”.

ção de uma política pública de economia solidária no governo nacional (AGUILAR, 2014). Duas organizações da região sul do Equador apoiadas pela Fundação Avina também se destacam nesse processo inicial de construção: a Rede Agroecológica do Austro (AAA) e a Redesol (*Red de Economía Solidaria*).

Soliz *et al.* (2013) descrevem a experiência da Rede Agroecológica da região do Austro, conformada por ONGs, instituições públicas e municipais e duas grandes organizações camponesas com mais de 20 grupos de base filiados cada uma. Relatam que a rede começou com projetos pontuais de melhoria de condições de acesso a água, passando em fases posteriores, para a estruturação de cadeias agroecológicas, organização de sistemas participativos de garantia da produção orgânica e práticas de comercialização associativa. Essas últimas dizem respeito à organização de oito feiras semanais gerida pelos produtores, com definição coletiva de preços baseados nos custos de produção e na venda de produtos aos centros infantis como parte do programa de compras organizado pelo Ministério de Inclusão Econômica e Social.

Vásquez e Jiménez (2013) relatam que a Redesol se iniciou com discussões para unir expe-

riências da província de Azuay, em 2002, passando a funcionar efetivamente a partir de 2006 com 15 organizações entre artesãos, produtores, agroecológicos, processadores de alimentos e práticas de saúde andina que se organizam a partir da realização de uma feira semanal. Foi a Redesol que sediou o Primeiro Encontro Nacional de economia solidária em 2007, já com a participação de um conjunto amplo de atores da economia solidária.

Em seu primeiro encontro, o meSSe contou com uma participação ampliada de representantes de feiras agroecológicas, grupos de turismo comunitário, organizações coletivas de consumidores. Uma cooperativa habitacional formada por militantes de movimentos sociais urbanos definiu a sua organização formal em três regiões segmentadas de forma latitudinal (sul, centro e norte), de forma transversal às regiões tradicionalmente utilizadas no país (serra, costa e oriente) (Aguilar, 2014). A autora aponta ainda a existência de uma divisão informal do trabalho entre as organizações sociais (as distintas articulações de produtores e comunidades) e as ONGs (que prestam apoio técnico e fomento às primeiras experiências, contando com a capacidade de liberar pessoas para trabalhar na articulação do movimento).

O meSSe é resultado da junção de quase

200 organizações que realizaram uma ação coletiva para incidir na reforma constitucional no ano de 2008. É importante destacar que há uma participação majoritária de mulheres, sobretudo indígenas camponesas. Além disso, a maior parte das organizações está localizada na serra, que é a parte andina do país, onde está a maior parte da população indígena (as principais etnias equatorianas da serra são *kichwas* e *shuar*) (CASTILLA-CARRASCAL, 2017).

Segundo Andino (2013), mais de 2.500 organizações de 15 províncias do Equador têm se articulado em algum momento com o meSSe. Cada zona tem seus dinamizadores e articuladores que, por sua vez, fazem parte das organizações de produção, comercialização ou das organizações de apoio, como ONGs locais. Em 2015, o meSSe definiu uma agenda política estruturada nas principais linhas de ação que integram as atividades do movimento, que são a soberania alimentar, os intercâmbios solidários, o consumo solidário e responsável, as finanças populares e solidárias, a economia do cuidado e o turismo comunitário e solidário. Para cada linha de ação, estabeleceram-se propostas e atividades mais concretas, além de definirem-se quais são os princípios que orientam sua ação.

Com o desenvolvimento do movimento, é possível perceber nos relatos, depoimentos e registros, que as grandes organizações históricas participantes da sua proposição gradualmente se afastaram do movimento, que passou a contar com a participação mais ativa de organizações vinculadas à agroecologia e comunidades indígenas. A importância relativa de distintas experiências de economia solidária dentro do movimento pode ser apreendida a partir das experiências escolhidas para constar em dois documentos de sistematização de práticas do movimento (VÁSQUEZ e JIMENEZ, 2013; MESSE, 2019).

No que se refere às práticas de reciprocidade indígena cujas organizações passaram a fazer parte do movimento, os relatos apresentados permitem inferir que não há necessariamente contradição entre a organização comunitária tradicional e a introdução de novas atividades coletivas, destacando-se casos em que a introdução de atividades é feita inclusive com o objetivo de fortalecer a organização tradicional. Em todos os casos, a criação de novas organizações parte de necessidades concretas e de atividades econômicas tradicionais (ainda que reelaboradas a partir de técnicas modernas de agroecologia) nas quais não há necessariamente interesse de participação de todos os

membros da comunidade.

Ademais, a constituição de organizações para a prática de atividades de comercialização externa ou mesmo de produção coletiva não compete necessariamente com as práticas de reciprocidade mais vinculadas ao âmbito da circulação entre as famílias e da manutenção de recursos coletivos, tradicionalmente realizadas no âmbito das comunidades. Bastante presente nos documentos do movimento está a atenção à produção familiar, o que leva inclusive ao apontamento de algumas chácaras familiares como exemplos de boas práticas, indicando a valorização do princípio da domesticidade.

A integração deste conjunto de organizações também pode ser percebida na própria organização e estrutura do movimento. Apesar de Aguilar (2014) considerar que as relações institucionais estabelecidas com as organizações do movimento indígena ou agroecológico não são suficientes, Castilla-Carrascal (2017, p.90) aponta que, em algumas regiões, quando os atores do meSSe falam do movimento de economia solidária e do movimento agroecológico, parecem se referir à mesma coisa, porque os dinamizadores e as lideranças são os mesmos, afinal, o meSSe surge da interseção de vários movimentos. A mesma realidade pode ser

encontrada em relação a representantes do movimento indígena, com a presença de dinamizadores do meSSE que são também lideranças locais da CONAIE. Rivera e Lemaitre (2016) também reconhecem uma imbricação gradual com o movimento indígena, especialmente na região andina, pela existência de uma convergência de demandas e mobilização de um discurso comum. As autoras apontam que a integração deste novo conjunto de organizações aportou um projeto político explícito ao setor da economia social, associado com a construção do *Sumak Kawsay* como objetivo de longo prazo. Este aporte pode ser percebido na definição de economia solidária apresentada pelo movimento como:

Una forma de convivencia entre las personas y la naturaleza que satisface las necesidades HUMANAS y garantiza el sostenimiento de la VIDA, con una mirada INTEGRAL, mediante la fuerza de la ORGANIZACIÓN, aplicando los saberes y las prácticas ANCESTRALES para transformar la SOCIEDAD y construir una cultura de PAZ (MESSE, 2015, p.6).

Como reafirmam Andino (2013) e Jimenez (2016), este conceito é muito próximo da noção de economia ancestral andina, enfocando a recupe-

ração dos modos de vida dos povos diversos do Equador como parte do trânsito para um sistema econômico social e solidário.

O aporte desta visão de longo prazo afetou diretamente as práticas estabelecidas pelo movimento para buscar cumprir suas diretrizes de curto prazo, que incluem a interlocução com o Estado na construção de políticas públicas e a criação de espaços de intercâmbio. A respeito do primeiro ponto, Rivera e Lemaitre (2016) apontam que o movimento nunca chegou a lograr uma incidência efetiva na organização das políticas públicas, tendo participado dos debates preparatórios à constituição de 2008 apenas no nível conceitual e não nas definições operativas. Ainda assim, Aguilar (2014) destaca que o movimento conseguiu incidir em alguns governos regionais isolados, como nas províncias de Azuay e Loja.

Se o meSSe teve, desde o começo, dificuldades na relação com o governo federal, estas se agravam à medida em que o conjunto de organizações com o qual o movimento se identifica passam a realizar oposição declarada ao governo. Calvo *et al.* (2020) aponta que, em um primeiro momento, coexistiram diversas lógicas institucionais no governo Correa devido à presença de uma agenda comum de oposição ao neoliberalismo e disposi-

ção de trilhar um caminho de desenvolvimento alternativo. Não obstante, com o passar do tempo, setores do movimento indígena e ecologista passaram a criticar o que denominaram uma política de acumulação de capital através da despossessão de recursos naturais (SCARLATO, 2013). O governo, em resposta, passa a dificultar a ação de organizações internacionais do país que, como abordado, são grandes financiadoras da ação do MESSE e de muitos dos seus membros.

Já no plano da política pública de economia solidária, as críticas direcionam-se contra a lógica da burocratização estatal e ênfase no estabelecimento de mecanismos de controle sobre as organizações da economia solidária pela Superintendência de Economia Popular Solidária, com a emissão de pesadas multas a organizações habituadas a funcionar de modo informal (CALVO *et al.*, 2020). Andino (2013) acrescenta críticas à lógica utilizada na política de fomento, especialmente a política de compras públicas de uniformes escolares, apontada como concentradora de recursos em poucas organizações de produtores sem compromissos com a economia solidária.

A esta política, Andino (2013) contrapõe a concepção ideologicamente mais coerente com o Sumak Kawsay do fomento aos Circuitos Econômi-

cos Solidários, com ênfase no aprofundamento de práticas de reciprocidade e autoconsumo já existentes, fora da lógica do mercado autorregulado. Esses circuitos são a principal proposta do movimento para promover a articulação entre as experiências, sendo apresentados como a contribuição equatoriana para a economia solidária. De certa forma, a ênfase dada pelo meSSe à construção de reciprocidade a partir de fluxos remete às próprias práticas de reciprocidade andinas baseadas mais na esfera da circulação do que na constituição de organizações coletivas e permanentes de produção.

3.2 A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DO FBES

O contexto de florescimento das iniciativas de economia popular e sua posterior articulação em torno da economia solidária no Brasil está associado ao processo de redemocratização e ao surgimento de novas práticas associativas, com o nascimento de novos valores associados à democracia interna e participação das bases nos movimentos sociais (CRUZ, 2006). O autor apresenta a composição de três fatores explicativos, combinando necessidade de sobrevivência e elementos

de capacidade organizativa, para o surgimento dos empreendimentos de economia solidária a partir dos anos 1980: a atuação de lideranças destes novos movimentos sociais; a presença de trabalhadores em situação de desemprego; e a existência de estruturas de apoio interagindo com os grupos.

Estudando a emergência de empreendimentos no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, Esteves (2011) divide-os em duas grandes categorias, além das empresas recuperadas. A primeira é composta por trabalhadores que atuavam de forma individual e, a partir de oportunidades publicizadas por organizações de desenvolvimento comunitário, decidiram agregar esforços e iniciar uma ação de produção ou comercialização coletiva. A segunda é composta por pessoas com experiência prévia de trabalho assalariado formal, que buscam aproveitar os contatos profissionais e qualificações previamente adquiridas após tomar contato com cursos de economia solidária.

Nas descrições dos dois autores, percebe-se o papel desempenhado pelas instituições de apoio. Parte da história (e dos conflitos) da organização da economia solidária no Brasil pode ser contada pela lente da atuação das diversas instituições que apoiaram a criação destes empreendimentos solidários. Também no Brasil a igreja

católica tem um papel pioneiro, passando a ser acompanhada, na segunda metade da década de 1990, por uma diversidade de outros atores como ONGs de atuação local, iniciativas de extensão universitária, sindicatos e iniciativas de prefeituras e governos estaduais. São também estas instituições que fomentam a articulação política destes empreendimentos, a construção de fóruns locais e do Fórum Brasileiro de economia solidária e a própria criação da Secretaria Nacional de economia solidária em 2003.

No Brasil, a Cáritas desempenha um papel pioneiro semelhante ao do FEPP no Equador, porém com uma estratégia bem diferente, baseada no fomento, de forma pulverizadas, dos chamados projetos alternativos comunitários (BERTUCCI e SILVA, 2003). Seu início, nos anos 1980, remete a uma mudança interna, da concepção de uma caridade assistencial para uma caridade libertadora, com ênfase na participação, autonomia e geração de novas relações sociais. Os autores apontam que os PACs funcionavam a partir da constituição de fundos locais de apoio que foram gradativamente direcionados para o fortalecimento de processos produtivos, inicialmente focados em áreas rurais e posteriormente adaptados para áreas urbanas. As atividades econômicas desenvolvidas tinham cará-

ter majoritariamente local, com apoios à produção e melhoramento agrícola, criação de animais, marmitarias, lanchonetes, artesanatos, casas de farinha, entre outros. O desdobramento contemporâneo dessa estratégia de atuação é a constituição de uma rede de fundos solidários (FAVARIN, 2018).

Além da Cáritas, outras entidades ligadas a Igreja Católica têm se notabilizado pelo apoio a grupos produtivos da economia solidária, dentre as quais destaca-se, pela atuação de abrangência nacional, o Instituto Marista de Solidariedade (SOUZA, 2006). O autor aponta que, de um início de apoio a pequenos projetos, o instituto passou a especializar-se no apoio a feiras de economia solidária, tendo chegado a assumir por um período a execução de toda a política pública da Secretaria Nacional de economia solidária voltada para a comercialização solidária. Como desdobramento, constituiu-se, com apoio da instituição, a Rede Brasileira de Comercialização Solidária, chegando a congregar 195 pontos fixos de comercialização solidária entre feiras, lojas, bodegas, veículos itinerantes, centrais e centros públicos de comercialização da economia solidária (SANTOS e AMORIM, 2017).

Esteves (2011) descreve ainda a existência de um outro formato de organização da econo-

mia solidária, oriundas de experiências de PACs, evoluem para a constituição de comunidades cooperativas através da organização de cadeias de produção e comercialização com a emergência de um ativismo laico capaz de romper com o localismo. Seriam os casos do Projeto Esperança/Cooesperança, de Santa Maria no Rio Grande do Sul e do Banco Palmas, na periferia de Fortaleza, Ceará (esta última, com apoio da política pública, daria origem à Rede Brasileira de Bancos Comunitários). Além das entidades diretamente vinculadas a Igreja Católica, outro conjunto de organizações que se dedicou a apoiar a economia solidária foi o de organizações formadas por ativistas que, provenientes da experiência da Teologia da Libertação, decidiram introduzir abordagens mais técnicas na construção de instituições autônomas de trabalhadores (ESTEVEZ, 2011).

A ONG pioneira neste sentido é a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), criada em 1961, que organizou, em 1984, o Encontro Nacional de Experiências Comunitárias de Produção, o qual congregou cinco experiências nascidas de trabalhadores desempregados incluídos em listas negras patronais devido à sua atuação em sindicatos, duas experiências de ações de combate ao desemprego mediadas pela igreja po-

pular, quatro experiências surgidas de movimento de bairros e mais uma experiência de formação sindical (NASCIMENTO, 1999).

Outra ONG com larga atuação no apoio a organização do movimento de economia solidária é o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), fundado por Herbert de Souza, o Betinho, em 1980. O sociológico se tornaria nacionalmente conhecido no Brasil ao liderar a ação da cidadania contra a fome nos anos 1990. No âmbito desta campanha, iniciou-se um questionamento, em 1993, a respeito da necessidade de utilização de conhecimento para a geração de ferramentas eficazes contra a fome e a miséria, com a mobilização da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) levando a uma demanda por formas inovadoras de gerar empregos e reduzir a violência nas favelas cariocas (VECHIA *et al.*, 2011).

Como fruto desta articulação surge, em 1995, como programa de extensão universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Com o financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) do Ministério da Ciência e Tecnologia, realizou-se uma ação de difusão da metodologia constituída, a partir do que formou-se a Rede de ITCPs universitárias, com seis

incubadoras, com a posterior constituição do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares no governo federal (PRONINC). Conforme Vechia *et al.* (2011), a rede de ITCPs esteve, por um período, filiada à rede Unitrabalho, rede de universidades criada em 1996 com o objetivo de realizar estudos e participar de projetos de qualificação profissional no mundo do trabalho (Forte, 2019). Divergências em relação ao modelo de governança levaram posteriormente a uma fragmentação das incubadoras universitárias brasileiras, constando em 2011 cerca de 43 universidades filiadas à Rede de ITCPs das aproximadamente 70 incubadoras existentes (VECHIA *et al.*, 2011). A Fundação Unitrabalho, por sua vez, manteve sua atuação junto a economia solidária não só através das incubadoras que a constituem, mas também diretamente como fundação autônoma.

Ainda no período anterior à constituição do FBES, é de se destacar a importância de políticas públicas no âmbito municipal e estadual que impulsionaram a constituição de empreendimentos de economia solidária e também de alguns dos primeiros fóruns locais de economia solidária (especialmente no caso dos fóruns da região metropolitana de Porto Alegre).

O processo de articulação nacional para a

construção do FBES se iniciou em 2001, no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) que tinha como objetivo inicial organizar a participação da economia solidária no Fórum Social Mundial e que passou a se constituir como de rede de referência para outros espaços (CUNHA, 2012). Forte (2019) relata que o GT brasileiro foi conformado inicialmente por oito entidades: ANTEAG, CONCRAB, ADS/CUT, CÁRITAS, FASE, IBASE e PACS (essas três últimas ONGs do Rio de Janeiro), contando ainda com o apoio do governo de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul e do Partido dos Trabalhadores Democracia Socialista. Entre 2001 e 2003, associaram-se mais quatro entidades: ABCRED, RBSES, Rede de ITCPs e Unitrabalho, além de outros gestores públicos que depois se articularam na Rede de Gestores Públicos de economia solidária. Destaca-se, desse conjunto de entidades, as experiências ainda não relatadas da ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão - primeira instituição criada para aglutinar as experiências originais de recuperação de fábricas pelos trabalhadores; e da CONCRAB - Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária - formada para aglutinar as experiências cooperativistas oriundas do processo de mobilização do Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Ambas conformam as primeiras insti-

tuições de congregação específicas de empreendimentos de economia solidária constituindo-se em pioneiras da economia solidária brasileira.

Com o passar do tempo, algumas das organizações se afastaram desse grupo. como ABCRED e a CONCRAB. Anos depois, a ANTEAG viria a encerrar suas atividades frente a uma série de dificuldades. De toda forma, a deliberação pela criação do Fórum Brasileiro de economia solidária ocorreu na Primeira Plenária Nacional de economia solidária, realizada em dezembro de 2002, e seu papel era o de mobilizar o movimento de economia solidária com o propósito de elaborar demandas de políticas públicas a serem apresentadas para o Estado (Cunha, 2012). Nesta plenária, foi também redigida a carta ao presidente Lula reivindicando a criação da Secretaria Nacional de economia solidária. É referindo-se a este momento que Paul Singer, futuro secretário da SENAES, costumava dizer que SENAES e FBES são irmãos gêmeos univitelinos. Com o desenrolar da implementação da política pública de economia solidária, ocorreram naturais distanciamentos entre os atores do governo e da sociedade civil, além de disputas em torno de diferentes concepções da economia solidária dentro do próprio FBES.

É importante destacar ainda a formação das

grandes Uniões do Cooperativismo Solidário, cujo processo histórico de constituição havia se iniciado anteriormente, mas cuja formalização ocorreu depois da constituição do FBES, mantendo-se em diversos graus de interação e participação neste. A Unisol Brasil, oriunda do processo histórico de recuperação de fábricas em torno do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foi formada em 2004, e a UNICAFES, oriunda do processo histórico de organização do cooperativismo de crédito solidário no âmbito rural e do cooperativismo de agricultura familiar, foi formada em 2005. Em 2014, estas entidades superaram divergências históricas e se uniram à CONCRAB (que desde os anos 1980 unia as cooperativas vinculadas ao MST) na formação da UNICOPAS, que em 2016 ainda teria a associação da Unicatadores – união de empreendimentos vinculados ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Todo esse processo corresponde a uma efetiva reconfiguração do campo da economia solidária no Brasil, com um fortalecimento institucional efetivo de um grande conjunto de empreendimentos formalizados de um lado e a geração de novos desafios para a articulação do conjunto de atores da economia solidária do outro.

No que diz respeito ao processo interno do

FBES, um elemento de destaque é que, após a realização de uma IV plenária marcada pelas disputas internas, um conjunto de atores afastou-se da participação no espaço e o grupo remanescente se voltou para a articulação do fórum com outros movimentos sociais, estando quatorze deles (incluídos indígenas, pescadores, quilombolas e comunidades de fundos de pasto) participando na V plenária. Ademais, a definição do tema “Bem-viver, Cooperação e a Autogestão para um Desenvolvimento Justo e Solidário” demonstra que, apesar de não haver uma participação tão decisiva dos atores ligados aos povos e comunidades tradicionais no processo de constituição do Fórum Brasileiro de economia solidária, houve uma aproximação com os conceitos de economia solidária praticados nos países andinos, com ênfase nas práticas e concepções dos povos indígenas.

Já no que se refere à relação com o governo, registra-se que apesar dos processos de distanciamento e estranhamento, manteve-se, de forma geral, uma continuidade de atuação nos processos de formulação, avaliação e mesmo implementação de políticas públicas. Este processo participativo é amplamente reconhecido na literatura acadêmica, seja como exemplo de governança democrática (RONCONI, 2008, de construção

coletiva (HINTZE, 2010), de co-construção (LEMAITRE e RICHER, 2015) ou de ação do Estado como novíssimo movimento social (SANTOS, 2019). Não obstante, esse processo fez com que o fórum desenvolvesse um repertório de atuação baseado na construção e proposição de políticas públicas, ou mesmo de enfrentamento (nos casos de ameaças de transferência da SENAES para uma Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas ou rebaiamento para o status de subsecretaria), adequados a situações em que há possibilidade de diálogo e de escuta por parte dos diferentes órgãos de governo.

Frente à nova realidade política, inicialmente de conflito e posterior hostilidade, aberta à qualquer tipo de organização dos movimentos sociais por parte do governo federal, esta situação descortina a necessidade de construção de um novo repertório e práticas de atuação. Identificamos como possibilidade neste sentido a inspiração na experiência equatoriana, construída com base na prática dos valores andinos de reciprocidade e construção do bem-viver e, frente a um governo cuja concepção de economia solidária contrastava com a do movimento, de construção dos Circuitos Econômicos Solidários.

4. Os Circuitos Econômicos Solidários Interculturais do Equador e os possíveis aprendizados

Desde 2010, o meSSe organiza os Circuitos Econômicos Solidários Interculturais (CESIs) como uma proposta metodológica e política que está em construção. Segundo Jiménez (2016), os CESIs partem do reconhecimento da existência de práticas econômicas ancestrais baseadas na reciprocidade e na redistribuição, que se manifestam em diferentes culturas, principalmente nas cidades andinas. A proposta do CESI, ao contrário das cadeias produtivas, é construída em territórios para atender às necessidades fundamentais das famílias, promover práticas produtivas sustentáveis, consumo e intermediação solidária.

A estratégia dos circuitos é articular várias práticas de solidariedade, estimulando a sua relação com os mercados e as redes. Esses circuitos estão principalmente relacionados à construção de perfis de consumidores para pessoas que não participam apenas como compradores finais. Para Jiménez (2016), o consumo solidário seria um elemento fundamental para gerar novas sensibilidades, comprometidas não só com os produtores e processos produtivos alternativos, mas também

com práticas relacionadas ao equilíbrio com a Mãe Terra. Os CESIs não se limitam a uma noção de especialidade em seus fluxos, pois são movimentos os quais valorizam e recriam a dimensão temporal que, a partir do paradigma Sumak Kawsay, redefinem o tempo de consumo, relacionamento, conversas, rituais e celebração, construindo vínculos políticos (ANDINO, 2013).

O meSSe tem trabalhado para entender melhor seus Circuitos Econômicos Solidários e seu impacto nos grupos e na organização do movimento. UM exemplo disso foi a sistematização e a análise de experiências de circuitos realizada durante dois anos com um grupo de apoiadores e no marco de um projeto de cooperação internacional. Essa pesquisa, coordenada por Vazquez e Jimenez (2013), teve três afirmações feitas pelo próprio movimento, que colocam primeiro as práticas de economia solidária como um patrimônio cultural dos povos. Por sua vez, o patrimônio cultural mobiliza formas endógenas de desenvolvimento nos territórios e, finalmente, a construção de circuitos está diretamente relacionada com o processo de empoderamento coletivo, pois consegue uma articulação e olhar crítico com o entorno.

Segundo Silva-Urbina (2013), existem quatro categorias de CESIs no meSSe, dependendo de

como as experiências são identificadas. Essas categorias são: circuitos com identidade cultural, circuitos com identidade associada a empreendimentos solidários, circuitos com identidade urbana e circuitos com identidade associados a instituições e organizações de economia solidária. Os circuitos com identidade cultural são aqueles relacionados com turismo comunitário, medicina tradicional e feiras de produtores. Os circuitos com identidade associada aos empreendimentos solidários são lojas e pontos fixos de venda, cooperativas. Os circuitos com identidade urbana são cooperativas habitacionais, cestas ou *canastas* solidárias e empreendimentos de conexão rural-urbana e, por fim, os circuitos com identidade associados a instituições e organizações de economia solidária são fundações, ONGs de apoio aos povos indígenas, camponeses e associações afro-equatorianas.

Como exemplo de organizações que trabalham seus circuitos econômicos solidários interculturais com uma identidade urbana, está a *Canasta Utopia* de Riobamba (na região do Chimborazo), na serra central do Equador. Esse é um dos grupos de consumidores pioneiros em organizar suas compras de alimentos agroecológicos. Surgiu em 1987, na periferia da cidade, como alternativa ao acesso à comida a um menor custo e para a diver-

sificação da dieta alimentar, animado pela Teologia da Libertação. No começo, eram 25 famílias e, atualmente, aproximadamente 100 famílias o integram (CASTILLA-CARRASCAL, 2017).

Para visualizar as ações deste exemplo, vemos a figura 1 a seguir:

Figura 1. Circuito - *Canasta Utopia*



Fonte: Adaptação de Silva-Urbina (2013, p. 103).

A *Canasta Utopia* está dentro do território Chimborazo e nele atua a organização promotora da *canasta*, a qual, por sua vez, gera uma organização de consumidores organizados que realizam

o contato com os produtores. Ali acontece um espaço para o intercâmbio tanto no momento em que os consumidores compram diretamente dos produtores para a posterior organização da *canasta* quanto quando os produtores entregam diretamente à organização promotora (ou entidade de apoio) nos dias da cesta. Utopia também faz parte de circuitos e redes maiores, como, por exemplo, a *Red Mar Tierra y Canasta*, onde se integram a outras experiências em nível nacional e retroalimentam suas atividades.

Inúmeras experiências de circuitos acontecem no Equador dentro do *messe*, que atua com base nos princípios da economia solidária e da agroecologia e a organização das suas atividades em circuitos econômicos interculturais tem sido uma das principais respostas encontradas aos desafios do movimento. Os CESIs são essa forma de organizar o trabalho de produção, comercialização, distribuição e consumo incorporando as especificidades do movimento e sua trajetória (CASTILLA-CARRASCAL, 2017, 2019).

A organização em circuitos econômicos solidários interculturais deixa alguns aprendizados. Os CESIs podem ser desenvolvidos e incentivados em diferentes regiões dependendo das particularidades de cada região e talvez pensado para outras

realidades ou movimentos sociais da economia solidária que tem estas práticas de reciprocidade e solidariedade na base das suas ações. A organização em circuitos econômicos solidários interculturais é uma estratégia utilizada pelo meSSe para a consolidação de dinâmicas próprias de intercâmbio, não somente econômicas.

No Brasil, já existem experiências de circuitos a exemplo do Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia, mas estas experiências têm estado ligadas diretamente à organização da comercialização de alimentos agroecológicos e à consolidação de circuitos curtos em oposição aos circuitos longos ou impérios alimentares (VAN DER PLOEG, 2008).

Como foi dito na introdução, esta prática de circuitos desenvolvida pelo meSSe pode promover a articulação direta entre os atores da economia solidária no território, que remete à herança das práticas de reciprocidade indígena sobre o movimento. Consideramos que esse pode ser considerado um exemplo de ação para a promoção da articulação entre os atores da economia solidária frente à uma realidade de impossibilidade de diálogo ou conquistas de políticas públicas perante um governo hostil à articulação do movimento social.

5. Considerações finais

Este texto apresenta parte da trajetória de dois movimentos sociais da economia solidária no Brasil e no Equador. No meSSe e no FBES tem convergido uma diversidade de práticas baseadas na reciprocidade, na solidariedade. Também tem reunido atores desde a igreja, o Estado, movimentos sociais como o agroecológico, movimento indígena, entidades de apoio, a cooperação internacional, entre muitos outros. Em contextos tão diferentes, se encontrou que a reciprocidade dos povos originários equatorianos tem grande influência sobre todos os demais conjuntos de práticas realizadas nesse país, enquanto no Brasil, apesar de haver também um histórico de práticas de reciprocidade entre povos indígenas e outras comunidades tradicionais, a articulação com o movimento de economia solidária é menos direta.

Considera-se que a construção realizada pelo meSSe com ênfase no enfoque de circuitos econômicos solidários interculturais reflete também esta herança das práticas de reciprocidade tradicionais, praticadas não apenas em organizações econômicas fechadas e permanentes, mas através também das práticas de trocas de excedentes e realização de *mingas* entre as organiza-

ções familiares dentro de suas comunidades e das comunidades entre elas. Uma das contribuições desta perspectiva é ampliar o olhar da economia solidária para além dos membros permanentes de um dado empreendimento econômico solidário, possibilitando a inclusão de um conjunto mais amplo de trabalhadores e consumidores nas dinâmicas econômicas e de mobilização política na construção e fortalecimento do movimento social.

Hoje, tanto o meSSe como o FBES enfrentam inúmeros desafios, mas iniciativas que articulam atores da economia solidária nos territórios, a exemplo dos CESIs, constituem práticas alternativas e de resistência que permitem repensar os territórios a partir das dinâmicas próprias das comunidades, grupos e coletivos, a partir dos entrecruzamentos desses atores e do que eles têm a contribuir. Neste sentido, é fundamental reforçar que as estratégias de fortalecimento da articulação e mobilização social são complementares, não significando abrir mão das conquistas e de reivindicar avanços de políticas públicas, na perspectiva de efetiva constituição do direito a produzir e viver em cooperação, representado na construção do empreendimento econômico solidário como sujeito de direito.

Referências Bibliográficas

AGUILAR, Gissela. **El Movimiento de Economía Social y Solidaria del Ecuador (MESSE) como actor social**: el proceso de la Zona Norte en el período 2010 – 2012. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Local menção movimentos sociais). Universidad Politécnica Salesiana, Quito, 2014.

ALVAREZ, Silvia. Territorio comunal em la costa de Ecuador: buscando caminhos de entendimento entre el buen vivir y el principio de bien común. **Revista de Antropología Social**, vol. 26, n.2, 2017.

ALVAREZ, Silvia. **Etnicidades en la Costa Ecuatoriana**. Quito, Ediciones Abya-Yala, 2002.

ANDINO, Veronica. **Políticas Públicas para la Economía Social y Solidaria**: caso de estudio de Ecuador. Presentación al Centro Internacional de Referencia y enlace sobre las políticas públicas en economía social y solidaria (RELISS), 2013.

BERTUCCI, B; SILVA, R. **Economia Popular Solidária**: trajetória da caritas brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Caritas Brasileira, 2003.

BRETÓN, Victor, La comunidad andina revisitada: cuestión agraria y cuestión indígena en Chimbor-

zo. **Ecuador Debate**, nº 103, 2018.

BRETÓN, Victor. **Capitalismo, reforma agraria y organización comunal en los Andes**: una introducción al caso ecuatoriano. Lleida: Universitat de Lleida, 1997.

CAILLÉ, A. **Anthropologie du don**. Le tiers paradigme. Paris: Desclée de Brouwer, 2001. 277p.

CALVO, S., SYRETT, S. E. MORALES, A. The political institutionalization of the social economy in Ecuador: indigeneity and institutional logics. EPC. **Politics and Space**, v.38 (2), 2020.

CASTILLA-CARRASCAL, Ivette Tatiana. Circuitos agroalimentarios y nuevos movimientos sociales en Colombia y Ecuador. In: BORIS, Marañon (org.). **Solidaridad Económica, buenos vivires y descolonialidad del poder**, CLACSO, 2019.

CASTILLA-CARRASCAL, Ivette Tatiana, **Movimentos sociais na construção social de mercados: uma análise comparada entre a Colômbia e o Equador**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – CEPPAC). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CHIRIBOGA, Manuel *et al.* **Cambiar se puede**: Experiencias del FEPP en el desarrollo rural del Ecu-

dor. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1999.

CRUZ, Antonio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul.** Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CUNHA, Gabriela. **Outras políticas para outras economias:** contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ESTEVES, Ana. **Grassroots mobilization, co-production of public policy and the promotion of participatory democracy by the Brazilian Solidarity Economy movement.** Tese (Doutorado em Filosofia no Departamento de Sociologia). Brown University, Providence, 2011.

FAVARIN, Roque. **Fundos rotativos solidários:** avanços e limites para a construção de finanças solidárias no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FIABANI, Adelmir. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. XXIV

Simpósio Nacional de História – Associação Nacional de História. **Anais [...]** (ANPUH), 2007.

FIABANI, Adelmir. Mato, palhoça e pilão. **O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FIGUEROA, José. La comunidad y sus desafíos políticos en una democracia radical. Íconos. **Revista de Ciencias Sociales** nº 49, 2014.

FLACSO. Entrevista José Tonello. **Boletín de Análisis de políticas públicas** – Actuar en mundos plurales, 2012.

FORTE, Joannes. **Ao Embalo da Rede**: o processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019

FUNAI. Índios no Brasil - Quem são. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0#>. Acesso em 30/10/2020.

GAIGER, L. **A Descoberta dos Vínculos Sociais**: os fundamentos da solidariedade. São Leopoldo: Unisinos, 2016

GODBOUT, T. J. **Le don, la dette et l'identité**. Paris: La Découverte/MAUSS, 2000. p.108-112. 190p.

GODBOUT, T. J. **Ce qui circule entre nous**. Paris: Le Seuil, 2007. 395p.

GRZEBIELUKA, D. Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras. **Revista Geografar**, v.7, n.1, 2012

HINTZE, Susana. **La política es un arma cargada de futuro**: la economía social y solidaria en Brasil y Venezuela. Buenos Aires: CLACSO, 2010

IBARRA, Hernán. **Visión Histórico Política de la Constitución del 2008**. Quito: Centro Andino de Acción Popular

IGWIA. International Work Group for Indigenous Affairs. **El Mundo Indígena 2020**. 34ª edición. DK: 2020. Disponível em: <http://iwgia.org/images/yearbook/2020/IWGIA_El_Mundo_Indigena_2020.pdf>

LEMAITRE, Andreia, RICHER, Madeleine. La economía solidaria y el Estado em América Latina: Las dinámicas contrastadas de Brasil y Venezuela. Cayapa. **Revista venezolana de Economía Social**, v. 15, n29, 2015

LÉVI-STRAUSS, C. **Les structures** élémentaires de la parenté, chap. XXVII -Les cycles de la réciprocité. Mouton: La Haye, 1967.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004

LUCIANO, Gersem. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAUSS, M. Essai sur le Don. In: MAUSS, M., **Sociologie et Anthropologie**. Paris: **Presses Universitaires de France** - PUF, 1950.

MESSE. Movimiento de Economía Social y Solidaria. **Agenda Política del meSSE**. Disponível em: <<http://www.dhls.hegoa.ehu.eus/documentos/5426>>. 2015. Acesso em: 30 out. 2020.

MESSE. **Prácticas de Economía Solidaria**: Recopilación de 16 experiencias. Ibarra: ALIMI, 2019

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e economia solidária. **Revista Temporaes**. Departamento de História, FFLCH/USP. Universidade de São Paulo.

São Paulo: Humanitas; FFLCH, 1999. pp. 97-145

•
PAZOS, Catalina; GUAMANÍ, Andrea; ÉGUEZ, Santiago. Desarrollo del sector económico popular y solidario en Ecuador: antes y después de la creación de la Superintendencia de Economía Popular y Solidaria. In: Superintendencia de Economía Popular y Solidaria. VII Jornadas de Supervisión de la Economía Popular y Solidaria. La Economía Popular y Solidaria: un modelo viable de desarrollo económico. Documentos de Trabajo. **Anais[...]** Quito, 2018

POLANYI Karl, **La grande transformation**: aux origines politiques et économiques de notre temps, Paris : Gallimard, [1944] 1983, 420p.

POLANYI Karl, ARENSBERG Conrad (dir). **Trade and Market in the Early empires**. Economics in History and Theory, New York: The Free Press, 1957.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RONCONI, Luciana. **A Secretaria Nacional de economia solidária**: uma experiência de governança pública. Tese de Doutorado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008

RUIZ-RIVERA, Maria e LEMAITRE, Andrea. Economía solidaria en el Ecuador: institucionalización y tipos de organizaciones. **Ciências Sociais Unisinos**. 52 (3), 2016

SABOURIN, Eric. **Construcción social de circuitos cortos y de mercado justo**: articulación entre intercambio y reciprocidad. THEOMAI Journal/ Critical Studies about Society and Development, Theomai Editora, pp.150-167, 2018.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.

SABOURIN, Eric. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido. **Antropolítica**, n.8, 2000.

SÁINZ, Juan Pablo Perez. **Mercados y bárbaros**: la persistencia de las desigualdades de excedente en América. FLACSO: Costa Rica, 2014

SANCHEZ-PARGA, José. **El Movimiento Indígena Ecuatoriano**: la larga ruta de la comunidade al partido. Quito: Centro Andino de Acción Popular, 2007

SANTOS, Aline. **Sob o fio da navalha**: relações estado e sociedade a partir da ação política da economia solidária no Brasil. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

SANTOS, Rizoneide e AMORIM, Anderson. A experiência da rede brasileira de comercialização solidária (REDE COMSOL). **Mercado de Trabalho**, n°62, 2017.

SCARLATO, M. Social enterprise, capabilities and development paradigms: Lessons from Ecuador. **Journal of Development Studies** 49(9): 1270–1283. 2013

SEDLAC **Socio-economic Database for Latin-america and the Caribbean**: CEDLAS and World Bank. Disponível em: <https://www.cedlas.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/>
Acesso em 30/10/2020

SOLIZ, M., CHAUVEAU, C., LACROIX, P. Escalamiento de experiencias de agroecologia y venta directa organizada, el caso de la sierra sur de Ecuador.

In PROAÑO, V., LACROIX, P., (orgs). **Dinámicas de comercialización para la agricultura familiar campesina**: desafios y alternativas en el escenario ecuatoriano. Quito: SIPAE, 2013.

SOUZA, André Ricardo de. **Igreja, política e economia solidária**: dilemas entre a caridade, a auto-gestão e a teocracia. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

SOUZA, José. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guaraní pré-coloniais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n.18, 2002

STRAATMANN, Jeferson e SANTILI, Marcio. **Comunidades indígenas têm planos de gestão**. *Jornal Valor Econômico*, 12,13,14 de janeiro de 2019.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

VÁZQUES, Lola e JÍMENEZ, Jhonny. **Economía Solidaria patrimonio cultural de los pueblos**. Quito: Universidad Politécnica Salesiana, 2013.

VECHIA, R. *et al.* A Rede de ITCPs: passado, presen-

te e alguns desafios para o futuro. **Diálogo**, nº 18, 2011

VELTMEYER, Henry. The social economy in Latin America as alternative development. **Canadian Journal of Development Studies**, 39:1, 2018

WORLD Development Indicators: World Bank Disponível em <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators> Acesso em: 30/10/2020



A REGULAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: DA ALTERNATIVA AO CAPITALISMO À POLÍTICA DE COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL⁵⁹

Joannes Paulus Silva Forte⁶⁰

1. Introdução

Esta reflexão partiu de minha pesquisa de doutorado em Ciências Sociais, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciên-

59 Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio institucional e financeiro, conforme o processo n.º 2014/09925-0 (FAPESP).

60 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor efetivo da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE), cursos de Ciências Sociais, Direito e Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio). E-mail: joannes_paulus@uvanet.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0922214367824596>

cias Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sobre o processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil (2002-2018) a partir das interações dos atores sociais de três grandes **agentes institucionais** articulados em *rede*, quais sejam: a Igreja Católica, o Estado e os movimentos sociais (FORTE, 2019a).

A Igreja Católica é uma instituição composta por grupos heterogêneos que travam disputas político-ideológicas que a fazem ser uma instituição diversa e adversa. Todavia, há um discurso institucional preponderante que deve ser considerado, mas sempre em confronto com outras versões provenientes de diversos setores que a compõem (FORTE, 2008, p. 2).

O Estado, mais que uma *sociedade política*, formada por um corpo de funcionários concursados, comissionados e eletivos, toma corpo como uma condensação material e específica de correlações de forças entre classes e frações de classe (POULANTZAS, 2000; ARAÚJO; TAPIA, 1991, p. 17) que traçam estratégias diversas para a realização de seus projetos políticos (JESSOP, 1985), o que faz do Estado um **agente institucional diverso e adverso** que também está presente, por meio de agentes e órgãos públicos, nas articulações políticas da economia solidária no Brasil.

Os movimentos sociais são sujeitos coletivos baseados em três dimensões da ação coletiva: a capacidade de anunciar e sustentar um conflito, com oponentes definidos; a presença de redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações; e a existência de uma identidade compartilhada, interna ou externamente (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Esses agentes institucionais não são blocos monolíticos, mas sim grandes instituições heterogêneas que abrigam diferentes **matrizes discursivas** (SADER, 1988, p. 143), as quais interagem e se conflitam no processo de regulação da economia solidária.

Em seu estudo sobre as “experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo”, nos anos de 1970-1980, Sader (1988) mostrou como “novos personagens” entraram na cena das lutas sociais no Brasil com a criação inovadora de formas de exercer a democracia em plena ditadura militar. Esses movimentos sociais populares, que se constituíram como “novos movimentos sociais” em meio à falta de democracia, criaram um “novo sujeito social e histórico” e novos espaços de sua atuação política, levando à reformulação das matrizes discursivas de três “agências ou centros de elaboração discursiva”: a Igreja Católica, os sindi-

catos e as esquerdas marxistas.

Segundo Sader (1988, p. 143), as matrizes discursivas são modos de abordagem da realidade e instrumentos de análise dela, funcionando na orientação de ideias e ações práticas. Conforme o autor, de um lado, as matrizes discursivas produzem os sujeitos sociais e os seus espaços de atuação; de outro, esses sujeitos produzidos também possuem a capacidade de criar novas práticas e novos discursos, levando à reformulação de matrizes discursivas de “agências ou centros de elaboração de discursos”, a exemplo da “Igreja Católica”, da qual surgiram as comunidades eclesiais de base; dos “grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política”, dos quais surgiu a busca de “novas formas de integração com os trabalhadores”; e da “estrutura sindical esvaziada por falta de função”, da qual surgiu um “novo sindicalismo” (SADER, 1988, p. 143-144). Em minha pesquisa, as matrizes discursivas foram tomadas para a análise e a compreensão das negociações e dos embates entre as diferentes concepções e práticas de economia solidária que são mobilizadas pelos atores sociais e entidades ligadas aos três grandes agentes institucionais do processo de regulação da economia solidária no Brasil.

Com foco na interação e no embate entre

as matrizes discursivas da economia solidária no Brasil, analisei sociologicamente o processo de regulação da economia solidária como um fenômeno resultante da luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária, levando-a a uma **juridicização** para que ela seja reconhecida como um direito da cidadania e consolidada como uma política estatal no Brasil⁶¹.

A juridicização é o processo de atribuição de caráter jurídico realizado por cada sociedade sobre os seus símbolos e práticas de educação, religião, família, trabalho, economia etc. Mesmo considerando que a juridicização da economia solidária é resultado de um processo de luta por direitos, e não o contrário, ela é fundamental para o reconhecimento desses direitos e para a construção de uma política pública nacional, tomando o trabalho associado e a economia solidária como direitos da cidadania brasileira.

Para Rouland (1990), a Antropologia do Direito (e eu acrescento todas as Ciências Sociais que se ocupam da análise do fenômeno jurídico) não deve se satisfazer com meros estudos de prescrições normativas e da forma de suas sanções. Considerando a perspectiva de Rouland (1990), é

61 Essa reflexão também está presente em Forte (2017a; 2017b; 2019a).

necessário destacar a juridicização para que possamos conhecer, analisar e compreender os processos de regulação para a análise do direito como uma construção social, cultural e política.

Se, para Ihering (2008), o direito é proveniente da luta, para Grau (1996), o direito, além de vir das lutas sociais, expressa uma correlação de forças políticas, motivo pelo qual se faz pertinente e relevante analisar o processo de regulação da economia solidária através da luta pelo direito.

Na luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária, a Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) (BRASIL, 1988) já prevê, no art. 174, § 2º, que “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”. Nessa direção, juridicizar a economia solidária significa atribuir caráter jurídico a ela e às suas especificidades, ainda não assimiladas pela Lei, incorporando-as ao ordenamento jurídico nacional e, conseqüentemente, obrigando o Estado a reconhecê-las como fato jurídico, tendo ele de se responsabilizar pelas garantias e direitos resultantes da juridicização. Esse é um processo presente na luta pelo reconhecimento de sujeitos da economia solidária e de seus direitos, e é o passo inicial da regulação nacional da economia solidária para a sua **institucionalização**, que depende de

articulações políticas dentro e fora do espaço público (FORTE, 2017a, p. 160).

A perspectiva metodológica adotada foi a da **triangulação** de técnicas, sobretudo de pesquisa qualitativa, que possibilitou o acesso a informações de natureza distinta (DENZIN; LINCOLN, 2006). Nessa direção, a pesquisa contou com entrevistas semiestruturadas com atores sociais e visitas a entidades de economia solidária ligados aos grandes agentes institucionais do processo de regulação da economia solidária, pesquisa de campo itinerante com observações em encontros locais, regionais, nacionais e internacionais da economia solidária no Brasil e análise de documentos, como projetos de lei, decretos presidenciais dentre outros.

Por esse caminho, a proposição de uma “outra economia” – como alternativa ao capitalismo – foi questionada a partir de seu processo de regulação, que a coloca no olho do furacão ao tratá-la dentro dos limites de sua origem; ou seja, os limites do próprio capitalismo moderno, do qual o Estado capitalista (POULANTZAS, 2000; JESSOP, 1982) faz parte.

No debate sobre os limites da economia solidária, cabe questionar: a institucionalização, via processo de regulação social e jurídica, distanciou

a economia solidária de uma proposta de “alternativa ao capitalismo”, conformando-a, dentro de seus limites no capitalismo, como uma política de “combate à pobreza” e de “inclusão social”?

Na busca de respostas a esta questão, pude perceber como a Política Nacional de economia solidária, construída desde 2003 no governo federal do Partido dos Trabalhadores (PT), favoreceu a ação de entidades de assistência social do campo religioso, afastando-se da proposta de uma “outra economia” como “alternativa ao capitalismo” e favorecendo, sobretudo, entidades ligadas à Igreja Católica em sua tarefa histórica de “cuidar” dos pobres.

As entidades católicas que mais se destacaram no acesso a recursos públicos para o apoio e fomento à economia solidária foram a Cáritas Brasileira e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS) (CUNHA, 2012; FORTE, 2019a).

A Cáritas Brasileira foi fundada em 12 de novembro de 1956. É um organismo da Igreja Católica no Brasil e conta com escritórios em todas as regiões do país. Relacionada com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nos termos de seu Estatuto, a Cáritas Brasileira “é uma sociedade civil de direito privado, de duração indeterminada, de âmbito nacional, de caráter beneficente e filan-

trópico, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília-DF". É reconhecida pelo Estado como de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº. 61.155, de 14/08/1967. Mesmo sendo uma organização da Igreja, a Cáritas Brasileira possui todos os registros perante o Estado, o que a reconhece formalmente e a autoriza a realizar o seu trabalho no país, inclusive com a captação e recursos públicos pelas suas dezenas de escritórios espalhados pelo Brasil, com diversos registros no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Apesar de uma personalidade jurídica própria que lhe possibilita captar recursos de diferentes fontes, todas as Cáritas diocesanas, arquidiocesanas, regionais e nacional estão interligadas na formação da Rede Cáritas brasileira, que é vinculada doutrinária, filosófica e politicamente à CNBB, e que integra a Rede *Caritas Internationalis*, presente em todos os continentes, em 165 países e territórios⁶².

O IMS foi criado pelos irmãos Maristas, da então Província Marista do Rio de Janeiro, em 1995, em Belo Horizonte - MG. A relação entre Igreja Católica e "pobreza" é patente na apresentação do IMS, que está disponível em seu site na internet, embora a entidade tenha sido fechada em 2018.

62 Ver CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://caritas.org.br/>>. Acesso em: 22 out. 2020.

IMS era o nome de fantasia da União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), vinculada à ordem religiosa católica dos irmãos Maristas. A UBEE-IMS é uma associação de direito privado sem fins econômicos, de natureza católica, comunitária, beneficente e filantrópica, dedicada à educação e assistência social, ligada à ordem religiosa católica dos irmãos Maristas. A Congregação dos Irmãos Maristas se destaca bastante no setor empresarial educacional. É proprietária de vários estabelecimentos educacionais, dentre os quais dezenas de colégios e 3 universidades. Além disso, detém editora, hospital e outras instituições e negócios pelo país. Assim como a Cáritas Brasileira, o IMS atuava junto a populações “excluídas”, como Entidade de Apoio e Fomento (EAF) de empreendimentos na área de economia solidária. O IMS não participou do GT Brasileiro de economia solidária/I Fórum Social Mundial, em 2001, nem da criação do Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES), em 2003, tendo iniciado as suas ações na área das políticas públicas de economia solidária apenas em 2004. Ingressou na Coordenação Nacional do FBES em 2008 e foi uma das entidades que mais acessaram recursos públicos voltados à economia solidária.⁶³

63 Ver IMS. Disponível em: <https://marista.edu.br/ims/?page_id=830>. Acesso em: 22 out. 2020.

Embora consideradas organizações beneficentes e filantrópicas da Igreja Católica, Cáritas e IMS pertenciam a setores distintos do catolicismo institucional, e nem sempre compatibilizavam seus interesses e ações, sobretudo quando se tratava da corrida aos recursos públicos, pelo que também competiam entre si e com diversas outras entidades em nível federal. Contudo, as duas entidades atuaram de modo articulado com vários atores, por meio de seus/suas representantes, no FBES e nos espaços do governo federal, especialmente na então Secretaria Nacional de economia solidária (SENAES), tendo ocupado posição de destaque no processo sociopolítico de regulação e no acesso a recursos públicos voltados para a política de economia solidária, no Brasil, assuntos sobre os quais este capítulo se debruçará nos itens seguintes.

2. A dinâmica do processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil

Segundo a então Secretaria Nacional de economia solidária (SENAES), órgão criado no então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para gerenciar a política relativa ao tema:

(...) compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. (...) a economia solidária possui as seguintes características: a) Cooperação (...), a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida [sic] por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. (...); b) Autogestão (...); c) Dimensão econômica (...); d) Solidariedade (...)" (BRASIL, 2015)⁶⁴.

A definição de economia solidária utilizada pela então SENAES expressa um projeto de desenvolvimento social para o Brasil. Consta-se que a definição oficial de economia solidária incorpora todos os princípios defendidos pelos agentes institucionais do processo de regulação da economia solidária, bem como demonstra a amplitude e a diversidade de manifestações nas dimensões do trabalho, da produção, da comercialização, do consumo e das finanças, que integram a proposta

64 Para mais informações, visitar: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>.

de contribuir para a construção de outra sociedade, contrária à lógica capitalista, acrescentando o papel da economia solidária no combate à pobreza e à exclusão social. Isso se justifica pelo lugar da economia solidária no governo federal, que destinou à política gerenciada pela SENAES/MTE recursos do plano Brasil Sem Miséria, de onde veio a maior parte do financiamento da Política Nacional de economia solidária no Brasil como “(...) estratégia promissora para a inclusão produtiva das populações em situação de pobreza ou extrema pobreza”.⁶⁵

Por isso, em minha análise, a economia solidária aparece de duas formas:

1) como concepção e prática socioeconômica e política que se apresenta como alternativa ao capitalismo; e

2) como política pública de inclusão produtiva no contexto do combate à pobreza e à exclusão social.

É importante sinalizar a oposição entre essas duas definições de economia solidária: uma se apresenta como alternativa ao capitalismo; e a outra como política pública dentro do capitalismo.

65 Para mais informações, acessar: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-productiva-urbana-1/economia-solidaria>.

No entanto, as duas possuem uma articulação contraditória, visto que os agentes institucionais que movimentaram o discurso da alternativa ao capitalismo, da “outra economia”, foram os mesmos que atuaram na concepção, no planejamento e na execução da política com acesso a recursos públicos.

Na minha perspectiva, tanto o projeto de alternativa ao capitalismo como a política pública de combate à “pobreza” e à “exclusão social” estão envolvidos por uma **rede de redes**. Chamo de rede de redes da economia solidária a articulação política de atores e agentes institucionais – Partido dos Trabalhadores (PT), Igreja Católica, movimentos sociais, Organizações da Sociedade Civil (OSCs)⁶⁶,

66 Denominação dada às entidades privadas sem fins lucrativos, Cooperativas Sociais e entidades religiosas que atuam em atividades ou em projetos de “interesse público e de cunho social”, como de “geração de trabalho e renda” e de “combate à pobreza e à exclusão social”. Cf. art. 2º, inciso I, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC), alterada pela Lei n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Ambas as leis são produto de disputas entre ONGs, OSCIPs, movimentos sociais, entidades ligadas às igrejas cristãs, como o CONIC e a Cáritas Brasileira, partidos políticos e governo. OSC é o “novo nome” para as ONGs, OSCIPs, fundações e associações privadas que realizam atividades de “interesse público e de cunho social” com acesso a recursos públicos. Sem dúvida, na *rede de redes da economia solidária*, a Cáritas Brasileira foi a entidade que mais se articulou com agentes dos Poderes Legislativo e Executivo federais para a aprovação

sindicatos, universidades e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) – que, em um constante intercâmbio de discursos e práticas políticas, harmonizaram-se e conflitaram-se na composição de uma complexa rede, da qual estes compuseram cada um de seus nós.

Portanto, o que denominei rede de redes da economia solidária é o recurso teórico-metodológico com o qual abordei o “movimento de economia solidária”, assim nomeado pelos protagonistas da ação, os quais agiram no processo sociopolítico de regulação da economia solidária para a construção de uma política pública nacional.

Analisei o processo sociopolítico de regulação da economia solidária (2002 a 2018), lançando luzes sobre a juridicização (Rouland, 1990, p. 7-8), ao ponto de compreender que, antes da produção de leis para o fenômeno da economia solidária, houve grande articulação política entre atores sociais das entidades da rede de redes da economia

do MROSC. Depois da Cáritas Brasileira, destaca-se a Fundação Grupo Esquel do Brasil, parceira da Pastoral da Criança em projetos de economia solidária. Entre as OCSs, também estão entidades ligadas a grandes empresas privadas, que acessaram/acessam recursos públicos para desenvolver ações de economia solidária como “responsabilidade social”, caso do Instituto GBarbosa, Instituto Votorantim, Fundação Odebrecht, Instituto Camargo Corrêa e Fundação Banco do Brasil, esta última vinculada a um banco público de economia mista.

solidária no Brasil na luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária.

Assim foi que, em cada projeto de lei ligado ao tema da economia solidária, vi abrir-se uma arena de lutas entre os atores e entidades da rede e de redes e os atores e entidades ligados à classe proprietária, que se utilizam do modelo cooperativo para, driblando leis trabalhistas, explorar os trabalhadores e acessar os recursos públicos por meio de expedientes legais, a exemplo do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

No processo sociopolítico de regulação da economia solidária, a interação entre os atores sociais e as entidades dos três *agentes institucionais* heterogêneos (Igreja Católica, Estado e movimentos sociais) foi resultante de lutas que demandaram o reconhecimento da economia solidária e de seus “sujeitos de direito” pelo Estado. Com isso, ocorreu uma juridicização (a tomada da economia solidária como fato jurídico), com a criação de leis para atender a demanda da rede de redes, considerando as suas disputas e configurações em um contexto institucional heterogêneo.

Ao mesmo tempo que o Projeto de Lei Geral da economia solidária (PL nº. 4.685/2012, na Câmara dos Deputados, e PLC 137/2017 – no Senado

Federal) resultou dessa juridicização, ele estimulou a continuidade da luta pelo direito (IHERING, 2008), haja vista que se constituiu numa arena na qual se confrontam interesses internos e externos à rede de redes da economia solidária no Brasil.

Na abordagem das disputas entre essas matrizes discursivas, ficou patente que, ao longo do processo de regulação social e jurídica da economia solidária no Brasil, Cáritas Brasileira, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), entidades pioneiras na organização da economia solidária no país, articularam-se e se distanciaram, enquanto cada uma, dentro de sua história e de seus interesses institucionais, concorreu para imprimir a sua matriz discursiva no processo de institucionalização da economia solidária, via regulação nacional.

A CUT, que aprovou a tese do “Sindicato Cidadão”, incorporando bandeiras extrassindicais, como foi relatado em entrevista pelo deputado federal Vicentinho, organizou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) (dentro de sua própria estrutura) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários UNISOL Brasil (originária do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista), porém, voltou-se para a relação privada entre empre-

gados e patrões, razão pela qual a ADS, que não se consolidou como instrumento de articulação e promoção da economia solidária, estagnou-se, sobretudo, após os anos 2010, quando fechou seus escritórios pelo país.

Entre 2003 e 2016, o retrocesso da CUT em relação ao projeto de “desenvolvimento solidário” e ao “socialismo” pela economia solidária para se voltar ao corporativismo dos trabalhadores assalariados e à luta privada entre trabalhadores e patrões; a desativação da ANTEAG, originária do Movimento de Oposição Sindical de São Paulo (1970-1980) e fortemente marcada pelo debate da autogestão; e o avanço da Cáritas Brasileira e do IMS sobre a economia solidária para, por meio dela, exercer o seu papel político-ideológico de “cuidar dos pobres junto com eles”, foram fatos que marcaram os embates entre as diferentes matrizes discursivas da economia solidária, dentre as quais a religiosa, contribuindo para a dominância política de entidades católicas no FBES, na rede de redes e no processo de regulação da economia solidária na esfera federal. Assim, as entidades ligadas à Igreja Católica não só dirigiram a demanda de uma Lei Geral da economia solidária, mas também conseguiram definir consideravelmente os “sujeitos de direito” da economia solidária, uni-

versalizando suas crenças e valores, impondo-os, numa sofisticada operação pedagógica, a todas as comunidades morais (FORTE, 2019b).

Ao passo que a matriz discursiva religiosa se fortaleceu no FBES, ela se expandiu para o espaço público fomentado pela rede de redes da economia solidária, entre sociedade civil e Estado, com o Conselho Nacional de economia solidária (CNES) e as conferências de economia solidária, instrumentos da política pública no contexto da “participação democrática”. Porém, tal participação foi, no mínimo, suggestionada pelo solidarismo cristão, integrante da matriz religiosa da Igreja Católica (Cáritas, IMS e de uma série de OSCs), o qual se coadunou perfeitamente com a ação estatal, especialmente no governo Dilma (2011-2016), quando a economia solidária foi literalmente incorporada como uma das principais estratégias de “inclusão produtiva” no combate à “pobreza” e à “extrema pobreza” (CAMPELLO, FALCÃO; COSTA, 2014)⁶⁷.

À proporção que a economia solidária ocorreu como política de “combate à pobreza” e de

67 As definições de pobreza e de extrema pobreza dependem do enfoque metodológico adotado por pesquisadores e técnicos. Além disso, dependendo do caso de cada país, é preciso considerar mais que a renda *per capita* mensal, haja vista que a pobreza se manifesta em múltiplas dimensões, como privações de educação e de saúde vividas pelas pessoas (FALCÃO; COSTA, 2014a, p. 67-78).

“inclusão produtiva”, a Cáritas Brasileira e outras entidades da matriz religiosa, como o IMS, deram sequência à sua “incidência política” na regulação e na execução da política de economia solidária no Brasil.

As entidades (OSCs) acabaram se tornando uma espécie de instância da ação estatal, na medida em que, com acesso a recursos públicos, passaram a ser as principais executoras da Política Nacional de economia solidária, acomodando-se no limite do combate à “pobreza” e da “inclusão produtiva” de “populações excluídas”.

A competição por recursos públicos, principalmente entre entidades religiosas, OSC's, movimentos sociais e universidades, tornou-se uma constante ao longo do processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil. Nesse caso, a disputa ocorreu por meio de editais, como os elaborados pela então Secretaria Nacional de economia solidária (SENAES), órgão do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em diálogo com os atores da rede de redes economia solidária, especialmente, com os ligados à Cáritas Brasileira e às entidades da sociedade civil sob a sua influência, para atender a demandas específicas. Em face dos editais, entidades e pessoas concorreram para acessar os recursos públicos dirigidos a

elas, como executoras da política pública no país, nos estados e nos municípios.

Isso me levou a outras interrogações, sobretudo, em relação à luta por recursos públicos para a elaboração e execução da economia solidária como política pública de combate à “pobreza” e à “exclusão social”, eixo constitutivo do Plano Brasil sem Miséria (PBSM)⁶⁸. A partir do acesso aos recursos, via editais, foram contratados vários integrantes da rede de redes como técnicos, assessores e formadores/educadores, com direitos do trabalho protegidos, justamente para trabalhar com quem está juridicamente desprotegido, “além da informalidade, aquém dos direitos” (SANCHEZ, 2012). Essa militância remunerada surgiu a partir da criação da política de editais da SENAES, que utilizou recursos públicos para a inclusão produtiva por meio da política de economia solidária.

68 O PBSM foi criado em junho de 2011. Seu objetivo foi superar a “extrema pobreza” em todo o país até o ano de 2014. Para o PBSM, a miséria (a “extrema pobreza”) possui uma multidimensionalidade, manifestando-se de inúmeras formas. Por isso, envolveu ações de diferentes áreas, executadas por 22 ministérios e demais órgãos e entidades que o integraram, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (COSTA; FALCÃO, 2014b, p. 131-133). Com as múltiplas ações de superação da “extrema pobreza”, a estratégia Brasil sem Miséria logrou êxito, haja vista a retirada do Brasil do Mapa da Fome, conforme divulgado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 2014.

Numa contradição evidente, os discursos e os valores neles mobilizados em relação à auto-gestão, à cooperação, ao trabalho associado, à democracia, às diferenças humanas, às especificidades regionais e à preservação do meio ambiente apontaram para uma política de inclusão preocupada com a valorização do trabalho frente ao capital, mesmo não se constituindo em uma “outra economia”.

Com a pesquisa, pude confirmar que o PL da Lei Geral da economia solidária foi o projeto defendido pela Cáritas, IMS e pelo conjunto das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que compartilharam elementos da matriz discursiva religiosa, enquanto o projeto da Nova Lei Geral das Cooperativas (PLS 519/2015), de interesse das “ligas” ou “uniões” (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e economia solidária – UNICAFES) e Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL Brasil), não foi tomado como uma prioridade do conjunto de atores sociais e de entidades da rede de redes. Em consequência, o PL 4.685/2012 passou a ser o projeto que abrangeria os “Empreendimentos Econômicos Solidários (ESS)”, e não a forma societária de cooperativa, em particular. Eis que o PL 4.685/2012, originário das movimentações de Cáritas, IMS e do conjunto das

OSCs ligadas a elas, no FBES e no CNES, passou a ser o projeto da Igreja Católica, e os projetos que versam sobre cooperativas, especialmente o PLS 519/2015, passaram a ser os projetos do campo sindical.

Na juridicização da economia solidária, percebi que a assimilação dela a partir de leis tinha duas funções: a de fazer com que o Estado a reconhecesse como um direito da cidadania e a de criar os meios pelos quais esse direito deveria ser efetivado por meio das políticas públicas.

No processo de regulação da economia solidária no país, houve a inserção da economia solidária na agenda política estatal, com o objetivo de garantir o direito ao “trabalho associado” para os “sujeitos de direito”, ambos construídos na rede de redes. Nesse processo, a matriz discursiva religiosa foi ganhando força, incorporando expressões de outras matrizes discursivas, como a autogestão e a cooperação, das matrizes do socialismo autogestionário e do sindicalismo cutista, e acessando recursos públicos. Consequentemente, o processo de juridicização e de construção de uma política pública nacional para a economia solidária, sobretudo, por meio da então SENAES, foi favorecendo, mesmo sem uma intenção inicial ou um plano previamente traçado, a Igreja Católica como *agente*

institucional da economia solidária.

Em um cenário de luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária, a Igreja Católica, principalmente por meio da Cáritas Brasileira e IMS, avançou na mesma medida que movimentos sociais, como o movimento sindical cutista, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR), que deixaram espaço livre para ela no FBES e na direção da rede de redes, que foi integrada também pelos fóruns locais e estaduais de economia solidária em todas as regiões do país.

Na luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária, no que diz respeito à rede de redes, a matriz religiosa da Igreja Católica poderia não ter sido emplacada no FBES e na rede de redes, quem sabe, mas a CUT, e principalmente ela, que é uma das maiores centrais sindicais do mundo, fez a escolha de caminhar rumo ao corporativismo, voltando-se para os trabalhadores assalariados na sua luta/negociação privada contra/com os patrões. No mesmo tempo que a CUT recuou, a Igreja Católica e as OSCs, que se alinharam com esta, avançaram sobre o FBES e a rede de redes da economia solidária.

É preciso esclarecer que os movimentos sociais, especialmente o sindicalismo cutista, não

foram simplesmente derrotados pelo solidarismo cristão das entidades católicas na luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária no Brasil. Nesse diapasão, devo frisar que, ao longo dos anos 2000, a CUT se afastou e decidiu desarticular a ADS; o MST/Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) voltou-se para a sua luta contra o latifúndio com as cooperativas de reforma agrária; e o MNCR/União Nacional de Catadores e Catadoras (UNICATADORES), mesmo sob a sombra da Cáritas como Entidade de Apoio e Fomento (EAF), seguiu o seu caminho com suas cooperativas de material reutilizável e reciclável pelo Programa Pró-Catador, da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos governo do PT.

Se, por um lado, CUT, MST e MNCR fizeram a opção de ir além do FBES e da rede de redes e da então SENAES para acessar recursos públicos a fim de viabilizar os seus projetos próprios, sobretudo, em vista da conjuntura favorável nos governos do PT; por outro, as entidades da Igreja Católica, que atuaram fortemente no FBES e na rede de redes, buscaram recursos na SENAES, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na Fundação Banco do Brasil (FBB) e em outras agências financiadoras para seguir mantendo os

trabalhadores da economia solidária “sempre por perto”, incentivando pequenos projetos.

Na ótica do embate entre sindicalismo cutista e entidades da Igreja Católica, nos anos 2000, após a CUT ter deixado de lado o projeto de “desenvolvimento solidário” entre assalariados e não assalariados, a matriz religiosa, compartilhada pelas entidades católicas e por diversas OSCs e EES sob a sua influência, seguiu com o acesso a recursos públicos, na administração dos pobres, tendo-os como os protagonistas da economia solidária sob sua tutela.

3. Os recursos públicos para a economia solidária como política de combate à pobreza e à exclusão social

Embora tenham havido resultados da política pública de economia solidária que repercutiram positivamente em relações de trabalho mais democráticas, no acesso a direitos da cidadania e no combate à desigualdade de gênero entre homens e mulheres e entre as localizações de moradia (GAIGER, 2014, p. 140-141), observa-se que, pelos documentos levantados, pela pesquisa de campo, pelas entrevistas e conversas informais realizadas, ela foi efetivada como uma política de com-

bate à “pobreza” e à “extrema pobreza” por meio da “inclusão produtiva” de populações empobrecidas. Nesse processo, setores da Igreja Católica, como a Cáritas Brasileira e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), foram os que mais ganharam visibilidade e espaço na política, com valores mais vultuosos obtidos junto à então SENAES para o desenvolvimento de seus projetos, nos governos do PT, acessados via editais lançados pela SENAES até 2015 e pela (Sub) Secretaria Nacional de economia solidária (Subsenaes) em 2017, além de terem exercido grande influência no Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES), que se colocou como representante da sociedade civil no âmbito da política pública de economia solidária.

As relações entre Igreja, governo federal e economia solidária estão nas origens do PT, do governo Lula e da política de economia solidária no Brasil (SOUZA, 2013). A “esquerda cristã” (católica), após a ditadura militar, concentrou-se nas pastorais, na Cáritas, nos Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra e no PT. “A vertente católica progressista exerceu papel importante na formação e no crescimento do PT, vindo obviamente a ter uma presença considerável no governo Lula” (SOUZA, 2013, p. 149). Nesse sentido, o trabalho de Souza (2013) elucida o processo pelo qual setores

da chamada “Igreja progressista” estão presentes na rede de redes da economia solidária e como a “solidariedade” – valor e prática de um humanismo cristão (uma terceira via entre o socialismo e o capitalismo) (LIMA, 2013) – foi sedimentada na base da proposta de economia solidária.

A busca por recursos públicos para várias ações de “inclusão social”, das quais destaco as de economia solidária, foi aumentando na medida em que, a partir de 2003, os governos do PT abriram espaço para movimentos e organizações, ligadas, ou não, ao partido, para que passassem a elaborar e a implementar diversas políticas. Nesse cenário, sujeitos da “esquerda cristã” (católica) chegam ao governo federal, inclusive, com interferência na política pública de “superação da fome e da miséria” que originou o “Programa Fome Zero”, do qual frei Betto, um expoente da “esquerda cristã”, foi um de seus responsáveis (SOUZA, 2013, p. 149-154).

De “outra economia” a uma das principais estratégias de “inclusão produtiva” no combate à “pobreza” e “extrema pobreza” (CAMPELLO; FALCÃO; COSTA, 2014), a economia solidária teve o maior volume de recursos públicos de sua jovem história como política federal (2003-2018), entre os anos de 2012 e 2014, período de duração do Plano

Brasil Sem Miséria (PBSM), coordenado pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) dos últimos dois governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (2011-2016), tendo iniciado no primeiro governo Dilma (2011-2014), cujo slogan era “País rico é país sem pobreza”.

Para o então MDS, nos governos do PT, a economia solidária era uma estratégia promissora para a inclusão produtiva urbana das populações em situação de “pobreza” e “extrema pobreza”, com a organização de atividades econômicas alicerçadas no trabalho associado. Nessa direção, o trabalho associado foi tomado como referência para inserir trabalhadores pobres “(...) no mercado de trabalho, seja por meio de associativismo e cooperativismo, seja mediante adoção pontual de estratégias de atuação coletiva (...)”, por meio de compras de insumos e de comercialização em feiras, em centros públicos, em *websites* etc. O MDS afirmou que a coordenação nacional da política de economia solidária era atribuição da então SENAES/MTE, e que foram firmadas parcerias com a Secretaria “(...) para apoiar a execução de iniciativas de economia solidária voltadas para a população mais pobre”⁶⁹.

69 As informações relativas a este parágrafo podem ser acessadas na página do então MDS (dados de 2015, ainda do

Em um contexto paradoxal, é importante esclarecer que o orçamento da Política Nacional de economia solidária passou por crescentes contingenciamentos e que, mesmo com o orçamento anual aprovado, não havia garantia de sua execução.

Segundo Silva (2018), ocorreram três momentos na dinâmica política do ciclo orçamentário (processo de planejamento e execução) da política de economia solidária no governo federal. Para Silva (2018), no primeiro momento, houve a “inserção e consolidação” da economia solidária como política pública, abrangendo dois PPAs⁷⁰

governo Dilma): BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). BRASIL SEM MISÉRIA, INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA. ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-produtiva-urbana-1/economia-solidaria>>. Acesso em: 22 out. 2020. Mais informações em Campello, Falcão e Costa (2014).

70 Os Planos Plurianuais (PPAs) estão previstos no art. 165 da Constituição Federal (CF) de 1988, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1988. Os PPAs são instrumentos de planejamento governamental de médio prazo realizados nos três níveis do Poder Executivo (municipal, estadual e federal). Os PPAs estabelecem diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas pela Administração Pública para um período de 4 anos. Aprovados por lei quadrienal, os PPAs têm vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. É por meio deles que são organizadas as ações dos governos em programas de políticas públicas que devem resultar em bens e serviços para a população.

(2004-2007 e 2008-2011), o que, segundo o autor, marcou a ascensão da temática à agenda governamental, com a estruturação da SENAES e o lançamento do Programa economia solidária em Desenvolvimento (PESD). No segundo momento (PPA 2012-2015), houve o que o autor chamou de “expansão contraditória”, por ser marcada pelo aumento da distância entre a dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e o total de recursos realmente executados. O terceiro momento (PPA 2016-2019) é chamado pelo autor de “crise de paradigma”, em que foi observada “(...) uma tendência inequívoca de redução dos volumes orçamentários anuais aprovados para os programas geridos pela SENAES [aqui se inclui também a Subsenaes], com a média anual caindo para o nível observado no primeiro PPA” (SILVA, 2018, p. 33). Com base em sua pesquisa, o autor mostra que, em 2018, a dotação orçamentária foi a menor de todo o período analisado (2004-2018): 19,8 milhões de reais.

No PPA do governo federal, quadriênio 2012-2015, o valor de R\$ 577.471.115,00 (quinhentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil, cento e quinze reais). foi direcionado à política Nacional de economia solidária Mesmo considerando os crescentes contingenciamentos e

a baixa execução dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA), o PBSM (2011-2014) possibilitou à economia solidária um volume de recursos com os quais nunca, nem de longe, havia contado em quase 10 anos de sua existência. Esses recursos ainda mantiveram os projetos ligados à política de economia solidária após a saída do PT do governo federal, com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, o qual foi considerado como um “golpe de Estado” (JINKINGS, 2016, p. 11-14); um golpe midiático-político-jurídico financiado pela “elite do dinheiro” contra a democracia brasileira em razão de seus interesses econômicos (SOUZA, 2016).

Até 2016, os valores repassados para ações de economia solidária da então SENAES, previstos no PPA 2012-2015, chegaram ao montante de R\$542.529.249,21 (quinhentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil, duzentos e quarenta e nove centavos), contando com Restos a Pagar (RAP) de projetos oriundos de contratos anteriores, fruto de editais e emendas parlamentares.

Após o Golpe de 2016 (JINKINGS, DORIA; CLETO, 2016; SOUZA, 2016), houve uma diminuição ainda maior do orçamento para a economia solidária, além de uma baixíssima execução do va-

lor aprovado. Assim, em 2017, o orçamento foi de 41 milhões de reais, e apenas 9,8% desse valor foi executado (SILVA, 2018, p. 30).

Em 2018, os recursos para a economia solidária passaram por cortes ainda maiores. O orçamento caiu de 130 milhões de reais em 2015 para 19 milhões de reais em 2018. A situação foi agravada com a baixíssima capacidade de execução da então Subsenaes, que chegou a 9,8% no ano de 2017, a menor da série histórica no tema da economia solidária 2003-2017 (SILVA, 2018)⁷¹. A despeito da diminuição drástica de recursos públicos, foram as entidades da Igreja Católica, especialmente a Cáritas Brasileira, que mais acessaram os recursos disponíveis.

No início de 2018, paralelo ao cenário de desmonte da política de economia solidária no governo federal, a Congregação dos Irmãos Maristas decidiu fechar as portas do IMS, que, juntamente com a Cáritas, chegou a hegemonizar o FBES e a rede de redes da economia solidária entre 2008 e 2016 e a acessar, por meio de editais, os maiores valores dos recursos públicos gerenciados pela então SENAES.

71 Quanto menor a capacidade de executar os recursos dentro do orçamento anual aprovado, menos recursos são direcionados ao tema para o ano seguinte.

4. Considerações finais

A construção do marco jurídico da economia solidária ocorreu em meio a negociações e conflitos entre diferentes matrizes discursivas, as quais foram mobilizadas a partir das relações entre três grandes e heterogêneos agentes institucionais de maior influência (Igreja Católica, Estado e movimentos sociais) no processo sociopolítico de regulação, que demandaram uma “Política Pública Nacional de economia solidária” via mobilização política, atos normativos e projetos de lei.

A pesquisa revelou que a institucionalização, via processo de regulação social e jurídica, distanciou a economia solidária de uma proposta de “alternativa ao capitalismo”, conformando-a, dentro de seus limites no capitalismo, como uma política de “combate à pobreza” e de “inclusão social”, ao longo dos governos do PT, favorecendo a ação de entidades religiosas, principalmente a Cáritas Brasileira e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), vinculadas a setores da Igreja Católica, que hegemonzaram a rede de redes de diversas OSCs, movimentos sociais, universidades, gestores públicos e empreendimentos de economia solidária, os quais se articularam em função da regulação da economia solidária para uma política pública nacional.

A SENAES, fruto de uma articulação entre atores individuais e coletivos da rede de redes que se estruturou, a partir de 2003, na interação entre entidades civis e movimentos sociais e o primeiro governo Lula, entre sociedade civil e Estado, em um processo de institucionalização da economia solidária, via regulação social e jurídica, foi extinta, ao passo que foi criada a Subsecretaria de economia solidária, em 04 de dezembro de 2016, também encerrou as atividades, ato feito pelo governo Temer após o impeachment de Dilma Rousseff.

Em 1º de janeiro de 2019, dia da posse de Jair Bolsonaro, foi editada a Medida Provisória (MPV) 879⁷², que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República”, extinguindo órgãos e modificando substancialmente a estrutura de ministérios, secretarias e demais setores ligados à Presidência até o final do governo Temer, em 31 de dezembro de 2018. Com a MPV 879/2019, saem os atores indicados pelo governo Temer para gerir a então Subsenaes e entram no-

72 A MPV 870/2019 foi a primeira medida provisória de Bolsonaro, tendo sido publicada em uma edição extra do Diário Oficial da União (DOU), na noite de terça-feira, 01 de janeiro de 2019, pouco após a cerimônia de sua posse (SENADO FEDERAL. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/02/medida-provisoria-confirma-estrutura-de-governo-de-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 22 out. 2020).

vos gestores que foram indicados para ocupar os cargos do então Departamento de economia solidária da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, órgão criado em janeiro de 2019 para a gestão do tema no governo federal, no âmbito do Ministério da Cidadania.

Em 2020, um novo ato normativo do governo Bolsonaro trouxe novas mudanças para a economia solidária no governo federal. O Decreto Presidencial nº. 10.357, de 20 de maio de 2020⁷³, extinguiu o Departamento de economia solidária, que havia sido criado em 2019, e a política de economia solidária foi novamente transferida para um novo setor, a Coordenação-Geral de economia solidária, Associativismo e Cooperativismo, situada no novo Departamento de Inclusão Produtiva Urbana. O resultado dessa alteração foi uma estrutura ainda mais minimalista para a economia solidária em um governo que, de um lado, reforça as desigualdades, o obscurantismo e a negação dos direitos humanos e da cidadania; e, de outro, atende aos interesses neoliberais que, sobretudo,

73 “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança”. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.357-de-20-de-maio-de-2020-257819069>>. Acesso em: 22 out. 2020.

favorecem os mais ricos e o capital financeiro.

Estão postos os questionamentos sobre os rumos da economia solidária e de sua regulação, como proposta político-econômica que vem da rede de redes da economia solidária, no corpo de um Estado em reestruturação pelo governo Bolsonaro. Coloca-se, então, mais uma questão relacionada ao tema central deste capítulo: considerando que a economia solidária, como política pública, partiu de um contexto de negociações e conflitos entre diferentes matrizes discursivas (SADER, 1988) de espectro político mais à esquerda e ao centro, como a rede de redes tem se articulado diante da regulação social e jurídica da economia solidária e de sua presença no governo de Jair Bolsonaro, sob os auspícios da extrema-direita?

Desde 2019, aprofundaram-se os retrocessos dos direitos humanos e da cidadania no Brasil. O Estado brasileiro foi tomado pelo projeto neoliberal e por aspirações políticas de cunho fascista, e tem desferido os mais atrozes ataques, sobretudo contra os mais pobres, aprofundando as desigualdades sociais. Sem olvidar esse contexto dramático, a economia solidária continua presente no governo federal, mesmo que com uma estrutura mínima, e o Projeto da Lei Geral da economia solidária continua tramitando, tendo sido aprovado

em todas as comissões do Senado Federal.

Em meio às contradições apontadas neste texto, vejamos para onde as inflexões e as tramas políticas levarão a luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária no Brasil.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, A. M. C.; TAPIA, J. R. B. **Estado, classes e estratégias**: notas sobre um debate. Campinas, SP: IFCH-Unicamp, 1991. p. 5-63.

BRASIL (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL (2015). **1º Plano Nacional de economia solidária**: para promover o direito de produzir de forma associativa e sustentável. Brasília: MTE, 2015.

CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). **O Brasil sem Miséria**. Brasília-DF: MDS, 2014.

COSTA, P. V.; FALCÃO, T. Coordenação intersetorial das ações do Plano Brasil sem Miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). **O Brasil**

sem Miséria. Brasília-DF: MDS, 2014b. p. 129-171.

CUNHA, G. C. **Outras políticas para outras economias:** contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). 2012. 496 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2012.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social movements:** an introduction. 2.ed. Malden-Massachusetts: Blacwell Publishing, 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006. p.15-41.

FALCÃO, T.; COSTA, P. V. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil sem Miséria. In: CAMPELLO, T., FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). **O Brasil sem Miséria.** Brasília-DF: MDS, 2014a. p. 67-94.

FORTE, J. P. S. **A Igreja dos homens:** o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da

Economia Popular Solidária no Ceará. 2008. 296 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1464>>. Acesso em: 20 out. 2020.

FORTE, J. P. S. A luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária no Brasil. In: SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Orgs.). **A economia solidária e os desafios globais do trabalho**. São Paulo: EdUFS-Car, 2017a. p. 159-167.

FORTE, J. P. S. De rede à política pública: ações reticulares no processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil. **Mundo do trabalho contemporâneo (UnB)**, v. 2, n. 1, p. 112-142, 2017b. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/27572>>. Acesso em: 10 out. 2020.

FORTE, J. P. S. **Ao embalo da rede**: o processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil. 2012. 337 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2019a. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/336104>>. Acesso em: 20 out. 2020.

FORTE, J. P. S. Construindo “sujeitos de direitos”: o problema da diferença na universalização do direito ao trabalho associado e à economia solidária no Brasil. In: PALLARÉS, L. C; PALERMO, A. I.; VIGNA, A. (Orgs.). **¿Cómo pensamos las desigualdades, pobrezas y exclusiones sociales en América Latina?** Luchas, resistencias y actores emergentes. Buenos Aires, Argentina: ALAS/CLACSO. 2019b. p. 279-297. Disponível em: <https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/contador/sumar_pdf.php?id_libro=1532>. Acesso em: 20 out. 2020.

GAIGER, L. I.; GRUPO ECOSOL (Coords.). **A economia solidária no Brasil:** uma análise de dados nacionais. São Leopoldo-RS: Oikos, 2014.

GRAU, E. R. **O direito posto e o direito pressuposto.** São Paulo: Malheiros, 1996.

IHERING, R. V. **A luta pelo direito.** São Paulo: Martin Claret, 2008.

JESSOP, B. **The capitalist state:** marxist theories and methods. New York: New York University Press, 1982.

JESSOP, B. **Nicos Poulantzas:** marxist theory and

political strategy. London: Macmillan, 1985.

JINKINGS, Ivana. Apresentação: o golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 11-14.

LIMA, J. C. Apresentação. In: SOUZA, A. R. **Os laços entre igreja, governo e economia solidária.** São Paulo: EdUFSCar, 2013.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 2000.

ROULAND, N. **L'anthropologie juridique.** Paris: Les Presses Universitaires de France, 1990, 127 p. (Collection "QUE SAIS-JE?", n°. 2528).

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHEZ, F. J. B. **Além da informalidade, quem dos direitos:** reflexões sobre o trabalho desprote-

gido. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, S. P. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018):** inserção, expansão e crise de paradigma. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, nº. 2434). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2434.pdf>. Acesso em 20 out. 2020.

SOUZA, A. R. **Os laços entre igreja, governo e economia solidária.** São Paulo: EDUFSCar, 2013.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe:** entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.



Tipografias utilizadas:
Open Sans

Todos os direitos são reservados à Editora IFRN, não podendo ser comercializado em período de contrato de cessão de direitos autorais.

Em caso de impressão com recursos próprios do autor, está liberada a sua comercialização.

A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 150 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didático-pedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a EDITORA IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.



editora**ifrn**



Diogo Ferreira de Almeida Rêgo

Prof. EBTT do IFAL (Campus Viçosa). Formado em Administração, MBA em Marketing Estratégico e Mestrado em Gestão Social e Desenvolvimento (UFBA).



Rizioneide Souza Amorim

Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - Portugal. Mestre em Ciências Sociais - Desenvolvimento Regional/UFRN.



Ivette Tatiana Castilla Carrascal

Doutora em Ciências Sociais/UnB. Prof.^a do curso de Relações Internacionais/UNILAB. Coordena a linha Economia Política Internacional e práticas de outras economias e a Incubadora IEES-Malês.

Nesse livro, apresentaremos algumas reflexões sobre a Economia Solidária, frutos de pesquisas acadêmicas, a maioria com experiências e reflexões da realidade brasileira, mas também com olhares voltados para outros países da América Latina. Teremos a oportunidade de conhecer dois estudos que retratam o universo dos mercados da/na Economia Solidária: um que aborda a realidade brasileira e outro que traz a experiência da confederação Agrosolidaria da Colômbia. Em seguida, é debatida a era do hiperconsumo com um enfoque para a importância de perceber o consumo responsável e solidário como uma necessidade urgente. Outro estudo traz a problematização sobre os desafios e perspectivas da sustentabilidade para os empreendimentos brasileiros. Teremos ainda debates que visibilizam experiências territoriais brasileiras, como os casos Santa Maria – Rio Grande do Sul/Brasil e Fortaleza – Ceara/Brasil. Os dois últimos estudos abordam a organização do movimento no Equador e no Brasil e uma reflexão sobre o processo de regulação da Economia Solidária, respectivamente.

ISBN 978-65-86293-85-2

